

Universidade de Lisboa  
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**Marcas de Tempos Passados em um Mundo Globalizado: um Olhar sobre o Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (Brasil) e os Recortes Espaciais de Sintra, Évora e Guimarães (Portugal)**

**Luciana Rachel Coutinho Parente**

Tese orientada pelo Professor Doutor Francisco Roque de Oliveira, especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor em Geografia, especialidade de Geografia Humana.

2015

*Dedico este trabalho ao Criador da vida. Toda minha gratidão ao meu filho Lucas Enrique, amor maior e luz da minha existência e ao meu marido Edson Parente, companheiro incansável neste árduo desafio, pelo apoio, compreensão, paciência e, principalmente, por terem aceito atravessar o Atlântico ao meu lado na busca pelo crescimento profissional e pela descoberta de novos mundos. À minha mãe Ana Maria, com amor e reconhecimento por ter me apresentado aos encantos da Geografia.*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria, primeiramente, de expressar minha profunda e sincera gratidão à todas as pessoas – familiares, amigos, companheiros de trabalho – que contribuíram para realização desta tese.

Ao Professor Doutor Francisco Roque de Oliveira o meu profundo e sincero agradecimento pela orientação, pela generosidade, pelo aprendizado, pelo apoio e atenção.

À Universidade de Pernambuco que me concedeu o afastamento de minhas atividades docentes, agradeço profundamente. Destaco o apoio dos professores e servidores do Campus Mata Norte. Em especial à Professora Maria Auxiliadora, ao Professor Luiz Alberto, à Professora Ana Maria Sotero, ao Professor Saul Campos e à Professora Kalina Vanderlei por toda ajuda e atenção. Com carinho especial agradeço aos meus colegas do Departamento de Geografia: João Allyson, Gevson Andrade, Solange Coutinho, Delma Albuquerque, Jorge Araújo, Ana Regina Serafim, Helena Paula, Niedja Oliveira e Paulo Tavares, que tanto me apoiaram ao longo dessa jornada.

À Professora Edvânia Torres Aguiar Gomes, por ter sido decisiva em minha formação, desde a graduação, depois como orientadora no curso de mestrado e tutora da presente tese, todo meu carinho, gratidão e admiração.

Ao Professor Miguel Ângelo Ribeiro pela amizade, apoio e incentivo.

À Professora Doutora Isabel Margarida de Almeida André pelos ensinamentos.

Ao Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – IGOT e ao Centro de Estudos Geográficos – CEG pela oportunidade e aprendizagem. Agradeço ao corpo docente do IGOT, em especial ao Professor Herculano Cachinho pelas valiosas contribuições na qualificação do projeto de tese e ao Professor Jorge Malheiros pelo apoio e acolhimento. Também expresso a minha gratidão aos funcionários dos serviços acadêmicos do IGOT e do CEG, especialmente a Dra. Elisabete Nunes.

Ao Professor José Santos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa pelo incentivo e ajuda.

Agradeço profundamente a Coordenação Pessoal de Aperfeiçoamento – CAPES, pois sem o vosso apoio não teria sido possível concluir o doutoramento. Ao

Sr. Sílvio Salles, técnico responsável pelo acompanhamento do processo junto à CAPES.

As minhas colegas de turma, com carinho especial à Diana Almeida e Soraia Silva pela receptividade, amizade e apoio. Aos colegas do IGOT pela troca de experiências, particularmente à Marina Carreiras.

Aos amigos Marcelo e Susi da Hora, Timóteo e Nilton, residentes em Olinda, parceiros fundamentais na realização da aplicação dos inquéritos por questionários.

Aos moradores de Olinda toda a minha gratidão, em particular aos residentes do Amparo, Amaro Branco, Bonsucesso, Carmo, Guadalupe, Monte e do Varadouro, que se disponibilizaram a responder ao inquérito por questionário.

Aos representantes das instituições entrevistadas em Olinda: Alexandre Oliveira - Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta – SODECA, Neide Fernandes - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUDARPE, Fábio Gonçalves - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, André Pina. Secretaria de Patrimônio e Cultura de Olinda – SEPAC, Secretaria de Turismo de Olinda – SETUR - Maurício Medeiros, Gilvandro Marinho e Ceci Amorim - Empresa de Turismo de Pernambuco – EMPETUR, Onildo Moreno - Museu de Arte Sacra de Pernambuco – MASPE, Marília Didier - Atelier de Artes 4 Cantos, Simone Simonek e Edi Alves - Olinda Artistas Associados – OLAA/Multirão da Cultura, Paula Moura - ICEI Brasil – Olinda, Professor José Luís Mota Menezes – Universidade Federal de Pernambuco, Professora Virgínia Pontual – Universidade Federal de Pernambuco, Professor Germano Coelho – Universidade Federal de Pernambuco, Vicente Lopes - Câmara dos Dirigentes Lojistas de Olinda – CDL, Gerinaldo Ramos da Silva - Associação dos Condutores Nativos de Olinda – ACNO e Marco Aurélio de Oliveira Reis - Associação de Empreendedores do Sítio Histórico de Olinda – AESHO.

É com muita alegria que também agradeço aos amigos e amigas de Portugal, especialmente, a comunidade de Mem Martins pelo acolhimento.

Aos representantes das instituições entrevistadas em Sintra, Évora e Guimarães: Celestino David - Pró-Évora, Adriana Jones - Associação de Defesa do Patrimônio de Sintra, Rui Vítor da Costa - Muralha – Associação de Guimarães para Defesa do Patrimônio, Eduardo Miranda - Câmara Municipal de Évora – Divisão de Patrimônio e Cultura, Basílio Horta - Câmara Municipal de Sintra, Miguel Frazão e Isabel Pinho - Câmara Municipal de Guimarães - Divisão de Cultura e Turismo,

Isabel Alves - Associação Ó de Casa – Projeto Guimarães Noc Noc, Catarina Pereira - Centro Cultural Vila Flor/Plataforma das Artes, Álvaro Lancinha - Sociedade Harmonia Eborense – SHE, Elvira Palma - 100Pavor – Associação de Artistas Plásticos, António Lamas - Parques de Sintra – Monte da Lua, Professora Patrícia Rêgo – Universidade de Évora, Professor João Sarmento – Universidade do Minho, Professor José Manuel Fernandes – Universidade de Lisboa, Ana Afonso e Luís Ribeiro - Associação Comercial do Distrito de Évora – ACDE, Ana Luísa Brejo - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo – ADRAL e Manuel Martins - Associação Comercial de Guimarães - ACIG.

Aos meus familiares o meu muito obrigada pelo incentivo e apoio, em especial, à minha irmã Ana Virgínia, ao meu irmão Luiz Antônio, ao meu sogro Fernando Parente e a minha sobrinha Ana Maria.

Agradeço, também, aos meus alunos e alunas pela motivação, por me incentivarem a buscar o aperfeiçoamento enquanto docente, por serem a minha inspiração.

*Tomada de consciências das ameaças que pesam presentemente sobre a nossa identidade humana. Consciência do nosso duplo estatuto de seres vivos e falantes, implicados numa dupla relação com os mundos da natureza e da cultura. Consciência do facto de que a institucionalização das sociedades humanas não transita unicamente pelo uso e diferença das suas línguas, mas também pelas modalidades diferentes da sua inserção espacial e temporal no mundo. Contudo, tomar consciência é apenas o acto preliminar – necessário e não suficiente – que dá a sua significação e convida ao combate [...] combate e estratégias não somente a desdobrar no sentido de renovar com as diferenças obliteradas e desvalorizadas, mas sobretudo no sentido de prosseguir no presente a invenção das particularidades espirituais e materiais que sustentam a riqueza da humanidade.*

*Françoise Choay*

## RESUMO

A presente tese de doutoramento, intitulada «Marcas de Tempos Passados em um Mundo Globalizado: um Olhar sobre o Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (Brasil) e os Recortes Espaciais de Sintra, Évora e Guimarães (Portugal)» decorre do interesse de indagar como o recebimento do estatuto de patrimônio cultural da humanidade, conferido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, transforma a dinâmica e o funcionamento do território, a partir da adoção de instrumentos e regulamentações bastante peculiares e exteriores à realidade dos lugares. A classificação de determinados recortes espaciais, enquanto patrimônio da cultura mundial pela UNESCO, provoca impactos não somente positivos, mas também negativos, que são responsáveis por gerar alterações na dinâmica e no funcionamento do território. Partindo desta premissa, o presente trabalho busca perceber como os lugares com marcas de tempos passados se inserem na dinâmica global, considerando, para tanto, a confrontação entre o caso brasileiro – Olinda – e os exemplos portugueses – Sintra, Évora e Guimarães. A presente tese pauta-se na abordagem crítica à questão da *patrimonialização*, tendo como objetivo geral verificar as transformações sócio-espaciais promovidas pelo recebimento do estatuto de patrimônio cultural da humanidade. Enquanto procedimentos metodológicos principais foram realizados: levantamento bibliográfico e documental, aplicação de inquéritos por questionário aos residentes de Olinda e entrevistas semiestruturadas com agentes e/ou entidades vinculadas a temática do patrimônio no Brasil e em Portugal. Os resultados da investigação teórica e, principalmente, da pesquisa prática indicaram enquanto principais tendências presentes nos sítios patrimoniais: a *cenarização* dos lugares da memória, a focalização no turismo, a desertificação populacional, a standardização da cultura, entre outros. Em resumo, a investigação apresentada constatou a existência de sérios desafios a serem enfrentados, tanto no sítio brasileiro, como nos portugueses, no que se refere ao processo de gestão e ordenamento do território dos lugares da memória classificados como patrimônio da cultura mundial pela UNESCO.

**Palavras-chaves:** Patrimônio, Identidade, Cultura, UNESCO, Gestão do território.

## ABSTRACT

This PhD thesis with the title “Signs of a passed time in a globalized world: an overview through Humankind Cultural Heritage of Olinda (Brazil) and the case examples of Sintra, Évora and Guimarães (Portugal)” aims to understand the impacts arising from the Humankind Cultural Heritage status. This status is given by UNESCO (United Nations for Education Science and Culture Organization) has the capacity of changing territorial dynamics and functioning, due to the adoption of specific tools and legal frameworks which are significantly different from those found pre-status. It is important to mention that the classification of certain spatial areas as cultural heritage sites by UNESCO can cause both positive and negative impacts. Aside from touristic backgrounds, the changes occurring within classified territories are causing spatial differentiation. On this premise, this thesis seeks to understand how the places with marks of past times are fitting into the global dynamics, which are the causes and consequences to those areas. Considering the confrontation between the Brazilian example case - Olinda - and examples of Portuguese cases - Sintra, Évora and Guimarães, the method used was a critical approach. Using the critical approach, we were able to verify the socio-spatial transformations promoted by the humankind cultural heritage status. The methodological procedures were the following: extended bibliographic and documental analysis; application of a survey to Olinda residents; to compliment, there were conducted semi-structured interviews, focusing local actors (agents and entities), representative of the cultural heritage issues in Brazil and Portugal. The results of the theoretical research and the empirical results indicate as the main trend that can be found in the cultural heritage places are: scenario building around heritage places; focusing on tourism; residents’ desertification; standardization of culture, among others. In summary, the research presented herein, found that there are serious challenges to be faced, both in the Brazilian site, as in the Portuguese, especially regarding the process of planning and management of the sites classified as cultural heritage of humankind.

**Keywords:** Cultural Heritage, Identity, Culture, UNESCO, Territorial management.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sítios brasileiros de origem portuguesa declarados patrimônio mundial pela UNESCO .....	30
Figura 2 – Sítios africanos e asiáticos de origem portuguesa declarados como patrimônio mundial pela UNESCO .....	32
Figura 3 – Evolução dos bens inscritos por critério a cada ano .....	54
Figura 4 – Localização do Município de Olinda – Brasil .....	113
Figura 5 – Localização de Sintra, Évora e Guimarães – Portugal .....	114
Figura 6 – Territórios do Patrimônio Mundial no Brasil .....	127
Figura 7 – Territórios do Patrimônio Mundial em Portugal .....	128
Figura 8 – Polígono de preservação municipal de Olinda .....	131
Figura 9 – Área classificada de Sintra .....	133
Figura 10 – Centro Histórico de Évora .....	134
Figura 11 – Centro Histórico de Guimarães .....	135
Figura 12 – Respostas totais dos residentes sobre o título de Patrimônio .....	139
Figura 13 – Opinião dos residentes sobre o título de Patrimônio por classe etária .....	140
Figura 14 – Respostas dos residentes sobre as características e especificidades de Olinda, por classe etária .....	141
Figura 15 – Respostas dos inquiridos sobre se o título estimulou o turismo (por local de trabalho/município) .....	146
Figura 16 – Opinião dos residentes sobre o turismo em áreas classificadas ...	147
Figura 17 – Opinião dos residentes sobre o turismo em áreas classificadas, de acordo com o nível de instrução .....	148
Figura 18 – Opinião dos inquiridos por classe etária sobre as atividades artísticas culturais realizadas em Olinda .....	149
Figura 19 – Resposta dos residentes quanto a criação de oportunidades de emprego e renda associadas ao título de patrimônio, por classe etária .....	151
Figura 20 – Resposta totais dos residentes quanto a ocorrência de melhorias sociais e econômicas após a classificação .....	152
Figura 21 – Resposta totais dos residentes quanto a ocorrência de melhorias sociais e econômicas associadas à classificação, por classe etária .....	153
Figura 22 – Respostas totais dos residentes sobre o valor dos imóveis após o recebimento do título de patrimônio .....	154
Figura 23 – Resposta dos residentes sobre o valor dos imóveis após o recebimento do título de patrimônio, por bairro .....	156
Figura 24 – Resposta totais dos residentes sobre os incômodos, os transtornos em residir em Olinda .....	156
Figura 25 – Resposta dos residentes por classe etária sobre os incômodos, os transtornos em residir em Olinda .....	157
Figura 26 – Resposta totais sobre avaliação dos residentes no que se refere a atuação do poder público na área definida como patrimônio .....	159
Figura 27 – Resposta totais sobre a preservação dos monumentos e dos movimentos da cultura local .....	160
Figura 28 – Avaliação dos residentes sobre a preservação dos monumentos e dos movimentos da cultura local por grau de instrução .....	161
Figura 29 – Respostas totais sobre o que deve ser melhorado pelos gestores públicos no processo de preservação do patrimônio e da cultura local .....	162

Figura 30 – Respostas dos residentes por classe etária sobre o que deve ser melhorado pelos gestores públicos no processo de preservação do patrimônio e da cultura local .....	163
Figura 31 – Síntese das respostas dos entrevistados sobre as razões e as características do título de patrimônio .....	170
Figura 32 – Síntese das respostas dos entrevistados sobre a dinâmica dos residentes com o título de patrimônio .....	172
Figura 33 – Síntese das respostas dos entrevistados sobre o turismo em Olinda .....	178
Figura 34 – Síntese das respostas dos entrevistados sobre as razões e as características do título de patrimônio .....	187
Figura 35 – Síntese das respostas dos entrevistados sobre a dinâmica dos residentes com o título de patrimônio .....	191
Figura 36 – Síntese das respostas dos entrevistados sobre o turismo em Sintra, Évora e Guimarães .....	196
Figura 37 – Significados da palavra <i>katachi</i> .....	207
Figura 38 – Síntese das respostas dos entrevistados do Brasil e de Portugal	209
Figura 39 – Ideias a serem consideradas na gestão e o ordenamento do território nos sítios patrimoniais .....	214

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Instrução dos inquiridos por gênero .....	137
Tabela 2 – Razões da escolha de Olinda enquanto residência por bairros .....	142
Tabela 3 – Razões da escolha de Olinda enquanto residência por classe etária.....	143
Tabela 4 – Palavras descritoras de Olinda por bairros .....	144
Tabela 5 – Avaliação dos residentes acerca da prestação de serviços e do comércio por classe etária .....	150
Tabela 6 – Respostas dos residentes sobre o título e a promoção de melhorias sociais e econômicas por nível de instrução .....	153
Tabela 7 – Respostas dos residentes por bairro no que se refere a atuação do poder público na área definida como patrimônio .....	160
Tabela 8 – Sugestões dos residentes por nível de instrução para a melhoria de Olinda enquanto patrimônio da humanidade .....	164

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronologia dos principais documentos norteadores da gestão dos sítios patrimoniais elaborados pela UNESCO e adotadas pelo ICOMOS .....	50
Quadro 2 – Sítios declarados património cultural da humanidade do Brasil e de Portugal, segundo a UNESCO (2015) .....	56
Quadro 3 – Representação esquemática do modelo analítico .....	99
Quadro 4 – Síntese dos procedimentos metodológicos .....	101
Quadro 5 – Objetivos e tópicos de análise para aplicação dos inquéritos por questionário .....	102
Quadro 6 – Descrição geral da amostra por frequências absolutas.....	104
Quadro 7 – Hipótese e relevância das questões por tema de análise .....	106
Quadro 8 – Grupos de análise e os respectivos agentes/entidades entrevistados .....	109
Quadro 9 – Temas e subtemas utilizados para o tratamento das entrevistas..	110
Quadro 10 – Esquema resumo com os principais resultados dos inquéritos por questionário aplicados aos moradores de Olinda .....	166
Quadro 11 – Síntese das entrevistas aplicadas em Olinda de acordo com os objetivos, temas e subtemas .....	185
Quadro 12 – Síntese das entrevistas aplicadas em Sintra, Évora e Guimarães de acordo com os objetivos, temas e subtemas .....	205

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

100PAVOR	Associação de Artistas Plásticos
ACDE	Associação Comercial do Distrito de Évora
ACIG	Associação Comercial de Guimarães
ACNO	Associação dos Condutores Nativos de Olinda
ADRAL	Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo
AESHO	Associação de Empreendedores do Sítio Histórico de Olinda
AMU	Área mediantemente urbana
APR	Área predominantemente rural.
APU	Área predominantemente urbana
CCDR LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CDL	Câmara dos Dirigentes Lojistas de Olinda
CONCLA	Comissão Nacional de Classificação
EMPETUR	Empresa de Turismo de Pernambuco
FLIPORTO	Festa Literária Internacional de Pernambuco
FUDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEI	Instituto Cooperação Econômica Internacional
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IGESPAR	Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitectónico e Arqueológico
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
INE	Instituto Nacional de Estatística – Portugal
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
MASPE	Museu de Arte Sacra de Pernambuco
MIMO	Mostra Internacional de Música
OLAA	Olinda Artistas Associados
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
RMR	Região Metropolitana do Recife
SEPAC	Secretaria de Patrimônio e Cultura de Olinda
SETUR	Secretaria de Turismo de Olinda
SHE	Sociedade Harmonia Eboreense
SODECA	Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPE	Universidade de Pernambuco
ZEPEC	Zonas Especiais de Proteção Cultural e Urbanística

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	15
2.	PREÂMBULO: O PADRÃO URBANÍSTICO PORTUGUÊS E A CLASSIFICAÇÃO DE SÍTIOS PATRIMONIAIS - INTERFACES PRESENTES EM OLINDA .....	21
<b>PARTE I - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E MATRIZ CONCEITUAL .....</b>		<b>34</b>
3.	CULTURA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO .....	35
3.1.	O conceito de cultura na perspectiva geográfica .....	35
3.2.	A Reflexões sobre a concepção de identidade .....	39
3.3.	O patrimônio enquanto ferramenta conceitual .....	44
4 .	RECONHECIMENTO, ESTATUTO E CRITÉRIOS DA UNESCO – A DINÂMICA DOS SÍTIOS PATRIMONIAIS .....	49
4.1.	Estatuto e reconhecimento .....	49
4.2.	Oportunidades: turismo e atividades criativas .....	58
4.3.	Ameaças: <i>sobreutilização</i> , subutilização, degradação e banalização..	64
5.	DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA DOS LUGARES PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE .....	71
5.1.	Desenvolvimento local ancorado na cultura e no patrimônio .....	71
5.2.	Planejamento e gestão dos espaços .....	77
5.3.	Participação da população residente e conflitos .....	79
<b>PARTE II - PROBLEMÁTICA E ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....</b>		<b>83</b>
6.	PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTÕES NORTEADORAS DE ABORDAGEM .....	84
7.	HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO .....	89
8.	MODELO DE ANÁLISE .....	95
9.	ROTEIRO METODOLÓGICO .....	101
<b>PARTE III – O CASO DE OLINDA E OS SEUS COADJUVANTES PORTUGUESES .....</b>		<b>111</b>
10.	RECORTES ESPACIAIS DE ANÁLISE .....	112
10.1.	Enquadramento geográfico, social e econômico .....	112
10.2.	Enquadramento cultural e turístico .....	121
10.3.	Lugares patrimônio da humanidade e o processo de classificação ....	124
10.3.1.	A realidade brasileira e o processo de candidatura de Olinda .....	129
10.3.2.	A <i>patrimonialização</i> em Portugal: Sintra, Évora e Guimarães .....	132
11.	A DINÂMICA E O FUNCIONAMENTO DAS ÁREAS DEFINIDAS ENQUANTO PATRIMÔNIO .....	136

11.1.	Olinda na perspectiva dos atores locais: os impactos no cotidiano a partir da classificação como patrimônio mundial .....	136
11.2.	A experiência de Olinda enquanto patrimônio cultural da humanidade: o olhar dos agentes e/ou entidades locais .....	167
11.3.	A percepção dos agentes e/ou entidades representantes dos casos portugueses de Sintra, Évora e Guimarães .....	187
11.4.	O caso de Olinda frente aos casos portugueses: possibilidades, desafios e a troca de experiências na gestão do patrimônio.....	206
12	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	218
	REFERÊNCIAS .....	225
	APÊNDICE A – Formulário de inquérito por questionário .....	236
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista .....	239
	APÊNDICE C – Transcrição das entrevistas realizadas em Olinda .....	241
	APÊNDICE D – Transcrição das entrevistas realizadas em Sintra e Lisboa .....	269
	APÊNDICE E – Transcrição das entrevistas realizadas em Évora .....	279
	APÊNDICE F – Transcrição das entrevistas realizadas em Guimarães .....	293

## 1. INTRODUÇÃO

A presente tese de doutoramento, intitulada «*Marcas de Tempos Passados em um Mundo Globalizado: um Olhar sobre o Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (Brasil) e os Recortes Espaciais de Sintra, Évora e Guimarães (Portugal)*» nasceu da vontade de investigar como o recebimento do estatuto de patrimônio cultural da humanidade, conferido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, a partir da adoção de mecanismos e normatizações bastante específicas e exteriores às realidades locais, altera a dinâmica e o funcionamento do território.

Resulta, também, do interesse em entender como os lugares – com realidades sociais, econômicas, culturais e políticas diferenciadas – “reagem” a referida classificação, na medida que traz consigo impactos tanto positivos, como negativos.

Nesta tentativa, propusemos investigar as similitudes e as diferenças por intermédio da confrontação entre recortes espaciais distintos, por um lado, o Brasil com o exemplo principal de nossa investigação – Olinda, e por outro, Portugal com as contribuições de Sintra, Évora e Guimarães.

Deve-se indicar, ainda, que centralizamos nossa abordagem no período de transição do século XX para o século XXI, em razão de no século XX os recortes espaciais terem sido definidos pela UNESCO como patrimônio mundial devido a sua riqueza arquitetônica e cultural, para desta forma analisar as transformações promovidas desde o período do recebimento do título, e, em especial, o que diz respeito às dinâmicas vistas nos dias atuais.

Cabe referir que a presente investigação não tem como foco abordar a temática do patrimônio de maneira vinculada ao turismo, como é frequente nos estudos sobre os sítios classificados pela UNESCO. O que se busca é perceber os impactos gerados pela referida classificação, onde o turismo é tratado como um dos componentes inerentes às áreas em questão.

Cumprе, ainda, estabelecer que não serão discutidas as questões e opções jurídicas da classificação e do processo de gestão e ordenamento dos lugares declarados patrimônio cultural da humanidade.

Faz-se necessário enfatizar que, em nossa perspectiva de abordagem, o estatuto do patrimônio provoca diversos impactos na dinâmica e no funcionamento

dos lugares, onde importa discutir, considerando enquanto questão de partida, as transformações sociais, econômicas, culturais e os efeitos territoriais ocorridos em Olinda, para em seguida verificar as conexões com os sítios patrimoniais portugueses de Sintra, Évora e Guimarães na sequência dos respectivos reconhecimentos.

Importa mencionar também que o presente trabalho é uma continuidade, em nosso processo de formação acadêmica, no sentido de dar seguimento aos estudos sobre as relações de uso e poder inerente à dinâmica sócio-espacial<sup>1</sup>, iniciados no curso de Mestrado.

Buscamos pensar como Olinda, enquanto cidade brasileira, pertencente ao grupo de sítios declarados patrimônio mundial, se apropria, se reinventa no processo de imposição de uma “economia-mundo”. Do mesmo modo, torna-se pertinente confrontar tal situação com a realidade vivenciada em Portugal, diferente do ponto de vista cultural, social e econômico, mas igualmente pertencente ao grupo dos sítios classificados pela UNESCO.

Fez-se importante buscar perceber quais são os mecanismos adotados para inserir efetivamente esses espaços patrimoniais, com marcas, heranças de tempos passados, em um mundo que cada vez mais caminha na direção de acelerados avanços tecnológicos e conseqüente abandono aos padrões herdados de outros tempos.

A princípio, a preocupação com lugares definidos como patrimônio cultural da humanidade pode parecer pouco relevante, visto que, tanto Olinda quanto os sítios portugueses são “protegidos” pelos poderes públicos de seus países devido a sua riqueza cultural, histórica e arquitetônica, contudo identificamos alguns fatores que impõem a necessidade de realizar reflexões sobre o tema.

Torna-se importante entender como os atores e gestores locais lidam com o acervo que possuem e como se processam as relações de poder no gerenciamento destes recortes espaciais, pois muitas vezes os padrões herdados de outros tempos servem meramente como meios para exploração econômica, que a depender das estratégias de ação adotadas, alteram a dinâmica territorial reduzindo-a de maneira que possa atender a demanda intensiva do setor do turismo.

---

<sup>1</sup> De acordo com as ideias de Souza, 2013, adotamos sócio-espacial ao invés de socioespacial, em função de considerarmos a perspectiva crítica, onde não existe separação entre o espaço e as relações sociais. Em outras palavras, o espaço recorre as relações sociais e as relações sociais recorrem ao espaço.

Visando clarificar tais questões, enfatizamos que se fez necessário realizar uma análise sobre o caso brasileiro, da zona classificada de Olinda, de modo a fazer a confrontação com as realidades de Sintra, Évora e Guimarães. Consideramos espaços que *a priori*, se apresentam aos olhos do mundo enquanto patrimônio, mas que possuem grupos populacionais e realidades sociais, econômicas e culturais distintas, um rico laboratório para perceber as formas de gestão e ordenamento do território, de maneira a propor uma troca de experiências.

Deste modo, importa deixar claro que a presente investigação justifica-se na medida em que busca compreender como lugares marcados pelo reconhecimento do valor de seu patrimônio se inserem na dinâmica econômica global.

Em resumo, podemos afirmar que a presente investigação traz a oportunidade de realizar uma reflexão sobre as formas de apropriação espacial, em realidades sociais, econômicas e políticas diferenciadas, considerando desde os objetos e elementos concretos até a percepção dos atores locais sobre seus espaços de vivência.

Isto é, buscou-se entender a construção de Olinda enquanto patrimônio da humanidade, além de confrontar com os exemplos de casos portugueses, visando refletir sobre as estratégias e as táticas de ação referentes a dinâmica e o funcionamento dos lugares definidos como patrimônio da humanidade, diante um mundo em que cada vez mais os espaços tendem a se estreitar e articular num plano global.

Diante das ideias centrais de reflexão referidas, fez-se importante trazer para nossa investigação, a nível do debate teórico, três conceitos estruturantes - cultura, identidade e patrimônio - que serão abordados na primeira parte da tese. Além da abordagem acerca dos referidos conceitos, temos ainda na primeira parte da tese, ponderações teóricas sobre os lugares patrimônio e sobre desenvolvimento e governança nos sítios patrimoniais.

Deste modo, na busca pela compressão das dinâmicas apontadas, elegemos quatro grandes eixos de reflexão e análise como temas complementares a questão de partida, descritos a seguir.

O primeiro diz respeito ao reconhecimento, ao estatuto e os critérios adotados pela UNESCO, considerando o processo de candidatura de Olinda e suas conexões com a matriz urbanística portuguesa. Ressalta-se que buscamos realizar reflexões acerca dos critérios adotados pela UNESCO para o reconhecimento do patrimônio

cultural de um lugar, em seguida consideramos as características da candidatura de Olinda, os pontos fortes e as possíveis oportunidades criadas de maneira a articular com a realidade dos cenários portugueses. Buscou-se ainda, analisar os interesses que existem no processo de definição de um espaço enquanto patrimônio.

O segundo ponto para reflexão e análise procura verificar os contextos sociais, econômicos, culturais e políticos, onde foram observadas as dinâmicas territoriais e as expectativas de futuro no que se refere a gestão do patrimônio, bem como foi considerada a experiência dos lugares patrimoniais ora estudados.

Enquanto terceiro ponto temos a análise sobre como os atores locais vivenciam as transformações na dinâmica sócio-espacial a partir da classificação. Constitui-se, na busca pela verificação dos impactos da definição de um lugar enquanto patrimônio cultural da humanidade em termos de dinamismo econômico, de estímulo às atividades criativas, de atração turística e de reforço ou comprometimento da identidade local. Questiona-se ainda, se a definição de um território enquanto patrimônio promove maior visibilidade a nível global e se favorece um processo de standardização da cultura.

O último ponto de reflexão visa analisar as estratégias e práticas adotadas pelos agentes e/ou instituições, que em maior ou menor escala estão ligadas a governança dos sítios patrimoniais. Consideramos ainda, que ferramentas são utilizadas para equalizar a preservação do acervo arquitetônico com as necessidades dos atores locais, além de refletir sobre os desafios para gestão e ordenamento do território - localismos *versus* globalismos. Por fim, procuramos pensar em alternativas para as áreas classificadas, onde o título de patrimônio mundial da UNESCO, se apresente enquanto um elemento estimulador do efetivo desenvolvimento sócio-espacial.

Assim, diante do exposto apresentamos o objetivo geral da presente investigação que é: analisar as transformações na dinâmica social, econômica, cultural e territorial de Olinda, na sequência do reconhecimento como patrimônio cultural da humanidade, além de confrontar a realidade do caso brasileiro com os casos portugueses de Sintra, Évora e Guimarães, visando produzir orientações e sugestões para a gestão e o ordenamento do território dos sítios patrimoniais.

Destarte, em colaboração com o objetivo geral, fez-se necessário inicialmente descrever o processo político e cultural para o estabelecimento de Olinda enquanto patrimônio da humanidade, além de se fazer importante buscar realizar a

identificação das conexões com os casos portugueses de Sintra, Évora e Guimarães.

Uma outra questão consistiu em observar a identidade e os significados construídos pela população local de Olinda. Fez-se necessário, ainda, verificar se o título de patrimônio favoreceu ao desenvolvimento do turismo e das atividades criativas.

Também importou analisar as estratégias de ação adotadas de um lado para preservação e de outro para exploração das áreas patrimônio cultural.

Por fim, fez-se imprescindível realizar reflexões e estabelecer propostas para a gestão e o ordenamento territorial de Olinda enquanto patrimônio mundial pela UNESCO somando-se aos tantos elementos identificados nos sítios portugueses igualmente classificados.

Importa esclarecer, que para atender aos objetivos ora propostos, a presente tese de doutoramento encontra-se estruturada em três partes com o total de nove capítulos, além do capítulo introdutório, do preâmbulo e das considerações finais.

Na primeira parte, apresenta-se a revisão bibliográfica e a matriz teórica - conceitual, subdividida em três capítulos, onde se realizam discussões acerca dos elementos estruturadores da tese. Deve-se referir que serão abordados os conceitos norteadores, bem como trataremos das questões inerentes ao reconhecimento, ao estatuto, as oportunidades e as ameaças aos lugares patrimoniais. Analisaremos, ainda, as concepções sobre o desenvolvimento e a governança no que tange às áreas classificadas.

Na segunda parte, destinada a problemática e ao enquadramento metodológico, apresentamos quatro capítulos, onde constam a problemática, as hipóteses, os modelos de análise e o roteiro metodológico.

Já na terceira e última parte temos a análise do exemplo de caso de Olinda e as respectivas interfaces com os sítios patrimoniais portugueses de Sintra, Évora e Guimarães. Subdividida em dois capítulos, destinados a abordar desde as questões ligadas às características e dinâmicas territoriais dos recortes de estudo, passando pela abordagem acerca do estatuto do patrimônio da UNESCO na realidade do Brasil e de Portugal, até algumas reflexões sobre as estratégias territoriais e a gestão dos sítios patrimoniais.

Vale esclarecer ainda que, o presente trabalho de investigação científica, foi redigido considerando a ortografia adotada no Brasil.

Cabe referir, por fim, antes de iniciarmos as considerações de acordo com as partes mencionadas acima, que fez-se necessário realizar notas iniciais, através da composição de um preâmbulo, onde buscamos identificar as conexões entre Olinda e o padrão urbanístico português de estruturação espacial.

## 2. PREÂMBULO: O PADRÃO URBANÍSTICO PORTUGUÊS E A CLASSIFICAÇÃO DE SÍTIOS PATRIMONIAIS - INTERFACES PRESENTES EM OLINDA

Cumprе esclarecer que a presente seção visa identificar as conexões existentes entre os recortes espaciais de estudo, considerando a existência de uma matriz de estruturação espacial comum, no caso, a matriz portuguesa, enquanto fator que agrega valor à compreensão dos sítios patrimoniais na contemporaneidade.

Assim, importa mencionar que as realidades brasileiras e portuguesas se cruzam, na medida que temos de um lado Olinda, cidade patrimônio cultural da humanidade, e de outro Sintra, Évora e Guimarães, igualmente classificadas pela UNESCO. Recortes espaciais esses, resultantes de temporalidades diferenciadas e diversas, mas com um ponto em comum – a matriz de povoamento e urbanização portuguesa. São territórios filhos de pai/mãe comum, proveniente da identidade cultural de origem lusitana.

Desta maneira, faz-se necessário buscar compreender as diretrizes e estratégias adotadas por Portugal no período da ocupação e povoamento do Brasil, no que se refere a elaboração dos núcleos urbanos, para assim poder identificar as conexões entre os sítios históricos portugueses e brasileiros declarados patrimônio mundial pela UNESCO.

Deve-se enfatizar que Olinda se apresenta enquanto território elaborado de acordo com o modelo português de estruturação espacial, que a partir do ano de 1535, com a chegada de Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco da Nova Lusitânia ao Brasil, tem sua história de vinculação a Portugal começada a ser escrita.

Aproximadamente dois anos depois da presença de Portugal na referida capitania - no ano de 1537 - Olinda tornar-se a sede do poder no período Duarte, através da emissão do Alvará Régio, datado de 12 março, momento em que a Aldeia Marim é oficialmente doada e reconhecida como Vila de Olinda (MENEZES, 1998).

Vale mencionar que a gestão e o ordenamento do território de Olinda foram norteados pela Carta Foral, semelhante ao que se via nas demais capitanias e vilas. Ressalta-se que esse diploma, concedido pela Coroa Portuguesa, se constituía por regras e obrigações aos quais os donatários deveriam se submeter, era uma forma

de transferir para terceiros a responsabilidade de executar o processo de ocupação e povoamento das terras brasileiras.

Assim, o que cabia ao poder público da época passava para as mãos de particulares, os donatários, o que evitava gastos mais diretos com a colonização, além de garantir que o reino português obtivesse benefícios políticos e, sobretudo, econômicos com a conquista das novas terras.

Deste modo, visando os melhores resultados no que se refere ao controle territorial da Capitania de Pernambuco, Olinda é constituída Vila a partir de critérios pré-estabelecidos, ligados, sobremaneira, a necessidade de defesa contra possíveis invasões. Segundo Menezes (1998, p. 333):

O novo sítio estava a cavaleiro de uma grande várzea que se estendia para as bandas do sul, e, existindo uma, entre outras, colinas, mais alta, com uma boa vista para o mar, nela o donatário deu início a sua vila, construindo logo uma torre para defesa e a cerca que envolvia as primeiras construções, possivelmente a igreja matriz e o casario.

O autor afirma, ainda, haver uma racionalidade na escolha de Olinda enquanto sede de Pernambuco, pois o seu terreno se configurava em um local seguro contra possíveis ataques; contava com um porto natural em suas proximidades (Recife), o que permitia fazer a ligação com Portugal, sobretudo o escoamento dos produtos; e possuía terras férteis em seu entorno, passíveis de serem destinadas ao cultivo e a criação de animais para subsistência. “Na escolha de Olinda prevaleceu o sentido de defesa, natural em um governante com experiência militar.” (MENEZES, p. 334, 1998).

Destaca-se que as construções, em sua materialidade e concretude, refletem a identidade, a cultura, o modo de existir e de se apropriar dos recursos disponibilizados pela natureza. Assim, cada povo a seu jeito, vendo possibilidades de apropriação, pode, a depender do seu modo de enxergar, transformar o mesmo pedaço de madeira em um alicerce para casa, ou mesmo torna-lo um totem, quem sabe uma cruz, uma escultura e assim por diante.

Em suma, é a maneira como vemos as coisas que faz surgir os diversos padrões de “organização” sócio-espacial existentes no mundo. As casas, as ruas, as construções religiosas, entre outros elementos, antes de existirem concretamente, de uma maneira ou de outra, foram pensadas previamente.

Deve-se mencionar que não pretendemos aqui julgar o “grau de aprofundamento” das estratégias de ação, se houve maior ou menor aplicação de técnicas de planejamento e ordenamento urbanístico no povoamento das áreas coloniais brasileiras, mas, sim, buscamos perceber o modelo português de estruturação espacial, para então, compreender a realidade de Olinda na atualidade enquanto patrimônio mundial. Isto é, faz-se necessário depreender o modo lusitano de organização interna do espaço urbano, pois foram estes padrões os elementos norteadores das práticas implementadas em suas colônias.

Nesta direção, vale mencionar que existe um intenso debate no sentido de tentar verificar se houve nas cidades coloniais um planejamento urbanístico por parte de Portugal. Busca-se analisar, sobretudo, se ocorreram inovações urbanísticas nos padrões implementados nas colônias em função das transformações nas concepções filosóficas, econômicas e sociais latentes naquele momento na Europa. De modo que é questionado, frequentemente, se as primeiras vilas e cidades foram concretizadas aleatoriamente ou se foram pensadas apenas pelo critério da necessidade de defesa do território.

Não podemos esquecer que no período dos descobrimentos o mundo ocidental passava por uma fase de transição com intensas transformações, saía da Idade Média para a Idade Moderna. Obviamente, que mudanças tão profundas não aconteceram em um clique, por isso, alguns espaços do Novo Mundo ficaram com marcas mais intensas das heranças da época medieval, enquanto em outros as influências renascentistas se sobressaíram.

Desta forma, vale referir que as cidades são resultantes do acúmulo de tempo, são a imagem mais nítida da materialização das diversas fases da história – um sistema extremamente complexo que não pode ser analisado pelos fragmentos dos acontecimentos – elas espelham o processo de evolução e transformação cultural do ser humano.

Uma cidade é um sistema de alta complexidade e que, portanto, não pode ser compreendido apenas através duma abordagem analítica, quero dizer, fragmentária e através de vários pontos de vista em separado. Isto explica a dicotomia que sempre tem existido para descrever dois tipos distintos de cidades. Estas têm sido classificadas em cidades ditas «naturais, espontâneas, irregulares, orgânicas ou irracionais» versus as cidades ditas «artificiais, planeadas, regulares, geométricas ou racionais». No entanto esta oposição não é assim tão linear. (GUERREIRO, 2011, p.69).

Vale destacar que os países colonizadores encontraram nas terras descobertas, quase que folhas em branco, a serem por eles escritas, haja vista que os padrões de organização dos povos nativos terem sido totalmente desprezados, considerados arcaicos e atrasados. Tal acontecimento, aliado ao poderio bélico e militar dos colonizadores, resultou no aniquilamento quase que pleno destes modos de viver e de se organizar espacialmente.

O fato é que – planejada ou não, medieval ou renascentista, de qualquer maneira – fortes marcas do passado resistiram, tanto em Sintra, Évora e Guimarães, como também em Olinda, sendo, justamente, a força dessa resistência de outras temporalidades que fez conferir a esses sítios o título de patrimônio da cultura mundial.

Contudo, não podemos perder de vista que cada cidade é única mesmo que possuam uma matriz comum, a combinação dos fatores resulta em arranjos diferenciados.

Ainda que Olinda tenha sua gênese lusitana, sendo bastante importante perceber as características herdadas, o objetivo de nossa análise não se concentra na abordagem urbanística, mas, sim, no fato destas cidades possuírem um título de peso mundial, que as diferencia dos demais núcleos urbanos, recebido exatamente em função de sua história e de seu padrão urbanístico e arquitetônico.

Em outras palavras, partimos do pressuposto de que Sintra, Évora, Guimarães e Olinda são convergentes, em primeiro lugar, em função da referida matriz portuguesa e, em segundo lugar, por possuírem o título de patrimônio mundial concedido pela UNESCO. Tais fatos permitem fortalecer a nossa abordagem acerca dos desafios a serem enfrentados na gestão e ordenamento dos lugares declarados patrimônio frente ao dinamismo dos dias atuais além de, especialmente, admitir estabelecer meios para compreensão das realidades luso-brasileiras na contemporaneidade.

Enfatiza-se que as razões para a escolha de Évora, Guimarães e Sintra, como sítios de referência da matriz urbana portuguesa ocorreu, primeiramente, em função dos dois primeiros casos se apresentarem extremamente importantes na constituição e consolidação do território de Portugal.

Já Sintra vem enriquecer nossa linha de análise na medida em que, assim como Olinda, se encontra na região metropolitana de uma grande cidade, isto é, Sintra está para Lisboa como Olinda está para Recife.

Em síntese, a diversidade de contextos e, ao mesmo tempo, a uniformidade promovida pela forma portuguesa de arranjar/arrumar o território, vistas nos três casos permite a confrontação com as combinações realizadas por Portugal no período colonial em Olinda.

É preciso perceber o processo de concepção de Olinda a partir de uma forma portuguesa de fazer as vilas e cidades. “O objetivo central da história do urbanismo é, afinal, saber como num dado momento se fez cidade e como a partir dessa matriz ela se desenvolve.” (ROSSA e TRINDADE, 2006, p. 96).

Um fator bastante importante consiste no fato dos três casos portugueses, assim como Olinda, terem seu traçado urbano bastante vinculado às condições da topografia. Aliás, no traço urbano português uma das marcas, senão a principal, é a estruturação a partir dos elementos topográficos.

Quando analisamos a história do urbanismo em Portugal temos, em linhas gerais, até o período de transição da Idade Média para o Renascentista, uma realidade semelhante ao que se observa na Europa Centro-Occidental. Isto é, espaços caracterizados por padrões urbanos resultantes da Antiguidade, onde o fator orgânico do traço urbano se destaca e, em muitos casos, existindo a associação com as crenças religiosas – divindades como elemento de convergência da vida do lugar.

Neste sentido, tem-se ainda as povoações urbanas decorrentes do padrão romano que foram marcadas pela planificação, pelo traçado reto e pela presença de templos no cimo dos núcleos urbanos, além de serem muitas vezes cercados por muralhas.

Deve-se perceber que ao contrário das terras descobertas – que se apresentavam aos olhos dos colonizadores enquanto papéis em branco – a Europa, foi sendo urbanisticamente pensada, ou melhor, realizada em camadas sobrepostas, se configurando enquanto um palimpsesto onde vários textos foram escritos uns por cima dos outros, sobretudo pelos pincéis das constantes disputas territoriais. Espaços construídos por disputas territoriais, onde as culturas, as identidades eram, vez por outra, transformadas/substituídas, na medida que se ganhava uma guerra e se tomava a força um dado território.

Deste modo, a morfologia passava a ser construída a partir de outros interesses e estratégias de ação, constituindo-se, assim, os espaços das cidades europeias documentos da história humana com várias camadas sobrepostas. Isto é,

muitas cidades eram reordenadas “aproveitando” o que ficava do domínio anterior, assim podemos afirmar que a Idade Antiga seria a base da pirâmide, o primeiro texto escrito, seguido do legado deixado pelo Império Romano, depois a Idade Medieval com o domínio da Igreja Católica, onde a cidade era toda redimensionada para acentuar o poder religioso.

Em sucessão à Idade Antiga e Média chegamos a Idade Moderna com o Renascimento, onde o ser humano é posto em evidência, havendo um redirecionamento urbanístico a partir da retomada das ideias do período clássico, com destaque para o tratado de Vitruvius. (ROSSA e TRINDADE, 2006, p.88).

No tocante ao urbanismo português, observa-se que, a partir dos séculos XV e XVI, esse passou a ser influenciado pela teoria e prática então aplicadas na Europa, pensada de acordo com o urbanismo renascentista, sobretudo, desde o legado vitruviano. Deve-se mencionar que o arquiteto romano, Vitruvius, foca sua abordagem na construção de um arcabouço teórico do que, para ele, seriam as cidades ideais. Neste sentido temos:

A maior parte das interpretações dos seus escritos atribuem à sua cidade uma forma poligonal, inscrita num círculo, com uma estrutura de ruas radioconcêntrica, irradiando de uma praça central. Esta ideia de cidade vai estar na base de praticamente todas as formulações de cidades ideais renascentistas. (TEIXEIRA e VALLA, 1999, p.121).

Tal modelo urbanístico, embasado no contributo vitruviano, gera intenso debate no meio científico que indaga se, nas primeiras vilas e cidades do Brasil, houve algum tipo de influência do momento renascentista que a Europa vivia. Em outros termos, é questionada se na matriz portuguesa de elaboração do espaço colonial já estavam presentes, no momento da execução, as inovações trazidas pela renascença ou se foi o modelo medieval que prevaleceu.

De toda forma, independentemente de ter prevalecido as referências medievais ou renascentistas, deve-se lembrar que desde a Antiguidade as aglomerações urbanas foram sendo pensadas sob a égide da defesa territorial, baseadas em um modelo militar.

À época, o urbanismo no mundo era pensado a partir de mecanismos que assegurassem a defesa, isto é, as condições naturais (topografia, proximidade de mananciais hídricos e outros) do sítio se apresentavam como aliadas ou como

obstáculos para garantir, o que naquele momento era mais importante, ter o controle dos espaços frente às constantes disputas territoriais.

Retomando o debate sobre a matriz urbanística portuguesa temos as considerações de Teixeira e Valla (1999, p.133) os quais afirmam que na segunda metade do século XVI, a ocupação das áreas coloniais era realizada com base em um modelo militar, onde eram frequentes as construções de fortes e fortalezas a partir de concepções renascentistas.

Além disso, é defendido pelos autores que as intervenções realizadas no território lusitano se baseavam na influência dos teóricos italianos<sup>2</sup>. Afirmam que as ideias italianas inspiraram todo desenvolvimento urbanístico europeu e que, principalmente, os ideais do urbanismo difundido a partir da retomada das contribuições da idade antiga, foram implementados nas cidades coloniais da África, das Américas e do Oriente.

Já Azevedo (1998) assinala o fato de, embora existam alguns exemplos de cidades coloniais ainda nos séculos XVI e XVII com traçado regular, que somente a partir do século XVIII é que serão mais frequentes no Brasil.

O autor argumenta, ainda, sobre a necessidade de perceber que uma questão não anula a outra, isto é, o debate que existe no sentido de tentar verificar se houve uma regularidade do traçado das cidades brasileiras muitas vezes se esgota na medida em que: “não devemos esquecer que cidades regulares podem resultar de fatores naturais e históricos e não, necessariamente, de processos de planificação, que antecedem a sua fundação.” (AZEVEDO, 1998, p. 42).

Além disto, destaca que o padrão geométrico, sobretudo em quadrícula, é que vai caracterizar as cidades denominadas de novas, não sendo a regularidade o cerne da questão, pois pode estar presente em ambos os casos.

Filho (1998) traz ao debate a perspectiva de que o urbanismo se apresenta enquanto mecanismo de transformação contínua na estruturação dos espaços das cidades.

O autor indica que, em seu espectro de análise, são frequentes os debates em torno de formulações que buscam responder ao questionamento sobre os territórios serem resultantes de um pensamento prévio, se seguiram este ou aquele padrão. Conclui que, na verdade, importa perceber que, de uma maneira ou de

---

<sup>2</sup> Teixeira e Valla (1999, p. 121) destacam os tratados de Alberti, de Giorgio Martini e de Serlio.

outra, espontâneo ou dirigido, foram socialmente pensados pelos modos de viver e de ver as coisas, sendo os lugares constituídos pelas *praxis* do urbanismo que se apresentam fortemente vinculadas aos anseios das diversas temporalidades.

Todavia, deve-se notar que seguindo um planejamento prévio ou realizado “espontaneamente”, medieval ou renascentista, que as formas de estruturação dos sítios urbanos firmam-se a partir de uma cultura do território.

Segundo Rossa e Trindade (2006, p. 74):

Independentemente da inovação importada e da inventividade própria do período em que se deflagra o processo da expansão portuguesa para fora da Europa, à partida não podemos descartar a hipótese da continuidade [...]. Importa, por exemplo, questionar até que ponto a experiência dos longos processos portugueses de reordenamento do território e de reconformação da rede urbana síncronos com a consolidação da nacionalidade, não foi relevante nesse novo momento com solicitações que, em muitos casos, eram semelhantes.

Nesta direção, ou seja, apoiada na existência de uma cultura e de uma identidade na constituição do território urbano, principalmente nas cidades coloniais, temos o caso da Vila de Olinda, fundada pelo Donatário Duarte Coelho, que nitidamente representa a forma urbanística lusitana. O seu assentamento sobre colinas, vista privilegiada para o mar e proximidade de um manancial hídrico (Rio Beberibe), apresentaram-se para os colonizadores como o sítio ideal para a fundação da sede de uma das capitanias. Tal situação reflete o que Fernandes (2006 p. 134) define como personalidade própria dos espaços urbanos de raiz portuguesa.

Deve-se destacar que esse cenário, considerado ideal para os colonizadores portugueses, era totalmente desfavorável para o desenvolvimento de uma vila ou cidade na concepção dos holandeses. Tal fato se confirma, em 1630, quando Olinda é invadida pelos holandeses, que se recusam a manter a sede do poder na então vila, exatamente por essa, ser assentada em uma colina e por acreditarem que o sistema defensivo ficaria comprometido. Sendo assim, Olinda foi incendiada e a ocupação transferida para a parte baixa, que futuramente viria a ser a cidade do Recife.

Lobo e Simões Júnior (2014, p. 40) afirmam que: “este episódio mostra bem a diferença de atitude e de cultura dos dois povos e ajuda a perceber qual foi o sentido de ordem e de paradigma que os portugueses seguiram.”.

Importa mencionar que a escolha desses sítios pelos colonizadores portugueses tinha como objetivo dificultar o acesso de possíveis invasores, pois acreditavam que em função da topografia elevada e por terem vista privilegiada do território a partir das elevações, os ataques seriam mais difíceis. Nesta linha de pensamento são as considerações de Bruna (2014, p.48):

Desse modo, a ocupação urbana começava nas cumeeiras das colinas e, acompanhando as encostas do terreno, se estendiam pelas ladeiras declivosas. Havia uma concatenação que se pode dizer ter sido exemplar ao articular os traçados das cidades com as particularidades geográficas.

Exemplificando a matriz portuguesa, temos no Brasil, além de Olinda, os exemplos de São Vicente (São Paulo), Salvador da Baía, São Sebastião (Rio de Janeiro), Filipeia de Nossa Senhora da Neves (Paraíba), Ouro Preto (Minas Gerais), entre outros, que até os dias atuais conservam, em maior ou menor escala, nos seus sítios históricos, elementos urbanísticos e arquitetônicos plasticamente semelhantes às antigas vilas e cidades portuguesas.

Neste sentido, temos as considerações de Ferrão (2014, p. 10):

É surpreendente, face a ocorrência de contextos e circunstâncias tão diversas ao longo do tempo e entre Brasil e Portugal, como em vários aglomerados estudados se verificam linhas de continuidade significativas no modo como os elementos e estruturas do tradicional paradigma luso-brasileiro de urbanismo de colina vão sendo reciclados e aprofundados e através de sucessivas ocupações, fases de crescimento e intervenções urbanas.”

Enfatiza-se, ainda, que a identidade cultural do território constituída a partir da matriz urbanística e arquitetônica portuguesa também pode ser vista em outros sítios do mundo, a título de exemplo, na África, nas Ilhas Atlânticas e na Ásia.

De acordo com o IGESPAR existem onze lugares classificados como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO, por existirem, até os dias atuais, marcas da origem portuguesa, sendo seis centros históricos localizados no Brasil<sup>3</sup>, (conforme Figura 1), três na África e dois na Ásia<sup>4</sup>.

Retomando o caso de Olinda, enquanto sítio de origem lusitana, deve-se perceber que a localidade passou por três fases: a primeira, no século XVI até a

<sup>3</sup> Deve-se indicar que além dos seis centros históricos existem mais três sítios do período colonial de vínculo evidente com Portugal.

<sup>4</sup> Vale referir que os sítios classificados na África são: Cidade Portuguesa de Marzagão (Marrocos), Cidade Velha de Cabo Verde e a Ilha de Moçambique - e na Ásia: Igrejas e conventos de Goa e o Centro Histórico de Macau.

invasão holandesa em 1630; a segunda fase, de 1630 a 1654 com o domínio holandês; e a terceira, a partir de 1654, após a expulsão dos holandeses.

No primeiro momento, desde o estabelecimento de Olinda em 1537, como sede da capitania, até 1630, predominou a implantação de modelos semelhantes aos que vigoravam internamente em Portugal entre os séculos XI a XIV – núcleos urbanos nascidos e ordenados a partir da necessidade de defesa do território, geralmente, fixados em locais de topografia mais elevada do que as áreas do entorno. (LOBO, SILVA e SIMÕES JÚNIOR, 2014, p. 433).

Figura 1 – Sítios brasileiros de origem portuguesa declarados patrimônio mundial pela UNESCO



Fonte: IGESPAR, 2014. (Adaptação da autora).

Na segunda fase, a de domínio holandês em Pernambuco, ocorre o abandono por parte dos moradores após o incêndio, ficando apenas algumas casas religiosas ocupadas de modo precário. (MENEZES, 1998, p. 345).

A terceira fase, sem dúvida a mais importante, iniciou-se, no século XVII, após a expulsão dos holandeses, momento em que Olinda passa a ser reconstruída.

Deve-se mencionar que, embora Olinda tenha deixado de ser a sede do poder português em terras pernambucanas, é nesta fase que a matriz portuguesa de organização espacial se fixa de maneira mais efetiva e mais estruturada, por exemplo, com a expansão das áreas ocupadas. Importa clarificar que foram poucas

as inovações no núcleo inicial, manteve-se o padrão da primeira fase, ocorrendo apenas a introdução paulatina de uma maior regularidade do traçado das vias.

Por fim, vale lembrar que após a independência do Brasil de Portugal, Olinda em sua totalidade, passou por sucessivas fases de ampliação da ocupação e do povoamento, sobretudo, teve as áreas planas, próximas a praia, valorizadas e ocupadas. Contudo, a chamada cidade alta manteve a gênese urbanística portuguesa preservada. Essa, entretanto, em alguns momentos da história esteve desconectada do restante da cidade, até o final da década de 1960, quando se iniciam as políticas de proteção e tombamento do sítio histórico.<sup>5</sup>

Passando ao lado das polêmicas a respeito de uma matriz urbanística portuguesa, voltamos nosso olhar para a identificação de dois elementos, que em nossa opinião se apresentam como selo do urbanismo de Portugal, sobretudo nos primeiros séculos de vida das colônias: a escolha de sítios mais elevados, enquanto estratégia de defesa territorial e a constante presença de igrejas católicas, como difusoras da ocupação.

Ressalta-se que a presença de igrejas se configura como uma marca da ocupação portuguesa, não só no Brasil como também nas demais áreas que foram colônia de Portugal, (Figura 2) o que nos indica a forte influência da Igreja Católica no processo de estruturação do espaço. (AZEVEDO; TEIXEIRA e VALLA; FILHO; MENEZES; LOBO e SIMÕES JÚNIOR, 1998, 1999, 1998, 1998, 2014)

Vale lembrar que também são traços comuns: a presença de monumentos para defesa militar (fortes e fortalezas) e a disposição das casas de modo conjugado.

Assim, temos em destaque na estruturação espacial, de um lado, a preocupação com a defesa do território, e de outro, as igrejas. Sendo, em especial, no entorno desses equipamentos que se desenvolviam os núcleos urbanos dos sítios colonizados.

Desta forma, podemos afirmar numa perspectiva generalista, que a matriz portuguesa inicial de ocupação era regulada pela combinação de quatro fatores – não necessariamente implementados em ordem – quais sejam: localização/posição estratégica; poder religioso/igreja católica; defesa do território/fortes e fortalezas; e disposição das casas de maneira conjugada.

---

<sup>5</sup> Tombamento do Sítio Histórico de Olinda, em 1968 através de notificação nº. 1004, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.

Figura 2 – Sítios africanos e asiáticos de origem portuguesa declarados como patrimônio mundial pela UNESCO



Fonte: IGESPAR, 2014. (Adaptação da autora).

Em síntese, cumpre ressaltar que, do ponto de vista estético temos na identidade, na cultura do território brasileiro - independentemente de ser de traçado medieval ou moderno, de ter sido constituído espontaneamente ou de maneira planejada -, até os dias atuais, as heranças do urbanismo de origem lusitana, as marcas dos tempos da colonização que resistiram, e que influenciam o “espírito do lugar”<sup>6</sup>, sendo exatamente a configuração urbana resultante deste período da história o elemento que fez com que alguns destes sítios fossem classificados como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO.

Todavia, se faz necessário perceber que, embora existam de forma inegável heranças e vínculos deixados pelo contato entre os povos colonizados e os colonizadores, que cada lugar se adapta e se reinventa em função de diversos fatores ao longo da história.

Destarte, manifesta-se a urgência de pensar em mecanismos para fazer conviver o “novo” e o “velho” de maneira interconectada, a fim de que estas

<sup>6</sup> De acordo com a declaração de Québec (ICOMOS, 2008) sobre a preservação do “*Spiritu loci*”, definido como os elementos tangíveis (edifício, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos, escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.), isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar.

heranças de outros tempos não se tornem “elefantes brancos” – vivos em sua materialidade, porém mortos em sua essência e desconectados da vida dos atores locais.

Neste sentido, Ferrão (2014, p.11, grifos nossos) afirma:

O futuro destas cidades não é linearmente previsível nem está automaticamente garantido por sistemas nacionais ou mesmo internacionais de classificação patrimonial. **Esse futuro constrói-se e essa construção exige uma agenda transformadora que saiba conciliar tradição e transição, filiação e mudança, revitalização e modernização inclusiva, conhecimento técnico-científico e participação dos cidadãos, inovação local e abertura ao exterior.**<sup>7</sup>

Deste modo, fica nítida a necessidade de se realizar estudos sobre as marcas de tempos passados em um mundo globalizado, pois ao buscar compreender as transformações e dinâmicas promovidas com o recebimento do título de patrimônio pela UNESCO, temos aberto um rico horizonte de análises para perceber as questões inerentes a cultura e a identidade dos lugares.

Assim, em resumo, ao confrontar a realidade presente em Olinda, enquanto sítio classificado pela UNESCO, com os casos de referência de Sintra, Évora e Guimarães, representantes do modelo português de estruturação espacial, temos a possibilidade de pensar sobre estratégias de transformação, em que a essência primeira do patrimônio não se perca frente às pressões de um sistema econômico perverso. Sistema esse, onde tudo ou quase tudo é visto como uma mera mercadoria, que em diversas circunstâncias, ao invés de promover melhorias nas condições sócio-espaciais, acaba por favorecer a standardização, a sedimentação das desigualdades e a fragmentação dos lugares patrimoniais.

Desta maneira, na tentativa de entender e contribuir com a gestão das áreas classificadas é que temos a seguir a primeira parte da tese, onde constam as ferramentas teóricas, em especial, os conceitos de identidade, cultura e patrimônio, as quais julgamos úteis à clarificação do objeto de estudo.

---

<sup>7</sup> Texto em destaque em função da capacidade de sintetizar as ideias que valorizamos e compartilhamos e que se encontram no cerne do desenvolvimento da presente tese.

## PARTE I - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E MATRIZ CONCEITUAL

Diante dos apontamentos iniciais faz-se importante mencionar que o desenvolvimento desta primeira parte encontra-se estruturada em três capítulos, que têm como objetivo realizar a revisão da bibliografia e discutir os conceitos estruturantes.

Deste modo, buscar-se-á realizar uma abordagem epistemológica sobre os conceitos de cultura, identidade e patrimônio, além de realizar uma análise teórica acerca dos lugares classificados, no que se refere ao reconhecimento, ao estatuto, as oportunidades e as ameaças.

Ainda nesta primeira parte, serão realizadas análises sobre os conceitos de desenvolvimento e governança dos lugares patrimônio da humanidade, com ênfase no conceito de desenvolvimento local ancorado na cultura e no patrimônio cultural. Ressalta-se que considerar-se-á a atuação dos agentes públicos no processo de planejamento e gestão dos espaços, bem como a participação da população local.

Deve-se ressaltar que partimos da premissa de que os elementos concretos/materiais e abstratos/imateriais constituidores dos espaços se articulam e se entrelaçam de acordo com um processo dialético da definição do poder. Assim, a análise dos lugares patrimônio da humanidade permite materializar essas relações de uso e poder onde inevitavelmente os *localismos* e os *globalismos* se contrapõem num jogo de interesses.

Importa pontuar que os sítios patrimoniais, em nossa concepção, devem ser pensados a partir dos elementos elaborados de “dentro para fora”, isto é, primeiramente devem ser consideradas as questões locais, a fim de evitar os frequentes conflitos decorrentes dos elementos impostos de “fora para dentro” resultantes da tendência a homogeneização imposta pela globalização<sup>8</sup>.

Em resumo, é preciso estar atento para a gestão e o ordenamento dos lugares patrimônio, é necessário articular as perspectivas locais e globais, haja vista a premente necessidade de garantir a preservação do patrimônio e, sobretudo, o atendimento dos anseios e necessidades dos atores do lugar, a partir da construção de meios onde o “velho” e o “novo” possam conviver de mãos dadas para a promoção do efetivo desenvolvimento sócio-espacial.

---

8 Quando utilizamos os termos de “dentro para fora” e de “fora para” fazemos menção ao processo de tomada de decisão com base em fatores endógenos e exógenos, respectivamente.

### 3. CULTURA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO

O presente capítulo estruturado em três subseções dedica-se às reflexões teórico-conceituais, conforme veremos a seguir.

Desta maneira, faz-se mister ao estudar os lugares definidos enquanto patrimônio da humanidade perceber que estes são, em primeira instância, fruto de uma(s) dada(s) identidade(s) originária(s) de outras temporalidades. Identidade(s) esta(s) que ao permanecer(em) e se fixar(em) através dos tempos passa(m) a fazer parte da “cultura do mundo” no momento do recebimento do título conferido pela UNESCO.

#### 3.1. O conceito de cultura na perspectiva geográfica

Importa destacar, inicialmente, a origem e evolução da palavra cultura, que surge do latim *colere* e apresenta como significado a ação de cultivar a terra e criar o gado. Segundo Crespi (1997, p. 14-15), os gregos designavam cultura a partir do conceito de *paideia*, termo esse usado para se referir ao processo de formação da personalidade humana através da aprendizagem, sendo considerado culto ao indivíduo que assimilasse os conhecimentos e valores socialmente construídos, transformando-os em qualidades pessoais.

O referido autor aponta, ainda, para o fato de, somente no século XVIII, o termo cultura ter tido seu significado ampliado, passando então a ser visto como: “patrimônio universal dos conhecimentos e valores formativos ao longo da história da humanidade, e que, como tal, é aberto a todos, constituindo enquanto depósito da memória coletiva, uma fonte constante de enriquecimento da experiência.”

O conceito científico de cultura remonta ao século XIX, quando o etnólogo americano Edward Tylor teoriza acerca do referido conceito. Segundo Crespi (1997, p. 13) “Tylor definia a cultura como aquele conjunto de elementos que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, usos e quaisquer outras capacidades e costumes adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade”.

Faz-se necessário notar que, a cultura se apresenta enquanto um produto da ação humana.

Conforme Almeida (2005, p. 8):

Constitui-se como uma forma de expressão da mente humana exteriorizada através do seu sentido material (ex. monumentos), ou imaterial (ex. literatura, música), fornecendo um contexto e prazer de fruição, assumindo-se como estrutura do presente, do passado e do futuro.

De outro modo, Cuche (1999, p. 21-22) define que a noção de cultura se apresenta enquanto um meio, uma ferramenta de pensamento das ciências sociais para analisar o ser humano por uma ótica diferente da biologia, isto é, busca entendê-lo enquanto ser adaptável e adaptante do meio natural.

Em outras palavras, o ser humano ao se apropriar dos recursos naturais, utilizando formas específicas em função da disponibilidade/diversidade destes, vai construindo o que chamamos de cultura, assim como faz nascer a pluralidade cultural. Isto é, os grupos humanos ao possuírem recursos diferenciados, vão ter de arranjar maneiras, combinações igualmente diferentes para atender as suas necessidades e seus projetos.

De acordo com a UNESCO (1982) na Declaração do México sobre as Políticas Culturais, a cultura se constitui em conjunto distinto de atributos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social, onde se abarca não somente as artes e a literatura, como também os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças e os direitos fundamentais do ser humano. É a cultura que permite ao ser humano tomar consciência acerca de suas práticas e ações, além de proporcionar a percepção de que as sociedades estão em um processo contínuo de significação e ressignificação.

Observa-se que, no processo de adaptação e de transformação da natureza ao longo da história da humanidade, alguns elementos materiais e imateriais foram sendo deixados pelos grupos humanos como marcas ou heranças, a estes elementos atribuído valor diferenciado. Cuche (1999, p. 3) esclarece que “se a cultura não é um dado, uma herança que se transita de geração em geração, é porque é uma produção histórica, quer dizer, uma construção que se inscreve na história e mais precisamente nas relações dos grupos sociais uns com os outros”.

É interessante notar que, a cultura se “apoia” no passado, mas ao mesmo tempo se apresenta dinâmica, se reinventa no presente, ao passo que materializa-se no território e “sofre” as influências das transformações decorrentes do contato entre

os grupos sociais, ou seja, configura-se, por um lado, de elementos que resistem ao tempo e, por outro, de elementos novos.

Neste sentido, Claval (2007, p. 63) afirma que:

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos [...] Ela tem um passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é portanto um conjunto imutável de técnicas e de comportamentos. Os contatos entre os povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo. A cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem em seu seio.

Outra questão interessante a se considerar é que no mesmo período em que se define a concepção de cultura, no século XIX, nasce o conceito de civilidade ou civilização, como forma de rejeição ao domínio da barbárie, de povos tidos como não civilizados.

A ideia de civilidade é produto da profunda transformação ocorrida no pensamento ocidental relativamente a dimensão histórica; de fato, com o Iluminismo, e contrariando os conceitos teológicos, vai-se confirmando a perspectiva evolutiva da história da humanidade como um contínuo progresso determinado pelos seres humanos.” (CRESPI, 1997, p. 15).

A noção de civilização e de cultura são vistas hoje como formas de “integração” e de valorização do específico e do único.

Vale lembrar que, ao longo da história da humanidade, apesar da tendência expansionista e etnocêntrica, temos hoje muitos dos sítios declarados patrimônio mundial, justamente em função de expressar o contato, as lutas, as disputas territoriais entre os grupos humanos. Em síntese, a criação, na década de 1970, de meios de controle e proteção dos lugares, em que as temporalidades impressas no espaço resistiram ao tempo, são o símbolo do “amadurecimento” e “evolução” dos conceitos de cultura e civilização a partir da ótica ocidental.

Nesta direção, Brito Henriques (2003, p. 51) chama atenção para a ameaça da perspectiva etnocêntrica afirmando que: “o etnocentrismo perturba a nossa percepção do Mundo, levando-nos a tomar como universais tendências que nos são particulares.”

Desta forma, deve-se enfatizar que a cultura é o resultado da combinação entre os elementos intrínsecos de um dado grupo humano sob a influência das

externalidades, ou seja, a cultura resulta do somatório entre as especificidades locais e generalidades globais.

Devemos reconhecer que são os fatores internos que preponderam sobre os fatores externos; contudo, com o avanço das técnicas e das tecnologias – sobretudo as ligadas às telecomunicações e aos transportes – que cada vez mais assistimos a um processo de pressão sobre os fatores internos “formadores” das diferentes culturas existentes, ainda hoje, no mundo.

Kashimoto et al. (2002, p. 35) definem cultura:

Como um conjunto de atividades e crenças que uma comunidade adota para enfrentar os problemas impostos pelo meio ambiente, noção que será complementada pela definição segundo a qual a cultura é o conjunto de soluções originais que um grupo de seres humanos inventa, a fim de se adaptar a seu meio ambiente natural e social.

Assim, pode-se concluir que a noção de cultura representa/expressa a totalidade das múltiplas interações do ser humano com a natureza. Abrange desde hábitos cotidianos até os processos de tomadas de decisão realizados de forma individual ou coletiva.

Enfatiza-se que, mesmo havendo uma evolução teórica e, em alguns casos, prática no entendimento do que vem a ser cultura, devemos ter em mente o constante questionamento sobre o que é intrínseco e exterior à(s) cultura(s). Ademais, é necessário atentar-se aos resultados promovidos pelo cruzamento destas duas variáveis.

Desta maneira, indagamos até que ponto os lugares definidos como patrimônio mantêm as características de sua gênese. Será que os elementos únicos de suas culturas ou paisagens se mantêm “isentos” às pressões, do que por hora chamamos, de forças globais? Em teoria, são as especificidades locais as responsáveis pelo recebimento do título, assim perguntamos se o contato e a exploração econômica podem favorecer a perda das características originais e a estandardização da cultura.

Neste sentido, Featherstone (2001, p. 89) ao realizar discussão sobre culturas globais e culturas locais afirma que:

[...] não significa que a intensificação dos fluxos culturais origine um maior cosmopolitismo e tolerância. Uma maior familiarização com “o outro”, quer em termos de modos de relacionamento interpessoal, quer de imagens e perspectivas, que os outros têm do mundo ou das diferentes ideologias, pode sempre dar origem ao sentimento perturbador de se estar a ser absorvido, ou vir a sê-lo.

O autor aponta, ainda, para tendência de uma intensificação da “fragmentação cultural”, onde os indivíduos ou assumem uma postura de se “agarrar” a identidade local ou “re-simbolizam” a realidade do lugar, de modo a se articular com a cultura global.

Uma outra questão, que antecede a oposição entre os elementos locais e os globais, consiste no fato dos indivíduos assimilarem a cultura de formas diferenciadas, haja vista que antes de serem pertencentes a uma coletividade são singulares. Deste modo, Claval (2007, p.14) afirma que:

A aventura pela qual cada um se impregna da cultura do grupo onde vive é fundamentalmente individual. Nem todo mundo recebe a mesma bagagem, não a interioriza da mesma maneira e nem a utiliza para os mesmos fins. A cultura é um dos fatores essenciais da diferenciação das situações sociais e do *status* que é reconhecido a cada um.

Desta forma, nota-se que os lugares declarados patrimônio da humanidade, por um lado, somente recebem o título em função de expressarem ou materializarem modos de existir e relações identitárias únicas que simbolizam fases do passado, da própria história da humanidade. De outro modo, são ainda definidos a partir de especificidades naturais que, mesmo não sendo obra humana, são “valorizados” ou não, conforme os valores inerentes aos grupos humanos, uma vez que as áreas definidas como patrimônio natural, assim o são a partir de critérios culturalmente criados.

Daí a importância de reflexões sobre o conceito de identidade para a compreensão dos mecanismos que envolvem os lugares definidos como patrimônio cultural da humanidade, pois a interiorização/valorização dependerá de como os atores percebem o patrimônio, a partir das dinâmicas locais e das pressões globais.

### 3.2. A Reflexões sobre a concepção de identidade

Importa realçar, primeiramente, que os conceitos de cultura e identidade se apresentam de maneira interconectada, pois é o agregamento de identidades que originam cultura(s) e vice e versa. Em outras palavras, na medida em que ocorre a “formação” de uma cultura, esta é, constantemente, influenciada por novas identidades que se originam, e assim sucessivamente.

Além disso, somos, inicialmente, individuais, formados na e pela influência de uma coletividade, depois pertencemos/somos a coletividade, que irá ser a base para a composição de “novas” identidades – culturas, assim por diante.

Desta maneira, importa mencionar que a concepção de identidade, deriva do latim, *identitatem*, cujo significado etimológico é ser o mesmo, dar-nos inicialmente o entendimento de unidade, de convergência de ideias e valores. Remete-nos a noção de pertencimento, onde a individualidade aparece enquanto um sentimento presente na coletividade e por vezes materializado no espaço.

Segundo Magnaghi, (2000 apud SAQUET, 2007, p.148):

A sociedade construindo o território, está se relacionando com o ambiente, historicamente. Assim define o conceito de identidade, como um código genético local, material e cognitivo; é um produto social, da territorialização e se constitui no patrimônio de cada lugar, econômica, política, cultural e ambientalmente. A identidade é formada pelas edificações [...], línguas, mitos, a religião, enfim pelos atos territorializantes dos atores sociais e históricos [...].

Deve-se perceber que os valores culturalmente construídos dão origem às relações de identidade dos grupos sociais e, reciprocamente, as relações de identidade influenciam na criação de valores culturais. Segundo Castells (2003, p. 2):

Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo. No que diz respeito aos atores sociais, entendo por identidade o processo de construção do significado com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras formas de significado.

Ainda sobre o tema, Hall (2006, p. 2) esclarece que a identidade se forma a partir: “da “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem”.

Silvano (2000, p. 172) ressalta, os desafios de se pensar o conceito de identidade nos dias atuais já que:

A questão das identidades culturais não pode ser abordada no exterior de uma reflexão sobre as novas formas de organização do território. Sobretudo porque assistimos a uma coexistência de formas diversas: as lógicas tradicionais permanecem, coexistem e, mais do que isso, articulam-se, com as lógicas modernas. É por isso importante não só identificar as formas

espaciais mas também compreender as articulações e os desajustes produtores de movimento.

Faz-se necessário ponderar que a noção de identidade, devido às acentuadas e aceleradas transformações na vida do ser humano em sociedade, em especial a partir do século XX, sofreu mudanças em seu entendimento, sendo a compreensão das diversas variantes que a compõe um desafio a ser considerado na contemporaneidade.

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade. (HALL, 2006, p. 5).

Deste modo, podemos afirmar que, as diversas culturas nascem das opções/escolhas feitas pelos seres humanos no processo de apropriação dos recursos e interação entre os indivíduos, sendo os modos diferenciados de existir os responsáveis pela criação da identidade dos povos.

Neste sentido, Saquet e Briskievicz (2009, p. 8) afirmam que:

A identidade é construída, desconstruída e reconstruída com o passar do tempo, no mesmo ou em lugares diferentes, como ocorre através das migrações. Os homens, através de seus gestos, necessidades e aprendizagens produzem e renovam suas identidades. Há uma sucessão de identidades. Aquelas que se *cancelam* e se *desagregam*, deixam traços materiais e imateriais.

Faz-se necessário deixar claro que, apesar da estreita ligação entre as noções de cultura e identidade, estes são campos de análise diferenciados. Cuche (1999, p. 123) esclarece:

Se as noções de cultura e de identidade cultural têm, em grande parte, destinos associados, não podemos confundi-las pura e simplesmente. No limite, a cultura pode existir sem consciência identitária, ao passo que as estratégias identitárias podem manipular e, inclusivamente modificar, uma cultura que deixará de ter grande coisa comum com o que antes era. A cultura releva em grande parte de processos inconscientes. A identidade, pelo seu lado, remete para uma norma de pertença, necessariamente consciente, porque assente em oposições simbólicas.

Assim sendo, ao pensar nos lugares definidos enquanto patrimônio mundial, deve-se ter em mente que pode haver uma percepção, por parte dos atores locais, de que estes espaços são elementos da cultura local. Contudo, o recebimento do título ou a permanência de elementos concretos, como por exemplo monumentos,

não cria necessariamente a existência de uma identidade, um sentimento de pertença.

De acordo com Saquet e Briskievicz (2009, p. 15)

As identidades são produtos dos processos históricos e relacionais, ou seja, da formação de cada território num contexto de relações sociais com o ambiente externo à vida em sociedade. A identidade, desta maneira, configura-se num patrimônio territorial a ser preservado e valorizado pelos atores envolvidos diretamente na sua constituição histórica e por outras pessoas que podem 'viver' esse patrimônio. O território, então, envolve esse patrimônio identitário: o saber-fazer, as edificações, os monumentos, os museus, os dialetos, as crenças, os arquivos históricos, as relações sociais das famílias, as empresas, as organizações políticas... Que pode ser potencializado em projetos e programas de desenvolvimento que visem sua preservação e valorização. A identidade, entre outros processos, corresponde a uma pré-condição subjetiva e objetiva que, com estímulos oportunos e com ações de *governança*, pode contribuir para um processo de desenvolvimento com certa autonomia para os atores de diferentes níveis sociais [...].

Tomando por referência as palavras apontadas acima por Saquet e Briskievicz, deve-se pensar no caso dos lugares patrimônio, que ao serem fruto de outras temporalidades/identidades, podem ter em seus espaços permanências, reproduções que resistem ao tempo e outros elementos/fatores que perdem a significação ou, até mesmo, apresentam-se como algo desconectado da vida dos atores locais. Em outros termos, a construção e a constante reinvenção da identidade não são impostas, mas, sim, resultantes da dialética entre o individual e o coletivo.

Não negamos aqui, em nenhuma hipótese, o valor das heranças *identitárias* e patrimoniais; contudo há de se verificar que as influências externas, muitas vezes "impostas" às dinâmicas locais, podem mascarar a real identidade dos grupos sociais, em função da ausência da apropriação social do patrimônio.

Não devemos esquecer, ainda, que o patrimônio – seja natural, cultural, material ou imaterial – é uma construção da cultura e, que, portanto, esses espaços, ao se constituírem em lugares pertencentes ao mundo, podem tornar-se, ao mesmo tempo, em espaços de ninguém. Tal fato ocorre a partir da perda da identidade, na medida em que as pessoas passam, visitam ou mesmo habitam, mas a única significação que conseguem perceber são os elementos concretos (monumentos, igrejas, palácios, entre outros) do patrimônio, morrendo assim a gênese do patrimônio cultural.

Cumpramos ressaltar que entende-se como patrimônio cultural tanto os espaços definidos pelo critério natural, já que são assim denominados em função de somente a cultura humana saber identificar o que faz parte da natureza ou não, como também os lugares estabelecidos em razão do critério cultural. Assim, tendo por partida a leitura dada pelo ser humano, tanto os elementos da natureza como os elementos da cultura são assim definidos.

Destacamos, ainda, que as dimensões do patrimônio denominadas/classificadas de material ou imaterial também fazem parte do que entendemos como patrimônio cultural, haja vista que os elementos concretos e os não concretos, igualmente, são frutos das abstrações/aspirações humanas.

Daí a necessidade de perceber quais os valores centrais presentes na identidade dos lugares definidos enquanto patrimônio da cultura de um povo. São preponderantes os valores criados a partir do recebimento do título? Ou o recebimento do título cria novas formas de olhar para as marcas concretas (monumentos, palácios, igrejas, entre outras) deixadas no espaço por identidades “passadas”, criando, assim, o que poderíamos chamar de uma identidade do patrimônio, fruto da sede do capitalismo em transformar todas as “coisas” em mercadorias?

Somam-se aos nossos questionamentos as considerações de Claval (2007, p. 181) quando afirma que:

Os sentimentos de identidade têm consequências geográficas aparentemente contraditórias: eles favorecem, através do sentimento de territorialidade, a emergência de espaços culturalmente homogêneos, e, ao mesmo tempo, permitem aos indivíduos ou aos grupos manterem suas especificidades quando misturados entre si. O cuidado em preservar sua identidade não impede o estabelecimento de relações com aqueles que são diferentes, mas introduz limites que proíbem a aceitação daquilo que ameaça os valores centrais que foram adotados.

Aprofundando as ideias temos as considerações de Silva (2000, p. 219), que afirma, por um lado, no mundo atual o relacionamento da sociedade com os tempos passados é influenciado pela excessiva velocidade das transformações sociais, sendo algo extremamente distante da realidade dos dias de hoje; contudo, a mesma autora afirma também que existe uma tendência em cultuar os elementos do passado, sobretudo através da exploração comercial/econômica das heranças do patrimônio, já que este pode se apresentar enquanto um elo, uma referência para a sociedade atual.

Assim, podemos perceber que a concepção de identidade nos dias atuais não está desatrelada aos interesses da fase atual do capitalismo denominada cultural (Zizek, 2011), especialmente, quando pensamos nos lugares patrimônio enquanto um meio com bastante potencial a ser explorado.

Neste sentido Silva (2000, p. 221) nos alerta para o processo de ameaça que ronda os lugares patrimoniais ao afirmar que: “a identidade representada por esses sítios patrimoniais é ainda menos identitária que a suposta identidade urbana que a fabricou. O patrimônio é antes de mais o patrimônio dos povos e das gentes que lhe adstringem valor”. A autora segue ilustrando que, a depender dos mecanismos adotados, “estes são locais vazios, descontextualizados, são representações plásticas de um passado irreal, sem sons nem cheiros sem vivência alguma”.

Em síntese, devemos ter em mente que os sítios patrimoniais não podem conviver com esse processo de comercialização excessiva, imposto sobretudo pelo setor do turismo, se quiser ter garantido, o sentido primeiro da definição, que é a preservação da identidade e da cultura.

### 3.3. O patrimônio enquanto ferramenta conceitual

Deve-se pontuar, primeiramente, que o patrimônio é resultante dos diversos elementos constituidores da cultura. É o espelho da “evolução” da existência humana, na medida que “conserva” as heranças imateriais ou materiais resultantes dos vários modos de existir. Se origina da memória coletiva, dos valores que os grupos sociais atribuem tanto aos elementos concretos (palácios, igrejas, monumentos, entre outros), como aos abstratos (ritos, crenças, danças, músicas, lendas, etc.).

Nesta direção temos as observações de Folgado (2010, p. 323):

O património cultural – imóvel, móvel ou imaterial – é sempre uma versão da memória colectiva em permanente construção. A necessidade sentida pelas sociedades modernas em legitimar uma identidade dependeu de múltiplos actores, circunstâncias e contextos, que conjuntamente validam práticas e actuações que através da seleção, perda, omissão ou proteção de objetos, saberes, actividades ou locais legitimaram uma história reconhecida pelas suas diversas produções.

Importa, também, quando tratamos de lugares classificados enquanto patrimônio da humanidade, refletir sobre a espacialidade frente às transformações

na dinâmica geopolítica do mundo. É preciso pensar nas questões apontadas por Moraes (2005, p. 35) quando diz que:

Numa abordagem geográfica, a história humana pode ser vista como uma progressiva apropriação da superfície terrestre pelos diferentes grupos sociais. Neste movimento, tais grupos imprimem nos espaços que acolhem características das relações que ordenam seu modo de vida. [...] Tratam-se de riquezas naturais transformadas em objetos de consumo e de formas construídas que se agregam ao solo sobre o qual estão erguidas. [...] Em outras palavras, trabalho materializado na paisagem, valor depositado nos lugares – é em função disto que os espaços passam a se diferenciar por características humanas e não apenas por condições naturais variáveis.

Assim, pode-se notar que os lugares patrimônio apresentam, de forma bastante nítida, todo esse acúmulo de tempo, são o espelho desse processo onde houve a sobrevivência de marcas de outros tempos. Configuram-se, então, como testemunhos das transformações nos modos de existir.

De acordo com as ideias de Claval (2007), podemos afirmar, de forma sintética, que todo esse processo de transformação é resultante da(s) cultura(s), constituída(s) por uma criação coletiva e em constante renovação a partir das necessidades/intencionalidades humanas, a serviço da organização, bem como pela dominação do espaço.

Desta maneira, adentramos no universo do conceito de patrimônio, fazendo-se necessário perceber o significado etimológico da palavra, que deriva do latim *patrimonium*, e tem como significados: herança paterna; bens de família; bens necessários à ordenação e sustentação de um eclesiástico; quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade.

Quando observamos o senso comum, percebemos que o termo, é comumente utilizado como sinônimo de riqueza e bem material. Destaca-se, ainda, que traz consigo a noção de bem, proveniente de herança ou fruto do trabalho que um indivíduo ou uma empresa possui.

Deve-se ressaltar que, no processo de construção e evolução do conceito de patrimônio a concepção e valorização das heranças remontarem as civilizações antigas. Nestes termos, temos:

Muitos são os estudos que afirmam constituir-se essa categoria em fins do século XVIII, juntamente com os processos de formação dos Estados nacionais, o que é correto. Omite-se no entanto, o seu caráter milenar. Ela não é simplesmente uma invenção moderna [...] estamos diante de uma categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana [...]. (GONÇALVES, 2002, p. 21)

É preciso ilustrar que a preocupação, de modo mais “estruturada”, com o patrimônio remonta ao século XVIII. Segundo Zanirato e Ribeiro (2006, p. 252):

A preocupação com a definição de políticas para a salvaguarda dos bens que conformam o patrimônio cultural de um povo remonta ao final do século XVIII, mais particularmente à Revolução Francesa, quando se desenvolveu uma outra sensibilidade em relação aos monumentos destinados a invocar a memória e a impedir o esquecimento dos feitos do passado.

Choay (2010) aponta que ainda no século XIX, em 1837, na França, ocorre a primeira ação de valorização dos monumentos com a criação da primeira comissão em defesa dos monumentos históricos, onde se considerava necessário preservar três categorias: os remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos e alguns castelos. A autora destaca ainda que após a Segunda Guerra Mundial os números de bens monumentais catalogados multiplicam-se por dez, seguindo os mesmos princípios da época de criação da referida comissão.

De acordo com Vecco (2010), o processo de evolução do termo patrimônio se apresenta comumente ligado a ideia de monumento, contudo, aponta a existência de confusões no entendimento e emprego do referido conceito.

In the last decades of the 20th century, the term “heritage” was characterised by expansion and semantic transfer, resulting in a generalisation of the use of this word, frequently used in the place of another, such as, monument and cultural property. However, all these terms are not able to cover the same semantic field. (Ibid., p. 321)

Chama-nos a atenção também as observações de Scifoni (2011, p.1) quando afirma que a definição dos lugares patrimônio mundial pela UNESCO, inicialmente, se apresentaram pautados em critérios que:

Fundamentavam-se, principalmente, em experiências ocidentais de preservação, tendo em vista que a gênese da proteção institucional do patrimônio deu-se na França. Baseavam-se em valores como a monumentalidade e a excepcionalidade para os bens naturais e a autenticidade para os bens culturais.

Na atualidade, o patrimônio, é foco da abordagem dos mais diversos ramos do conhecimento científico, sendo visto como um recorte de análise de extrema relevância para a gestão e o ordenamento do território.

Assim, de acordo com Martins (2004, p. 1): “o patrimônio assim, não é algo sem importância, fruto de convenções sociais. É dinâmico, serve para proporcionar um aprofundamento nos contextos sociais, históricos, econômicos etc.”

Deve-se enfatizar que a construção da noção de patrimônio é resultante do processo de evolução dos seres humanos no sentido de perceber que os elementos concretos, e até mesmo os imateriais, construídos ao longo da história dos povos, se configuram enquanto um retrato de suas próprias histórias, com valor único e responsável pela diferenciação entre os grupos humanos.

Deste modo, Martins (2004, p. 1) afirma que:

O conceito de patrimônio cultural então, envolve em grande escala o feito humano atrelado a um contexto. Uma vez que todo o espaço ocupado pelo ser humano, pressupõe uma atuação que significa a busca de sobrevivência e bem-estar, o espaço natural está impresso pelo resultado da ação humana, o que nos leva a inferir que tudo que representa a impressão seja no nível material, ou simbólico, representa uma interferência humana que significa cultura, que por sua vez também é patrimônio cultural.

Importa mencionar que as áreas definidas como patrimônio da humanidade transcendem, mesmo que de forma impositiva – uma vez que é instituído por uma organização mundial – o valor atribuído por um dado povo. Deve-se pensar que o título de patrimônio da humanidade conferido de maneira a fragmentar/selecionar alguns lugares do mundo se apresenta enquanto uma criação da cultura ocidental, nascida da tentativa/anseio de salvaguardar, ou quem sabe, fazer com que essas áreas ganhassem maior visibilidade e valor econômico, a partir da preservação de sua “identidade”.

Marques e Martins (1998, p.125) esclarecem que: “a noção de patrimônio é cada vez mais abrangente, tendo-se alargado do material ao imaterial, do objeto localizado ou do simples monumento evocativo, a conjuntos territoriais mais vastos, às paisagens e até mesmo, aos códigos genéticos e à biodiversidade”.

Deve-se observar que o patrimônio, em sua dimensão cultural, se apresenta como legado para humanidade na medida em que possui elementos tangíveis (e.g. museus, palácios, monumentos, igrejas, paisagem) e intangíveis (estilos de vida, aspectos ambientais, tradições, entre outros) com características singulares que despertam o interesse, a curiosidade e o reconhecimento dos grupos humanos.

Vecco (2010, p. 323) chama a atenção para a necessidade do pensamento acerca do patrimônio ser pautado a partir da articulação entre os elementos materiais e imateriais, vejamos:

The next step is the awareness that conservation can no longer be based on the object's intrinsic quality. It must be founded on our ability to recognise its aesthetic, historic, scientific, social values etc., or rather, it is society, the

community that must recognise these values, upon which its own cultural identity can be built. Gradually, talk is about a heritage that is not just tangible but also intangible, and therefore is not closely linked to the physical consistency of the heritage.

Neste sentido, temos as considerações de Vogt (2009, p. 16) que destaca:

Nas últimas décadas, o conceito de patrimônio cultural ganhou um peso extraordinário no mundo ocidental. Não somente os bens tangíveis ou materiais tiveram realçado o seu valor, mas ganhou visibilidade, também, uma nova qualificação de patrimônio: o patrimônio cultural imaterial ou intangível. A valorização desse tipo de patrimônio visa a aspectos da vida social e cultural não contemplados pelas concepções mais tradicionais de patrimônio. Essa nova qualificação opõe-se ao chamado patrimônio de pedra e cal, denominação dada ao patrimônio edificado. [...] não só as edificações e os monumentos históricos ou as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, tudo o que o ser humano produz, de todas as classes sociais, tanto as mais quanto as menos favorecidas.

Deste modo, apontamos o patrimônio enquanto coletividade, haja vista os lugares patrimônio mundial serem fruto de um processo, conjunto de construção, ou ainda por se configurarem como marcas de outros tempos, deixadas pelos grupos humanos em seu próprio processo evolutivo, proveniente de múltiplas interações, resultante de avanços e recuos da vida em sociedade.

Em síntese, o patrimônio cultural<sup>9</sup> se apresenta como uma ferramenta útil na busca pela equalização entre o uso do “velho” frente aos anseios do “novo”, isto é, a depender do modo como as heranças de tempos passados – sejam estas materiais ou imateriais – são inseridas nas dinâmicas impostas pela contemporaneidade, o patrimônio cultural pode significar um lugar seguro para o acúmulo do tempo no espaço.

---

<sup>9</sup> Cumpre esclarecer que o termo patrimônio associado ao adjetivo cultural surge em 1959, na França no momento em que André Malraux torna-se ministro de Estado da Cultura e estabelece o reconhecimento da cultura como temática de competência do Estado (CHOAY, 2011, p. 36).

#### 4. RECONHECIMENTO, ESTATUTO E CRITÉRIOS DA UNESCO – A DINÂMICA DOS SÍTIOS PATRIMONIAIS

O presente capítulo, fragmentado em três subseções, tem por objetivo realizar, primeiramente, uma análise sobre os mecanismos e a evolução do processo de classificação dos lugares enquanto patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO.

Visa ainda, em um segundo momento, refletir sobre as oportunidades e as ameaças geradas a partir do recebimento do estatuto.

##### 4.1. Estatuto e reconhecimento

Importa mencionar que, a classificação dos lugares como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO tem a sua história começada a ser escrita na década de 1970, há aproximadamente vinte e cinco anos da fundação da referida instituição, ocorrida no dia 16 de novembro de 1945, após o final da Segunda Guerra Mundial.

Deve-se ressaltar que a UNESCO se define como instituição que trabalha com o objetivo de criar condições para um genuíno diálogo fundamentado no respeito pelos valores compartilhados entre as civilizações, culturas e pessoas. Afirma que o mundo requer urgentemente visões globais de desenvolvimento sustentável com base na observância dos direitos humanos, no respeito mútuo e na erradicação da pobreza. Temas esses que estão no cerne da missão da UNESCO, e em suas atividades.

Cumpre apontar que o patrimônio se constitui enquanto heranças do passado presentes nos dias atuais ou, ainda, elementos de referência da identidade dos povos. Neste sentido, a UNESCO (1992, p. 14) considera três variáveis na definição do patrimônio cultural:

Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal

excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Vale referir que somente no século XX é que são tomadas medidas práticas de repercussão mundial. Deve-se destacar que o processo de valorização mais efetiva (conforme Quadro 1) do patrimônio se dissemina após a Segunda Guerra Mundial, principalmente em função dos estragos resultantes do referido conflito.

Quadro 1 - Cronologia dos principais documentos norteadores da gestão dos sítios patrimoniais elaborados pela UNESCO e adotadas pelo ICOMOS

<b>PERÍODO</b> <b>PATRIMÔNIO</b>	<b>1930</b> <b>1950</b>	<b>1950</b> <b>1970</b>	<b>1970</b> <b>1990</b>	<b>1990</b> <b>2000</b>	<b>2000</b> <b>2010</b>
<b>HISTÓRICO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Carta de Atenas (31)</li> <li>- Pacto de Roerich (35)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Convenção Cultural Europeia (54)</li> <li>- Carta de Veneza (64)</li> <li>- Normas de Quito (67)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Convenção para o Patrimônio Cultural e Natural Mundial (72)</li> <li>- Recomendações para o Patrimônio Cultural e Natural Nacionais (72)</li> <li>- Recomendações para pequenas cidades históricas (75)</li> <li>- Recomendações s/ o papel de Áreas Históricas (76)</li> <li>- Convenção de San Salvador (76)</li> <li>- Carta de Burra (81)</li> <li>- Carta de Florença (81)</li> <li>- Carta de Quebec (82)</li> <li>- Declaração de Roma (83)</li> <li>- Carta de Washington (87)</li> <li>- Seminário para Revitalização Centros Históricos Brasil (87)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Carta de Nova Orleans (92)</li> <li>- Carta Cidades Históricas EUA (92)</li> <li>- Carta de Nova Zelândia (92)</li> <li>- Carta Internacional do Turismo Cultural (99)</li> <li>- Carta sobre o Patrimônio Construído Vernáculo (99)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Carta Indonésia para a Conservação do Patrimônio (03)</li> <li>- Carta de Brasília – Congresso Internacional sobre Planejamento e Gestão Ambiental: Desafios Ambientais da Urbanização (05)</li> </ul>

PERÍODO PATRIMÔNIO	1930 1950	1950 1970	1970 1990	1990 2000	2000 2010
<b>ARQUEOLÓGICO</b>	- Carta de Atenas (31)	- Recomendações Internacionais para Escavações (56) - Carta de Veneza (64) - Normas de Quito (67) - Convenção Patrimônio Arqueológico (69)	- Convenção de San Salvador (76) - Carta para o Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (90)	- Convenção para a Proteção do Patrimônio Arqueológico Europeu (92)	
<b>ARQUITETÔNICO</b>	- Carta de Atenas (31)	- Recomendações Internacionais para o Planejamento arquitetônico (56) - Carta de Veneza (64) - Normas de Quito (67)	- Recomendações sobre Edifícios Antigos (72) - Declaração de Amsterdã (75) - Carta da Europa (75) - Carta de Florença (82) - Carta Centros Históricos (87) - Carta de Appleton (83) - Convenção sobre Patrimônio Arquitetônico Europeu (85)		- Carta do ICOMOS - Princípios para a análise, conservação e restauro estrutural do patrimônio arquitetônico (03)
<b>BENS CULTURAIS MÓVEIS (OBRAS E COLEÇÕES)</b>	- Pacto de Roerich (35)	- Normas de Quito (67)	- Convenção de San Salvador (76) - Recomendações para o Patrimônio móvel (78)		- Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (05)
<b>SUBAQUÁTICO</b>				- Convenção para proteção de Patrimônio Subaquático (94) - Carta Patrimônio Subaquático (96)	

PERÍODO PATRIMÔNIO	1930 1950	1950 1970	1970 1990	1990 2000	2000 2010
NATURAL		- Recomendações para paisagens (62)	- Convenção para o Patrimônio Cultural e Natural Mundial (72) - Recomendações para o Patrimônio Cultural e Natural Nacionais (72) - Carta de Burra (81) - Carta de Florença (82)	- Carta de Nova Zelândia (92)	

Fonte: Froner, 2014. Adaptações e atualizações da autora.

Enfatiza-se, dos diversos documentos elencados, a Carta de Atenas, da década de 1930, enquanto um “ponto de partida” de alcance em caráter mais global e, sobretudo, a Convenção da UNESCO de 1972, onde foram definidas as diretrizes para o patrimônio cultural e natural do mundo.

Assim, no ano de 1972, na 17ª sessão da conferência geral da UNESCO é aprovada a Convenção<sup>10</sup> relativa à proteção do patrimônio mundial e em 1977, a UNESCO define os critérios para o estabelecimento de espaços com significados e interesse mundial, sendo em 1978 divulgada uma lista com os primeiros sítios definidos como patrimônio da humanidade.

Partindo do pressuposto de que as convenções, recomendações e resoluções internacionais sobre a propriedade cultural e natural são de extrema importância para todos os povos do mundo - haja vista se apresentarem enquanto uma possibilidade de salvaguardar dessas propriedades únicas e insubstituíveis, já que a definição do patrimônio apenas a nível nacional muitas vezes pode se apresentar incompleta devido a escala dos recursos que ele necessita, em razão da insuficiência dos recursos econômicos, científicos e tecnológico locais - é que a Convenção de 1972 estabelece a proteção de duas categorias de bens os naturais e os culturais.

Destarte, no que se refere aos critérios adotados pela UNESCO (2008), para a inscrição de bens na lista do patrimônio, deve-se ressaltar que define seis itens que servem de base para a inscrição de bens culturais:

<sup>10</sup> Ver AMENDOEIRA (2013) sobre os 40 anos da Convenção da UNESCO, no que se refere ao patrimônio mundial e ao turismo.

- (i) Representar uma obra-prima do gênio criador humano.
- (ii) Testemunhar uma troca de influências considerável durante um dado período ou numa área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitetura, ou da tecnologia das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens.
- (iii) Fornecer um testemunho único ou excepcional sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida.
- (iv) Oferecer um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico ou de paisagem ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana.
- (v) Constituir um exemplo eminente de fixação humana ou de ocupação do território tradicional, representativo de uma cultura (ou de várias culturas), sobretudo quando o mesmo se torna vulnerável sob o efeito de mutações irreversíveis.
- (vi) Estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, a crenças, ou a obras artísticas e literárias com um significado universal excepcional.

É necessário observar que os requisitos focam essencialmente a criação, a troca de influências, os testemunhos da história e da cultura e o significado universal, conjugando assim a originalidade e a especificidade com o significado e reconhecimento globais.

Contudo, deve-se perceber que o conceito do patrimônio na atualidade articula os elementos concretos e abstratos do legado produzido pela humanidade ao longo de sua história. Constitui-se enquanto um bem comum, produzido pelos povos, a partir de sucessivos processos de apropriação espacial, onde as especificidades locais são as promotoras da diversidade e riqueza dos lugares definidos como patrimônio cultural.

Assim, quando pensamos no patrimônio nos dias atuais, temos que ter em conta a oposição entre os localismos e os chamados *globalismos*. A esse respeito Vogt (2009, p.14) assinala que:

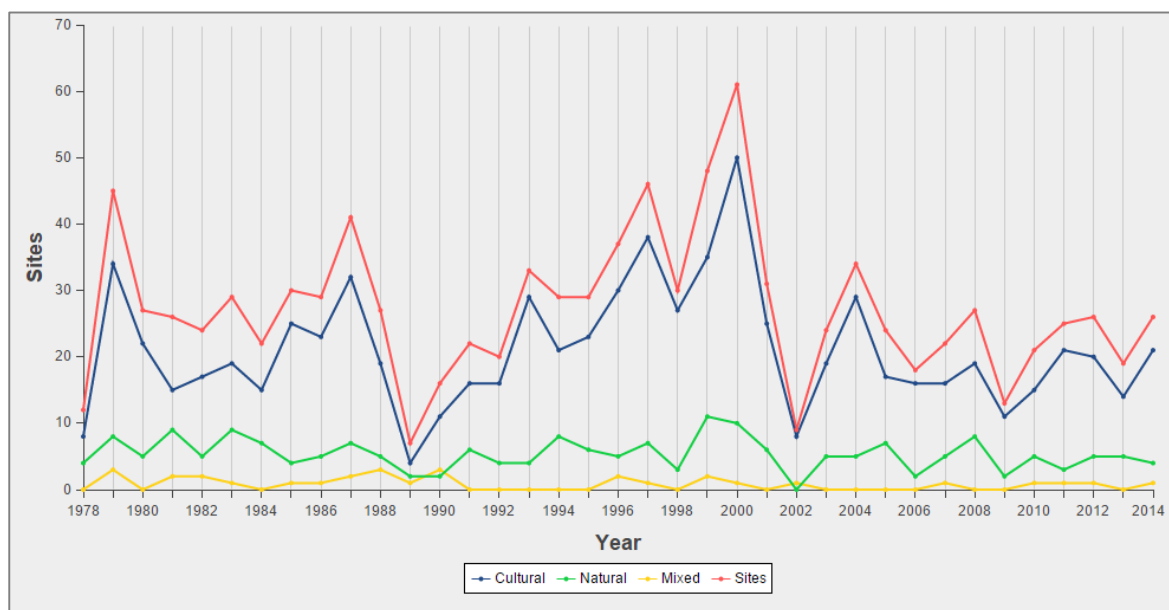
De um lado, a mundialização e o desenvolvimento tecnológico redundaram na aceleração da história, provocando, como forma de reação, a necessidade de preservar traços da memória coletiva e aumentar os lugares de memória na tentativa de eternizar o passado. De outro lado, a globalização tem derrubado fronteiras e imposto a homogeneização do mundo, provocando a valorização do regional, do local, daquilo que é específico a povos ou grupos sociais ou étnicos. Em decorrência, passou a

haver maior respeito à diversidade cultural. Esses fatores, combinados a outros tantos, contribuíram decisivamente para aprofundar e ampliar o conceito de patrimônio cultural.

Todo esse processo nitidamente dialético, referido acima por Vogt, induz ao progressivo aumento das classificações (conforme Figura 3), onde de 1978 – quando é divulgada a primeira lista - até 2014, temos mais de mil sítios classificados. A lista do patrimônio mundial hoje, conta, precisamente com 1007 sítios, sendo 779 culturais, 197 naturais e 31 mistos, localizados em 161 Estados. (UNESCO, 2015).

Com relação aos lugares brasileiros declarados patrimônio cultural da humanidade importa referir que, de um total de doze sítios, nove deles compreendem núcleos históricos ou monumentos do período colonial, um se destaca pelas pinturas rupestres, Brasília que representa a arquitetura e o urbanismo moderno e por fim, temos, o Rio de Janeiro classificado pelo conjunto paisagístico urbano. Além dos doze sítios classificados pelo critério cultural, o Brasil possui sete áreas classificadas pelo critério natural, perfazendo um total de dezenove sítios que possuem o estatuto da UNESCO (Quadro 2).

Figura 3 – Evolução dos bens inscritos por critério a cada ano



Fonte: UNESCO, 2014.

Os processos de solicitação de inclusão dos bens brasileiros na lista do patrimônio mundial remontam a meados da década de 1980, quando Ouro Preto foi

declarada a primeira cidade brasileira patrimônio da humanidade. A mais recente inclusão ocorreu no ano de 2012, com a classificação da paisagem cultural urbana da cidade do Rio de Janeiro.

Quanto à Portugal possui 14 bens culturais e 1 natural, (observar Quadro 2), sendo o Centro Histórico de Angra do Heroísmo, nos Açores, em 1983 um dos primeiros sítios a ser reconhecido como patrimônio mundial da humanidade, em função sobretudo da preservação de sua arquitetura militar.

Destaca-se ainda, no mesmo ano de 1983, o recebimento do título por parte de Portugal pelos monumentos do Convento de Cristo, em Tomar, Mosteiro dos Jerônimos e Torre de Belém, em Lisboa e, o Mosteiro da Batalha, na cidade de mesmo nome.

Dentre as demais áreas definidas como patrimônio destaca-se a Região do Alto Douro, enquanto primeira área de produção de vinhos definida como patrimônio que se caracteriza também pela peculiar paisagem, rodeada de montanhas que lhe dão características mesológicas e climáticas particulares.

Ainda deve-se mencionar as últimas inclusões, na lista a cidade fronteiriça e as fortificações de Elvas, em 2012 e a Universidade de Coimbra, Alta e Sofia, em 2013.

Importa realçar que, dos doze sítios brasileiros classificados a partir do critério cultural, seis são centros históricos. Já em Portugal, dos quatorze, três são centros históricos – Évora, Porto e Guimarães, bem como destaca-se Angra do Heroísmo classificados enquanto matriz urbanística de referência para estruturação espacial das áreas coloniais. Ressalta-se que os sítios brasileiros identificados pelo critério centro histórico espelham a matriz de estruturação urbana de gênese portuguesa, consoante ao explanado no preâmbulo.

Outro ponto a observar, no que diz respeito ao estatuto e ao reconhecimento, consiste no fato de perceber que a definição de lugares patrimônio da humanidade pela UNESCO se apresenta enquanto “possibilidade” de preservação das heranças deixadas por outros tempos, gerando de um lado possibilidades/oportunidades, e de outro, a classificação pode gerar ameaças para a vida dos lugares a partir de um processo de standardização, degradação e banalização.

Quadro 2 – Sítios declarados patrimônio cultural da humanidade do Brasil e de Portugal, segundo a UNESCO (2015)

BRASIL	PORTUGAL
1. A Cidade Histórica de Ouro Preto, Minas Gerais (1980)	1. Zona Central da cidade de Angra do Heroísmo nos Açores (1983)
2. O Centro Histórico de Olinda, Pernambuco (1982)	2. Mosteiro da Batalha (1983)
3. As Missões Jesuíticas Guarani, Ruínas de São Miguel das Missões, Rio Grande de Sul e Argentina (1983)	3. Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém em Lisboa (1983)
4. O Centro Histórico de Salvador, Bahia (1985)	4. Convento de Cristo em Tomar (1983)
5. O Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais (1985)	5. Centro Histórico de Évora (1986)
6. O Plano Piloto de Brasília, Distrito Federal (1987)	6. Mosteiro de Alcobaça (1989)
7. O Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, Piauí (1991)	7. Paisagem Cultural de Sintra (1995)
8. O Centro Histórico de São Luiz do Maranhão (1997)	8. Centro Histórico do Porto (1996)
9. Centro Histórico da Cidade de Diamantina, Minas Gerais (1999)	9. Sítios de Arte Rupestre do Vale do Côa e Siega Verde (1998)
10. Centro Histórico da Cidade de Goiás (2001)	10. Centro Histórico de Guimarães (2001)
11. Praça de São Francisco, na cidade de São Cristóvão, Sergipe (2010)	11. Região Vinhateira do Alto Douro (2001)
12. Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar (2012)	12. Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico (2004)
13. Parque Nacional de Iguaçu, em Foz do Iguaçu, Paraná e Argentina (1986)	13. Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e as suas Fortificações (2012)
14. Mata Atlântica - Reservas do Sudeste, São Paulo e Paraná (1999)	14. Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (2013)
15. Costa do Descobrimento - Reservas da Mata Atlântica, Bahia e Espírito Santo (1999)	15. Laurissilva da Madeira (1999)
16. Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central (2000)	
17. Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2000)	
18. Áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas, Goiás (2001)	
19. Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas (2001)	

Fonte: UNESCO, 2015.

Neste sentido, visando minimizar os impactos, a Convenção de 1972 estabelece em seu artigo 13.º, que o Comité deve buscar cooperar com organizações governamentais e não-governamentais nacionais e internacionais, desde que tenham objetivos semelhantes aos desta Convenção. Afirma que, para a execução dos seus programas e projetos, a Comissão pode recorrer a essas organizações, particularmente ao Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais (Roma), ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e à União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), bem como aos indivíduos e entidades públicas e privadas.

Nesta direção, temos as considerações de Choay (2010, p. 223), que realiza uma crítica, na medida que aponta para o fato da Convenção de 1972 se apresentar enquanto uma estratégia para criar um modelo de mundialização dos valores e referências da cultura ocidental, o que acaba por colocar em xeque as especificidades de outras culturas, a partir da imposição de um sentimento de pertencimento à uma “cultura universal”.

Este processo planetário de conversão à religião patrimonial não se desenrola, contudo, sem dificuldades, de naturezas, por vezes opostas. Recordo-me de um amigo magrebino que se indignava por ver atribuir valor de arte e de histórias a monumentos cujo significado devia ser, aos seus olhos, exclusivamente religioso. (Ibid., p. 224)

Importa referir ainda o posicionamento de Costa (2013, p. 9) que afirma sobre a questão: “é a ruptura entre o passado e um presente desenhado sem o concurso do desenho, mas desenhado pelas leis de mercado [...]”. Ou seja, os lugares definidos como patrimônio surgem sob a égide do conflito entre uma vertente dita preservacionista e outra com intencionalidades mais profundas e complexas, que diz respeito a dinâmica da exploração capitalista.

Deve-se mencionar que o direcionamento da presente abordagem não se pauta em uma visão maniqueísta: não estamos aqui para tratar as marcas de outros tempos, ou para julgar o título de patrimônio como algo bom ou ruim. Buscamos, sim, realizar uma análise a partir de uma visão crítica onde os fatos/perspectivas se contrapõem entre a unidade e a multiplicidade no processo de elaboração de espaços multifacetados.

Assim, temos as considerações de Costa (2013, p. 12) que nos permite indicar o pensamento que compartilhamos acerca da dinâmica do território no que se refere aos lugares da memória em contraponto com os “lugares praticados”:

Este território é, na globalidade, constituído por fragmentos, crescendo por fragmentos que vão se somando e muitas vezes sobrepondo [...]. Cada um destes fragmentos, da pré-história até hoje, tem uma história. Constitui um lugar antropológico, identitário, relacional e histórico. O nosso povo vai chamando, e bem, «lugar», a cada um destes fragmentos que, como todos sabemos, não são realidades estáticas mas em contínuo processo de transformação.

Em suma, importa esclarecer que buscaremos perceber os aspectos positivos e negativos do recebimento do título de patrimônio, já que temos um desafio a ser enfrentado. É fato que não podemos, a cada nova “necessidade”, novo padrão de organização espacial, ir destruindo o que levou muito tempo para edificar, como também não é aceitável que os lugares classificados fiquem congelados no tempo, sem articulação com as demandas locais atuais.

O espaço não pode ser desprovido de memória, pois essa é uma das suas constituintes. De outro lado, não se pode deixar que os elementos concretos, o acervo do patrimônio material, estejam desconectados da vida e do contexto atual, reduzindo-os a mero instrumento de exploração do setor do turismo, isto é, o patrimônio edificado/classificado não pode viver sem que se realize um sólido casamento com elementos invisíveis da(s) identidade(s) e da cultura(s).

Diante do exposto, buscaremos, a seguir, realizar algumas reflexões sobre os desafios, as oportunidades e as ameaças que podem afetar a dinâmica e o funcionamento das áreas patrimônio cultural da humanidade. Primeiramente trataremos das oportunidades, com ênfase no turismo e nas atividades criativas, para em seguida abordar as ameaças, sobretudo no que se refere a estandardização, *sobreutilização*, a degradação e a banalização dos lugares definidos enquanto patrimônio do mundo.

#### 4.2. Oportunidades: turismo e atividades criativas

As áreas definidas enquanto patrimônio cultural se configuram em meio ao espaço das cidades enquanto “ilhas”, recortes onde se materializam outras temporalidades. Ao mesmo tempo que se apresentam como uma “descontinuidade

no presente”, são uma continuidade do passado, ou seja, os espaços são selecionados, onde o critério “norteador” é a presença de elementos concretos do passado enquanto meio para exploração econômica.

Em primeira instância, esses espaços são alvo do setor do turismo e, em segunda instância, acreditamos que esses são estimuladores das atividades criativas, em função da criação de uma “atmosfera” de certo modo artificializada, *espetacularizada*. Nesta direção, Choay (2005) aponta para um cenário onde as heranças culturais são transformadas em produtos de consumo, criando assim um fetichismo patrimonial.

No que se refere ao turismo cria-se para os lugares patrimônio a imagem de que são espaços que podem proporcionar a articulação entre o lazer, a diversão e a aquisição de cultura, sintetizado pela velha premissa de unir o agradável ao útil – neste caso, o turismo e a “cultura”.

Com relação às atividades criativas, essas aparecem enquanto uma oportunidade, na medida em que são estimuladas a partir da criação de uma “atmosfera” particularizada, capaz de abrigar as diversas tendências artísticas culturais desenvolvidas ao longo da história da humanidade. De tal modo que é possível criar sem que haja tantas “barreiras ou preconceitos” no que se refere aos tipos e estilos.

Assim, na busca pelo aprofundamento no que se refere as oportunidades geradas pelo turismo, temos as considerações do ICOMOS (1999, p. 2) sobre a gestão do turismo em sítios com significado patrimonial, onde define-se que:

O turismo doméstico e internacional continuam a estar entre os veículos mais importantes para as trocas culturais, proporcionando uma experiência pessoal, não só sobre aquilo que sobreviveu do passado, mas sobre a vida e a sociedade contemporânea dos outros. Ele é crescentemente apreciado como sendo uma força positiva para a conservação natural e cultural. O turismo pode capturar as características econômicas do patrimônio e dedicá-las à conservação, gerando fundos, educando a comunidade e influenciando a política. É uma parte essencial de muitas economias nacionais e regionais, e pode ser um importante fator no desenvolvimento, quando gerido com sucesso.

Deve-se pensar que o turismo serve de incremento para diversas atividades econômicas, especialmente no que se refere ao comércio e a prestação de serviços, além de apresentar uma imensa capacidade de dinamismo aos setores de alojamento, alimentação, entretenimento, transportes e outros relacionados.

Segundo Scifoni (2011, p. 5):

O interesse do turismo pelo patrimônio pode ter um significado positivo contribuindo para a sua proteção física e recuperação, além de divulgar sua importância estimulando, assim, a inserção dos bens na dinâmica social, dando-lhe uma função e retirando-os da condição de isolamento. No entanto, na atualidade, a transformação desta atividade em poderosa indústria pode desvirtuar o significado do patrimônio de fonte de fruição e formação cultural em objeto de consumo e mercadoria.

De acordo com as ideias de Vaquero e Hernández (1998) verifica-se uma tendência de crescimento do consumo cultural, sendo as cidades históricas os espaços que melhor permitem a exploração deste tipo de consumo, haja vista que concentram em sua malha urbana monumentos, museus e símbolos.

Os espaços patrimoniais são o maior recurso das cidades históricas e se apresentam como uma possibilidade de aliar o ócio, o lazer e o consumo cultural, favorecendo o desenvolvimento do turismo cultural. É preciso notar que através do turismo, o patrimônio transcende sua dimensão cultural enquanto legado histórico e se transforma em recurso produtivo.

Os autores referidos acima apontam, ainda, para uma economia mundial cada vez mais conectada, o que gera a necessidade de perceber os recursos endógenos (naturais, humanos, financeiros e culturais) enquanto alternativa, convertendo, assim, a cultura local em um importante fator multidimensional estimulador do desenvolvimento através da diferenciação.

Neste sentido, temos as considerações do ICOMOS, expostas na *Carta Internacional do Turismo Cultural* (1999, p. 4), onde chama a atenção para que o turismo em áreas patrimoniais seja acessível:

O patrimônio natural e cultural é um recurso material e espiritual, proporcionando uma narrativa do desenvolvimento histórico. Ele tem um papel importante na vida moderna e deve ser tornado física, intelectual e/ou emocionalmente acessível ao público geral. Os programas estabelecidos para a proteção e conservação dos atributos físicos, dos aspectos intangíveis, das expressões culturais contemporâneas e de contexto alargado, devem facilitar uma compreensão e uma apreciação do significado do patrimônio, pela comunidade residente e pelos visitantes, de uma maneira equitativa e sustentável.

Contudo, vale referir que o incentivo ao turismo, ou melhor, a transformação do patrimônio em produto turístico, por um lado, considerado como fator de estímulo à economia, representa, de outro, um grande risco à identidade devido à pressão

que se cria sobre esses espaços, o que por sua vez favorece a banalização e descaracterização dos lugares da memória.

Nesta direção, temos as considerações de Sarmiento e Brito Henriques (2013, p. 5)<sup>11</sup> sobre o turismo e identidade: “tourism, with its practices and putting millions of different people in contact, plays a critical role in people’s identity: hosts as well as in tourists.”

Deve-se notar, também, as estratégias de ação a serem adotados pelo setor do turismo, em função desta atividade poder trazer consigo um peso maior a exploração econômica do que a efetiva preservação e engajamento da população e dos visitantes. Em outras palavras, no sistema econômico em que vivemos onde tudo, *a priori*, pode transformar-se em mercadoria, a exploração da cultura, a partir do incentivo ao turismo nos sítios patrimoniais, pode se constituir numa farsa ao efetivo desenvolvimento sendo o uso destas áreas mais um meio cujo único objetivo que se apresenta é a obtenção de lucros. Silva (2000, p. 220) afirma que:

O patrimônio tornou-se uma componente essencial da indústria turística com implicações econômicas e sociais evidentes. A exploração turística dos recursos patrimoniais permite inverter a forte tendência de concentração da oferta turística junto ao litoral, dispersando o turismo para o interior, para as pequenas cidades, com uma distribuição mais equitativa dos seus benefícios [...] Por outro lado, com frequência se reclama a utilização do patrimônio para fins turísticos para se fazer face a um turismo massificado que ameaça as identidades locais.

Quando pensamos o turismo enquanto oportunidade para as áreas patrimônio cultural, faz-se necessário enfatizar que esses lugares correm o risco de se converterem em meros produtos do turismo. As cidades incluídas na lista do patrimônio da UNESCO, podem se apresentar como um marco de referência nas rotas do turismo cultural, onde um premente processo de massificação pode gerar sérios danos a preservação e uso consciente destes recortes espaciais, resultando assim numa perda das heranças deixadas por outros tempos. (VINUESA, 2002).

Em síntese, podemos afirmar que a união entre lugares patrimônio cultural e o turismo já se encontra bastante consolidada. Não se pode negar, sobretudo em um período de reinvenção do processo capitalista de exploração, que, de fato, o turismo

---

<sup>11</sup> Importa referir, que Sarmiento e Brito Henriques, em parceria com outros autores, na obra intitulada: *Tourism in the global south: heritages, identities and development*, realizam uma reflexão sobre o turismo no sul global, a partir de alguns exemplos de caso da África, da América Latina e da Ásia. A obra parte da perspectiva de abordagem do turismo em locais com economias e poderes desiguais, ainda que alguns não estejam localizados no sul geográfico.

cultural em cidades patrimoniais se constitui enquanto uma possibilidade de estímulo ao crescimento das atividades econômicas.

Entretanto, cabe lembrar que o crescimento pode tornar-se efêmero na medida que não seja seguida uma lógica de desenvolvimento onde os atores locais e a atribuição de novos usos estejam no centro dos debates. Isto é, a identidade dos lugares do patrimônio mundial responsáveis pelo recebimento do título deve ser o foco, visto que não são estáticas e que dão vida aos espaços, sendo somente através dela(s) aberta a possibilidade para o encontro de uma saída para o impasse entre o “velho e o novo”.

Deve-se ressaltar a necessidade de haver a proposição de “modelos” para o turismo em áreas patrimoniais, de forma consonante com o estímulo aos avanços sociais, econômicos e ambientais efetivos, a fim de o turismo se mostrar enquanto uma real oportunidade para os lugares do patrimônio.

Choay (2011, p.48) chama a atenção para as dificuldades, problemas do turismo em sítios declarados patrimônio:

Esta cruzada pelo consumo mercantil do patrimônio não é somente prejudicial aos visitantes, ao mesmo tempo enganados quanto à natureza do bem a consumir e colocados em condições de amontoamento e ruído totalmente impróprias a qualquer deleite intelectual ou estético. Conduz também frequentemente à destruição dos lugares classificados, tanto pela edificação das necessárias estruturas de recepção (hoteleiras e outras) como pela eliminação de actividades criativas ligadas a cultura local e à sua identidade [...].

No que se refere a exploração do “casamento” entre os lugares patrimônio e as atividades criativas, esse se apresenta enquanto um processo mais recente e menos arraigado no território. Faz-se notar que, de uma forma geral, os lugares definidos enquanto patrimônio mundial se mostram atrativos aos criativos, haja vista a existência de uma “atmosfera” peculiar, com paisagens marcadas por códigos, símbolos, heranças de outros tempos.

Importa pontuar, em consonância ao conceito britânico, que as atividades criativas são aquelas em que o ser humano exercita sua imaginação, visando tirar proveito econômico, a partir de processos que envolvam criação, produção e distribuição de produtos e serviços, utilizando o conhecimento, a criatividade e o capital intelectual como principais recursos de produção. Ressalta-se que os setores da chamada Economia Criativa são treze: arquitetura, publicidade, design, artes,

antiguidades, artesanato, moda, cinema e vídeo, televisão, editoração e publicações, artes cênicas, rádio, softwares de lazer e música. (Howkins, 2001).

Neste sentido, André e Carmo (2010, p. 67) esclarecem que:

La créativité est ancrée dans la culture et dans les arts, restant très liée à l'imagination. L'innovation est surtout associée à la science et à la technique, bien que dans la dernière décennie se soit développé un domaine important dans les sciences sociales relatif à l'innovation sociale, associée à l'économie sociale et à la responsabilité sociale des entreprises ainsi qu'au rôle des communautés locales dans la résolution collective de leurs problèmes.

Assim sendo, podemos destacar que o incentivo às atividades criativas nos sítios declarados patrimônio, pode se apresentar enquanto uma efetiva possibilidade para o desenvolvimento local, uma vez que abarca diversos ramos da economia. Além de, ao menos em teoria, ser um estimulador para articulação entre os elementos concretos e os “invisíveis”, bem como abrir um leque de possibilidades para uma inclusão dos atores locais na dinâmica dos lugares patrimônio.

Seixas e Costa (2011, p. 70) destacam três vertentes a se considerar no que se refere a relação entre a exploração da criatividade e a promoção do desenvolvimento urbano:

1) a ideia da necessidade de criatividade [...] ou seja do desenvolvimento de ferramentas e soluções criativas associadas aos novos contextos socioeconômicos e culturais; 2) o foco nas atividades e setores criativos [...] prioridades políticas de desenvolvimento urbano; e finalmente, 3) a defesa da necessidade de atrair e sustentar atividades e competências criativas e baseadas no conhecimento e na inovação.

Embora as atividades criativas se mostrem interessantes para um maior dinamismo dos lugares patrimoniais, deve-se ter em mente que esses espaços são marcados por relações de identidade, sendo então importante ficar atento para que o incentivo a essas atividades não se configure como mais um elemento fragilizador da cultura local a partir da imposição das “exterioridades”. Neste sentido Bowitz e Ibenholt (2009), salientam que deve-se ficar atento para as influências culturais vindas de fora pois:

Recent interest in the importance of the “creative class” and industrial clusters may have relevance to the effects of local identity based on traditions and cultural heritage. It may attract persons with strong interest in the issue, but whether these people are innovative for creating business and jobs, is not evident”. (Ibid. 2007, p. 7)

Contudo, André e Carmo (2010, p. 66), nos chamam a atenção para o fato destas atividades se apresentarem enquanto importante estratégia estimuladora do desenvolvimento:

Dans les sociétés postindustrielles ou postmodernes, la créativité – associée souvent à la culture et aux arts - est entendue comme un facteur essentiel du développement régional et urbain. Afin de promouvoir l'innovation et sa diffusion, les régions et les villes essaient depuis quelques années de favoriser la créativité.

Nesta direção, Chantelot (2009, p. 317) fala na criação de uma economia marcada por uma nova era de geração de conhecimento de forma intensiva, onde o contínuo aprendizado favorece a inovação, isto é, os indivíduos criativos são essenciais para o desenvolvimento econômico frente às exigências da globalização e da fase atual do capitalismo.

Em síntese podemos afirmar que, enquanto possibilidade, as atividades criativas podem promover/estimular de fato, um maior dinamismo econômico para os lugares patrimônio, se o desenvolvimento das referidas atividades tomar com elemento de referência a criação de uma maior interação entre os atores locais e os visitantes, de acordo com o incentivo ao “turismo criativo”.

Deve-se notar que o “turismo criativo” pode assim, dar mais vida aos lugares patrimônio, tirando o foco dos elementos tangíveis, uma vez que esta modalidade tem como pressuposto uma integração dos visitantes com as dinâmicas locais. Contudo, como já mencionado, tanto o turismo cultural como o denominado de criativo, podem gerar conflitos de identidade nos lugares do patrimônio, podendo assim favorecer um processo de descaracterização.

#### 4.3. Ameaças: *sobreutilização*, subutilização, degradação e banalização

No tocante às ameaças que rondam os espaços declarados patrimônio cultural do mundo, apontamos os processos de *sobreutilização*, subutilização, degradação e banalização enquanto questões centrais da dinâmica e do funcionamento desses territórios.

Primeiramente, temos o processo de *sobreutilização* que aparece em muitos sítios que recebem o título de patrimônio na medida que passam a ser demandados de forma incisiva, seja pela especulação imobiliária, seja pelo turismo. Em outras palavras, se pensarmos que somente no Brasil, existem mais de cinco mil cidades, e

que a UNESCO conferiu em todo mundo “apenas” 1007 títulos, esses fragmentos do território tornam-se então alvo dos interesses de diversos setores da economia. O título, a princípio, se apresenta como uma “mais-valia” no processo de comercialização dos lugares.

Importa mencionar que contrário a *sobreutilização* existe, também, a ameaça promovida por um processo de subutilização, nascido em muitos casos pela proteção excessiva ou pelo descaso dos gestores, que em ambas as situações dificultam a integração desses recortes com a dinâmica do entorno. Recortes esses marcados, ou melhor dizendo, transformados em “ilhas”, sem conexão com a vida do lugar.

Assim, chegamos, então, às outras duas ameaças decorrentes das duas primeiras (*sobreutilização* e subutilização) que são: a degradação e a banalização

A degradação configura-se em algo relacionado com a perda das características primárias, aquelas ligadas a gênese do lugar, associada a ideia de tornar algo pior do que era “originalmente”. É possível verificar indícios de que quanto mais o turismo e a especulação imobiliária demandam os lugares patrimoniais maior é o risco de degradação, pois cria-se uma tendência de abandono por parte dos atores locais na medida à proporção que são encurralados por interesses exteriores ao lugar.

Deste modo, cabe destacar o papel dos gestores que, se não estiverem atentos para a questão e não regularem o processo de apropriação após o recebimento do título, poderão favorecer a degradação dos sítios patrimoniais.

Já a banalização, muitas vezes associada a *sobreutilização* e, em algumas circunstâncias, vinculada a degradação, consiste no desgaste da imagem do lugar, seja pelo uso excessivo, ou mesmo, por este ter perdido sua “essência”.

Apontamos, ainda, para o risco da repetição de padrões de ordenamento urbano, isto é, esses lugares tornam-se marcados por invólucros, semelhantes em todo mundo, na medida que são impostos aos sítios patrimoniais um mesmo ritmo de existir, com regras e leis que privilegiam a preservação dos elementos concretos em detrimento das pessoas que fazem os lugares. Destarte, os sítios tendem a se tornarem banais, muito parecidos em qualquer parte.

Cumprе mencionar que quando pensamos na banalização dos lugares do patrimônio temos o viés de pensamento, em que a própria “popularização” da

concessão do título estimula ao desgaste da representação imaginária dessas áreas.

Deve-se enfatizar que a definição de um lugar enquanto patrimônio mundial traz profundas modificações na dinâmica sócio-espacial, sobretudo em razão destas áreas apresentarem possibilidade para a *sobreutilização* por parte das atividades turísticas. Isto é, ao receberem o título de patrimônio, estes recortes espaciais passam a ser alvo do interesse e do investimento do setor do turismo. De tal modo, é preciso pensar como essa atividade é desenvolvida e de que modo estas áreas organizam as demais atividades econômicas, além de examinar como os atores locais passam a lidar com a questão.

Porter (2008, p. 270) chama a atenção para os conflitos e as divergências de interesses no gerenciamento do turismo em áreas patrimônio:

One implicit problem when defining heritage tourism is that producers and consumers are not easily segmented into discrete groups. Rather, we find a convergence of different actors that together or in conflict project their identities onto places, natural landscapes, or cultural objects, for reasons ranging from nation building and monetary gain to nostalgia and a lust for preservation.

Sobre o temática, Warnier (2000, p.63) aponta para o fato do patrimônio se apresentar como meio a ser *sobreutilizado* pelas políticas culturais, na medida em que, como diz o autor: “o patrimônio cultural, sob a forma de museus, monumentos, locais históricos, paisagens, é certamente uma dimensão da identidade, mas é, também, um recurso turístico, por vezes importante.”

Assim sendo, podemos afirmar que são os valores culturalmente construídos, de forma diversificada, que permitem a definição de alguns lugares como patrimônio da humanidade em detrimento de outras tantas áreas na superfície da Terra. O recebimento do título torna-se, deste modo, uma consequência de um constante jogo entre forças dos interesses locais confrontados com os globais e, vice-versa.

Por conseguinte, devemos refletir sobre a multiplicidade de interesses dos diversos grupos sociais e agentes econômicos, articulando esses interesses com as especificidades naturais, além de considerar as construções culturais e identitárias na elaboração dos espaços na contemporaneidade. Reduzir os espaços considerados patrimônio, apenas aos interesses de *sobreutilização* do setor do turismo é, no mínimo, realizar uma abordagem simplista, sobremaneira quando vivemos tempos de um mundo globalmente articulado.

Enfatiza-se que o título conferido pela UNESCO representa efetivamente uma possibilidade de “mais-valia” para a preservação dos espaços e, também, da identidade e da memória coletiva de um lugar. Contudo, por outro lado, importa ter em conta que a identidade e a cultura local convivem, igualmente, com uma tendência a descaracterização ao passo que são pressionadas por um processo de *sobreutilização* imposto por relações de poder e por interesses econômicos mais invasivos.

Ressalta-se, assim, que ao invés de ser gerado um favorecimento para a preservação das heranças pode ocorrer a transformação do patrimônio em mais uma estratégia de *marketing* político e empresarial, onde tudo passa a ser visto como marca e mercadoria em potencial.

Neste sentido, McDowell (2008, p. 44) destaca o fato do patrimônio ser estabelecido por segmentos “dominantes” da sociedade atrelados à interesses e finalidades bem específicas:

Heritage is often defined by a dominant group within a particular society which, in many cases, tends to be national governments. Sites of memory such as monuments, plaques, museums and symbolic architectural spaces, as static and permanent reminders of the past concretized in the present, are often constructed by national governments to represent hegemonic values that cultivate notions of national identity and frame ideas and histories of the nation.

Devemos observar que, na atualidade, surge a necessidade da gestão e do ordenamento dos lugares patrimônio da humanidade, pautados na perspectiva da sustentabilidade. É imperioso pensar em estratégias de ação para evitar que estes espaços acabem por perder a suas características e identidade ao serem alvo da atividade turística.

Desta forma, o desafio consiste em perceber que os lugares patrimônio não podem ser espaços *sobreutilizados*, com sua identidade ameaçada, como também não podem se constituir em espaços subutilizados, desconectados dos interesses dos atores locais, fechados em si mesmos, ou ainda, marcas concretas nas paisagens, contudo, sem uso e sem vida.

Deve-se enfatizar que havendo tantos lugares no mundo com valor histórico, arquitetônico e cultural, a definição de lugar como patrimônio da humanidade está pautada em interesses direcionados e pré-estabelecidos.

De acordo com Almirón, Bertoncetto e Troncoso (2006, p. 104):

Se hay observado que este proceso de selección expresa la relaciones de poder en la sociedad actual, y es llevado a cabo por individuos concretos e intencionados. El patrimonio es, por lo tanto, resultado de un proceso de selección definido por valores, ideas e intereses contemporáneos [...] y llevado a cabo por actores sociales con poder suficiente para lograrlo [...].

Já Tweed e Sutherland (2007, p. 62) apontam para o fato do patrimônio se constituir enquanto um elemento importante para a vida das cidades na contemporaneidade, se este for visto e articulado com o núcleo identitário dos indivíduos:

Increasingly, however, governments recognise the contribution that built cultural heritage makes to the social well-being of different groups living within increasingly cosmopolitan towns and cities. Heritage is seen as a major component of quality of life, but the two main methods of identifying and protecting built heritage – the listing of individual monuments and buildings and designation of conservation areas – are unable to deal with less tangible features of townscape, such as street patterns. Yet it is often precisely these features that give a city its unique character and provide the sense of belonging that lies at the core of cultural identity.

Outra questão que devemos enfatizar é que, muitas vezes, a definição de um lugar enquanto patrimônio traz impactos negativos para os atores locais, haja vista promover uma espécie de “empacotamento” dos lugares, onde as ações são voltadas para atender a demanda exterior dos turistas, ao invés de considerar as necessidades da comunidade que nestes espaços habitam. Segundo Evans (2002, p. 133):

Whilst the ‘historic value’ and ‘pride’ in the built and natural heritage rank highly amongst residents, the negative impacts from tourists offset these benefits, including the ‘touristification’ and seasonality of local services (e.g. shops) and, for a significant minority, indifference to WHS status is indicated.

Desta forma, quando pensamos nas possíveis ameaças para os sítios patrimoniais faz-se importante refletir sobre as formas de abordagem que a noção de patrimônio foi adquirindo ao longo do tempo. Essa, muitas vezes, vista e trabalhada por uma perspectiva redutora, onde os elementos concretos se sobressaem em relação aos fatores construídos pela(s) identidade(s) dos seres humanos que os fizeram nascer. Ainda, por vezes, encarado como algo desconectado dos anseios da modernidade e da vida dos atores locais ou visto como uma mina de ouro a ser explorada.

Neste sentido, Pereiro (2006, p. 3) realiza uma síntese teórica e metodológica de algumas posturas/visões que são comumente adotadas nos estudos referentes ao patrimônio. O autor define, então, cinco formas de abordagem: a folclorista ou tradicionalista; a construtivista; a patrimonialista; a produtivista ou mercantilista; e a *participacionista*.

Na primeira acepção, tradicionalista ou folclorista, o patrimônio cultural é reduzido a um conjunto de bens materiais e imateriais que representam a cultura popular.

Na segunda perspectiva de abordagem - a construtivista - o patrimônio é entendido como o conjunto de bens culturais fruto de um processo de construção social.

Já no que se refere a terceira linha de pensamento, a patrimonialista, o patrimônio cultural é a recuperação das memórias do passado desde uma perspectiva presente para explicar a mudança dos modos de vida. Isto é, o patrimônio cultural está integrado por elementos culturais que adquirem um novo valor e uma nova vida.

Na quarta forma de abordagem, denominada pelo autor de produtivista ou mercantilista, o patrimônio cultural é entendido como uma nova forma de produção cultural para “os outros” (ex.: turistas, mercado), que pode ajudar a solucionar o desemprego, a revitalizar o consumo e a atrair turismo cultural.

A quinta e última linha de pensamento, denominada de participacionista, define o patrimônio cultural por uma perspectiva de abordagem onde a recuperação e a conservação coloca-se em relação com as necessidades sociais presentes, ocorrendo um processo democrático de seleção do que se conserva. Nesse, também devem estar ligada à participação social com o objetivo de evitar as desigualdades e a *monumentalização* e a “coisificação” de objetos.

Assim, dentro das perspectivas apontadas pelo autor, com exceção das visões construtivista e participacionista, as visões tradicionalista/folclorista, patrimonialista e produtivista/ mercantilista representam fortes ameaças ao patrimônio.

A postura tradicionalista/folclorista representa uma ameaça à medida em que reduz a noção de patrimônio aos bens tangíveis e intangíveis, onde perde-se a identidade e a concepção de que os lugares do patrimônio são o resultado da

cultura. Por outro lado, a visão patrimonialista visa atribuir um novo valor as heranças do passado, o que pode gerar um processo de perda de identidade.

Por fim, temos o que acreditamos consistir na ameaça mais contundente, que é a visão produtivista/mercantilista, onde o patrimônio é transformado em mera mercadoria, principalmente a serviço das atividades do setor do turismo.

Em síntese, as perspectivas de abordagem, em muitas situações, podem se apresentar enquanto meios de reprodução e de exploração do patrimônio, ora servindo para estimular uma *sobreutilização*, ora apontando para uma subutilização, bem como favorecer a degradação e a banalização.

Acreditamos que, sobretudo em decorrência desses lugares poderem ser transformados em mercadorias, seja pela exploração excessiva pelo setor do turismo, pelo incentivo às atividades criativas sem uma articulação com agentes locais, ou ainda, a partir do emprego de quaisquer outras atividades, de maneira descontextualizada com a identidade do local. De tal modo que os lugares definidos como patrimônio da cultura mundial, tendem, cada dia mais, perder a sua essência, transformando-se em, tão-somente, mais um recurso a ser explorado.

Por fim, cumpre destacar, de acordo com as questões apontadas acima, que existe o risco de “fracasso” no objetivo do recebimento do título. Isto é, existe, nos dias atuais, a necessidade de estabelecer a conexão entre a busca da preservação das heranças materiais de outros tempos com a vida do lugar articulada com os anseios dos atores locais. Deste modo, somente resolvidos os referidos impasses é que os sítios patrimoniais se tornariam territórios estimuladores do desenvolvimento pautado na sustentabilidade, conforme iremos aprofundar no capítulo a seguir.

## 5. DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA DOS LUGARES PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

O presente capítulo, subdividido em três subseções, tem por objetivo realizar reflexões teóricas sobre o desenvolvimento e a governança nos sítios patrimoniais. Na primeira parte, abordaremos a perspectiva do desenvolvimento local ancorado na cultura e no patrimônio. Em seguida, serão tratadas as questões inerentes ao planejamento e a gestão dos lugares classificados como patrimônio pela UNESCO. Por fim, refletiremos sobre a importância da participação da população local no processo de estímulo ao desenvolvimento sócio-espacial dos sítios classificados.

### 5.1. Desenvolvimento local ancorado na cultura e no patrimônio

Cumprе elucidar, primeiramente, que as estratégias e práticas de governança, devem ser consideradas como fatores que vão desde o processo de definição das políticas e ações até à criação de valores através de incentivos às atividades econômicas, passando pelo reforço da identidade e cultura locais e pelas preocupações ambientais.

Ao analisarmos os exemplos de caso em questão, com modos de existir diferenciados, do ponto de vista social, econômico, político e cultural, tem-se que ter em conta os aspectos positivos e os negativos, presentes na dinâmica destes espaços reconhecidos enquanto patrimônio, nomeadamente, aqueles referentes as estratégias de ação que buscam evitar um processo de descaracterização.

Sobre o tema, Menezes (2000, p. 163) afirma que:

As especificidades e os respectivos significados locais vêm-se constantemente confrontados com a emergência de novas/outras formas arquitetônicas, novos espaços de comunicação, informação e redes de interação, novas propostas de intervenção, renovação, salvaguarda e requalificação, etc. – construindo “nova(s) urbanidade(s)” ou ainda “novas formas de habitar”. As relações de contiguidade e complementaridade entre as lógicas locais e as lógicas globais - entre os espaços degradados/abandonados e os espaços de valor patrimonial, os espaços tradicionais e modernos, espaços rurais e urbanos, etc.

De fato a gestão e o ordenamento de lugares patrimônio se apresenta enquanto um desafio, onde é preciso buscar políticas públicas em que as heranças materiais e imateriais não sejam perdidas, isto é, é preciso ter em conta as

especificidades e necessidades locais, colocá-las em contraponto com a pressão e dinâmica global, a fim de garantir o desenvolvimento.

Deve-se ressaltar que, mesmo sendo o título de patrimônio uma criação da cultura ocidental, algo “imposto” a partir de interesses econômicos e políticos, o fato é que o legado dos grupos humanos, produzido ao longo da História, tem que ser alvo de políticas públicas onde se busque formas de convivência com as influências exteriores, sem que ocorra um processo de exploração e descaracterização.

Desta forma, faz-se necessário entender a etimologia do termo genérico “desenvolvimento”, definido como ato ou efeito de desenvolver, crescimento ou expansão gradual. Esse apresenta-se como um processo de passagem paulatina de um estágio inferior a um estágio mais avançado, aperfeiçoado.

Neves et al. (2007) afirmam que ao longo da história o conceito de desenvolvimento apresentou duas concepções que se destacaram. A primeira ligada a evolução do sistema de produção, ao processo de acumulação e ao progresso técnico, visando, primordialmente, a elevação da produtividade da força de trabalho. Já a segunda faz menção ao desenvolvimento articulando-o com o grau de satisfação das necessidades humanas.

Os autores apontam, ainda, para o fato das duas noções de desenvolvimento buscarem compreender os desdobramentos relacionados à eficácia do sistema social de produção, à satisfação das necessidades elementares da população, além de procurar perceber os interesses dos grupos dominantes no que tange a economia e a utilização dos recursos naturais.

Importa compreender que o conceito de desenvolvimento tem uma história marcada por fatores explicativos, conteúdos e objetivos. Faz-se necessário mencionar que nos anos noventa, as teorias do desenvolvimento confluíam para uma concepção mais institucionalizada e sistêmica, contrária as abordagens economicistas que, tradicionalmente, se apresentavam centradas nas tecnologias, na demografia e nos mercados.

Nos dias mais recentes, de acordo com Pires, Müller e Verdi (2006, p. 447) a concepção de desenvolvimento:

É carregada de controvérsias, de diversidade de experiências nacionais [...] Hoje o conceito de desenvolvimento territorial local é frequentemente interpretado como paradigma mais recente do desenvolvimento. [...] É também conhecido sob a designação de desenvolvimento endógeno, comunitário e sustentável. As principais tendências e a literatura sobre o

tema ou contrapõem-se frequentemente o local e o global ou analisa-se o território sob a forma de uma rede-arquipélago na mundialização da economia.

Desta maneira, é importante ter em conta a perspectiva da sustentabilidade no percurso de estímulo ao efetivo desenvolvimento. Imperioso pensar, ainda, no processo de gestão e ordenamento dos espaços patrimoniais de maneira a articular o acervo concreto/construído com as questões inerentes a dimensão social.

The social dimension of sustainable development emphasizes the need to improve the quality of life for all citizens by raising base levels of material income and by increasing social equity, such that all groups have fair access to education, livelihood and resources. This dimension is most relevant to the need to consider built cultural heritage as part of sustainable development. (TWEED; SUTHERLAND, 2007, p. 64)

Assim, percebe-se que os lugares patrimônios podem se apresentar ou não como uma estratégia de gestão e ordenamento do espaço pautada na sustentabilidade e no efetivo desenvolvimento, a depender das formas de intervenção a serem adotadas pelos gestores locais.

Deve-se ressaltar a necessidade da concretização de estratégias de governança assertivas, para que haja um maior estímulo ao efetivo desenvolvimento, pautado na redução das desigualdades sociais e econômicas.

O termo governança – que surgiu, inicialmente, no meio empresarial e derivado da palavra governo – se apresenta, de forma geral, como a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento, a partir da capacidade dos governos de planejar, formular, programar políticas e cumprir funções, com a finalidade de garantir condições “dignas” de existência para a coletividade.

Nesta direção, Dallabrida (2011, p. 1) amplia o conceito de governança, voltando-o para a abordagem territorial, mais apropriada para o uso nas Ciências Sociais e Humanas, onde o define como sendo: “o conjunto de iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais”.

Junta-se à nossa reflexão o uso do conceito de desenvolvimento, baseado na governança territorial, considerando a perspectiva da valorização dos lugares e das

comunidades locais, enquanto ferramenta para a gestão e o ordenamento das áreas patrimônio.

Neste sentido Fuini (2011, p. 3) afirma que:

Deste modo, a noção de governança territorial vai além de uma simples forma de organização econômica interregional, definida pelo estado ou por relações de troca puramente mercantis, associando-se também às modalidades de coordenação socioeconômicas mais complexas que abarcam instituições, convenções, registros de ação e formas de incerteza, definindo, assim, um tipo de regulação misto entre o político e o econômico, entre o local, o nacional e o global, com forte conteúdo territorial.

Enfatiza-se que o desenvolvimento local pautado na cultura e no patrimônio está relacionado com a perspectiva da governança territorial, haja vista que, como já mencionado, o referido conceito busca articular a atuação dos agentes públicos com as necessidades/ações dos atores locais, além de abarcar os conflitos existentes entre o local e global, fortemente presentes nos sítios patrimoniais.

Ao estudar os lugares definidos enquanto patrimônio da humanidade, deve-se considerar a perspectiva do desenvolvimento local pautado na sustentabilidade. Assim, importa mencionar que entende-se por sustentabilidade a concepção adotada para a gestão e ordenamento do território, onde são considerados os elementos sociais, econômicos, culturais, políticos, ambientais, articulados de maneira indissociável, visando assim, garantir o estímulo ao efetivo desenvolvimento.

Acreditamos que, cada vez mais, faz-se necessário buscar articular as estratégias de ação no uso dos espaços patrimoniais, conjugando-as com os interesses das comunidades locais e com os elementos e características da cultura, a fim de promover um progresso efetivo nas referidas áreas.

Desta forma, é possível perceber que a perspectiva de desenvolvimento – seja a entendida a partir da oposição entre o local e o global, ou mesmo pelo viés da formação de redes – deve ser pensada, considerando as características e as necessidades da população local, a fim de garantir a permanência dos espaços patrimônio enquanto referência para a humanidade.

Neste sentido, é de extrema importância compreender a necessidade do engajamento dos agentes públicos e da sociedade civil, por intermédio do trabalho e da organização de maneira articulada, para assim encontrar soluções plausíveis para uma maior organização sócio-espacial dos núcleos urbanos em questão.

Costa, (2008, p. 71) chama a atenção para a importância de uma gestão participativa onde se considere:

A população local, o patrimônio cultural e os turistas, nesta ordem, como principais referenciais, pois se o conjunto adquire valor de troca em detrimento ao seu valor de uso, onde a forma sobressaia ao seu conteúdo significativo acarretando na intensa cenarização do núcleo, perde a população local, perdem os turistas e vemos apagada a função primeira do próprio patrimônio, degradado e deixando de ser destinado à coletividade, experimentado e vivenciado por todos enquanto um referencial de identidade, tradição e cultura.

Vale enfatizar que a percepção acerca do desenvolvimento local deve buscar “abandonar” uma linha de abordagem mais voltada para as macroestruturas e ter um olhar direcionado para as especificidades locais. Em outros termos, deve estimular as ações de gestão, considerando recortes espaciais mais restritos, a fim de colaborar para a construção do efetivo desenvolvimento sustentável. Segundo Gehlen (2006, p. 7):

A construção do desenvolvimento sustentável tem por base o espaço local e o patrimônio sociocultural das comunidades. Espaço local é um território, uma comunidade, um município ou região onde se expressam os direitos da cidadania e se realizam as identidades particulares, ensejando, quando articuladas solidariamente o desenvolvimento inclusivo das potencialidades econômicas locais.

Importa mencionar que, nos últimos 20 anos, os debates sobre o desenvolvimento foi paulatinamente se intensificando e trouxeram para o cerne da questão a perspectiva da dimensão local. Dansero (2009, p. 250-251) assevera que:

O tema desenvolvimento local foi, progressivamente, assumindo importância central no debate sobre desenvolvimento, não somente do ponto de vista teórico e de pesquisa mas também político, operativo e prático. Isso consolidou no debate internacional, algumas palavras-chaves: a concepção *bottom-up* de desenvolvimento, a centralidade do território, a concepção multidimensional das políticas, a negociação entre os atores e formalização de contratos e interesses em cada processo.

Deste modo, ao pensarmos sobre o desenvolvimento local associado a cultura devemos ter em conta as dificuldades impostas pelas forças e pressões globais. Isto é, a adoção de políticas públicas pautadas nas especificidades locais de nada valerão se num segundo momento, não se conectarem com as dinâmicas mais globais. Por outro lado, há que se vê que esse contato pode representar uma ameaça para a identidade dos atores de determinado território.

Deve-se perceber a existência de uma relação direta entre os grupos humanos e as especificidades do lugar, essa, na maioria das vezes, se apresenta como algo positivo, mas, por outro lado, pode se constituir numa ameaça, na medida em que tendem a absorver padrões extrínsecos. Featherstone (2001, p. 92) afirma que:

As fronteiras das culturais locais são vistas como tendo-se tornado mais permeáveis e difíceis de manter, a ponto de se proclamar que “tudo é igual em todo lado” Muitas vezes parte-se também do princípio de que vivemos hoje em localidades nas quais os fluxos de informação e de imagens destruíram o sentido de memória coletiva e de tradição da própria localidade, a um ponto em que é “o próprio sentido de lugar” que se esvanece.

Tweed e Sutherland (2007) nos alertam que os lugares patrimônio se constituem enquanto “símbolos” das especificidades locais e são bastante importantes para a dinâmica das cidades na atualidade. Esses devem se constituir enquanto uma ferramenta de destaque para estimular o desenvolvimento sustentável, na medida em que trazem consigo a mensagem de que o patrimônio construído é resultante dos diferentes significados atribuídos aos espaços pelos grupos humanos ao longo do tempo.

Todavia, é preciso pensar no desafio que é a inclusão dos recortes espaciais do patrimônio da dinâmica das cidades na contemporaneidade. Fica nítido que, cada vez mais, existe um enfoque político, isto é, um interesse do poder público no que tange o patrimônio cultural, na medida em que é visto como mecanismo capaz de estimular diversos segmentos da economia, sobretudo em regiões com dificuldades.

Assim, desenvolve-se o turismo em locais que possuem monumentos isolados, em centros históricos, bem como, gera-se todo um mercado de produção cultural pautado em iniciativas locais, sendo cada vez mais frequente a existência de festivais, *shows* e parques de diversões na tentativa de gerar uma articulação entre o “velho” e o “novo”. (BOWITZ; IBENHOLT, 2009).

Contudo, há que se ter em mente que o desenvolvimento local ancorado na cultura e no patrimônio vai muito além do estímulo a promoção de eventos. Neste sentido, esse deve estar pautado num processo de mudança das relações sociais, a fim de favorecer o engajamento da comunidade, garantindo assim identidade local.

Fuini (2011, p. 5) afirma que o desenvolvimento local:

Deve ser capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região. [...] O desenvolvimento territorial é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local, um modo de regulação territorial, portanto, uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais [...].

Destaca-se a importância das questões/elementos locais, no processo de gestão das áreas patrimônio, visto que são eles responsáveis pelas especificidades e, portanto, pela diversidade do acervo do patrimônio mundial. Gehlen (2006, p. 269) esclarece que:

O local é reconhecido como o “lócus” identitário, por vezes multifacetário, porém definido territorialmente e onde se cultivam tradições e se expressam as diferenças que constituem a cultura local, diversa e, por vezes síntese de culturas universais. O patrimônio sociocultural de uma comunidade ou sociedade local pode ser compreendido como sendo o conjunto de características intrínsecas a uma comunidade que podem contribuir (ou frear) as ações em prol de seu desenvolvimento.

Em síntese, pode-se afirmar que o patrimônio pode se apresentar enquanto um elemento estimulador do crescimento econômico local; no entanto no processo de gestão e ordenamento é necessário, cada vez mais, considerar a criação de estratégias de ações pautadas em atividades culturais e nas especificidades locais, a fim de tornar esses espaços mais atrativos, dinâmicos e articulados com as necessidades dos tempos atuais.

## 5.2. Planejamento e gestão dos espaços

O conceito de planejamento se apresenta ligado a ideia de preparação, ação voltada para estruturar, “organizar” algo com vistas para o futuro. Pressupõe, ainda, escolhas entre alternativas e busca analisar os aspectos positivos e negativos no processo de estruturação espacial.

Segundo Souza (2006, p. 46), o planejamento visa: “tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios.”

O planejamento para áreas definidas como patrimônio deve considerar a criação de meios de convivência efetivos entre as marcas de outros tempos com as necessidades atuais.

Vale lembrar que muitas vezes, em razão da ausência de estratégias de ação pautadas em um programa de planejamento urbano, muitas heranças foram sendo perdidas ao longo da história da humanidade. Há que se observar que tanto os elementos tangíveis quanto os intangíveis devem ser foco das políticas públicas de governança, através do planejamento para os referidos recortes espaciais.

Neste sentido, Almeida (2005, p. 2) alerta para o papel dos gestores no processo de construção do efetivo desenvolvimento e ordenamento dos lugares patrimônio:

A administração pública detém um papel preponderante no domínio do patrimônio cultural e do ordenamento do território. Com efeito, se por um lado a justificação da intervenção dos agentes públicos é baseada no princípio de potenciador de melhorias nas condições de vida das populações, por outro lado, vários são os desafios que se colocam na definição das suas políticas de desenvolvimento e na formulação dos planos.

Deve-se notar que o planejamento se configura enquanto preparo para a gestão, daí a referida importância da atuação dos gestores públicos no processo de ordenamento dos lugares patrimônio. Assim, vejamos:

O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis) das condições que o planejamento feito no passado a construir. Longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são distintos e complementares". (SOUZA, 2006, p. 46).

O planejamento e a gestão dos sítios patrimoniais deve considerar a articulação e as necessidades dos diversos e complexos agentes/atores/elementos componentes dos espaços urbanos na atualidade. Neste sentido, Mora (2012, p.112) afirma que:

Como numa sinfonia, não se trata de que todos os setores uniformizem suas ações. Cada um tem um papel a desempenhar na sinfonia urbana. Trata-se de harmonizar e conciliar a viabilidade econômica com o equilíbrio ecológico, a inclusão social, a conservação do patrimônio. Tudo isso só será possível desde que os planejadores e urbanistas atuem como regentes de orquestra sinfônica, maximizando os valores de cada um dos setores que,

juntos, têm a capacidade de produzir uma cidade verdadeiramente para todos.

Brito (2002) chama a atenção para o fato de ser necessário considerar nas políticas públicas de planejamento para os sítios do patrimônio cultural a articulação entre a preservação e o desenvolvimento urbano. Afirma que deve-se ter como referência três questões centrais: uma perspectiva integrada em ações de preservação; o foco em investimentos públicos e privados, sobretudo nos sítios degradados; e, finalmente, a promoção de uma interação físico-espacial dos lugares patrimônio com o resto da cidade.

Diante do exposto, pode-se concluir que o patrimônio cultural das cidades históricas se apresenta como uma possibilidade para o desenvolvimento urbano pautado na perspectiva da sustentabilidade (ambiental, social e econômica). Contudo, é necessário perceber as necessidades da comunidade e dos atores locais e, ao mesmo tempo garantir a preservação do patrimônio e da identidade.

Desta forma, devemos ressaltar que a gestão e o ordenamento dos lugares patrimônio mundial se apresenta enquanto um desafio, na medida em que, ao buscar o desenvolvimento de maneira efetiva, tem que se tentar equalizar a tendência homogeneizadora vista nos dias atuais com a “*refuncionalização*” da herança material e preservação da memória/identidade.

### 5.3. Participação da população residente e conflitos

Para tratar da participação da população residente e conflitos nos lugares definidos como patrimônio da humanidade, faz-se necessário perceber a importância da comunidade local, uma vez que são eles os “construtores” do patrimônio, por perpetuarem ao longo do tempo especificidades nos modos de viver que acabam por se materializar no espaço.

Não são os visitantes, nem tão pouco o recebimento do título os responsáveis pela criação/manutenção de espaços com significados únicos para humanidade, mas, sim, o modo como o ser humano de forma diversificada foi/vai se relacionando com a “natureza” e entre eles próprios.

Desta forma, é a comunidade local a responsável por dar vida e sentido aos espaços, inclusive os que estudamos, criando valores/bens imateriais, que depois se concretizam com a criação de bens materiais. É a noção de pertencimento que, a

partir de escolhas, vai manter ou transformar hábitos e costumes, provendo a valorização ou abandono de padrões herdados, que vão sendo passados de geração em geração.

Daí a importância da participação da população residente na dinâmica e gestão dos sítios patrimoniais. Deve-se notar que, de um lado, a definição de um lugar como patrimônio pode trazer benefícios para a comunidade local a partir do incremento ao turismo ou pela valorização dos imóveis, por exemplo. Contudo, esses espaços passam a ser regidos por leis bastante rígidas no ordenamento do território, sob a alegação de não descaracterizar os bens patrimoniais.

No que se refere ao turismo é possível observar que pode contribuir para a conservação dos sítios patrimoniais se este não for transformado no eixo central de condução das políticas públicas.

Conforme as palavras de Monteiro (2012, p. 257), a adoção do turismo como estratégia única de revitalização dos lugares, atrelada a falta de mecanismos de regulamentação onde sejam privilegiadas as estruturas locais, podem transformar a exploração turística em um fator negativo, isto é, em algo contrário as necessidades e interesses da população residente nos centros históricos patrimoniais.

Outra questão a ser ponderada consiste no fato de que geralmente os locais definidos como patrimônio cultural são resultantes de períodos de tempo, onde a técnica e tecnologia se apresentam em níveis de desenvolvimento diferentes, isto é, os padrões de construção, de transportes e a própria noção de conforto e bem-estar eram direcionados por outros valores.

Deste modo, questões cotidianas como reformar uma habitação ou estacionar automóveis, podem transformar-se em um problema: de um lado, permanece o apego ao lugar, o sentimento de pertencimento e orgulho por habitar um espaço de interesse do mundo, no qual, muitas vezes, a história de vida do indivíduo está inserida; mas, por outro lado, deparamo-nos com o avanço das técnicas, o apelo ao consumo de forma massiva e constante, os quais podem gerar “necessidades” que, muitas vezes, são impedidas de serem satisfeitas em função das rígidas regras que regulam os espaços patrimoniais.

Realmente, é bastante complicada a tarefa dos gestores públicos, pois têm a missão de garantir a permanência dos bens materiais, no estado em que se encontravam no momento do recebimento do título e, ao mesmo tempo, têm por

função atender aos anseios dos atores locais, a fim de lhes garantir condições de vida consonantes com os dias atuais e promover um maior bem-estar.

Destarte, a vida dos lugares patrimônio cultural corre sério perigo se houver um esvaziamento populacional, visto que é a população local que, a partir do uso e apropriação do território, constrói e atribui significação e valor.

Retomando a questão do turismo e suas ligações com os residentes, este também se apresenta como um problema. Como já referimos, por um lado aquece a economia gera emprego, oportunidades, renda, contudo, os lugares patrimoniais, ao serem invadidos pelos turistas, elevam o preço das mercadorias e dificultam o deslocamento das pessoas.

Neste sentido, Monteiro (2012, p. 257) afirma que:

[...] o volume recente de visitantes, o chamado *fast tourism* (do mesmo modo como a *fast food*) tem ocasionado problemas nas comunidades hospedeiras. [...] O preço de uma garrafa de água vendida aos turistas é tão alto que enfurece moradores locais que se recusam a ser explorados. Em tempos de férias turísticas, a cidade torna a vida dos moradores insuportável. Embora os moradores se caracterizem pelo orgulho de sua história, arte, monumentos e principalmente a cultura, a interface destes com os visitantes passa a ser mínima e somente para fins comerciais.

Importa deixar claro que as recomendações, constantes nos documentos oficiais de regulação e ordenamento dos sítios patrimoniais, são no sentido de haver uma articulação entre a valorização do patrimônio edificado e o bem-estar dos residentes. Neste sentido, temos as considerações de Monteiro (2012, p. 259): “O desafio consiste em conceber estratégias e instrumentos de gestão capazes de articular estruturas sociais, econômicas, culturais e de poder presentes em cada contexto.”

Em suma, deve-se enfatizar a necessidade de os lugares do patrimônio não serem vistos apenas como mercadoria a ser vendida pelo turismo. Faz-se urgente pensar, assim, em ações por parte dos gestores públicos que ao mesmo tempo, favoreçam a preservação e que, também, proporcione qualidade de vida aos residentes, a fim de evitar conflitos, esvaziamento populacional, perda da identidade e descaracterização.

Diante do exposto, teremos a seguir, a segunda parte do trabalho, onde constam as apreciações acerca da problematização e do enquadramento metodológico. Apontaremos os questionamentos e os caminhos metodológicos adotados, na tentativa de perceber melhor a dinâmica dos lugares classificados

enquanto património mundial e os respectivos impactos na vida dos residentes, para que na terceira e última parte da tese possamos, finalmente, tratar os exemplos de caso, a fim de articular a teoria com a prática.

## **PARTE II - PROBLEMÁTICA E ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO**

Após a realização do enquadramento teórico conceitual, temos a segunda parte da investigação, que encontra-se subdividida em três capítulos, cuja finalidade é ilustrar a problemática e os caminhos metodológicos adotados para o desenvolvimento da nossa pesquisa.

## 6. PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTÕES NORTEADORAS DE ABORDAGEM

Importa, primeiramente, mencionar a questão norteadora da presente investigação, que consiste na compreensão dos impactos positivos e negativos gerados a partir do recebimento do título de patrimônio cultural da humanidade conferido pela UNESCO. Pretende-se, ainda, perceber como os lugares com marcas de tempos passados se inserem na dinâmica global, considerando para tanto os exemplos de caso de Olinda, Sintra, Évora e Guimarães.

Indagamos se o título de patrimônio se constitui, por um lado, como ferramenta de preservação dos monumentos, mas também, por outro lado, se representa uma ameaça a identidade do território e a vida da população local à medida que estes são fortemente demandados pelo do setor do turismo.

Deve-se ainda ter em conta que os lugares que recebem o estatuto passam a ser regidos por normas, regras, muitas vezes razoavelmente rígidas, impostas de “cima” para “baixo”, o que também pode colaborar para a geração de questões de difícil equalização na gestão do território.

Nesta direção, questionamos quais são as relações de poder e as intencionalidades que embasam o pleito do título de patrimônio. Que interesses locais e, depois, quais as dinâmicas globais existentes no processo de definição de um espaço enquanto patrimônio?

Outro ponto a observar é se o recebimento da classificação traz benefícios efetivos para o desenvolvimento sócio-espacial. Questionamos se o título, na prática, representa apenas uma ferramenta de fortalecimento da exploração turística, respaldada pela importância da preservação do acervo arquitetônico.

Importa verificar, ainda, se a classificação promove benefícios econômicos locais, a partir de programas de financiamento para a preservação e gestão dos espaços definidos como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO.

Também nos suscita, ao estudar os lugares patrimônio, se a definição de um território enquanto patrimônio mundial, promove maior visibilidade e reconhecimento. Que dinâmicas resultam de uma possível exposição do lugar?

É necessário questionar ainda se existe um processo de “empacotamento” dos espaços definidos como patrimônio, no sentido de direcionar as ações para atrair turistas.

Importa enfatizar que entendemos como “empacotamento” dos lugares, o direcionamento das estratégias de gestão territorial a fim de priorizar a venda da imagem do lugar para atrair turistas. Processo esse que, de um lado, impõe dificuldades à permanência da população local e, de outro, facilita as ações de empreendedores, em especial, aqueles ligados ao setor do turismo, o que origina uma espécie de “paralisação” na dinâmica “natural” do lugar.

Deve-se considerar, também, se ocorre um processo de perda da identidade local à medida que há um processo de standardização da cultura? Ainda neste sentido, pensamos nos desafios a serem enfrentados para garantir a permanência da “essência” das marcas de tempos passados nos recortes de estudo frente as “necessidades” impostas pelas dinâmicas globais.

Outro ponto a ser observado situa-se na análise das estratégias adotadas para que o título seja estimulador do efetivo desenvolvimento sócio-espacial. Indagamos sobre os desafios a serem enfrentados no planejamento urbano das áreas classificadas como patrimônio mundial, com vistas a estimular a coesão territorial.

Visando clarificar as questões apontadas acima importa indicar que a metodologia científica, de acordo com Castro (2008, p. 29) é: “o estudo dos métodos ou caminhos do conhecimento científico.”

Nesta direção, conforme as palavras de André (2005, p. 24): “O conhecimento científico obedece a regras de construção precisas e explícitas que variam conforme os paradigmas. Essas regras correspondem, na sua globalidade, à metodologia científica.”

Vale definir ainda que, o conhecimento científico, parte da racionalidade, busca conhecer a realidade de acordo com a observação dos fatos, sem se limitar ao que é aparente, utilizando assim, para alcançar seu objetivo, diferentes metodologias. (CASTRO, 2008, p. 24).

Desta maneira, deve-se esclarecer que a presente tese pauta-se por uma abordagem crítica à questão da patrimonialização, com o objetivo geral de verificar as transformações promovidas pelo recebimento do estatuto de patrimônio cultural da humanidade, de acordo com o contexto político, econômico, social e cultural. Transformações essas, focalizadas, em nossa análise, através do diálogo, da contraposição e da contradição de ideias e de interesses.

Faz-se necessário apontar que a presente análise encontra-se subsidiada pela combinação de metodologias quantitativas e qualitativas (análise das dinâmicas econômicas e sociais; importância da herança de outras temporalidades; uso e impactos nos espaços definidos como patrimônio) com efeito de tentar perceber o caso de Olinda e os exemplos portugueses de Sintra, Évora e Guimarães.

Enquanto métodos procedimentais, isto é no que se refere aos meios, aos caminhos para atingir os objetivos da investigação ora em questão, não aderimos ao uso do método denominado de comparativo, por vezes usado em exemplos/estudos de casos, mas sim propomos o uso do termo confrontativo.

Ao analisarmos etimologicamente as diferenças entre comparar e confrontar, deve-se notar inicialmente que a palavra comparar deriva do latim *comparare*, cujo significado consiste em: estabelecer confronto entre, examinar simultaneamente, cotejar, pôr em igual nível, considerar como igual ou semelhante, igualar, equiparar e rivalizar. (FERREIRA, 1999, p.511).

Já a palavra confrontar, também derivada do latim *confrontare*, tem por significado: pôr frente a frente, acarear, comparar, cotejar, fazer face a, defrontar-se, enfrentar. (FERREIRA, 1999, p.527).

Desta maneira, conforme podemos observar acima, ao primeiro olhar, as duas palavras seriam sinónimas. Contudo, identificamos algumas “pistas” que no nosso modo de enxergar apontam para a existência de diferenças entre as mesmas, o que nos faz optar pelo uso do termo confrontar. Tal opção toma por base o que é proposto na tese enquanto procedimentos metodológicos, bem como ocorreu por agregar valor a opção pela adoção da abordagem crítica. Assim, teríamos o que chamamos de método confrontativo.

A diferença entre as duas palavras, acordo com Houaiss (2002, p. 1003), aparece na medida que comparar se liga a ideia de relacionar coisas, sejam estas concretas ou abstratas, animadas ou inanimadas, com a finalidade de encontrar semelhanças ou diferenças. Já confrontar se associa a ideia de encontro, de contato, de estar defronte.

Assim, é uma análise confrontativa o que pretendemos, pois a intenção não é apenas relacionar, encontrar as semelhanças e as diferenças entre Olinda e os casos portugueses ora em questão, mas sim colocá-los uns em frente aos outros, para realizar a uma troca de experiências no processo de gestão do território.

Tal opção metodológica considera uma gênese comum – a matriz urbanística portuguesa – para depois tentar perceber como as marcas de tempos passados, como o legado patrimonial classificado pela UNESCO, pode estabelecer “pontes” que sejam promotoras do estímulo ao efetivo desenvolvimento sócio-espacial.

Não propomos realizar uma análise direta, mas sim, primeiramente, buscamos tratar um exemplo de caso em específico - Olinda - para em um segundo momento, agregar valor à investigação pela confrontação com as realidades de Sintra, Évora e Guimarães, espaços esses que foram as referências da estruturação espacial do caso brasileiro.

Esclarecendo melhor a abordagem confrontativa, importa destacar que permite apresentar um exemplo de estudo “principal”, com um maior grau de aprofundamento, sendo depois tratado por exemplos de casos “auxiliares”<sup>12</sup>.

Confrontar dá-nos a noção de que os resultados são mais amplos, mais flexíveis. Se, por exemplo, comparássemos hipoteticamente, um edifício com outro, no que se refere aos elementos estéticos, rapidamente chegaríamos em algumas conclusões: o primeiro é mais alto, mais antigo ou mais belo do que o segundo. Mas se, ao invés de comparar, fizéssemos uma confrontação, se os colocássemos face a face, teríamos a possibilidade de descrevê-los, sem que necessariamente fosse relevante haver uma adjetivação hierarquizada.

Em nossa perspectiva, não temos um estudo baseado por uma média aritmética simples, onde o resultado é obtido dividindo-se a soma das observações por suas variantes, mas sim trata-se de uma “média aritmética ponderada”, em que considera-se para os exemplos de casos de estudo uma ponderação sobre as diversas facetas envolventes à questão da classificação enquanto patrimônio mundial.

Ou seja, Olinda é abordada em maior grau de aprofundamento, por se tratar do recorte espacial de nossa vivência e, depois, temos os casos portugueses de Sintra, Évora e Guimarães, não menos importantes, mas analisados com um olhar diferenciado a partir da confrontação com o caso brasileiro.

Deve-se esclarecer, em complemento ao dito acima, que se trata de uma “média aritmética ponderada”, porque cada sítio analisado possui atributos

---

<sup>12</sup> Observar o nono capítulo onde consta o roteiro metodológico com maiores esclarecimentos acerca dos procedimentos metodológicos adotados para a análise dos exemplos de casos.

específicos, com pesos diferenciados, o que permite a troca de experiências, a qual esperamos que seja proveitosa aos lugares patrimoniais analisados.

Assim, visando clarificar os exemplos de caso, colocamos algumas questões que nortearam o desenvolvimento e a adoção dos encaminhamentos metodológicos:

- O que faz destes quatro lugares casos relevantes e adequados para a pesquisa?

- Por que foram reconhecidos como patrimônio da humanidade pela UNESCO?

- Como foi aproveitado esse estatuto por parte das autoridades locais, das empresas e dos cidadãos?

- Que dinâmicas locais se desenvolveram desde então? E qual o papel do patrimônio nessas dinâmicas?

- Que impactos (locais, regionais, nacionais e internacionais) se registraram?

- Quais as conexões entre os casos de Olinda, Sintra, Évora e Guimarães?

Que desafios e possibilidades no processo de gestão e ordenamento do território?

Desta forma, apresentamos a seguir, como já mencionado, três capítulos: no sétimo capítulo apresentamos as hipóteses; no oitavo capítulo o modelo de análise adotado; e, no último capítulo desta parte, temos o roteiro metodológico.

## 7. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

Acreditamos que a definição de um lugar enquanto patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO gera profundas transformações na dinâmica sócio-espacial, bem como gera diferentes respostas por parte dos atores e gestores locais.

Desta forma, apontamos como hipótese central o fato de um lugar ao receber o título de patrimônio cultural da humanidade ter sua dinâmica territorial, social, econômica e cultural transformadas, a partir de impactos positivos e negativos.

Assim, visando clarificar a hipótese mencionada acima, vale esclarecer que o turismo constitui-se enquanto um dos elementos frequentemente vinculado às abordagens sobre os lugares patrimônio. Contudo, são os impactos positivos e negativos gerados a partir do recebimento do título de patrimônio mundial que constituem o cerne da presente investigação, e não o turismo. Porém, vale referir que o turismo está presente em nossa análise, na condição de um dos fatores geradores de impactos às áreas classificadas e não como questão central.

Destarte, em colaboração a hipótese, podemos enumerar o que acreditamos ser os principais impactos positivos: a intensificação da preservação do patrimônio edificado; o estímulo a uma maior visibilidade e reconhecimento do lugar; um maior dinamismo econômico – geração de emprego e renda; o favorecimento e a geração de riqueza mediante aumento da arrecadação fiscal; maior facilidade ao acesso a programas mundiais de financiamento; o incentivo ao turismo cultural, o fortalecimento da identidade, da cultura e elevação da autoestima, impulso ao desenvolvimento de atividades criativas e mudanças no cotidiano dos residentes - consumo/comércio.

Importa mencionar que, na tentativa de ir em busca da compreensão de tais impactos, temos as considerações Zanirato e Ribeiro (2006, p. 251) que apontam para o entendimento acerca dos elementos atinentes a noção de patrimônio cultural:

Nos últimos anos, o conceito “patrimônio cultural” adquiriu um peso significativo no mundo ocidental. De um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, se avançou para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Desta maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional.

Deste modo, enquanto primeiro impacto positivo da classificação apontamos a intensificação da preservação do patrimônio edificado, o que é salutar, mas que também carrega a ideia de que é preciso preservar para as pessoas terem o que visitar, para poderem “conhecer” o passado, pois sem que haja a preservação dos monumentos, complica-se o processo de comercialização da cultura resultante de outras temporalidades.

Deve-se considerar, na medida que um espaço recebe o título de patrimônio, que ocorre um impacto gerado pelo processo de “valorização”, que é uma maior visibilidade para o lugar, no sentido de torná-lo mais conhecido em meio a tantos outros lugares existentes no mundo que não possuem o título, representando assim uma “mais-valia” na divulgação das “potencialidades” do território.

Também criam-se em torno dos sítios patrimoniais um maior dinamismo econômico, que *a priori* estimula um ciclo de geração de renda e emprego, através da “exploração” do patrimônio.

Acredita-se ainda que, ao passo que determinados sítios recebem o título de patrimônio da cultura do mundo, estes passam a ser o alvo de um sistema exploratório mais intensivo, já que o título torna esses espaços mais vendáveis, o que por sua vez favorece uma maior arrecadação de impostos, haja vista haver uma maior procura por parte de empreendedores. Estes empreendedores buscam tirar partido do fato desses lugares possuírem um elemento diferenciador – o título de patrimônio – o que incrementa o comércio e os serviços promovendo uma maior arrecadação fiscal para os cofres públicos.

Também acreditamos que, quando um lugar é definido como patrimônio ocorre um maior acesso aos programas mundiais de financiamento, haja vista a necessidade de garantir que esse patrimônio seja preservado, mantido, o mais próximo de sua gênese, em função do valor simbólico e material que o mesmo possui.

Outro impacto a se considerar consiste no fato de os lugares patrimônio cultural da humanidade, por assim serem, representam uma cultura de “interesse” da “coletividade”, com especificidades, que ao menos teóricas, despertam o interesse do turismo, em especial o do turismo cultural. Turismo este que visa unir o “útil” ao “agradável” e atender há uma fatia do mercado turístico mais seleta e provida de mais recursos financeiros.

Desta forma, pode-se afirmar que, mesmo havendo, de um lado, o impacto decorrente da ameaça aos elementos *identitários*, de outro, o título de patrimônio favorece ao fortalecimento da identidade e da cultura local, a partir do estímulo ao sentimento de pertencimento, na medida em que os atores locais vêm o seu lugar “valorizado” pelo mundo.

Outro fator de impacto positivo a ser considerado diz respeito ao fato dos sítios patrimônio cultural se apresentarem atrativos aos criativos. São lugares, que além de possuírem uma “atmosfera” diferenciada pela carga dos elementos históricos concretos, que também são atrativos aos visitantes, o que por sua vez, auxilia a divulgação/comercialização, sobretudo das artes, da música, do artesanato entre outros, o que acaba por estimular o incremento das atividades ligadas a criatividade.

É preciso notar que o Estatuto da UNESCO altera, de diversas formas, o cotidiano dos residentes, sendo o consumo e comércio local exemplos dessas alterações. De um lado, se apresenta como possibilidade para população obter meios de beneficiamento econômico, através do investimento na comercialização e prestação de serviços; mas, de outro, traz também, impactos negativos a partir da elevação dos preços, geralmente frequentes nos lugares patrimoniais.

Nesta direção, Capel (2014, p.56) chama a atenção para a complexidade dos fatores referentes a dinâmica dos sítios classificados:

El consumo de patrimonio se ha podido situar a veces por encima de su interés histórico o cultural, en una competencia a escala planetaria, como un factor de revitalización urbana y económica. Algunas ciudades tratan de situarse en la escena mundial valorando el patrimonio que poseen. Con él se incrementa el turismo, el ocio, el valor del suelo, y el orgullo de una parte de los habitantes por el éxito de su ciudad. Aunque, a veces, también, al mismo tiempo, el disgusto de otra parte de la población, que desearía diferentes tipos de intervenciones urbanas, dirigidas hacia los mismos habitantes y la mejora de su calidad de vida, más que hacia los forasteros.

Assim, é preciso ter em conta que além da existência de impactos positivos, o recebimento do estatuto de patrimônio, provoca impactos negativos, dos quais destacamos: a standardização da cultura; perda de identidade; falta de “autonomia” no uso dos espaços privados; dificuldade para deslocamento e acessibilidade aos sítios históricos; sobrevalorização dos imóveis; desertificação dos centros históricos; mudança no perfil dos usuários dos espaços públicos (maior número de visitantes/turistas do que residentes); direcionamento econômico privilegiando o

setor do turismo e a gestão e o planejamento focados nos elementos ligados ao patrimônio em detrimento de investimentos ligados ao efetivo desenvolvimento sócio territorial.

Desta maneira, no que tange aos impactos negativos da classificação, temos primeiramente, como já mencionado, uma tendência de uniformização da cultura, um processo de estandardização, banalização.

Neste sentido, somam-se às nossas reflexões o que Fortuna (1999, p. 33) afirma:

Os lugares históricos, em particular as ruínas antigas, mas também como veremos de seguida, os monumentos, são lugares especiais que, como heterotopias de Foucault (1986), sustentam uma variada justaposição de significados, em razão do que promovem a deslocalização dos sujeitos ao mesmo tempo que os fixam num determinado lugar. Funcionam como uma espécie de espacialização da utopia ao poderem converter a nossa identidade em nossa alteridade. A paisagem cultural pós-modernizante das cidades de hoje está carregada destes lugares se significados contrastantes. Ao lado dos monumentos e ruínas, também os museus, os santuários, os cemitérios, os estádios ou os grandes centros comerciais, funcionam em diferentes graus como lugares de deslocalização da personalidade desses sujeitos.

Cria-se uma atmosfera, muitas vezes fabricada para dá a impressão de que esses espaços são puros, quando na verdade são híbridos, pois o que, de fato, fica de outras temporalidades, em menor ou maior grau sofreu influências, se modificou com o tempo.

Essas marcas do tempo impressas no espaço, ou conforme define Santos (2006), as rugosidades<sup>13</sup>, muitas vezes são “empacotados”, “embalados à vácuo” para se tornarem vendáveis, onde a essência primeira que é a identidade/especificidade, o objeto e o objetivo do recebimento do título, acaba por ser perdido.

Deve-se esclarecer, também, enquanto impacto negativo a “invasão” e “popularização” destes recortes espaciais promovidas, em muitos casos, pela classificação. Todo esse processo se configura como fator de estímulo a perda de identidade, a partir da criação de um sentimento de que esses são espaços de todos, do mundo e, ao mesmo tempo, são espaços vazios, “lugares” de ninguém.

---

<sup>13</sup> “Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. (SANTOS, 2006, P.92).

Outro fator de impactação consiste na perda de autonomia por parte da população local no que se refere ao uso dos espaços privados. Devemos ter em mente que os espaços são uma criação e, ao mesmo tempo, uma propriedade primeira das pessoas que o fazem e, depois objeto da coletividade, o que nos sítios tornados patrimônio são objeto da cobiça do mundo, fazendo com que os usos deixem de ser regulados, primordialmente, pelos atores locais e passem a ser muito mais, do que em outras áreas, foco de forças impostas por exterioridades e reguladas por normatizações rígidas.

Outra questão referente aos impactos negativos se situa nas restrições a acessibilidade e a locomoção nos sítios históricos, imposta pela capacidade de carga e resultante da tentativa de preservação do patrimônio material. Importa notar que os meios de locomoção de épocas pretéritas demandavam uma infraestrutura que não é condizente com as necessidades atuais. Isto é, as demandas, os hábitos, os modos de locomoção e acesso eram outros, não havia automóveis, sobretudo os de porte médio e grande, bem como, não fazia parte da dinâmica das aglomerações tantas ofertas para a locomoção e acesso aos lugares, o que na atualidade, pela diversidade dos meios de transportes, resultante da própria evolução das técnicas e tecnologias, promove conflitos nas zonas classificadas.

Em síntese, deve-se perceber, que ao preservar as heranças, junto com elas ficam as dificuldades para deslocamento e acessibilidade aos sítios históricos, pois via de regra temos malhas de circulação estreitas, carência de locais para estacionamento das viaturas, entre outras.

Deve-se observar também como impacto negativo que os espaços definidos como patrimônio, na medida em que atraem os olhares/interesses econômicos de forma mais contundente, passam também a produzir um processo de elevação, sobrevalorização dos imóveis, o que muitas vezes favorece a “expulsão” da população desses lugares, favorecendo a desertificação das áreas classificadas.

Outro fator que impacta negativamente é que os espaços públicos das áreas classificadas passam a ser muito mais apropriados pelos visitantes/turistas do que pelos residentes. Tal é a pressão que, em muitas situações o morador se sente expulso, na medida que os espaços públicos estão constantemente cheios de pessoas vindas de fora (visitantes e turistas), onde o sentimento do morador pode ser traduzido pelo ditado popular que diz: “sentir-se um estranho no próprio ninho”.

Um outro aspecto negativo visto nas áreas classificadas decorre de um certo favorecimento por parte das políticas públicas a partir de um maior direcionamento econômico que privilegia o setor do turismo. A singularidade das heranças de outros tempos se apresenta como “minas de ouro”, onde as potencialidades pautadas nas especificidades históricas são vistas como importante ferramenta para exploração econômica através do incentivo ao segmento turístico.

Importa enfatizar que, no momento que um lugar é definido como patrimônio cultural do mundo pela UNESCO, a gestão e planejamento local passam a ser focados nos elementos ligados ao patrimônio em detrimento de investimentos vinculados ao efetivo desenvolvimento sócio territorial, onde as necessidades/demandas locais acabam por ficar em um segundo plano. Tal questão decorre, primeiramente, da “necessidade” de centralização das políticas públicas no patrimônio, já que o título não pode correr riscos e, depois, por ser frequente a crença de que o turismo, incentivado pela classificação, é um instrumento capaz de resolver todos os problemas de ordem econômica e social.

Assim, diante dos fatores apontados, acredita-se que o recebimento do título, provoca intensas transformações na dinâmica sócio-espacial. Transformações essas que, por um lado trazem benesses, mas, por outro, provocam danos, sendo preciso estar atento às estratégias de intervenção a fim de evitar o comprometimento da identidade, da cultura, do patrimônio e, principalmente, da qualidade de vida dos habitantes dos sítios patrimoniais.

## 8. MODELO DE ANÁLISE

Enquanto estratégia analítica para perceber as marcas de tempos passados em um mundo globalizado, no que tange aos lugares classificados enquanto patrimônio da humanidade pela UNESCO, tomamos com referência, como já afirmamos, uma abordagem crítica à questão da *patrimonialização*.

Nesta perspectiva soma-se a nossa análise o conceito de apropriação do espaço, basilar à Ciência Geográfica e bastante relevante a problemática em questão por abarcar a ideia de uso e de poder.

Consideramos que os territórios são fruto deste confronto, da luta entre interesses contraditórios entre os diversos grupos humanos.

Percebe-se que, os territórios e as ações são articulados e influenciados por realidades, interesses os mais diversos, o que acaba muitas vezes gerando conflitos.

Desta forma, as sociedades se organizam a partir de estruturas de um determinado modo de produção. Partindo deste pressuposto, a história do mundo nasce da ação dos seres humanos, da produção de suas condições concretas de vida, sendo o mundo material, organizado por todos que compõem a sociedade. Contudo, vale referir, que a depender da condição social determinados grupos têm mais poder frente à outros.

Os modos de produção são históricos e, muitas vezes impostos pelos grupos “possuidores” do poder, o que acaba originando relações sócio-espaciais desiguais, promotoras de uma seletividade que impede o real desenvolvimento.

Segundo Falcon (1997, p. 97):

A história da humanidade deve neste caso ter presentes estas duas maneiras de ver a questão das relações entre a história e o poder: há um olhar que busca detectar e analisar as muitas formas que revelam a presença do poder na própria história; mas também existe outro olhar que indaga dos inúmeros mecanismos e artimanhas através dos quais o poder se manifesta na produção do conhecimento histórico.

De acordo com Santos (2006, p. 205) “Tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro”.

Assim torna-se necessário entender as formas de existir de Olinda, Sintra, Évora e Guimarães na atualidade, isto é, compreender de forma crítica como o

passado, o presente e o futuro se entrelaçam nestes espaços considerados patrimônio da humanidade.

É preciso observar que os espaços são impregnados por diversos usos, constituindo-se numa colcha de retalhos, costurados em diversas camadas sobrepostas. São resultantes de um processo dialético elaborado pelos atores sociais, que os reinventam, de acordo com os diversos interesses e usos atribuídos ao longo do tempo.

Deve-se ressaltar ainda que a cultura nasce em função da construção de identidades, entre os grupos humanos, formados por um processo contraditório, onde, simultaneamente, convivem, de um lado, o particular, o individual, o único, e, de outro, o coletivo, o geral e o diverso.

Assim, Claval (1997, p. 105) define que:

Como fundamento das identidades, a cultura reúne os homens ou os separa. Quando as pessoas aderem às mesmas crenças, dividem os mesmos valores e associam suas existências a objetivos próximos, nada se opõe a que eles comuniquem livremente entre si. Mas desde que eles saem do grupo no qual se sentem solidários, suas atitudes mudam: a desconfiança se instala, as trocas se tornam uma fonte de ameaças, na medida em que elas podem questionar a estrutura sob a qual foram construídas a personalidade dos indivíduos e a identidade dos grupos.

Também não se pode perder de vista o entendimento da relação espaço-tempo, para entender as especificidades e intencionalidades no estabelecimento de zonas classificadas como de interesse do mundo. Saquet (2007, p. 74) chama a atenção para a importância da questão:

Pensamos que é quase unanimidade, atualmente, na geografia, haver centralidade da relação espaço-tempo na formação do espaço, do território, da paisagem e da regionalização. O espaço está no tempo e o tempo está no espaço. Tal relação é considerada, nos estudos, de diferentes maneiras: ora destacam-se os processos históricos, ora os relacionais, no entanto trata-se sempre, de traços do tempo histórico e do coexistente das relações sociais. Isso significa que, às vezes, evidenciam-se as fases ou períodos e, noutras situações, as relações sociais, sejam elas culturais, econômicas ou políticas espacializadas, regionalizadas ou territorializadas.

Os lugares do patrimônio são exemplos nítidos dessa relação entre o tempo e o espaço, materializam este casamento, na medida em que são representações, heranças de outras temporalidades. Não é que todos os sítios classificados sejam de épocas muito longínquas; contudo parte significativa dos que possuem o Estatuto de patrimônio cultural material são referências ao passado mais distante.

Na visão de Martins (2010) a preservação das heranças de outros tempos é resultante de um novo modelo de pensar a vida em sociedade, após a Segunda Guerra Mundial, onde o patrimônio passou a ser visto como uma maneira de reconhecer a diversidade das culturas e dos povos.

A questão do patrimônio na era da globalização tem sido entendida sob diversos prismas. A questão principal da geração de 1980 residia na angústia da perda dos bens referenciais da memória e da identidade. Perante a enfermidade da vida humana, em confronto com a velocidade do ritmo tecnológico [...]. (Ibid., 2010, p. 346).

Todas as estratégias adotadas, sobretudo a partir da década de 1980, para a preservação da memória coletiva, de fato promoveram uma ampliação das áreas classificadas, bem como estimularam a difusão de um pensamento preservacionista e uma cultura de valorização de territórios de referência<sup>14</sup>.

Apesar de todo esforço, assistimos hoje é um processo de degradação, banalização, e, por vezes, o abandono por parte da população residente das áreas classificadas pela UNESCO. Capel (2014, p. 135) afirma que: “nunca ha estado tan protegido el patrimonio, pero nunca ha tenido tantos riesgos de destrucción hoy”.

Assim, visando entender os impactos e transformações promovidos pelo recebimento da classificação da UNESCO, conforme as questões abordadas acima, é que temos os exemplos de caso de Olinda, Sintra, Évora e Guimarães.

Deve-se esclarecer que a escolha dos exemplos de caso foi pautada por motivações e critérios pré-estabelecidos.

Olinda definida, primeiramente, em função de se agregar ao interesse pela temática do patrimônio e por se tratar do nosso lugar, no sentido *identitário* do termo, de ser o recorte espacial de nossa vivência, onde ao longo da vida pessoal e acadêmica, chamava a atenção as especificidades e dinâmicas inerentes a um sítio com um título de reconhecimento mundial.

Outro fator que tornou Olinda rica ao nosso olhar se situa no fato de ser uma zona classificada no entorno de uma grande cidade, no caso Recife, já que acreditamos ser bastante diferente a realidade de um sítio classificado dentro de um contexto metropolitano, se compararmos com outros lugares mais afastados de grandes centros urbanos.

---

<sup>14</sup> De acordo com as ideias de Raffestin debatidas por Saquet (2007, p. 150), os territórios de referência são aqueles ligados a imaterialidade, materialidade, a história, ao imaginário.

A escolha por Portugal se deu em função dos vínculos históricos com o Brasil, sobretudo, pela influência que exerceu na estruturação espacial do território brasileiro. Até os dias de hoje os vínculos são bastante fortes, com as marcas de uma matriz urbanística presente em várias cidades, onde se inclui Olinda. Tal influência, como já mencionado, é ilustrada pelo fato de, dos doze sítios brasileiros, classificados como patrimônio cultural, nove obtiveram esse título, em função das heranças do período colonial.

Assim, visando possuir um *mix* de cenários para posterior confrontação com o exemplo do caso brasileiro, elegeu-se Sintra enquanto um sítio pertencente a área metropolitana de Lisboa - AML, cuja dinâmica, em muitos momentos, se assemelha a Olinda, também localizada em uma zona metropolitana, no caso a região metropolitana do Recife - RMR.

Évora, localizada no Alentejo Central, foi incluída na pesquisa em função de se constituir enquanto modelo de referência para estruturação das vilas e cidades brasileiras, a partir do século XVI.

Por fim, escolheu-se Guimarães por se situar em outra região de Portugal, no norte do país, cuja marca da organização territorial portuguesa também é bem nítida, além de ser considerada o berço da nacionalidade.

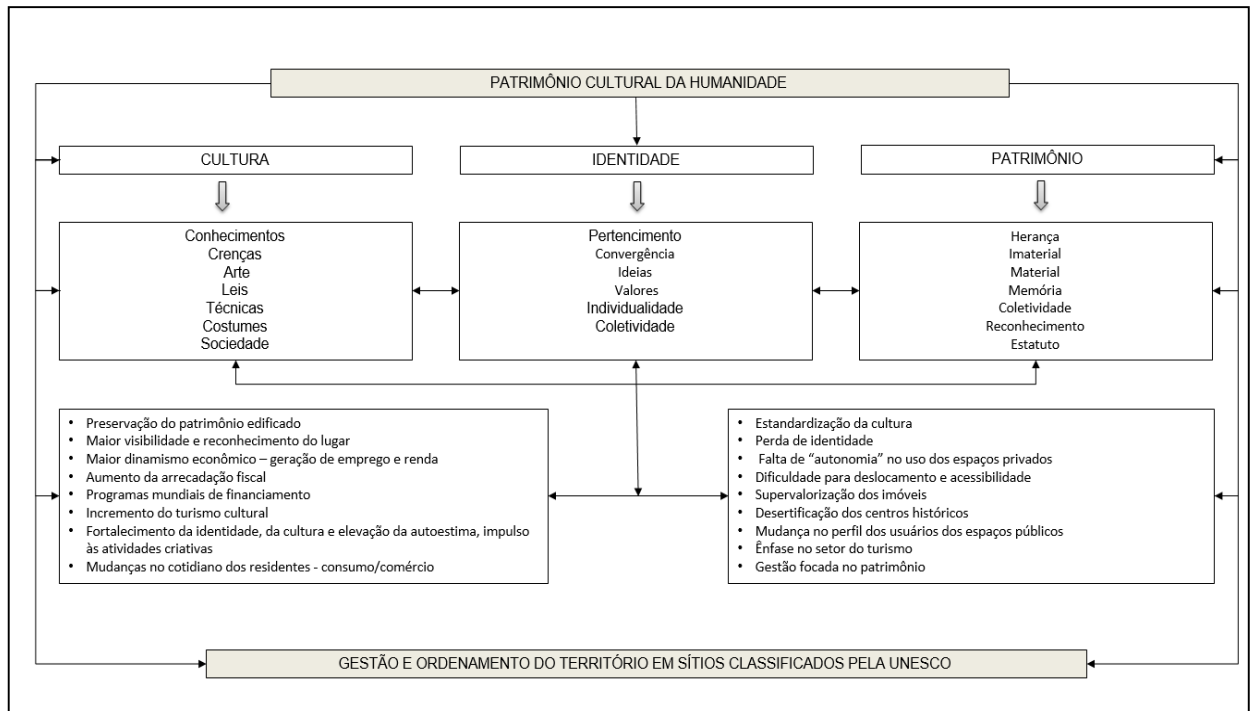
A escolha dos referidos sítios também pautou-se na tentativa de perceber a evolução temporal da *patrimonialização* na medida que os quatro exemplos de caso são de períodos diferenciados. Os dois primeiros são da década de 1980 (Olinda - 1982 e Évora – 1986), Sintra da década de 1990, classificada em 1995, e Guimarães já dos anos 2000, cujo título foi recebido em 2001.

Desta forma, indicamos enquanto conceitos estruturantes da presente tese a concepção de cultura, de identidade e de patrimônio, conforme o Quadro 3 a seguir.

Deve-se esclarecer que o conceito de cultura, fruto das construções sociais coletivas, que se encontra abordado na primeira parte do trabalho, foi embasado por autores como: Crespi, 1997; Cucho, 1999; Claval; 2007; Featherstone, 2001, entre outros.

Já o conceito de identidade é trabalhado no segundo capítulo da primeira parte, a partir de uma visão crítica por autores como: Castells, 2003; Hall, 2006; Saquet e Briskievicz, 2009; Fortuna, 1999, entre outros.

Quadro 3 – Representação esquemática do modelo analítico



Fonte: Elaboração própria, 2013.

No que se refere ao patrimônio é abordado no terceiro capítulo da primeira parte, considerando a origem da palavra e sua evolução histórica. Para tanto tomamos como referência autores como: Choay, 2011; Zanirato e Ribeiro, 2006; Vecco, 2010; Scifoni, 2011, entre outros.

Vale lembrar ainda que as discursões sobre o patrimônio e as diversas facetas inerentes a problemática ora em questão são abordadas no quarto capítulo, onde são analisados desde o estatuto e o reconhecimento até as oportunidades e ameaças.

Por fim, indica-se ainda, enquanto ferramenta para construção do arcabouço teórico, a análise, no quinto e último capítulo da primeira parte, sobre o desenvolvimento e governança dos lugares classificados enquanto patrimônio.

Lembramos que, apesar de termos que cumprir com as exigências metodológicas inerentes a produção científica, com o uso de compartimentações, divisões em partes, capítulos e seções, buscamos sempre que se fez necessário retomar os conceitos referidos acima.

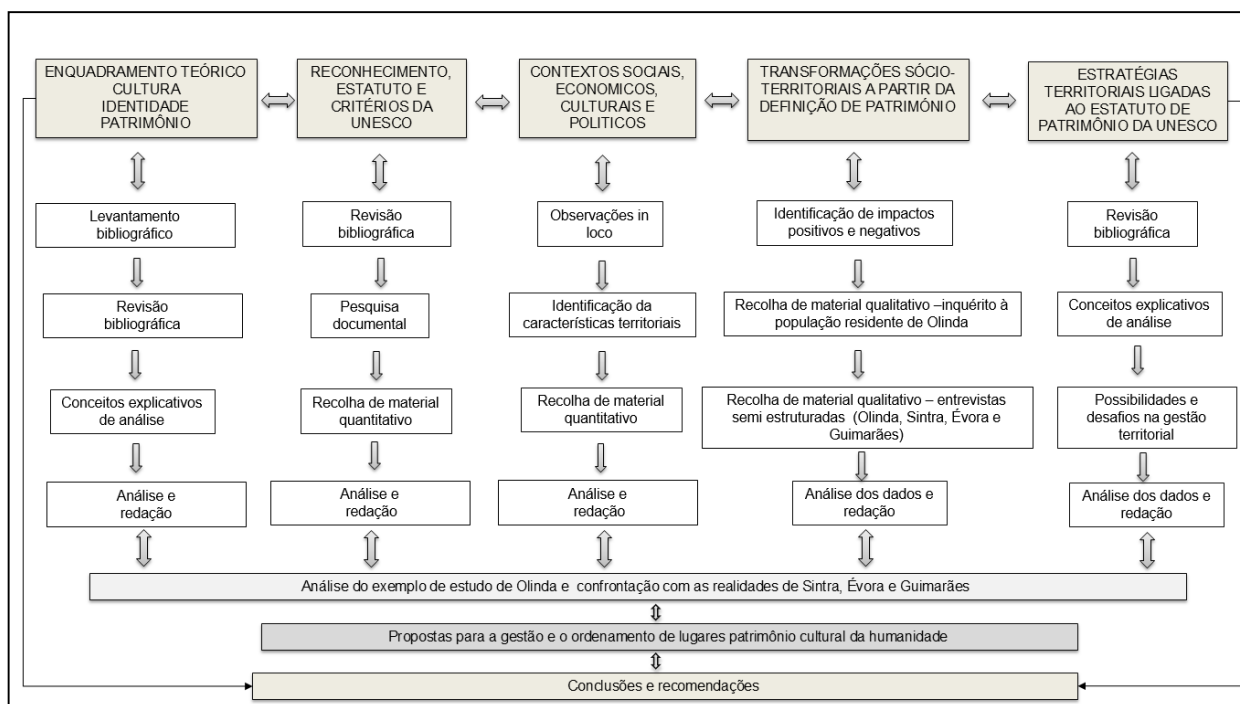
Desta forma temos, a seguir, as estratégias de análise e os procedimentos metodológicos adotados para o cumprimento dos objetivos da presente investigação.

## 9. ROTEIRO METODOLÓGICO

No que se refere aos procedimentos metodológicos, foram adotados cinco eixos de abordagem que se repartem entre as questões associadas ao enquadramento teórico-conceitual de base e as estratégias territoriais associadas a gestão e ao ordenamento do território dos sítios classificados como patrimônio pela UNESCO, conforme sintetizado no Quadro 4.

Foram utilizados desde o levantamento bibliográfico e documental até a realização de entrevistas, para assim buscar compreender as realidades do caso de estudo de Olinda e dos exemplos portugueses de Sintra, Évora e Guimarães.

Quadro 4 – Síntese dos procedimentos metodológicos



Fonte: Elaboração própria, 2014.

Numa fase inicial realizou-se pesquisa de gabinete para revisão e levantamento de material bibliográfico, além de pesquisa documental, com a finalidade de construir a fundamentação e o embasamento teórico deste trabalho.

Outra etapa da pesquisa consistiu no trabalho de campo para a realização de observações preliminares e exploratórias, além de ter sido realizada a coleta de

dados e obtenção de imagens, para assim compreender melhor a dinâmica sócio-espacial das áreas de estudo.

Foram realizados 350 inquéritos por questionário, com 18 questões (apêndice A), com os residentes dos sete bairros da cidade de Olinda denominados: Amparo, Amaro Branco, Monte, Guadalupe, Carmo, Bonsucesso, Varadouro (Ver Figura 8). Esses bairros foram selecionados por possuírem a totalidade ou parte de seu território na área tombada pela UNESCO.

Os inquéritos por questionário foram feitos com base em três objetivos norteadores e respectivos tópicos de análise (conforme Quadro 5), com a finalidade de encontrar subsídios para o enriquecimento das considerações realizadas na presente tese.

Quadro 5 - Objetivos e tópicos de análise para aplicação dos inquéritos por questionário

<b>OBJETIVOS</b>		
1 - Entender a percepção dos residentes no que se refere aos atributos que conferiram a Olinda o título de patrimônio mundial.	2 - Verificar os impactos positivos e negativos no cotidiano dos residentes, visando perceber se o título promoveu melhorias ou dificuldades.	3 - Identificar os desafios e oportunidades promovidas pelo título de patrimônio no processo de gestão.
<b>TÓPICOS DE ANÁLISE</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Características diferenciadoras do patrimônio?</li> <li>- Como avalia o título?</li> <li>- O título tem algo a ver com a escolha de Olinda como residência?</li> <li>- Características atuais de Olinda?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existem transtornos cotidianos?</li> <li>- O título e a atração de turistas?</li> <li>- O turismo e a preservação dos monumentos?</li> <li>- Visibilidade do lugar?</li> <li>- Qualidade do comércio e dos serviços?</li> <li>- Aumento do emprego e da renda?</li> <li>- O patrimônio e a articulação com atividades artísticas culturais?</li> <li>- Melhorias nas condições sociais e econômicas?</li> <li>- O título e o aumento no valor dos imóveis?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação acerca da atuação do poder público?</li> <li>- Preservação dos monumentos e dos movimentos da cultura local?</li> <li>- O que deve ser melhorado pelos gestores públicos de Olinda?</li> <li>- Sugestões para a gestão do patrimônio?</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Dos 29.029 habitantes pertencente aos 7 bairros com território na área classificada, 21.236 constituem o universo abrangido por se encontrarem em idade acima dos 18 anos. A partir deste universo, estabelecemos uma amostra qualitativa com 350 inquéritos e estratificada em função do bairro, sexo e idade (classes etárias de 18-29 anos; 30-44 anos; 45-59 anos; mais de 60 anos) (Ver Quadro 6).

A distribuição dos inquéritos pelos bairros procurou ajustar-se proporcionalmente, tanto quanto foi possível, à distribuição da população pelos bairros. O mesmo se procurou fazer relativamente á distribuição por gênero em cada bairro.

Destes bairros, o primeiro, nomeado de Amparo, possui uma população total<sup>15</sup> de 2.005 habitantes e 1.533 habitantes dentro das faixas etárias definidas para a pesquisa. Nele realizamos 30 inquéritos por questionário (19 mulheres e 11 homens).

O segundo bairro, Monte, possui população total de 6.716 habitantes e 4.840 habitantes acima de 18 anos; foram aplicados aí 75 inquéritos por questionário (49 mulheres e 26 homens).

Já o bairro de Amaro Branco tem 4.174 habitantes, encontrando-se 3.013 habitantes dentro das faixas etárias selecionadas pela pesquisa, tendo sido inquiridas 37 pessoas (21 mulheres e 16 homens).

O bairro do Varadouro, com maior população dentre os bairros - 6.088 habitantes - apresenta 4.273 habitantes com idade a partir de 18 anos, tendo sido objeto de 80 inquéritos por questionário (53 mulheres e 27 homens).

O bairro denominado Bonsucesso apresenta população total de 2.962 habitantes e 2.163 habitantes com idades dentro das faixas etárias definidas, nele tendo sido realizados 38 inquéritos por questionário (22 mulheres e 16 homens).

O bairro do Carmo é o que apresenta a menor quantidade de população: 1.869 habitantes e 1.550 pessoas com idade a partir dos 18 anos, sendo realizados 21 inquéritos por questionário (10 mulheres e 11 homens).

Por fim temos o sétimo e último bairro analisado, denominado de Guadalupe, com população total de 5.215 habitantes e 3.864 habitantes dentro das faixas etárias estabelecidas, sendo aplicados 69 inquéritos por questionário (36 mulheres e 33 homens).

---

<sup>15</sup> Valores das populações totais por bairros de acordo com o Censo do ano 2010 - IBGE

A abordagem aos moradores de Olinda foi realizada diretamente em seus locais de residência.

Quadro 6 - Descrição geral da amostra por frequências absolutas

<b>BAIRRO</b>	<b>CLASSE ETÁRIA</b>	<b>HOMEM</b>	<b>MULHER</b>	<b>TOTAL DE INQUIRIDOS</b>
<b>AMPARO</b>	18-29 anos	3	2	
	30-44 anos	3	10	
	45-59 anos	4	3	
	Mais de 60 anos	1	4	
<b>TOTAL POR SEXO</b>		<b>11</b>	<b>19</b>	<b>30</b>
<b>MONTE</b>	18-29 anos	10	12	
	30-44 anos	7	23	
	45-59 anos	5	11	
	Mais de 60 anos	4	3	
<b>TOTAL POR SEXO</b>		<b>26</b>	<b>49</b>	<b>75</b>
<b>AMARO BRANCO</b>	18-29 anos	5	8	
	30-44 anos	6	2	
	45-59 anos	3	7	
	Mais de 60 anos	2	4	
<b>TOTAL POR SEXO</b>		<b>16</b>	<b>21</b>	<b>37</b>
<b>VARADOURO</b>	18-29 anos	7	17	
	30-44 anos	9	21	
	45-59 anos	5	11	
	Mais de 60 anos	6	4	
<b>TOTAL POR SEXO</b>		<b>27</b>	<b>53</b>	<b>80</b>
<b>BONSUCESSO</b>	18-29 anos	4	4	
	30-44 anos	6	6	
	45-59 anos	5	7	

	Mais de 60 anos	1	5	
<b>TOTAL POR SEXO</b>		<b>16</b>	<b>22</b>	<b>38</b>
<b>CARMO</b>	18-29 anos	1	2	
	30-44 anos	3	3	
	45-59 anos	3	3	
	Mais de 60 anos	4	2	
<b>TOTAL POR SEXO</b>		<b>11</b>	<b>10</b>	<b>21</b>
<b>GUDALUPE</b>	18-29 anos	11	20	
	30-44 anos	14	10	
	45-59 anos	6	4	
	Mais de 60 anos	2	2	
<b>TOTAL POR SEXO</b>		<b>33</b>	<b>36</b>	<b>69</b>
<b>TOTAL DE INQUÉRITOS</b>				<b>350</b>

Fonte: elaboração própria, 2015

Cumpra ainda referir que o tratamento dos resultados considerou uma análise bivariada com o cruzamento das variáveis duas a duas, sendo que uma é ilustrativa (classe etária, instrução, bairro e sexo) e a outra é uma variável ativa associada às opiniões, representações ou ambições que foram sendo evidenciadas ao longo da aplicação dos inquéritos.

Os resultados obtidos através dos inquéritos por questionário permitiram a elaboração de uma base de informações quantitativas, que foram transformados em gráficos e tabelas que subsidiaram uma análise qualitativa acerca do olhar dos residentes de Olinda sobre as transformações e impactos decorrentes do recebimento do título de patrimônio mundial da UNESCO, conforme consta na terceira parte de nossa investigação.

Visando perceber a atuação dos agentes e entidades ligados às áreas classificadas, enquanto patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO, de Olinda, Sintra, Évora e Guimarães foram realizadas 33 entrevistas semiestruturadas. Vale referir que buscamos abordar representantes-chaves frente a temática e aos objetivos da investigação, de forma a contemplar os mesmos tipos de interlocutores no Brasil e em Portugal.

O roteiro de entrevista foi elaborado a partir de três tópicos de conversa divididos em vinte e duas questões, conforme apêndice B. As entrevistas foram realizadas conforme os seguintes objetivos: compreender as razões e as características do recebimento do título de patrimônio da humanidade pela UNESCO; verificar os impactos e as transformações sociais, econômicas, culturais e territoriais a partir do estabelecimento do estatuto de patrimônio mundial e entender as estratégias de ação no processo de gestão e o ordenamento territorial, visando compreender a dinâmica e o funcionamento dos sítios patrimoniais em questão.

Deve-se informar que, anterior à realização das entrevistas, foram estabelecidas estratégias no que se refere a relevância das questões por tema de análise e frente a hipótese da tese, conforme Quadro 7 a seguir. Onde (-) significa pouco relevante, (1) relevante e (2) bastante relevante.

Quadro 7 – Hipótese e relevância das questões da entrevista por tema de análise (escala de (-) a 2)

<b>HIPÓTESE CENTRAL:</b>				
As marcas de tempos passados, em um mundo globalizado, aos serem transformadas em patrimônio cultural da humanidade produzem transformações na dinâmica territorial, social, econômica e cultural. Tal cenário provoca <b>impactos positivos e negativos</b> na vida do lugar em função das diferentes respostas dos atores e gestores locais.				
<b>IMPACTOS POSITIVOS:</b>				
Maior visibilidade do lugar/reconhecimento no exterior; geração de riqueza mediante maior arrecadação fiscal; incentivo ao turismo cultural; preservação do patrimônio edificado; acesso a programas mundiais de financiamento; maior dinamismo econômico – geração de emprego; fortalecimento da identidade e da cultura – elevação da autoestima; estímulo ao desenvolvimento de atividades criativas; mudanças no cotidiano dos residentes - consumo/comércio?				
<b>IMPACTOS NEGATIVOS:</b>				
Estandardização da cultura; dificuldade para deslocamento e acessibilidade aos sítios históricos; direcionamento econômico privilegiando o setor do turismo; perda de identidade; falta de “autonomia” no uso dos espaços públicos; sobrevalorização dos imóveis; transformações na dinâmica sócio espacial; gestão e planejamento focado nos elementos ligados ao patrimônio em detrimento de investimentos ligados ao efetivo desenvolvimento sócio territorial?				
<b>Questões do roteiro de entrevista</b>	<b>Questões norteadoras</b>			
	Porque foram reconhecidos como patrimônio da humanidade?	Que impactos (locais, regionais, nacionais e internacionais) se registraram?	Como foi aproveitado esse estatuto por parte das autoridades locais, das	Que dinâmicas locais se desenvolveram desde então? E qual o papel do patrimônio nessas dinâmicas?

			empresas e dos cidadãos?	
<b>Tópico de análise I: As razões e as características do título de patrimônio</b>				
Elementos diferenciadores do título do Patrimônio?	2	-	-	-
Características arquitetônicas e paisagísticas?	2	-	-	-
O título estimulou um processo mais intensivo de preservação dos monumentos?	2	-	-	-
<b>Tópico de análise II: Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial</b>				
Ocorreram mudanças no cotidiano dos <u>residentes</u> (acessibilidade, consumo, habitações, uso dos espaços públicos)?	-	-	2	2
Ganhou maior <u>visibilidade</u> , maior reconhecimento no exterior?	-	2	2	1
Favorece o <u>desenvolvimento</u> integrado do lugar?	-	2	2	2
Estimula a geração de <u>renda e emprego</u> ? Como? Houve crescimento do <u>turismo</u> ? E do turismo cultural?	-	1	2	2
Aspectos positivos e os negativos do <u>turismo</u> em sítios patrimoniais?	-	1	2	2
Favorece as <u>atividades criativas</u> ?	-	1	2	2
Visibilidade para as <u>produções artístico culturais locais</u> ?	-	2	2	1
<u>Atrai artistas/criativos</u> de outros lugares/países para expor suas obras?	-	1	2	2
<u>Mobilização dos atores locais</u> frente ao turismo e as atividades criativas?	1	1	2	2
O título favorece o fortalecimento da <u>identidade e da cultura</u> ? Eleva a autoestima da população local?	-	-	2	2
<b>Tópico de análise III: A gestão e o ordenamento territorial</b>				
Aumento da arrecadação fiscal?	-	2	2	2
Recebe recursos financeiros voltados para o patrimônio por parte de instituições estaduais, nacionais ou mundiais?	1	2	2	2
As políticas públicas priorizam o patrimônio? Existe				

articulação/colaboração entre os sítios classificados?	1	1	2	2
Existem ações para promoção da arte e da cultura local pautada no patrimônio cultural?	1	2	2	2
Sugestões para incentivo às atividades artístico – culturais de forma integrada com o patrimônio?	-	1	2	2
Questões centrais no processo de gestão de espaços Patrimônio Cultural da Humanidade (infraestrutura, transportes, acessibilidade, serviços, monumentos/casario, condições sociais?)	1	1	2	2
Os pontos fracos/AMEAÇAS (o que deve ser combatido) para a gestão e o ordenamento do patrimônio?	1	1	2	2
Os pontos fortes/POTENCIALIDADES (o que deve ser estimulado) para a gestão e ordenamento do patrimônio?	1	1	2	2

Fonte: Elaboração própria.

Os agentes e entidades foram escolhidos considerando as diversas *nuances* referentes a gestão e ao ordenamento dos sítios classificados. Assim, a partir de pesquisa prévia de sondagem, foram elencados cinco grupos para a aplicação das entrevistas, respectivamente: grupo 1 – agentes e/ou entidades de defesa do patrimônio; grupo 2 – agentes e/ou entidades pertinentes a dinâmica e gestão territorial; grupo 3 – agentes e/ou entidades de interesse social e artístico-cultural; grupo 4 – agentes ligados a produção/promoção de conhecimento e grupo 5 – agentes e/ou entidades representativas do interesse econômico.

O estabelecimento dos grupos, referidos acima, em detrimento à outros, considerou os objetivos da tese, como consta na introdução e que em linhas gerais apontam para a necessidade de analisar as transformações na dinâmica social, econômica, cultural e territorial nos recortes de estudo.

Desta forma, após a definição dos grupos de interesse, realizou-se a identificação dos agentes e entidades relevantes ao objeto de análise da tese, onde foram definidos os entrevistados conforme Quadro 8.

Quadro 8– Grupos de análise e os respectivos agentes/entidades entrevistados

<b>Grupo 1 – Agentes e/ou entidades de defesa do patrimônio</b>	Alexandre Oliveira. Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta – SODECA.	Celestino David. Pró-Évora.
	Neide Fernandes. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUDARPE.	Adriana Jones. Associação de Defesa do Patrimônio de Sintra.
	Fábio Gonçalves. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.	Rui Vítor da Costa. Muralha – Associação de Guimarães para Defesa do Patrimônio.
<b>Grupo 2 – Agentes e/ou entidades pertinentes a dinâmica e gestão territorial</b>	André Pina. Secretaria de Patrimônio e Cultura de Olinda – SEPAC.	Eduardo Miranda. Câmara Municipal de Évora – Divisão de Patrimônio e Cultura.
	Maurício Medeiros. Secretaria de Turismo de Olinda – SETUR.	Basílio Horta. Câmara Municipal de Sintra.
	Gilvandro Marinho e Ceci Amorim. Empresa de Turismo de Pernambuco – EMPETUR.	Miguel Frazão e Isabel Pinho. Câmara Municipal de Guimarães - Divisão de Cultura e Turismo
<b>Grupo 3 – Agentes e/ou entidades de interesse social e artístico-cultural</b>	Onildo Moreno. Museu de Arte Sacra de Pernambuco – MASPE.	Isabel Alves. Associação Ó de Casa – Projeto Guimarães Noc Noc.
	Marília Didier. Atelier de Artes 4 Cantos.	Catarina Pereira. Centro Cultural Vila Flor/Plataforma das Artes.
	Simone Simonek e Edi Alves. Olinda Artistas Associados – OLAA/Multirão da Cultura	Álvaro Lancinha. Sociedade Harmonia Eborensis – SHE.
	Paula Moura. ICEI Brasil – Olinda.	Elvira Palma. 100Pavor – Associação de Artistas Plásticos. António Lamas. Parques de Sintra – Monte da Lua.
<b>Grupo 4 – Agentes ligados a produção/promoção de conhecimento</b>	Professor José Luís Mota Menezes – Universidade Federal de Pernambuco	Professora Patrícia Rêgo – Universidade de Évora
	Professora Virgínia Pontual – Universidade Federal de Pernambuco	Professor João Sarmento – Universidade do Minho
	Professor Germano Coelho – Universidade Federal de Pernambuco	Professor José Manuel Fernandes – Universidade de Lisboa
<b>Grupo 5 – Agentes e/ou entidades representativas do interesse econômico</b>	Vicente Lopes. Câmara dos Dirigentes Lojistas de Olinda – CDL.	Ana Afonso e Luís Ribeiro. Associação Comercial do Distrito de Évora – ACDE.
	Gerinaldo Ramos da Silva. Associação dos Condutores Nativos de Olinda-ACNO.	Ana Luísa Brejo. Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo – ADRAL.
	Marco Aurélio de Oliveira Reis. Associação de Empreendedores do Sítio Histórico de Olinda – AESHO	Manuel Martins. Associação Comercial de Guimarães - ACIG.

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Após a realização das entrevistas fez-se necessário, para a análise e tratamento dos dados obtidos, estabelecer subtemas de acordo com os tópicos de conversa constantes no roteiro, conforme Quadro 9. Tal opção metodológica

respalda-se da tentativa de realizar uma abordagem mais direcionada e sintética das informações recolhidas.

Quadro 9 – Temas e subtemas utilizados para o tratamento das entrevistas

<b>TEMA</b>	<b>SUBTEMA</b>
1 - As razões e as características do título de património	1.1 - Elementos diferenciadores e características
	1.2 - Preservação dos monumentos
2 - Os impactos e transformações com o estatuto de património mundial	2.1 - Dinâmica dos residentes
	2.2 – Visibilidade e reconhecimento do lugar
	2.3 – Desenvolvimento integrado
	2.4 – Renda e emprego
	2.5 – Turismo
	2.6 – Atividades criativas
	2.7 - Mobilização dos atores
	2.8 – Identidade, cultura e autoestima
3 - A gestão e o ordenamento territorial	3.1 – Arrecadação fiscal e recursos financeiros
	3.2 – Questões centrais, ameaças e potencialidades

Fonte: Elaboração própria, 2015.

As informações recolhidas a partir das entrevistas proporcionaram a elaboração de uma análise descritiva e explicativa acerca das dinâmicas inerentes ao exemplo de caso brasileiro, bem como permitiram a confrontação com os cenários portugueses ora analisados. Foi possível, além da produção textual, realizar a elaboração de nuvens de ideias através do programa informático denominado de QSR NVivo 10.

Em síntese, importa enfatizar que os resultados das entrevistas permitiram, conforme consta, na terceira parte da tese, realizar uma análise qualitativa a partir das respostas dos agentes/entidades, o que favoreceu a compreensão no que se refere as oportunidades e aos desafios a serem enfrentados no processo de gestão e ordenamento dos lugares do património.

Por fim, cabe lembrar que a Geografia é um importante instrumento para o entendimento da complexidade dos fatores que constituem o mundo contemporâneo. A partir da identificação da dinâmica e do funcionamento dos espaços pode-se indicar alternativas, de acordo com as necessidades locais e globais que promovam usos em que o passado, o presente e o futuro convivam de modo equalizado, conforme tentaremos refletir, a seguir, de acordo com o caso de Olinda e os exemplos portugueses propostos na presente investigação.

### **PARTE III - O CASO DE OLINDA E OS SEUS COADJUVANTES PORTUGUESES**

Faz-se necessário ilustrar que esta última parte do trabalho se encontra estruturada em dois capítulos. O primeiro visa realizar a caracterização dos recortes espaciais de análise onde inicialmente são abordadas a localização, as características histórico-geográficas e os aspectos sociais e econômicos. Em seguida serão realizadas reflexões sobre o reconhecimento, o estatuto e os critérios da UNESCO, tanto no que se refere a realidade brasileira quanto a portuguesa. Ressalta-se que será focalizado o caso de Olinda acrescido de uma análise dos sítios de Sintra, Évora e Guimarães, enquanto espaços patrimoniais de matriz portuguesa, que são utilizados para confronto com o primeiro caso, como dito antes.

No segundo capítulo será abordada a dinâmica e o funcionamento dos lugares definidos enquanto patrimônio a partir da matriz urbanística portuguesa, com ênfase ao exemplo de caso de Olinda. Deve-se mencionar ainda que serão analisados os inquéritos por questionário e as entrevistas realizadas.

Vale esclarecer ainda que, por fim, realizaremos reflexões sobre as estratégias territoriais e a gestão dos sítios patrimoniais em questão, tentando perceber as possíveis conexões entre os casos portugueses e o cenário visto em Olinda, além de buscar articular a teoria e a prática, visando avaliar o desenvolvimento sócio-espacial das áreas supracitadas no que se refere a gestão e o ordenamento do território.

## 10. RECORTES ESPACIAIS DE ANÁLISE

Este capítulo, estruturado em três seções, dedica-se a análise dos recortes espaciais de estudo. Primeiramente, serão abordados os enquadramentos geográfico, social e econômico.

Na segunda parte serão indicadas as especificidades referentes ao enquadramento cultural e turístico do caso de estudo e dos demais exemplos tomados para confronto.

Por fim, analisaremos o reconhecimento, o estatuto e os critérios no processo de classificação de Olinda frente a realidade brasileira, bem como realizaremos considerações sobre Sintra, Évora e Guimarães de acordo com o processo de patrimonialização em Portugal.

### 10.1. Enquadramento geográfico, social e econômico

Faz-se necessário apontar inicialmente que Olinda, na atualidade, de acordo com os dados do IBGE (2010), se constitui na terceira maior cidade de Pernambuco, abrigando em seus 41,7 Km<sup>2</sup> de extensão territorial uma população de 377.779 habitantes. Desses 41,7 Km<sup>2</sup>, 10,4 Km<sup>2</sup> constitui o polígono de preservação municipal de Olinda, onde inclui-se 1,2 Km<sup>2</sup> referente a Zona Especial de Proteção Cultural e Urbanística do sítio histórico – ZEPEC 1.

A cidade de Olinda, declarada, em 1982, patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO, a partir dos critérios (ii) e (iv), se encontra situada no litoral do nordeste brasileiro, no estado de Pernambuco, a 08°01'42" de latitude sul e 34°51'42" de longitude a oeste de Greenwich. Apresenta como limites territoriais o município de Paulista ao norte, ao sul e a oeste a Cidade do Recife e a leste o Oceano Atlântico (Figura 4).

Já em relação a Sintra (Figura 5), se apresenta enquanto uma vila de Portugal, localizada na área metropolitana de Lisboa. É sede de um município suburbano com 317 km<sup>2</sup> de área e 379.963 habitantes (INE, Censo Demográfico, 2011), subdividido em 20 freguesias. O município é limitado a norte pelo Concelho de Mafra, a leste por Loures e Odivelas, a sueste pela Amadora, a sul por Oeiras e Cascais e a oeste pelo Oceano Atlântico.

Figura 4 – Localização do Município de Olinda – Brasil

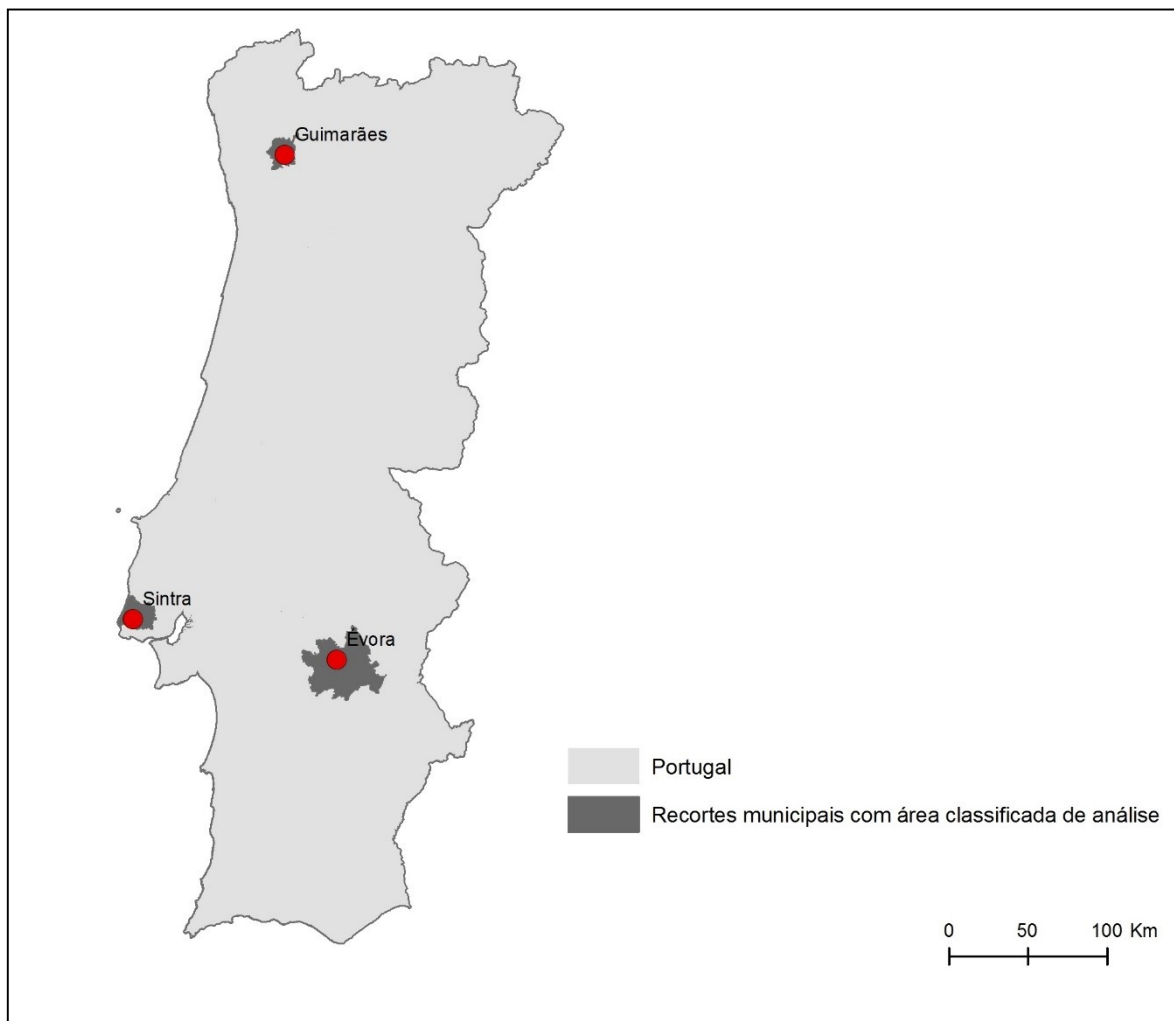


Fonte: Elaboração própria, 2015.

Quanto ao Concelho de Évora, está localizado no Alentejo Central (observar a Figura 5) com uma área de 1.309 Km<sup>2</sup>, que corresponde a 5% do total da região alentejana e com uma população absoluta de 56.596 habitantes, distribuídas por dezenove freguesias (INE, Censo Demográfico, 2011). Deve-se ressaltar que cerca de 41 mil habitantes vivem nas áreas urbanas do Concelho, onde a densidade demográfica média é de 43 habitantes por quilômetro quadrado, sendo no centro histórico onde existe a maior concentração, com 50 habitantes por quilômetro quadrado.

No que diz respeito ao município de Guimarães, situa-se no norte de Portugal (observar a Figura 5), no Distrito de Braga, limitado a norte pelo município de Póvoa de Lanhoso, a leste por Fafe, a sul por Felgueiras, Vizela e Santo Tirso, a oeste por Vila Nova de Famalicão e a noroeste por Braga. O município possui 158.124 habitantes distribuídos por 69 freguesias (INE, Censo Demográfico, 2011). Deve-se destacar que a cidade de Guimarães, denominada de “Cidade Berço”, possui mais de 50 mil habitantes em 20 freguesias.

Figura 5 – Localização de Sintra, Évora e Guimarães - Portugal



Fonte: Elaboração própria, 2015.

No que se refere ao processo de ocupação e povoamento de Olinda, foi iniciado em 1535, como fruto da expansão do colonialismo português, quando o donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira, deslocou-se de Igarassu e caminhou para o Sul pelo litoral, onde descobriu as colinas habitadas pelos índios da tribo Caetés, erguendo uma fortaleza em seu ponto culminante para se defender dos ataques dos indígenas e poder ocupar a área.

Silva, K. V. (2010, p. 25) aponta que:

O desenvolvimento urbano de Olinda data de finais do século XVI, e em 1593, ela já possuía uma população heterogênea em um espaço urbano bem definido. A Freguesia da Sé, que era o centro da cidade no alto do morro, o Cais do Varadouro, às margens do rio Beberibe, e a Freguesia de São Pedro Mártir, próxima ao Varadouro, eram as divisões urbanas principais da vila.

Torna-se necessário destacar que, na atualidade, Olinda conserva um traçado irregular, de influência portuguesa medieval, adaptado de acordo com a declividade do terreno, com uma arquitetura barroca na qual se destacam mais de vinte igrejas: Igreja do Rosário dos Homens Pretos de Olinda a Catedral de Olinda, a Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, a Basílica e o Mosteiro de São Bento, o Convento de São Francisco, a Igreja de Nossa Senhora das Neves, e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, entre outras.

Quanto ao casario, destacamos a influência de Portugal, pois é possível observar construções com sacada em pedra ou madeira, fachadas contíguas e grandes quintais.

Zancheti e Milet (2007) apontam para o fato de Olinda ter sido nos primeiros séculos de colonização, um dos mais importantes núcleos urbanos da Coroa Portuguesa. Afirmam que seguiu os critérios de estruturação urbana aplicada na metrópole, onde a topografia elevada, enquanto elemento facilitador da defesa e controle das vias de comunicação, a proximidade com o porto natural, dentre outros fatores, tornaram Olinda a sede da Capitania de Pernambuco.

O processo de ocupação de Olinda, bem como de toda a região, iniciou-se com a introdução do cultivo da cana-de-açúcar, na medida em que os colonizadores passaram a desenvolver uma atividade econômica que exigia a fixação humana, haja vista que tinham que acompanhar todas as etapas, desde o plantio até a colheita, diferentemente da atividade extrativa do Pau-Brasil que necessitava apenas que fosse extraído e posteriormente comercializado. Assim, a introdução do cultivo da cana traz consigo a condição para o efetivo povoamento.

Desta forma, Olinda se mantém no controle político e estratégico da Capitania até ao momento da invasão holandesa (1630 – 1654), pois a localidade, ao ser tomada passa a enfrentar dificuldades na manutenção da maior parte da população em seus domínios, o que dá origem há um deslocamento para Recife, que mesmo após a expulsão holandesa se manteve como centro do poder português.

No que se refere à história de Sintra, os mais antigos testemunhos da ocupação humana localizam-se no ponto mais elevado da vertente norte da Serra de Sintra, no período Neolítico, onde há registros de abundantes utensílios utilizados pelos povos pré-históricos.

Ao analisar a história de Sintra, pode-se observar, de forma bastante sintética, que devido a uma série de fatores, sobretudo em função de sua localização –

proximidade do mar e da foz do rio Tejo - aspectos naturais favoráveis à presença humana, a região se apresentou atrativa a intensa ocupação. Destaca-se que Sintra é fruto de diversas temporalidades, passando pela presença romana, pelo domínio muçulmano, pela presença regular da Corte Real, espaço de exílio dos nobres durante o domínio espanhol, entre outros importantes momentos da evolução do território português. Local dedicado as atividades agrícolas, ao longo do tempo foi também se configurando enquanto espaço da nostalgia e do romantismo, sendo declarada em 1995 patrimônio da humanidade, de acordo com os critérios (ii), (iv) e (v).

Tais aspectos da sua rica história se dão em função de um misto entre as particularidades de seu ambiente, bem como pelas marcas arquitetônicas e culturais, que ao longo do tempo foram se acumulando e fazendo de Sintra na atualidade um território bastante rico. O fato de ser considerada um patrimônio e possuir um ar nostálgico e romântico, se dá sobremaneira em função de acumular em seu território séculos de história, com a presença de uma vegetação imponente, palácios, parques, igrejas, entre outros diversos atrativos que podem ser vistos em Sintra. Destes atrativos pode-se destacar o Palácio Nacional da Pena, o Castelo dos Mouros, Palácio de Monserrate, Convento dos Capuchos, entre outros.

Já com relação a Évora importa referir que possui uma estruturação espacial bastante interessante, resultante do acúmulo de séculos de história onde algumas marcas do tempo resistem até os dias de hoje. Évora permite visualizar a superposição de camadas, das fases de apropriação do espaço, haja vista a cidade moderna ser o resultado da presença romana, árabe e do período medieval. Importante rota comercial da Península Ibérica conserva desde monumentos romanos, como o Templo de Diana, até conventos e palácios renascentistas, maneiristas e barrocos. Deve-se mencionar ainda que o padrão urbano de Évora configurou-se enquanto influência decisiva para a constituição das vilas e cidades coloniais brasileiras.

Em resumo, diante de toda a riqueza histórica e arquitetônica, no ano de 1986 o Centro Histórico de Évora foi declarado patrimônio cultural do mundo pela UNESCO, na 10ª Sessão da referida instituição pelos critérios (ii) e (iv).

Dentre as áreas em estudo o Centro Histórico de Guimarães se constitui enquanto o sítio que recebeu mais recentemente o título de patrimônio mundial,

declarado no ano de 2001<sup>16</sup>, na 25ª sessão do comitê da UNESCO, a partir dos critérios (ii), (iii) e (iv).

Deve-se destacar que o título é conferido em função das técnicas de construção adotadas ao longo do tempo, ou seja, o rico processo de evolução de uma cidade de assentamento medieval que foi adaptando as formas de construir e se tornando uma cidade moderna, configura-se em um exemplo específico de se apropriar do espaço, que posteriormente veio a influenciar a arquitetura das colônias portuguesas. Um outro fator importante diz respeito ao papel desempenhado por Guimarães na formação de uma identidade nacional a partir do século XII, já que foi palco dos primeiros acontecimentos que conduziram a independência de Portugal.

Após realizar a caracterização espacial e histórica dos recortes de estudo, antes de adentrarmos nas especificidades de Olinda, Sintra, Évora e Guimarães, faz-se interessante, no que se refere aos aspectos sociais e econômicos, realizar uma reflexão paralela sobre Portugal e Pernambuco<sup>17</sup> (estado onde se situa o município de Olinda), já que, do ponto de vista das dimensões territoriais e populacionais, possuem cenários semelhantes. Tal afirmação baseia-se no fato de Pernambuco possuir 98.149,119 de km<sup>2</sup> e Portugal 92.212 km<sup>2</sup>. No que tange ao quantitativo populacional, Pernambuco possui 8.796.448 habitantes e Portugal 10.562.178 habitantes.

Outro fator que chama a atenção, ao comparar as duas realidades, é composição populacional por faixa etária. Em Portugal, há o domínio de população em idade adulta (25-64 anos), com 55,1%, seguida da população de crianças e jovens (0-24 anos) com 25,7%. Já em Pernambuco, a população em idade adulta também é dominante, com 45,1% (25-59 anos). No entanto diferencia-se da realidade portuguesa, na medida que apresenta percentual de crianças e jovens (0-24 anos) bastante mais elevado e equiparado ao grupo dos adultos, com 44,1%.

Observa-se ainda a disparidade entre as condições educacionais, onde 18% da população acima dos 15 anos é analfabeta em Pernambuco, enquanto em Portugal apenas, 5,2%.

---

<sup>16</sup> Olinda foi quem recebeu o título de patrimônio mundial primeiro, no ano 1982, seguida de Évora, em 1986, Sintra, em 1995 e de Guimarães, em 2001.

<sup>17</sup> Os dados referentes a Portugal e Pernambuco tomam como referência os dados do Censo Demográfico de 2011, INE, os dados do Censo Demográfico de 2010, IBGE e as informações do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013 do PNUD.

No que se refere a localização das populações, em Pernambuco, temos 80,2% dos habitantes residindo em áreas consideradas urbanas e em Portugal 61% sendo 19,8% e 39% em espaços rurais, respectivamente.

Quanto as condições de saúde em Portugal existem 4,1 médicos para cada grupo de 1.000 habitantes enquanto em Pernambuco apenas 1,51.

De acordo com o relatório do PNUD (2013), Portugal apresenta IDH de 0,822, o Brasil 0,744, Pernambuco 0,718 e Olinda 0,735. No que se refere ao coeficiente de *Gini* Portugal apresenta 34,5%, o Brasil 54,7% e Pernambuco 50%, traduzindo uma maior desigualdade na repartição dos rendimentos na realidade brasileira.

Outro fator ilustrador das diferenças entre a realidade portuguesa e pernambucana são os valores referentes a incidência multidimensional de pobreza, 45,4% contra 52,50%, respectivamente.

Temos ainda a paridade de poder de compra, onde o Brasil ocupa 76ª posição no *ranking* e Portugal 39ª, além de termos na realidade brasileira um índice de rendimento ajustado a desigualdade de 39,7% e em Portugal de 20,8%.

Vale também pensar nas realidades das regiões metropolitanas, no caso de Recife em contraponto com a de Lisboa.

Assim, temos a Região Metropolitana de Recife (RMR), que possui 3.633.177 habitantes distribuídos em 14 municípios, enquanto a Área Metropolitana de Lisboa (AML) tem 2.821.876 habitantes, repartidos por 18 municípios. A RMR concentra 42% da população em 2,81% do território estadual e representa a maior parte do PIB estadual, com 65,1%<sup>18</sup>. Já a AML corresponde a 3,2% do território nacional, com 27% do total populacional e 37% do PIB nacional.<sup>19</sup>

Deste modo, após uma análise mais abrangente, passamos as realidades dos exemplos de caso. Assim, no que se refere a população de Olinda, como já mencionado, possui 377.779 habitantes, dos quais a grande maioria - 370.332 habita a zona urbana, contra apenas 7.447 que vivem na zona rural. Da população urbana 203.055, são mulheres e 174.724 do sexo masculino. Na zona rural ocorre um maior equilíbrio entre os homens e mulheres: 3.658 contra 3.789 habitantes<sup>20</sup>, respectivamente. Ressalta-se que vivem em Olinda 112.117 famílias e a densidade demográfica é de 9.063,58 habitantes por km<sup>2</sup>.

---

<sup>18</sup> De acordo com Bitoun, 2010 a partir de dados do Censo Demográfico.

<sup>19</sup> De acordo com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), 2010.

<sup>20</sup> IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Com relação ao Concelho de Sintra, encontra-se dividido em 20 freguesias, das quais três - Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim – possuem grande parte do seu território na área classificada. Deve-se mencionar que as freguesias de Sintra apresentam tipologia territorial definida como predominantemente urbanas<sup>21</sup>, com um total de 377.835 habitantes, como já referimos anteriormente. Desse total, 180.705, são do sexo masculino e 197.130 são do sexo feminino, subdivididos em 144.160 famílias, com uma densidade populacional de 1.183,06 habitantes por km<sup>2</sup>.

No que se refere a Évora, possui, como já mencionado, uma população absoluta de 56.596 habitantes, dos quais 26.831 habitantes são do sexo masculino e 29.765 habitantes do sexo feminino, distribuídos em 22.774 famílias. Évora possui densidade populacional de 43,3 habitantes por km<sup>2</sup>

Já o Concelho de Guimarães possui 158.124 habitantes, como mencionado acima, dos quais 76.767 habitantes são homens e 81.357 habitantes mulheres, distribuídos em 53.902 famílias. Ressalta-se ainda que Guimarães possui uma densidade populacional de 656 habitantes por km<sup>2</sup>.

Assim, podemos observar que das três localidades portuguesas, Sintra, no que se refere ao cenário populacional é aquela que mais se aproxima de Olinda, pois possui quantitativo de população semelhante, elevada densidade demográfica, além de se encontrar – tal como Olinda numa região metropolitana.

Retomando ao cenário do caso brasileiro, deve-se mencionar que, do total da população olindense, 86,15% são consideradas ativas, a partir do critério adotado pelo IBGE, que considera ativo todo indivíduo com idade acima dos 10 anos. Do total considerado população ativa 45,51% são homens e 54,49% mulheres.

Já no que se refere a realidade encontrada em Portugal pode-se constatar que Sintra possui 52,1%, Évora 48,89% e Guimarães 51,35% do total da população considerada ativa, de acordo com o critério adotado pelo INE, que estabelece que a população na faixa etária compreendida entre os 25 aos 64 anos é que deve ser considerada economicamente ativa.

Quanto ao rendimento, observou-se, segundo INE (2011), que um trabalhador de Sintra possui um rendimento mensal médio de 1.159,60 euro. Já em Évora é de

---

<sup>21</sup> O Instituto Nacional de Estatística de Portugal – INE, não adota nos Censos, o critério para tipologia de ocupação territorial em urbano e rural, como ocorre no Brasil, mas sim define três critérios: APU - Área predominantemente urbana, AMU - Área mediantemente urbana e APR - Área predominantemente rural.

1.002,10 euro e Guimarães é que apresenta a menor média dos ganhos mensais, com 816,20 euro por habitante. Já em Olinda a média de ganhos mensais é de 1.052,24 reais, havendo uma maior diferença entre os ganhos dos homens (1.206,05 reais) e o de mulheres (876,43 reais) (IBGE, 2010).

Outro fator importante para caracterização do cenário sócio econômico diz respeito a análise dos dados referentes ao nível de escolarização nos recortes de estudo. Pode-se notar que 24,5% da população de Sintra com 15 anos ou mais de idade possui o 3º ciclo do ensino básico concluído, 21,50% possui o ensino secundário e 13,60% o ensino superior completo. Ressalta-se ainda que apenas 5,90% não tem nível de escolarização. No que se refere a realidade escolar vista em Évora, 9,7% da população não apresenta nenhum nível de escolarização, 22,44% o ensino básico, seguido de 18,48% de habitantes com nível superior.

Em Guimarães a maior parte da população (31,38%) possui o 1º ciclo do ensino básico. Quando comparamos as realidades vistas nos sítios portugueses percebemos, ao realizar a soma das pessoas sem escolarização até o 3º ciclo do ensino básico, que Évora é a localidade que tem os melhores índices, com 61,73%, contra 63,65% em Sintra e 76,76% em Guimarães. Além disso, no Concelho de Évora existe um maior número de pessoas com escolaridade superior (18,48%), seguido de Sintra (13,56%) e Guimarães (9,35%)<sup>22</sup>.

Os critérios adotados pelo IBGE para avaliar o nível de escolarização considera população acima dos 25 anos, a partir de 5 critérios, que vão desde sem instrução e fundamental incompleto até superior completo. No que se refere a Olinda observou-se que a maioria dos habitantes (38,20%) são classificados como sem instrução ou possuem o nível fundamental incompleto. Em contrapartida, 33,91% possuem o nível médio completo ou superior incompleto e apenas 11,79% apresentam nível superior completo.

Desta forma, pode-se resumir que nos sítios patrimoniais portugueses as condições sociais e econômicas sustentam uma realidade ainda muito distante daquela que se observa em Olinda.

---

<sup>22</sup> De acordo com dados do INE - Censo Demográfica 2011.

## 10.2. Enquadramento cultural e turístico

No que se refere ao cenário cultural, começamos por realizar uma breve caracterização acerca das realidades portuguesas e pernambucanas. Assim, deve-se mencionar que tanto em Portugal como em Pernambuco existe um intenso dinamismo das atividades culturais, bem como políticas públicas promotoras do desenvolvimento do turismo.

A principal diferença que identificamos é que no caso português as atividades culturais e o incentivo ao turismo se apresentam muito mais diluídos espacialmente, isto é, se apresentam muito mais bem distribuídos do que o que se observa em Pernambuco. Na realidade pernambucana ocorre uma significativa concentração das atividades culturais e de incentivo ao turismo na capital, Recife, de maneira bastante articulada com Olinda, além do litoral e da ilha de Fernando de Noronha.

Diferentemente de Portugal, onde as câmaras municipais possuem projetos e programas próprios para incentivo à cultura e ao turismo, além da existência de uma política nacional, em Pernambuco cabe as agências estaduais - no caso, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUDARPE) e a Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR) - realizarem a gestão das referidas atividades no estado, já que a nível municipal as iniciativas, em algumas localidades, ainda são incipientes. Em outras palavras, existe no Brasil uma política nacional para a cultura e para o turismo, que se aproxima mais dos territórios através das ações promovidas pelos seus braços organizacionais que são as empresas estaduais como a EMPETUR e FUDARPE.

Comparado a outros estados brasileiros, Pernambuco é “privilegiado”, pois possui dois lugares com o título de patrimônio, Olinda e Fernando de Noronha, enquanto alguns estados da federação não possuem nenhum sítio declarado patrimônio do mundo.

Assim, os “carros chefes” do turismo e do incentivo as atividades culturais são: Recife-Olinda, Porto de Galinhas/Ipojuca e Fernando de Noronha. Deve-se mencionar que a EMPETUR e a FUDARPE têm feito esforços para a interiorização do turismo e das atividades culturais, com a criação das chamadas rotas indutoras. Por intermédio destas dividiram o estado em nove zonas que possuem potencial para as referidas atividades: além de Recife, Olinda, Porto de Galinhas/Ipojuca e

Fernando de Noronha, também são contemplados o Litoral Sul, o Litoral Norte, a Zona da Mata, o Agreste e o Sertão.

Desta maneira, trazemos alguns indicadores referentes ao cenário das atividades culturais, visando ilustrar em linhas gerais, as características dos recortes espaciais em questão. Primeiramente, faz-se interessante mencionar certos dados referentes a Portugal e Pernambuco<sup>23</sup>, para em seguida analisar em particular Olinda, Sintra, Évora e Guimarães.

É interessante notar que em Portugal continental existem 534 salas de cinema e que em Pernambuco apenas 60. Já no que se refere aos teatros, em Portugal existem cerca de 48 e em Pernambuco 60. Contudo, em Portugal, quando se verifica o número de recintos para espetáculo tem-se 347 espaços. Vale destacar ainda que Pernambuco, apesar de possuir número reduzido, se comparado a Portugal, se encontra na 6ª posição no *ranking* nacional em relação ao número de teatros.

Quando pensamos na questão da *patrimonialização* temos em todo o Brasil 1.113 bens tombados, em Pernambuco 82 e em Portugal 3.859 bens imóveis protegidos. Ressalta-se que, apesar da nítida diferença entre as realidades de Pernambuco e Portugal, ao nível de Brasil Pernambuco se destaca na medida que encontra-se em 4º lugar no *ranking* dos estados com maior número de bens tombados, ficando atrás apenas dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

No que diz respeito ao turismo, temos em Pernambuco 1.114 meios de hospedagem com capacidade para receber 71.570 hóspedes. Já em Portugal 2.028 meios de hospedagem, com capacidade para acomodar 296.321 pessoas. Tais dados mais uma vez nos indicam a diferença entre as realidades portuguesa e pernambucana.

Ainda em relação ao número de estabelecimentos hoteleiros e a respectiva capacidade de acomodação, temos em Olinda 33 meios de hospedagem com capacidade para 1.997 pessoas; em Sintra 15 com o total de 1.692 leitos; em Guimarães são 17 com capacidade para 1.531 hóspedes, e, por fim, Évora, com o maior número de equipamentos de hospedagem: 18 com capacidade para acomodar 1.971 pessoas. Tais dados aproximam mais a realidade vista em Olinda

---

<sup>23</sup> Dados de Portugal com base nas informações do INE, 2011 e os do Brasil a partir dos dados do Ministério da Cultura, 2010.

com a que existe nos sítios portugueses na medida em que não há grande diferenciação.

Passando para os cenários de Olinda, Sintra, Évora e Guimarães<sup>24</sup>, apontamos para o primeiro dado selecionado para realizar um breve enquadramento do perfil cultural: o número de galerias de arte e outros espaços para exposição temporária. Em Olinda o seu valor total é de 11, em Sintra é de 11, em Évora 9 e em Guimarães apenas 4. Deve-se mencionar ainda que em Olinda existem 65 ateliês de arte, que muitas vezes, recebem exposições temporárias e eventos.

Quando se observa as agendas culturais percebe-se que os quatro lugares são bastante dinâmicos com uma frequência intensa de eventos. As atividades são divulgadas semanalmente no *site* Olinda Turismo, vinculado a Prefeitura Municipal, e nos sítios portugueses nos *sites* das câmaras municipais

Deve-se mencionar que parte significativa dos eventos e exposições de arte de algum modo buscam se relacionar com o fato dos referidos lugares serem patrimônio da humanidade. Em Olinda têm destaque três eventos: a Mostra Internacional de Música (MIMO), a Festa Literária Internacional de Pernambuco (FLIPORTO) e o Arte em Toda Parte.

A MIMO ocorre há 10 anos em Olinda e busca realizar concertos nos espaços públicos de valor histórico, procurando articular a música com o patrimônio material. Igualmente a FLIPORTO e o Arte em Toda Parte buscam realizar atividades nos principais monumentos históricos da cidade. O Arte em Toda Parte busca ainda atrair artistas de fora para se hospedarem na casa dos artistas locais que no momento do evento: estes abrem seus ateliês ao público e buscam trocar experiências com os visitantes.

Por fim, temos o principal evento de Olinda: o Carnaval. De acordo com a Prefeitura de Olinda, foram 2,7 milhões de pessoas a circular na cidade patrimônio cultural da humanidade durante os dias de festa no ano de 2014. Com cerca de 500 grupos artísticos culturais foram realizadas oficinas de dança, contação de histórias, *shows*, brincadeiras de roda, desfiles de agremiações e bonecos gigantes

Foram injetados 150 milhões na economia do município, com 98% da ocupação dos meios de hospedagem. Dos turistas que foram passar o Carnaval em Olinda 11%, eram estrangeiros e 89% brasileiros, sendo 56% do sexo masculino e

---

<sup>24</sup> Os dados referentes a Olinda foram obtidos junto a EMPETUR (2012) e as informações referentes aos sítios portugueses têm como fonte o INE (2012).

44% do sexo feminino, com faixa etária predominante entre os 26 a 35 anos e com uma permanência média variando de 4 a 10 dias.

Ainda de acordo com as informações da Prefeitura de Olinda (2014) apesar do intenso fluxo de pessoas na área durante os festejos de Momo<sup>25</sup> não foram registrados nenhum dano ao acervo arquitetônico, haja vista terem sido protegidos previamente.

Em síntese, podemos afirmar, após as pesquisas acerca das informações sobre o cenário cultural e turístico dos sítios patrimoniais em questão, que sem sombra de dúvida, o título de patrimônio cultural da humanidade representa uma “mais-valia”, como um elemento estimulador tanto dos movimentos da cultura como do turismo.

### 10.3. Lugares patrimônio da humanidade e o processo de classificação

Já no que se refere a definição dos lugares patrimônio da humanidade pela UNESCO deve-se esclarecer que visa, em linhas gerais, promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, considerando que correspondem a recortes materiais e imateriais especialmente valiosos para a humanidade. Para tanto, a UNESCO estabelece um conjunto de critérios para o respectivo reconhecimento, sendo a referida entidade responsável em estimular a identificação e a proteção do patrimônio, esteja o lugar incluído ou não na lista do patrimônio mundial. Assim, a UNESCO (1992, p. 5) afirma que:

Considerando que o patrimônio tem uma multiplicidade de valores inerentes que vão do domínio histórico-artístico ao ambiental e social e que a própria comunidade é quem identifica esses valores e lhes projecta novos significados, a convenção reconhece que existem certos bens que pelo seu valor e significado são referências de todos os homens e pertença da humanidade.

Deve-se ressaltar que após sucessivas iniciativas para garantir a preservação dos sítios patrimoniais em âmbito mundial, foi no ano de 1972, na Conferência Geral da UNESCO, que foram definidos um conjunto de critérios para inclusão na lista do

---

<sup>25</sup> O uso do termo festejos de Momo é inspirado no personagem mitológico grego Momos caracterizado por personificar a ironia e o sarcasmo. No Brasil, este personagem mitológico foi adaptado e tornou-se um dos principais símbolos do carnaval, responsável por representar a alegria e criatividade das festas carnavalescas.

patrimônio. Faz-se necessário retomar que os referidos conjuntos de critérios para a classificação do patrimônio cultural, em linhas gerais, apresentam a ideia do único, da especificidade, sobremaneira, no que tange aos modos de existir, de construir e fazer permanecer tradições.

Importa enfatizar que a solicitação para inscrição de um dado sítio na lista do patrimônio mundial deve ser de iniciativa dos Estados signatários, os quais devem apresentar as razões para a proteção e um plano de gestão.

Outra questão a se considerar consiste no fato da proteção e a conservação dos lugares patrimônio dever assentar em um processo contínuo, não sendo suficiente apenas o recebimento do título. Neste sentido, deve-se ter em conta estratégias de ação em que estes espaços sejam constantemente monitorados e conectados com as transformações e dinâmicas cotidianas. Deve-se perceber que a simples inclusão na lista de pouco serve para a vida dos lugares, pois não garante a preservação nem tão pouco o desenvolvimento.

Deste modo, vale esclarecer que a UNESCO conta com recursos geridos pelo Fundo do Patrimônio Mundial, criado em 1972 pela Convenção. O respectivo artigo 15º define que os recursos serão constituídos por: contribuições obrigatórias e voluntárias dos Estados parte; pagamentos, doações ou legados originários de outros Estados; contribuições da Organização das Nações Unidas e dos organismos públicos ou privados; por juros; por produtos das coletas e receitas geradas pelo fundo, além de quaisquer outros recursos gerados e regulamentados pelo Comité do Patrimônio. Deve-se esclarecer que tal fundo recebe essencialmente as contribuições compulsórias dos Estados-membros (totalizando 1% de seus aportes à UNESCO), das contribuições voluntárias e dos recursos provenientes das vendas das publicações do patrimônio mundial.

Os procedimentos adotados pela UNESCO para inclusão de um bem na lista do patrimônio se iniciam com o Estado parte, através da preparação de um dossiê, onde são apontadas as peculiaridades culturais ou naturais consideradas de valor excepcional e universal.

Este documento segue a tramitação até o Centro do Patrimônio Mundial, onde é verificado se a proposta cumpre com as normas estabelecidas. Numa terceira etapa são enviados especialistas, sob as orientações do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) ou da União Mundial para a Natureza (IUCN), para

visitar e avaliar os sítios no que diz respeito às características, a proteção e o gerenciamento, o que por sua vez dá origem a um relatório técnico.

Este relatório técnico é encaminhado para o Bureau do Patrimônio Mundial, que avalia a pertinência da proposta e decide se recomenda a candidatura ou se solicita maiores informações ao Estado parte. Por fim, sendo recomendada a candidatura, a proposta segue para o Comité da UNESCO<sup>26</sup> que toma a decisão final de inscrever o sítio na Lista do Patrimônio Mundial, adiar a decisão ou, ainda, recusar a inscrição.

Diante do exposto anteriormente, deve-se enfatizar, que o Brasil possui 19 áreas definidas enquanto patrimônio mundial (Figura 6) e Portugal 15 (Figura 7), onde tanto Olinda como Sintra, Évora e Guimarães estão enquadradas por dois critérios comuns<sup>27</sup>.

Desta maneira, antes de analisarmos, a seguir, de forma mais detalhada as candidaturas dos sítios patrimoniais em questão, apontamos para o fato dos critérios (ii) e (iv) classificarem todos os casos, o que se configura ao nosso modo de enxergar como pontes entre o caso brasileiro e os sítios portugueses.

O critério (ii) define que um lugar é classificado em função de testemunhar as trocas, as influências em uma determinada área, sobretudo no que se refere a arquitetura, as artes, o planejamento e a elaboração das paisagens.

Já o critério (iv) diz respeito, principalmente, aos lugares que representam um tipo de construção ou conjunto arquitetônico de caráter excepcional ou que se configure enquanto um recorte espacial exemplificativo de períodos significativos da história humana.

Observa-se ainda que Olinda, Évora e Guimarães possuem o seu centro histórico enquanto principal foco das atenções, se constituindo nas áreas centrais de preservação. Deve-se mencionar que Sintra é classificada, sobremaneira pela paisagem cultural, onde tanto o centro histórico como o conjunto paisagístico da Vila formam a área de valor patrimonial, sendo classificada para além dos critérios (ii) e (iv), com o critério (v). Guimarães, além de ter sido classificada a partir dos referidos critérios, foi enquadrada a partir do critério (iii), em função de se apresentar enquanto testemunho único de uma tradição cultural.

---

<sup>26</sup> Constituído por 21 representantes dos Estados-Parte da Convenção, o Comitê do Patrimônio Mundial é responsável por guiar a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial.

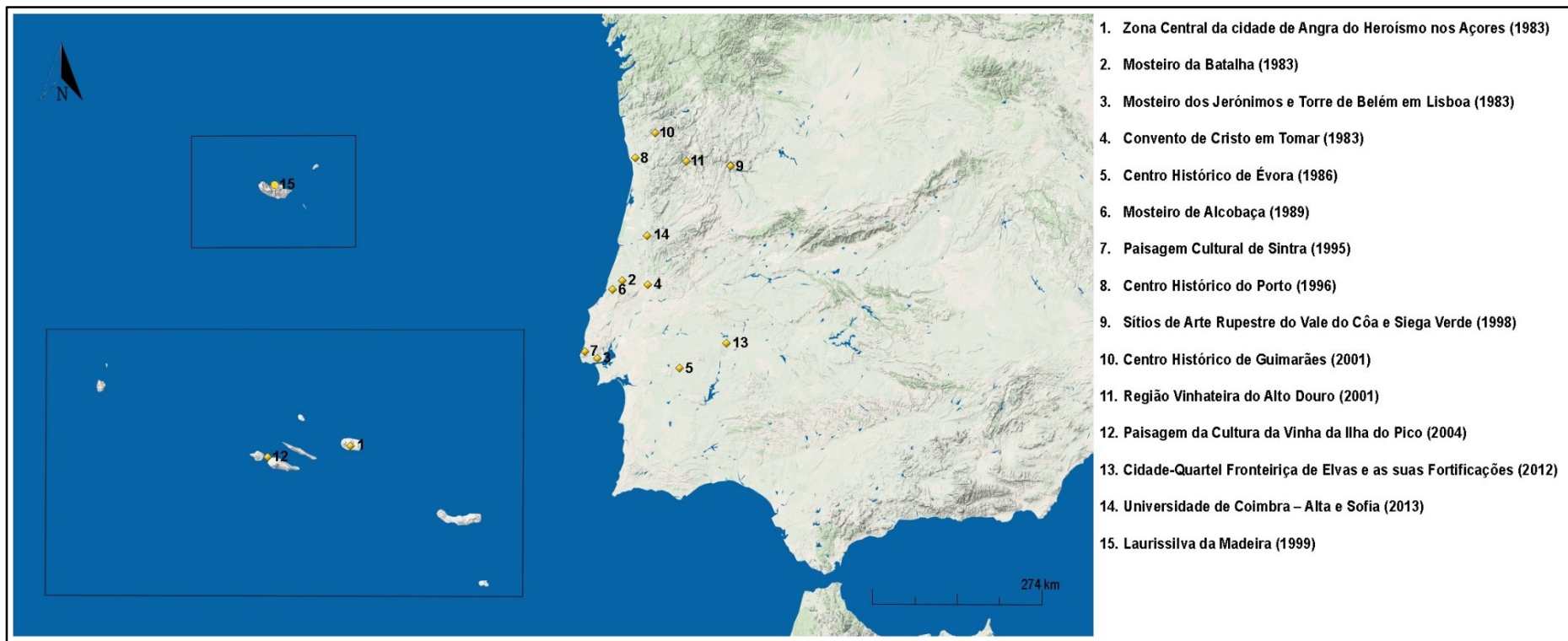
<sup>27</sup> Observar o IV capítulo, onde consta o detalhamento acerca dos critérios adotados pela UNESCO.

Figura 6 – Territórios do Patrimônio Mundial no Brasil



Fonte: Elaboração própria. 2015.

Figura 7 – Territórios do Patrimônio Mundial em Portugal



Fonte: Elaboração própria. 2015.

### 10.3.1. A realidade brasileira e o processo de candidatura de Olinda

Inicialmente, faz-se necessário ilustrar que o processo de valorização do patrimônio no Brasil remota ao século XIX, após a independência de Portugal, período em que os políticos e intelectuais brasileiros iniciam um processo de construção de uma memória coletiva. Deve-se ressaltar que é na década de 1920, que são intensificadas as ações para garantir a preservação do patrimônio brasileiro. Segundo Fernandes (2010, p. 2):

[...] Desde meados do século XIX uma preocupação com a construção da memória nacional que se intensifica nos anos 20 com iniciativas de projetos de lei de parlamentares e criação de órgãos estaduais de proteção ao patrimônio histórico. Exemplo emblemático desse processo é a criação da “Inspetoria dos Monumentos Históricos Nacionais” (1934), ligada à estrutura do Museu Histórico Nacional. [...]

Após sucessivas ações mais pontuais realizadas nas décadas anteriores, um marco importante na valorização do patrimônio a nível nacional foi a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>28</sup>. Através da referida instituição, criou-se uma política nacional de proteção do patrimônio brasileiro.

É importante perceber que o processo de *patrimonialização* no Brasil se apresenta estreitamente ligado aos moldes e padrões da cultura ocidental, sobretudo os herdados do período colonial. Chuva (2003, p. 324) afirma que:

A preocupação central estava voltada para a valorização do passado colonial, representando as origens da nação, conferindo-lhe uma ancestralidade que deveria referenciar-se numa matriz portuguesa, mas que, a partir dela, configuraria um universo tipicamente brasileiro.

Diante de tais premissas, no ano de 1980 a cidade histórica de Ouro Preto é declarada o primeiro sítio brasileiro patrimônio da humanidade pela UNESCO.

Assim, pode-se apontar para o fato de que ainda hoje prevalece uma cultura do patrimônio no Brasil vinculada às heranças coloniais, pois dos doze sítios que possuem o título de patrimônio cultural, apenas três - o Plano Piloto de Brasília, o Parque Nacional da Serra da Capivara e a paisagem cultural do Rio de Janeiro-, não possuem marcas coloniais, ou seja, não se configuram como fruto da colonização.

---

<sup>28</sup> Devido a alterações administrativas sofreu mudanças de denominação, passando a Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, desde 1994.

Deve-se ilustrar que os primeiros passos para demarcação do território patrimonial de Olinda foram iniciados a partir dos anos 70, com um novo processo de resgate ou redescobrimto do prestígio da cidade, enquanto polo do turismo e lazer da Região Metropolitana do Recife.

Dentro dessa perspectiva, o sítio histórico desempenha função primordial, com a riqueza de seu acervo arquitetônico, histórico e urbanístico, de interesse nacional, consagrado na sua elevação à categoria de Cidade Monumento Nacional, em 1980, assim como, internacional com a obtenção do título de patrimônio da humanidade, em 1982, como já mencionado<sup>29</sup>.

Olinda é definida como patrimônio em função de se apresentar como uma “cidade museu”, testemunho do processo de colonização e do contato entre os povos. Importa mencionar que o centro histórico de Olinda conserva o traçado urbanístico e a paisagem da Vila de gênese portuguesa, se apresentando enquanto um recorte espacial ilustrador dos primeiros anos de colonização, já que é uma das primeiras povoações portuguesas no Brasil, nascida em 1537, pelas ações do donatário Duarte Coelho.

Frequentemente mencionada, a origem do nome da cidade, fruto, segundo a tradição oral, da entusiasmada afirmação de Duarte Coelho - “Ó linda situação para se fundar uma villa” -, o que acaba por ilustrar que, aos olhos do colonizador, as condições do referido sítio permitia fundar uma vila aos moldes do que era praticado em Portugal, com a sede situada nas elevações do terreno, com vista privilegiada para o mar, o que *a priori* configurava-se como uma localização estratégica para a defesa militar.

Diante de tais permanências do passado colonial é que a UNESCO declara Olinda como patrimônio mundial, na sexta Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Natural e Cultural, realizada em Paris (UNESCO, 1982). Na referida sessão, apresenta-se como justificativa para a proteção do Sítio Histórico de Olinda o fato de se apresentar como um raro exemplo do colonialismo e das missões religiosas europeias do século XVI, ameaçada pela expansão urbana existente em seu entorno.

---

<sup>29</sup> De acordo com a Prefeitura Municipal de Olinda, Lei nº. 4849, capítulo II, 1992.



UNESCO/ICOMOS diz respeito as heranças deixadas do século XVIII, em especial as mais de vinte igrejas e conventos em estilo Barroco.

Fala-se, ainda, do equilíbrio paisagístico entre os edifícios e os jardins, bem como da simplicidade encantadora das casas pintadas com cores vivas.

Um outro fator justificador do título é a ameaça colocada pelo crescimento urbano, sobremaneira o da cidade do Recife: este apresentado como um risco a riqueza arquitetônica de Olinda. Por fim, é mencionado enquanto especificidade a presença de artistas transformando Olinda em cidade de arte.

### 10.3.2. A *patrimonialização* em Portugal: Sintra, Évora e Guimarães

Já em Portugal a proteção do patrimônio cultural, sobretudo no que se refere a preservação dos monumentos antigos, remonta ao ano de 1721, quando D. João V estabelece que a então denominada Academia Real da História Portuguesa Eclesiástica, e Secular cuide de garantir a conservação dos monumentos originados de tempos passados.

Um marco importante no processo de valorização do patrimônio em Portugal foi o estabelecimento do Artº. 78, da Constituição de 1976, que passou a incumbir e responsabilizar o Estado e os agentes culturais pela preservação dos elementos *identitários* da cultura portuguesa. Deve-se ressaltar que é da fusão do Instituto Português do Patrimônio Arquitectónico (IPPAR) e do Instituto Português de Arqueologia (IPA), nasce no ano de 2007 o Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR)<sup>30</sup>, órgão público vinculado ao Ministério da Cultura, que assume a responsabilidade de inventariar e classificar os bens em Portugal.

Conforme mencionado anteriormente, no ano de 1983 que Portugal classifica os primeiros sítios na lista da UNESCO.

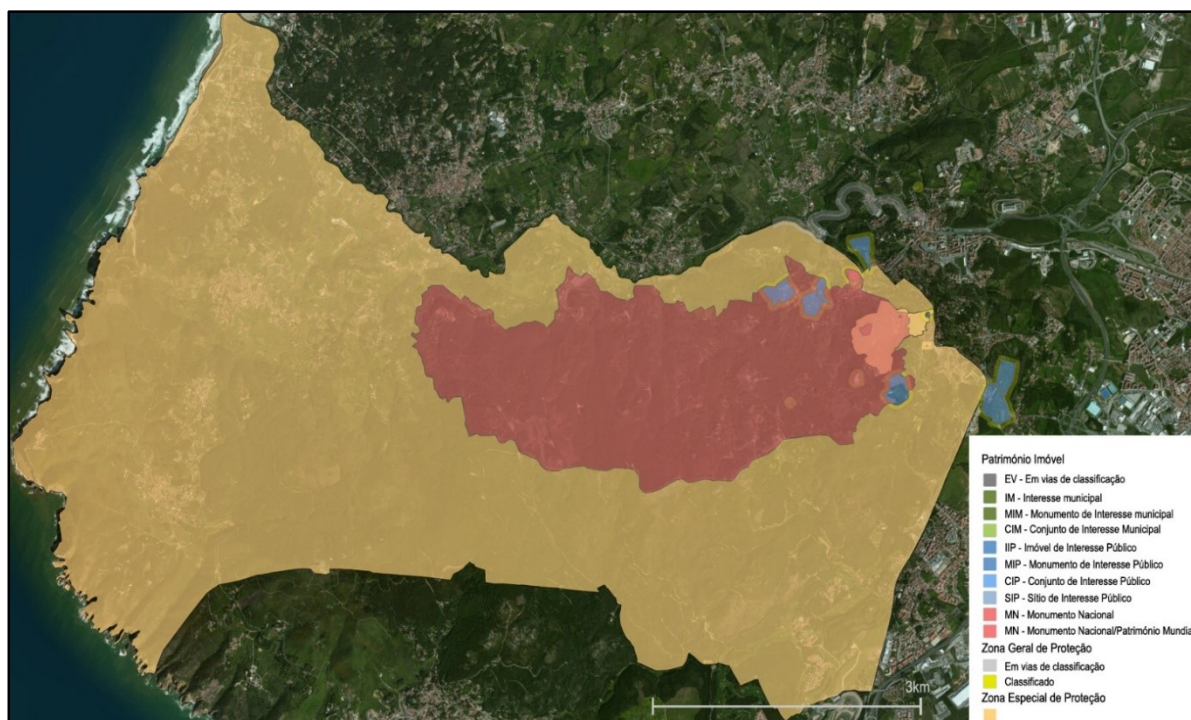
Sintra recebeu o título em 1995, na décima nona sessão, realizada na cidade de Berlim, Alemanha, sob a alegação da eminente necessidade de preservação em função da riqueza histórica e arquitetônica que se apresentava ameaçada pela expansão urbana (UNESCO, 1995). Deve-se observar que Sintra possui 9,46 km<sup>2</sup> de área tombada, de acordo com a Figura 9 a seguir, e 36,41 km<sup>2</sup> de zona de proteção.

---

<sup>30</sup> Atualmente denominado como Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

Ressalta-se que, no parecer emitido pela UNESCO/ICOMOS (1995), no momento da recomendação para inclusão de Sintra na Lista do Patrimônio Mundial a nomeação da paisagem cultural do referido recorte espacial ocorreu em função da singularidade das magníficas residências de estilo romântico, datadas do século XIX e XX, presentes na paisagem de maneira combinada com uma flora exuberante.

Figura 9 – Área classificada de Sintra



Fonte: IGESPAR, 2015. Adaptação da autora.

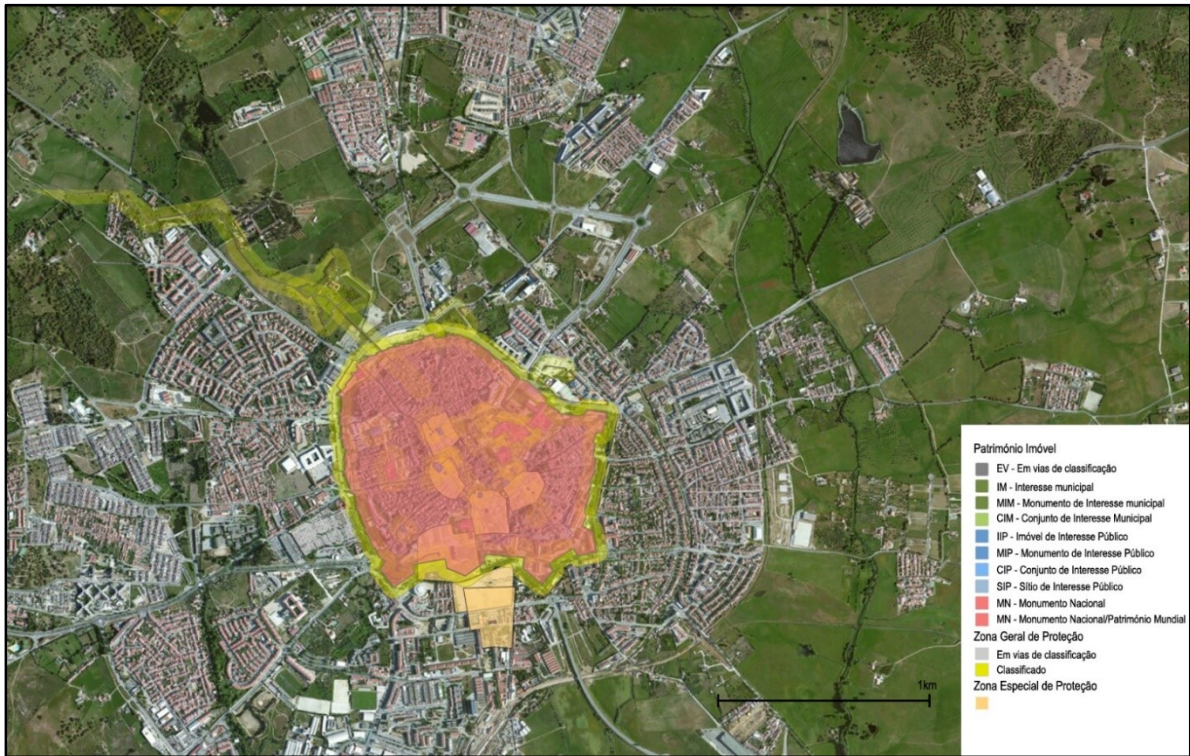
O título recebido por Sintra justificou-se pelo fato da localidade se apresentar enquanto um trabalho pioneiro do romantismo europeu, onde reunia-se uma incrível e rica vegetação, além da diversidade de monumentos e edifícios que remontam à fases anteriores da história, bastante preservados na altura da candidatura.

Já no que se refere a Évora, com 0,78 km<sup>2</sup> de área enquanto zona de proteção (Figura 10), o parecer da UNESCO/ICOMOS (1986) apontou para a riqueza histórica do município alentejano, com aproximadamente vinte séculos de sucessivos períodos/formas de ocupação, com destaque para os Celtas, os Romanos e os Cristãos.

Em síntese, Évora representa, através da conservação na paisagem de marcas concretas de diversas fases da história, um rico exemplo do processo de

apropriação ao longo do tempo. O título justifica-se ainda pelo fato de ilustrar o período de ouro de Portugal, bem como por ter influenciado a arquitetura das cidades coloniais brasileiras.

Figura 10 – Centro Histórico de Évora



Fonte: IGESPAR, 2015. Adaptação da autora.

Quanto a Guimarães, com 0,16 km<sup>2</sup> de área tombada (Figura 11), a UNESCO/ICOMOS (1995) afirma no respectivo parecer de recomendação da candidatura, que se constitui enquanto um espaço bastante importante na constituição da identidade portuguesa, especialmente no século XII.

Foram ressaltados, ainda, que Guimarães se apresenta enquanto um autêntico e bem preservado exemplo da evolução de uma cidade medieval para uma cidade moderna, com uma rica tipologia de construção de padrões urbanísticos e arquitetônicos de gênese portuguesa, realizadas com o uso de materiais e com o emprego de técnicas tradicionais que remontam ao período compreendido entre os séculos XV e XIX.

Importa realçar que Guimarães recebeu o título de patrimônio do mundo a partir do destaque dado ao critério (ii), indicando-se que o referido sítio tem importância universal em virtude da aplicação de técnicas especializadas de

construção, desenvolvidas na Idade Média, as quais se constituíram em referências para colônias portuguesas na África e no Novo Mundo.

O documento de aprovação expressou ainda que o critério (iii) foi aplicado a Guimarães considerando a importância do lugar para a construção da identidade nacional. Por fim, o parecer da UNESCO/ICOMOS apontou para a necessidade de aplicação do critério (iv), em função de Guimarães se apresentar enquanto uma cidade bastante preservada, além de se constituir como um exemplo da evolução urbana, desde os tempos medievais até a atualidade.

Figura 11 – Centro Histórico de Guimarães.



Fonte: IGESPAR, 2015. Adaptação da autora.

Em resumo, independente das especificidades territoriais que conferiram à Olinda, Sintra, Évora e Guimarães o título de patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO, vale referir que esses recortes espaciais passaram a ser regidos por uma dinâmica ímpar, que os tornam diferentes dos lugares não classificados, conforme iremos abordar no capítulo a seguir.

## 11. A DINÂMICA E O FUNCIONAMENTO DAS ÁREAS DEFINIDAS ENQUANTO PATRIMÔNIO

O presente capítulo constitui-se no último da terceira parte da tese, dividido em quatro subseções dedicadas a análise dos exemplos de caso estudados.

Na primeira parte teremos as considerações resultantes da aplicação dos inquéritos por questionário aos residentes de Olinda.

Na segunda subseção realizaremos reflexões embasadas pelas entrevistas aplicadas aos agentes e/ou entidades que desempenham atividades em Olinda vinculadas a classificação enquanto patrimônio da humanidade.

Já na terceira parte abordaremos as questões apontadas pelos agentes e/ou entidades representantes dos sítios portugueses de Sintra, Évora e Guimarães.

Por fim, na última seção realizaremos a confrontação dos resultados obtidos em Olinda com os cenários identificados na realidade dos sítios portugueses classificados pela UNESCO.

### 11.1. Olinda na perspectiva dos atores locais: os impactos no cotidiano a partir da classificação como patrimônio mundial

Como referimos importa perceber a dinâmica e o funcionamento de Olinda, enquanto sítio patrimonial, a partir das transformações ocorridas na vida dos residentes com o recebimento do estatuto de patrimônio, é questão central da presente tese, haja vista os atores locais serem decisivos para efetiva existência de vida nos lugares da memória.

Deve-se ressaltar que o recebimento de um título de validade e reconhecimento mundial afeta a vida do lugar, provocando transformações das mais diversas ordens para aqueles que habitam esses recortes espaciais.

Deve-se destacar que os inquéritos por questionário foram feitos com base em três objetivos norteadores, conforme descrito no capítulo sobre os procedimentos metodológicos.

Importa mencionar que a população inquirida foi dividida em 4 classes etárias: 18 – 29 anos (com representação de 30,29% dos inquiridos), 30 – 44 anos (com

35,14%), 45 – 59 anos (com 22,00%) e os com mais de 60 anos (que representaram 12,57% dos inquiridos).

No que tange ao gênero dos inquiridos, 60% foram do sexo feminino e 40% do sexo masculino. Em instrução predominante, tanto no que se refere aos homens quanto as mulheres, foi o nível secundário e pós Secundário, não superior, conforme Tabela a seguir.

Tabela 1 – Instrução dos inquiridos por gênero

Instrução	Feminino	Masculino	Total absoluto
<b>Não alfabetizado/Ensino básico</b>	4,29%	5,14%	18
<b>Secundário e Pós secundário, não superior</b>	77,14%	76,00%	266
<b>Superior completo/incompleto</b>	17,62%	18,00%	63
<b>Mestrado/Doutorado</b>	0,95%	0,86%	3
<b>Nº inquiridos</b>	210	140	350

Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Quanto à ocupação<sup>31</sup> da população que respondeu aos inquéritos por questionário, constatou-se que a maioria trabalha como vendedor(a) (13,43%), seguido de pessoas que trabalham nas atividades de casa (12,29%). Ainda destaca-se, com 7,43% a população de professores/professoras e o pessoal que trabalha com serviços administrativos e de apoio ao cliente (7,71%).

Tal cenário aponta para uma realidade onde parte significativa da população local se apresenta ocupada em atividades que não exigem um maior aprofundamento dos níveis de escolarização/aperfeiçoamento, desempenhando funções ligadas sobretudo a prestação de serviços e ao comércio.

Desta maneira, ao confrontar o grau de instrução com a profissão dos inquiridos torna-se nítida que as condições não são as mais satisfatórias, tanto devido a dominância do grupo com o ensino secundário, bem como por serem poucos os que desempenham funções com maior grau de exigência de especialização técnica e científica.

<sup>31</sup> Elaboração da codificação da ocupação dos inquiridos com base na Classificação Portuguesa da Profissões, Instituto Nacional de Estatística (INE, 2010) e na Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002), mediante adaptação da Autora.

Outra questão interessante a notar é que quase a metade dos inquiridos (45,43%) afirmaram realizar suas atividades laborais no município de Olinda, indicando assim que o “rótulo” de cidade dormitório tende a se desfazer.

Constatou-se também que 22,57% das pessoas trabalham em Recife, bem como identificou-se que 26% das pessoas não informaram a localidade em que desempenhavam suas atividades profissionais.

Desta maneira, importa perceber as razões para um percentual significativo de pessoas não terem informado onde realizam as suas atividades profissionais, o que em nossa opinião decorre da presença significativa de donas de casa e de estudantes, além de alguns inquiridos desenvolverem atividades não fixadas espacialmente, como por exemplo pessoas com atividades autônomas de vendas ou de prestação de serviços.

Em síntese, se considerarmos as demais respostas somadas temos 54,57%. Contudo se excluirmos os 26% das pessoas que não informaram, temos o total de 28,57% das demais localidades frente aos 45,43% de pessoas que trabalham em Olinda, indicando assim um processo de maior dinamismo e inserção dos residentes.

Após a caracterização dos inquiridos tem-se a análise acerca das questões colocadas aos residentes no que se refere ao título de patrimônio. Deste modo, temos as questões de 1 a 5 (conforme formulário de inquérito por questionário – apêndice A) que buscam responder ao primeiro objetivo, exposto no capítulo metodológico, que é verificar a percepção dos residentes acerca dos atributos de Olinda enquanto patrimônio.

Assim, quando questionada sobre o fato de ter conhecimento do título de patrimônio que Olinda possui a maioria absoluta das pessoas (97,14%) afirmou ter a referida informação, contra apenas 2,86% disseram desconhecer o título.

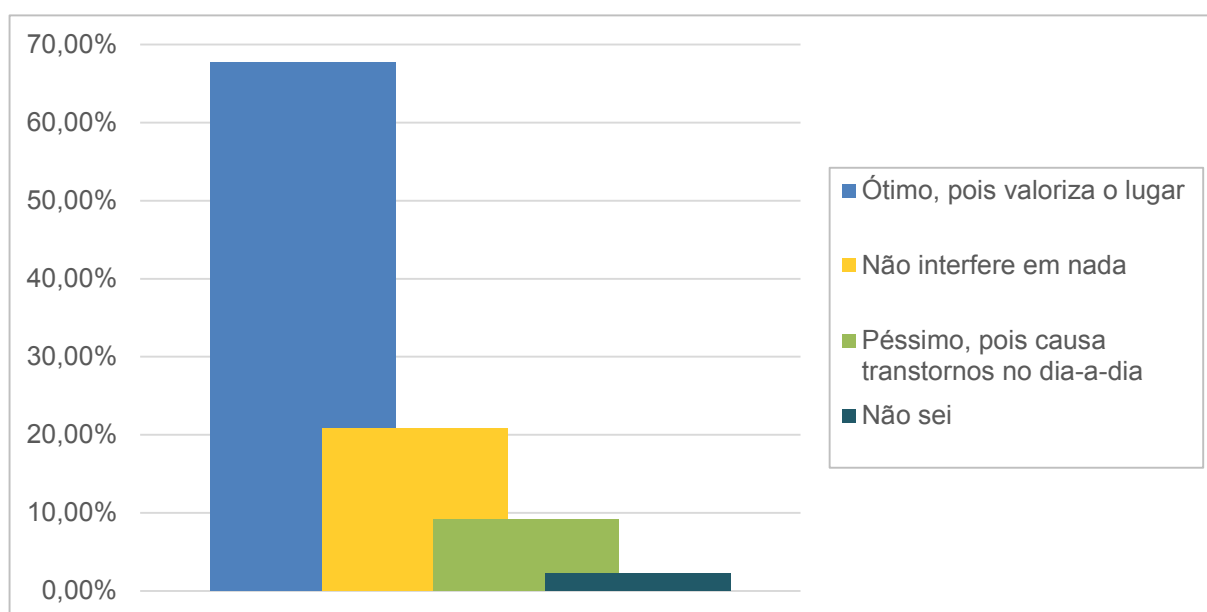
No que refere ao modo como tomaram conhecimento do título, temos 59,12% dos inquiridos que afirmaram terem sido informados através dos meios de comunicação social (jornais, revistas entre outros), 37,94% através de outros meios - principalmente através de vizinhos, amigos e familiares - e apenas 2,06 % que indicaram a escola como referência para a tomada de conhecimento.

Ao confrontar as respostas da referida questão por bairros, constatou-se que no bairro do Varadouro, apesar do valor ainda ser bastante incipiente, a escola foi mais mencionada do que nos demais bairros, com 5% das respostas. Tal situação

aponta para a necessidade de uma maior articulação dos estabelecimentos de ensino com a questão patrimonial.

Outra questão colocada aos residentes consistiu na avaliação sobre a classificação enquanto patrimônio mundial, onde constatamos que para maioria significativa das pessoas (67,71 o título de patrimônio é ótimo, pois promove a valorização do lugar. Somente, 9,14% dos inquiridos se manifestaram insatisfeitos com o título, já que consideraram que promove transtornos no dia-a-dia (Figura 12).

Figura 12 – Respostas totais dos residentes sobre o título de patrimônio



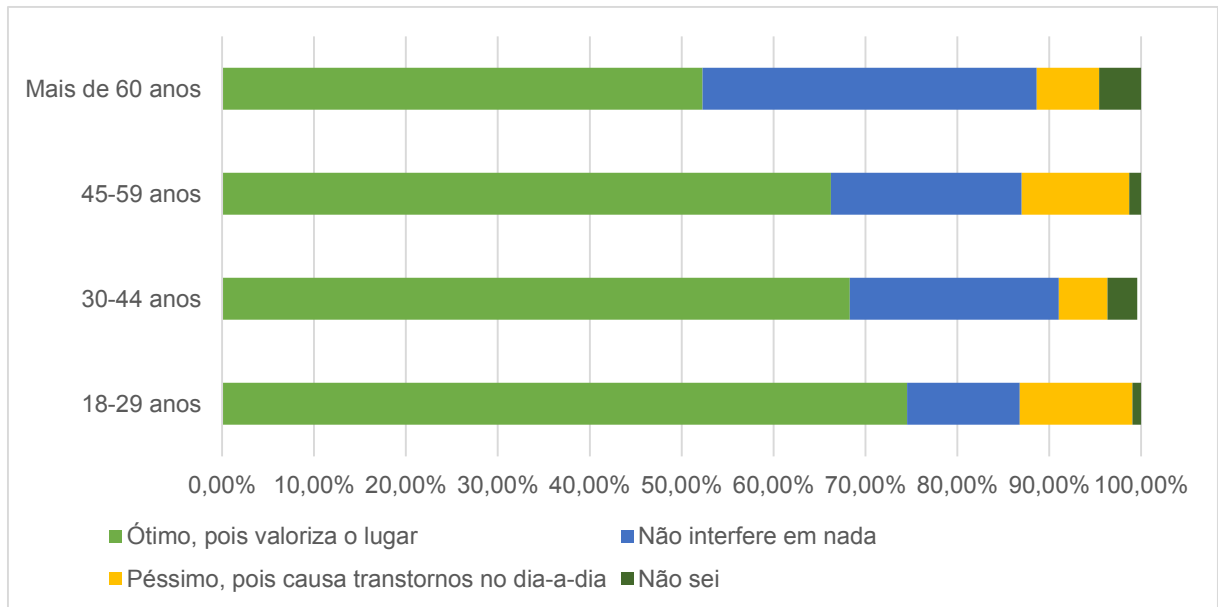
Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Ainda com relação a avaliação dos residentes sobre a classificação, de acordo com a classe etária (Figura 13) pode-se notar que os jovens são os que possuem visão mais favorável no que diz respeito ao título, em contraponto com a população com idades acima dos 60 anos, que apresentou menor grau de satisfação em relação aos demais grupos etários.

Ainda quando analisamos a opinião dos residentes sobre o título de patrimônio por bairros, observou-se que no Amparo e no Carmo, cujos territórios em sua totalidade estão dentro da área tombada e onde existe a maior concentração edifícios históricos e atrativos turísticos, o posicionamento positivo foi ainda mais

expressivo, com mais de 86% e 76% de pessoas, respectivamente, que afirmaram que o título é ótimo e valoriza o lugar.

Figura 13 – Opinião dos residentes sobre o título de patrimônio por classe etária



Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Seguindo adiante em nossa análise, temos os resultados obtidos a partir do questionamento sobre as características e as especificidades de Olinda, onde as respostas totais indicaram que para os residentes é a beleza da paisagem o traço mais marcante, com 34,86% das respostas.

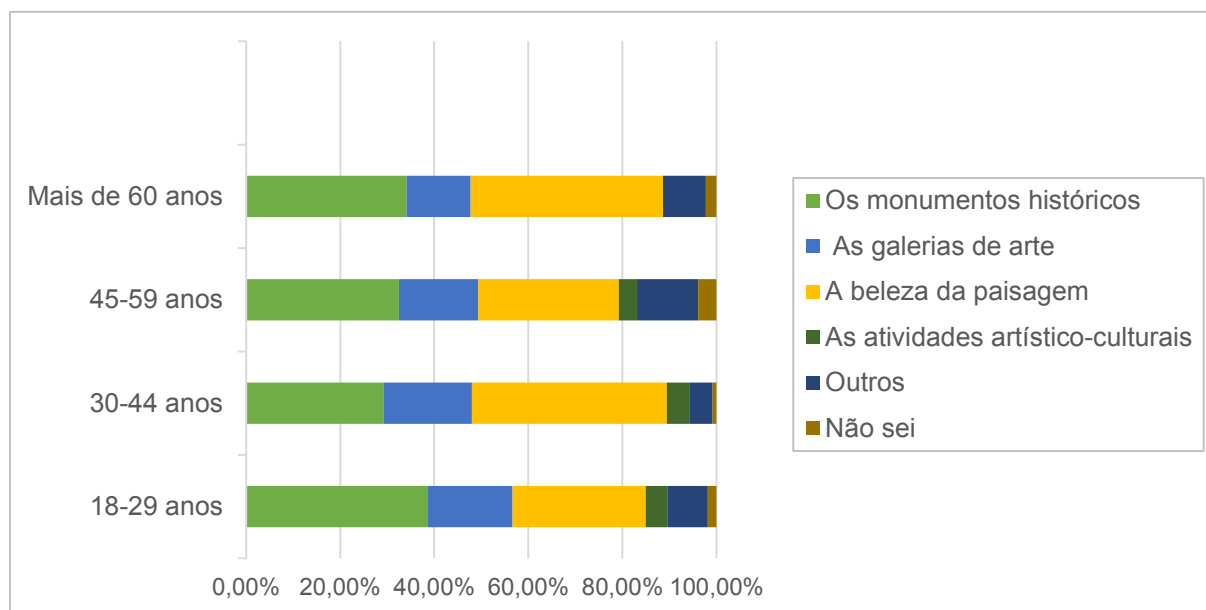
Pôde-se perceber, ainda, que para os olindenses o patrimônio é resultante da conjunção entre os elementos paisagísticos e os monumentais, pois a presença dos monumentos históricos foi apontada por 33,43% do total das pessoas inquiridas.

Quando se observam as respostas por classe etária (Figura 14), é possível constatar que para os jovens (18-29 anos), assim como, para população adulta de idade mais avançada (45-59 anos) é a beleza da paisagem o diferencial de Olinda, enquanto que para a população adulta (30-44anos) e para os residentes acima dos 60 anos é a presença dos monumentos o que mais se destaca.

Em resumo, no imaginário dos habitantes locais, Olinda se constitui enquanto patrimônio do mundo em função de congregar em seu território as especificidades naturais e paisagísticas com o acervo arquitetônico/monumental. As igrejas, as ruas

estreitas com o casario do período da ocupação portuguesa, assentados sobre terreno colinoso, com rica vegetação e de onde é possível avistar o mar, foram frequentemente mencionados pelos inquiridos.

Figura 14 – Respostas dos residentes sobre as características e especificidades de Olinda, por classe etária



Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Outro fator importante para perceber as relações dos atores com o lugar e com o fato de ser patrimônio se deu a partir do questionamento acerca das razões da escolha do sítio histórico de Olinda para moradia<sup>32</sup>.

Foi verificado, então, através das respostas totais, que tal opção não tem ligação direta com o fato de ser patrimônio. O fator preponderante na escolha dos inquiridos diz respeito a proximidade ou herança familiar, com 33,56% das respostas totais. Apenas 7,46% dos inquiridos responderam que escolheram Olinda para residir pelo que ela representa para o mundo. Chama, ainda, a atenção o elevado número de inquiridos que fizeram referência a beleza do lugar como condicionante da opção por residir em Olinda, com 22,65% das respostas totais.

Quando observamos as respostas por bairro (Tabela 2), fica nítido que o fator familiar é menos forte no Amparo e no Carmo. Tal situação pode ser explicada, ao nosso modo de entender, pela tomada de decisão por parte dos residentes ser

<sup>32</sup> Vale referir que por opção metodológica os inquiridos podiam responder a mais de uma resposta.

respaldada pela *secundarização* do fator familiar devido esses dois bairros serem o “coração” do patrimônio de Olinda, onde há maior concentração dos atrativos e equipamentos turísticos, o que, por sua vez, acaba por favorecer a “expulsão” da população local pela valorização decorrente da pressão do turismo.

Tabela 2 – Razões da escolha de Olinda enquanto residência por bairros

Bairros Atributos	Amparo	Monte	Amaro Branco	Varadouro	Bonsucesso	Carmo	Guadalupe	Nº total de respostas
Proximidade e ou herança da família	8,23%	24,69%	11,52%	20,58%	11,93%	7,00%	16,05%	243
Por ter orgulho do lugar pelo que ele representa para o mundo	3,70%	9,26%	18,52%	14,81%	7,41%	11,11%	35,19%	54
Beleza do lugar	10,98%	28,66%	11,59%	13,41%	9,15%	6,71%	19,51%	164
Variedade de tipos de comércio e de serviços	5,71%	14,29%	20%	11,43%	5,71%	0%	42,86%	35
Boas condições de transportes e acesso	2,27%	25,00%	4,55%	6,82%	2,27%	4,55%	54,55%	44
Valor acessível dos imóveis	10,53%	5,26%	15,79%	21,05%	0%	0%	47,37%	19
Segurança	3,13%	3,13%	3,13%	3,13%	3,13%	3,13%	81,25%	32
Oferta de espaços de lazer	7,14%	0%	35,71%	7,14%	0%	0%	50%	14
Dinamismo artístico cultural	3,70%	11,11%	0%	18,52%	3,70%	7,41%	55,56%	27
Busca pelo consumo	0%	0%	0%	9,09%	9,09%	0%	81,82%	11
Outras razões	7,41%	30,86%	6,17%	27,16%	4,94%	2,47%	20,99%	81

Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Vale destacar, ainda, que quando são confrontadas as respostas com a classe etária (Tabela 3) a população jovem cita com maior frequência a busca cultural, a oferta de espaços e lazer e o dinamismo cultural enquanto fatores que os motivam a residir em Olinda. Já a população acima dos 60 anos faz maior referência a proximidade ou herança familiar. E nas demais classes de idade identifica-se um *mix* de condicionantes para escolha de Olinda enquanto residência.

Tabela 3 – Razões da escolha de Olinda enquanto residência por classe etária

Atributos	Classe etária				Nº total de respostas
	18-29 anos	30-44 anos	45-59 anos	Mais de 60 anos	
Proximidade e ou herança da família	31,28%	34,98%	21,81%	11,93%	243
Orgulho do lugar pelo que ele representa para o mundo	37,04%	37,04%	16,67%	9,26%	54
Beleza do lugar	32,32%	39,02%	20,73%	7,93%	164
Variedade de tipos de comércio e de serviços	51,43%	25,71%	14,29%	8,57%	35
Boas condições de transportes e acesso	43,18%	40,91%	9,09%	6,82%	44
Valor acessível dos imóveis	26,32%	42,11%	31,58%	0%	19
Segurança	56,25%	21,88%	15,63%	6,25%	32
Oferta de espaços de lazer	64,29%	21,43%	14,29%	0%	14
Dinamismo artístico cultural	62,96%	18,52%	11,11%	7,41%	27
Busca pelo consumo	81,82%	9,09%	9,09%	0%	11
Outras razões	35,80%	27,16%	18,52%	18,52%	81

Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Visando, ainda, compreender a percepção dos atores locais no que tange aos elementos *identitários* do patrimônio, foi solicitado que indicassem palavras-chaves que caracterizassem Olinda.

Cumprido esclarecer, inicialmente, que para melhor compreensão as palavras foram agrupadas em categorias, conforme detalhamento na Tabela 4. As quais foram denominadas: 1 – elementos materiais; 2 – elementos sentimentais; 3 – elementos culturais ligados a criatividade; 4 – características naturais; 5 - problemas infra estruturais; 6 - turismo; 7 – gestão; 8 – características da população e 9 – outros.

Deve-se mencionar que nos chamou a atenção a forte ligação sentimental e *identitária*, visto que mais de 40% das respostas totais remeteram para palavras ligadas à vínculos afetivos com o lugar.

Em todos os bairros prevaleceram palavras ligadas ao sentimento de pertencimento, de vínculo emocional, conforme a Tabela 4. Também foi interessante notar que os elementos materiais e as palavras que indicam problemas infra estruturais foram mencionados com várias ocorrências situadas predominantemente entre os 11,5% e os 21%.

Tabela 4 – Palavras descritoras de Olinda por bairros.

Bairros	Amparo	Monte	Amaro Branco	Varadouro	Bonsucesso	Carmo	Guadalupe	Nº total de respostas
<b>Atributos</b>								
<b>Elementos materiais: patrimônio cultural história, igrejas, monumentos, ladeiras, casario</b>	7,14%	18,60%	8,57%	12,82%	2,63%	5,26%	4,88%	27
<b>Elementos sentimentais: amor, amada, lar, casa, infância, beleza, linda, bela, maravilhosa</b>	35,71%	30,23%	48,57%	41,03%	42,11%	57,89%	56,10%	122
<b>Elementos culturais ligados a criatividade: tradição, Carnaval, dança, música Frevo, arte, artesanato, bonecos gigantes</b>	10,71%	18,60%	14,29%	21,79%	15,79%	15,79%	9,76%	46
<b>Características naturais: paisagem, natureza, mar, praia, sol, coqueiros</b>	7,14%	4,65%	5,71%	1,28%	7,89%	5,26%	2,44%	12
<b>Problemas infra estruturais: insegurança, iluminação pública, lixo, sujeira, esgoto, buracos</b>	14,29%	20,93%	8,57%	11,54%	18,42%	5,26%	2,44%	34
<b>Turismo, turistas, lazer</b>	7,14%	4,65%	0%	1,28%	2,63%	0%	0%	6
<b>Gestão: desvalorização, descaso, desorganização, péssima administração</b>	7,14%	0%	2,86%	3,85%	2,63%	0%	0%	7
<b>Características da população: alegre, hospitaleira, receptiva, acolhedora, animada</b>	3,57%	2,33%	8,57%	2,56%	5,26%	10,53%	4,88%	13
<b>Outros: futuro, esperança, fé, pequena, grande</b>	7,14%	0%	2,86%	3,85%	2,63%	0%	19,51%	15

Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

A frequência com que foram citadas as categorias ligadas aos sentimentos e aos elementos materiais nos permite afirmar acerca da existência de uma articulação no imaginário coletivo entre as pessoas e o patrimônio. Por outro lado, o

fato de fazerem referência às questões de infraestrutura refletem, ao nosso modo de enxergar, uma realidade de descontentamento com as formas de organização do território.

Em síntese, no que se refere ao primeiro objetivo traçado, onde buscamos compreender a dinâmica e o funcionamento de Olinda enquanto patrimônio mundial, pode-se concluir que para os residentes locais, o fato de Olinda possuir o título de patrimônio do mundo é algo favorável que promove uma valorização do lugar.

Identificou-se, também, que são os atributos referentes a beleza da paisagem de maneira articulada com os elementos monumentais, os traços marcantes do patrimônio de Olinda para os moradores.

Constatou-se, de maneira geral, a inexistência de ligação entre a classificação e a escolha de Olinda como residência. Assim sendo, identifica-se como fator decisivo as questões de ordem familiar. Apenas a população mais jovem fez referência ao dinamismo cultural e a possibilidade de oferta de lazer como um fator de atração e influência.

Outro ponto observado foi que os inquiridos, ao descreverem o lugar, remeteram, com alto índice de frequência, às questões simbólicas ligadas a atributos sentimentais, tais como: amor, amada, lar, maravilhosa entre outras. Ainda foram mencionadas palavras que fazem referência ao patrimônio tais como: história, igrejas, casario, entre outras.

Em resumo, para o morador de Olinda o título é visto como algo positivo, motivo de orgulho e de vínculo dos indivíduos com o território. No entanto, como veremos a seguir, foram identificados impactos não somente positivos, mas também negativos.

Seguindo adiante na busca pela compreensão da dinâmica e do funcionamento de Olinda enquanto patrimônio mundial a partir do olhar dos residentes, trazemos, conforme mencionado anteriormente, o segundo objetivo dos inquiridos por questionário, que é: verificar os impactos positivos e negativos no cotidiano dos moradores, a fim de perceber as melhorias e as dificuldades promovidas pelo título de patrimônio.

Deste modo, temos a análise das questões de 6 a 14 (conforme formulário de inquirido por questionário – apêndice A), que buscam responder ao referido objetivo.

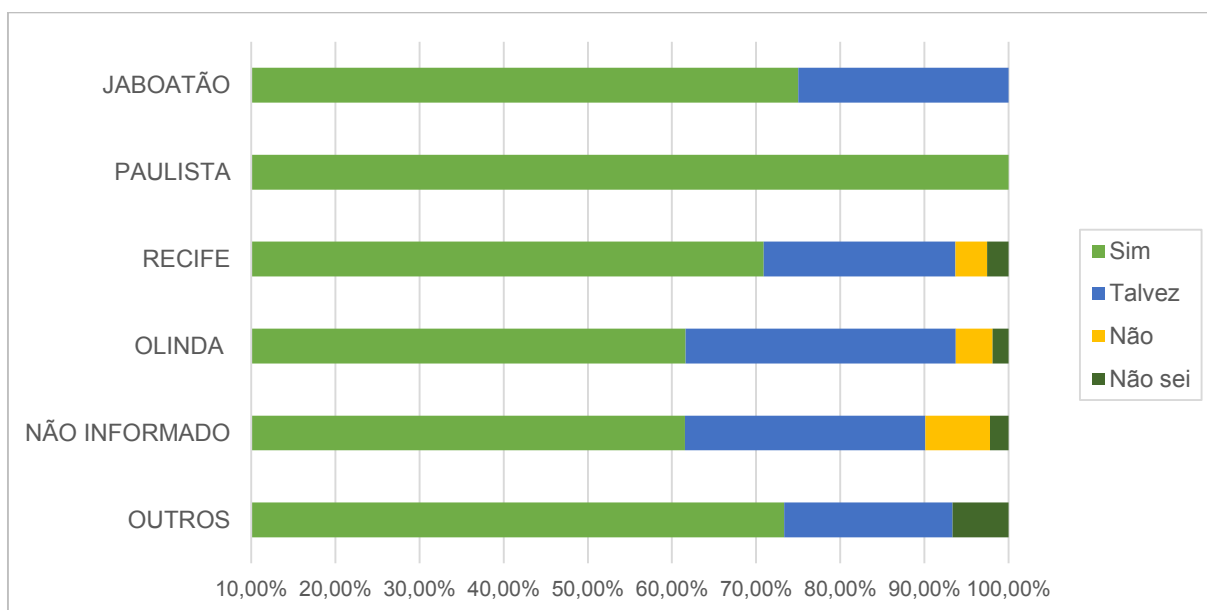
Assim, diante do objetivo proposto foram estabelecidos três grandes eixos de análise sobre os resultados da aplicação dos inquiridos por questionário, quais

sejam: buscar perceber os impactos referentes ao setor do turismo; realizar análise acerca das atividades artísticas culturais e a visibilidade do patrimônio; e compreender as alterações sociais e econômicas em decorrência do título.

No tocante ao turismo pôde-se constatar, através das respostas totais, que para 64,57% dos inquiridos, o título de patrimônio favorece a atração de turistas, o que representa uma “mais-valia”, ou ainda um diferencial em relação a outras localidades demandadas pelo referido setor.

Considerando as respostas de acordo com o local de trabalho dos inquiridos (Figura 15), é interessante notar que aqueles empregados em Olinda indicaram um cenário menos otimista quanto à atração de turistas frente a classificação como patrimônio.

Figura 15 – Respostas dos inquiridos sobre se o título estimulou o turismo (por local de trabalho/município)

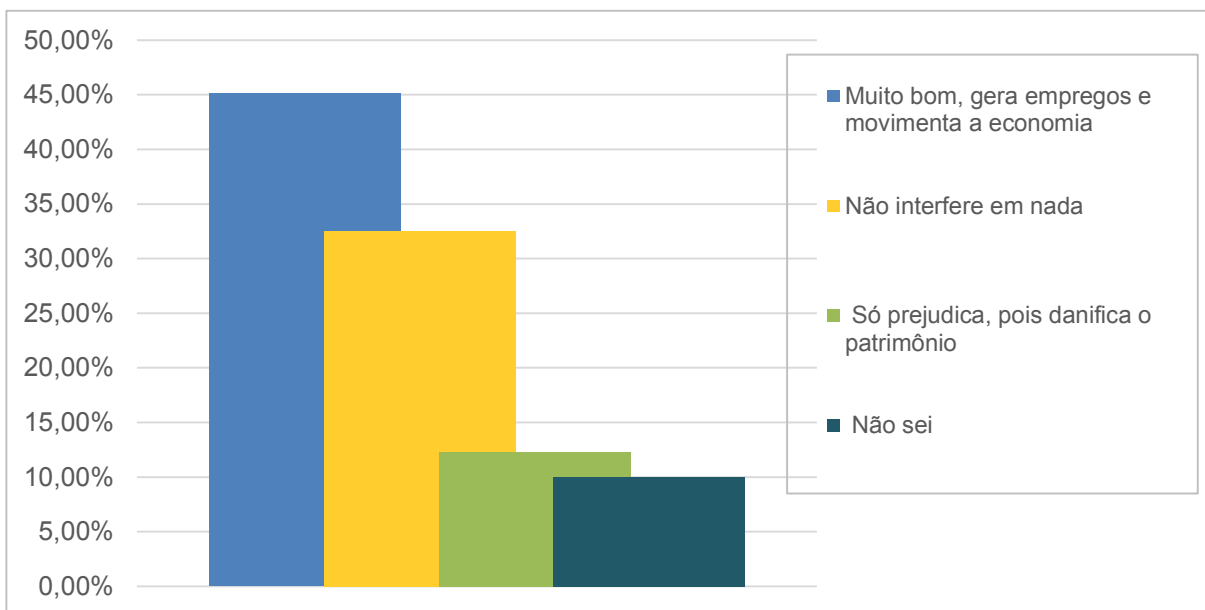


Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Uma questão interessante a ser observada diz respeito a percepção dos residentes quanto ao turismo em áreas classificadas patrimônio. As respostas totais indicaram, em expressivo percentual (cerca de 45%), o turismo em áreas classificadas como algo positivo, uma vez que gera empregos e movimenta a economia (Figura 16).

Chama a atenção o elevado número de afirmações de que o turismo em áreas classificadas em nada interfere (32,57%). Tal fato nos leva a pensar em um processo de desarticulação entre os residentes e as possibilidades que o turismo pode gerar.

Figura 16 – Opinião dos residentes sobre o turismo em áreas classificadas.



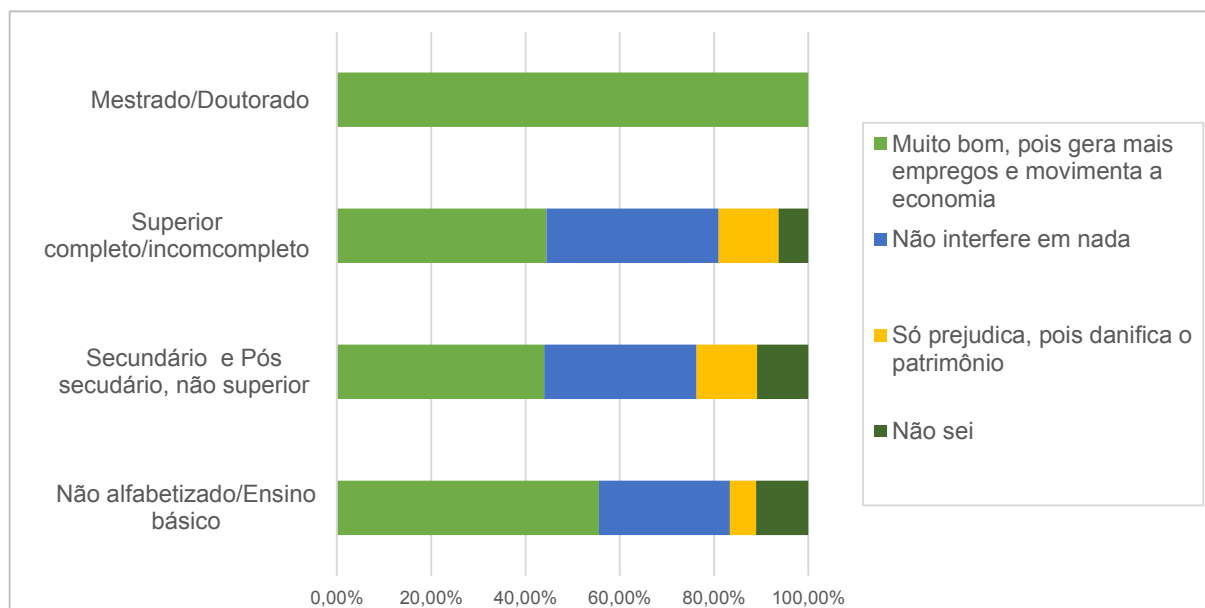
Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Quando analisamos as respostas de acordo com o grau de escolaridade observa-se que, curiosamente, em dois níveis – os de menor e de maior instrução – é que o turismo é visto como positivo (Figura 17).

Os níveis intermediários de escolaridade, por sua vez, foram os que referiram com maior representatividade que o turismo em áreas classificadas em nada interfere na dinâmica local, apesar da maioria ter considerado como muito positivo.

Assim, pode-se notar que há uma heterogeneidade quanto ao posicionamento sobre a exploração turística nos sítios patrimoniais.

Figura 17 – Opinião dos residentes sobre o turismo em áreas classificadas, de acordo com o nível de instrução



Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

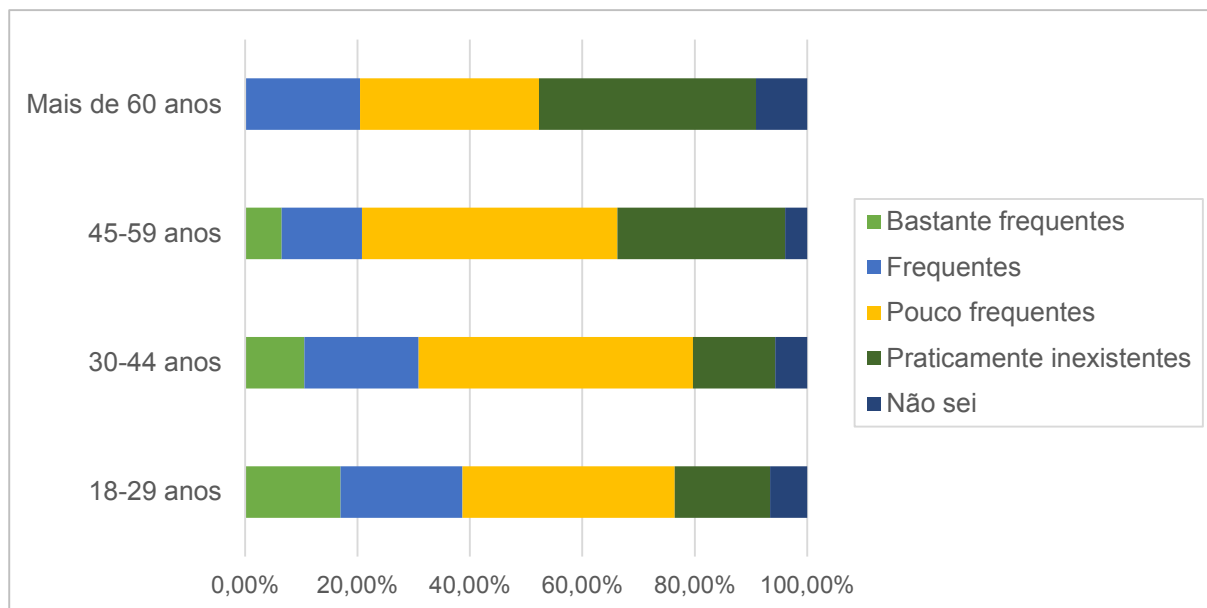
No que se refere ao segundo eixo de análise, sobre os impactos promovidos nas atividades artísticas-culturais após o recebimento do título, identificamos um cenário interessante.

Curiosamente, 69,43% dos inquiridos afirmaram que o título favorece a visibilidade e o reconhecimento, ao mesmo tempo que disseram serem pouco frequente ou praticamente inexistentes - 42,57% e 21,71%, respectivamente, as ações ligadas às atividades artístico-culturais em Olinda.

Mediante tal divergência podemos concluir que, o título em si, estimula a visibilidade do lugar; contudo, não promove um maior dinamismo das atividades artístico-culturais em consonância com o patrimônio.

Quando analisamos a questão por grupos etários (Figura 18) fica evidente que as atividades artístico-culturais são mais direcionadas para os jovens, já que estes apresentaram maior grau de satisfação. Já para população acima dos 60 anos, atividades ligadas a arte e a cultura são praticamente inexistentes, sendo que nenhum inquirido referiu a realização destas atividades de modo muito frequente.

Figura 18 – Opinião dos inquiridos por classe etária sobre as atividades artísticas culturais realizadas em Olinda



Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Tal cenário nos indica um processo em que as ações de promoção da arte e da cultura privilegiam as pessoas em idade jovem e adulta (18-44 anos). Quanto mais avançadas as idades menos satisfeitos se mostraram os inquiridos.

Desta maneira, pode-se concluir que o recebimento do título de patrimônio não favoreceu diretamente ao incentivo das atividades artísticas culturais em Olinda. Esclarecendo melhor a questão podemos afirmar que apesar do título ter gerado uma maior promoção do lugar, uma maior exposição e visibilidade, não houve o dinamismo cultural esperado pelos residentes, o que ao nosso modo de enxergar empobrece a vida dos sítios patrimoniais.

Em seguimento a análise dos resultados temos o terceiro eixo de interpretação, que visa compreender as alterações sociais e econômicas em decorrência do título. Foi possível constatar, primeiramente, que a prestação de serviços e o comércio no sítio histórico de Olinda não são bem avaliados pelos residentes, pois a maioria os classificou como razoáveis (Tabela 5).

Podemos constatar que tal situação decorre, de um lado, da precariedade dos serviços públicos e, de outro, da falta de diversidade de serviços privados voltados ao atendimento das pessoas que habitam a zona classificada.

Tabela 5 – Avaliação dos residentes acerca da prestação de serviços e do comércio por classe etária

<b>Classe etária</b>	<b>Excelentes</b>	<b>Razoáveis</b>	<b>Péssimos</b>	<b>Não sei</b>
<b>18-29 anos</b>	8,49%	80,19%	6,60%	4,72%
<b>30-44 anos</b>	4,07%	83,74%	9,76%	2,44%
<b>45-59 anos</b>	5,19%	64,94%	25,97%	3,90%
<b>Mais de 60 anos</b>	2,27%	81,82%	15,91%	0%
<b>Nº total de respostas</b>	19	274	46	11

Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Em relação a precariedades dos serviços públicos, soma-se a nossa investigação, por exemplo, as dificuldades vistas em Olinda para o cumprimento das recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), no que se refere ao número de leitos hospitalares por habitante. A referida instituição recomenda, no mínimo, 2,5 a 3,0 leitos por cada grupo de 1000 habitantes, sendo que em Olinda, de acordo com o IBGE (2010), existem apenas 385 leitos para uma população superior a 377 mil.

Outro exemplo do comprometimento da qualidade dos serviços, verificado ao longo das pesquisas de campo, foi a constatação que em todo sítio histórico existe apenas uma estação de serviços bancários. Tal situação obriga não só os residentes, como também os turistas, a se deslocarem para outras localidades do município a fim de terem suas necessidades atendidas.

Cumprir mencionar, ainda, que nos foi relatado o aumento nos preços dos produtos comercializados no centro histórico em função da presença de visitantes e turistas.

Agrega-se, ainda, enquanto dificuldades para o desenvolvimento do comércio e dos serviços locais, o fato dos licenciamentos serem regulados por leis de uso e ocupação do solo um tanto quanto rígidas, em função exatamente da necessidade de preservar os edifícios de valor histórico.

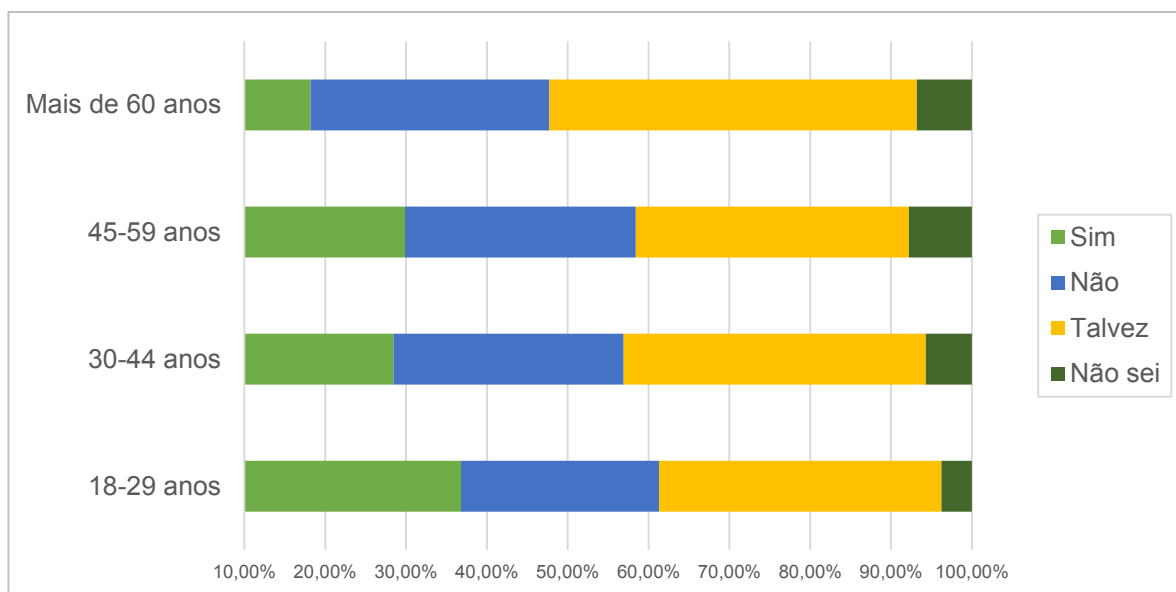
Assim, todos esses fatores somados acabam por fazer com que os olindenses habitantes do centro histórico não consigam satisfazer suas necessidades e anseios nas proximidades de suas residências.

Ainda, no que diz respeito as condições sociais e econômicas, os residentes foram indagados se a classificação estimulou a criação de emprego e renda. Frente

a referida questão pôde-se constatar, através das respostas totais, dúvida por parte dos inquiridos, sendo que 36,86% responderam talvez. Tal opinião é justificada por terem indicado que somente em algumas localidades, onde há maior concentração estabelecimentos, equipamentos e atrativos turísticos, é que se observa algum incremento. Ou seja, na opinião dos residentes a classificação estimulou a criação de postos de trabalho e a geração de renda restritas ao desenvolvimento do turismo.

Quando analisamos as respostas de acordo com a classe etária fica evidente um cenário mais animador na visão dos jovens. Foi o grupo etário com o maior percentual de respostas afirmativas (36,79%), conforme Figura 19. Em contraponto, a população com idade superior aos 60 anos foi a que demonstrou maior “insatisfação”, com 29,55%, de respostas negativas, contra apenas 18,18% de respostas afirmativas.

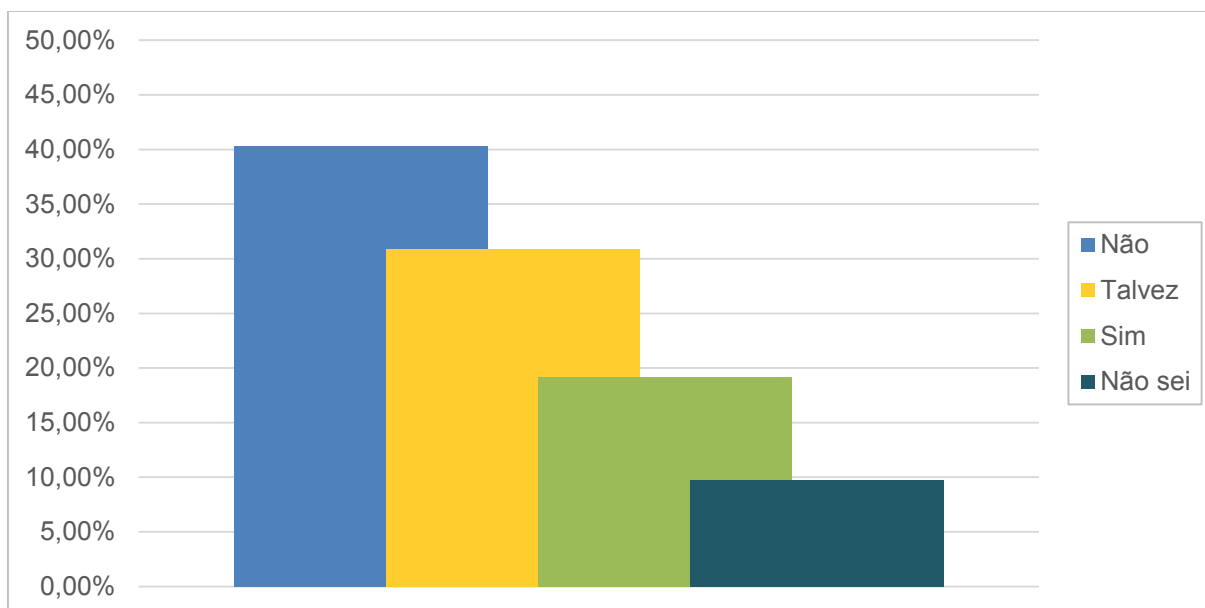
Figura 19 – Resposta dos residentes quanto a criação de oportunidades de emprego e renda associada ao título de patrimônio, por classe etária.



Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

No que se refere a indagação feita aos residentes sobre a ocorrência de melhorias nas condições sociais e econômicas a partir do estabelecimento do estatuto do patrimônio, os inquiridos afirmaram, em maioria (40,29% das respostas totais), que o título não trouxe progressos (Figura 20).

Figura 20 – Resposta totais dos residentes quanto a ocorrência de melhorias sociais e econômicas após a classificação



Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

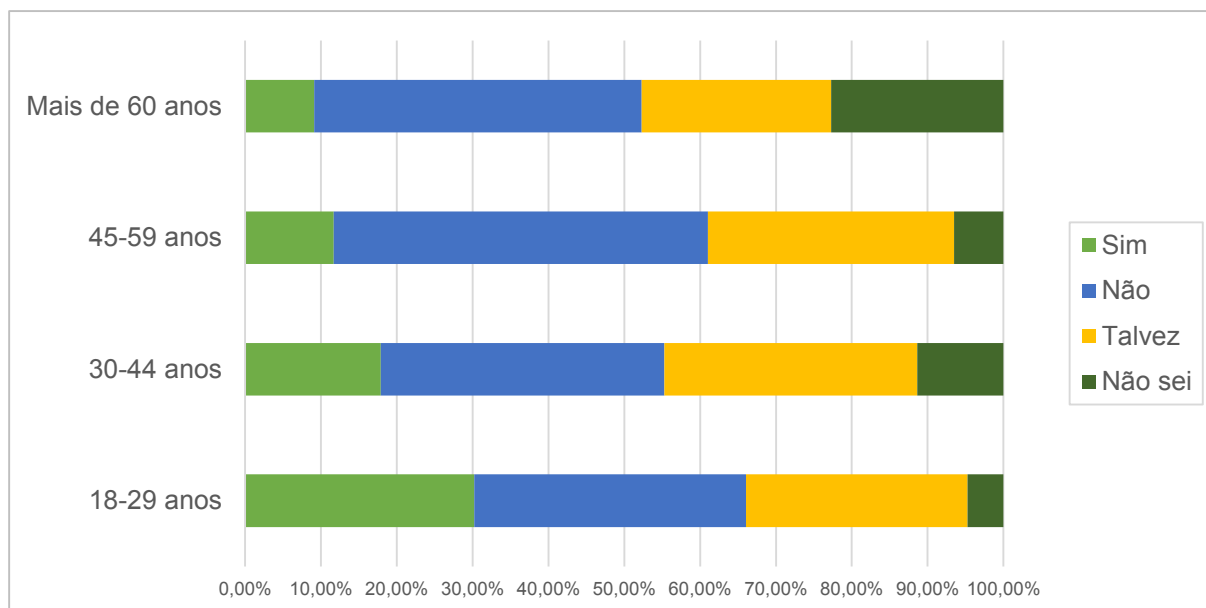
Ao observar as respostas sobre a promoção de melhorias sociais e econômicas de acordo com as classes etárias (Figura 21), constatamos que, apesar de todas terem dito que o título não promoveu avanços, o grupo dos jovens (18-29 anos) foi o que apresentou o maior percentual de respostas afirmativas (cerca de 30%).

Cumprе mencionar, também, que os inquiridos das duas classes etárias com idades mais avançadas (45-59 anos e mais de 60 anos) se mostraram menos confiantes quanto a relação da classificação com o estímulo às melhorias sociais e econômicas, sendo nitidamente dominantes as respostas negativas.

Observámos, ainda, a referida questão de acordo com o nível de instrução (Tabela 6). Neste caso onde constatámos que quanto mais elevado o nível de instrução, menor foi o percentual de respostas afirmativas.

Apesar de em todos níveis de instrução, as respostas dominantes terem sido negativas, os inquiridos pertencentes ao grupo dos não alfabetizados ou com o ensino básico foram os que afirmaram com maior percentual (cerca de 22%) que o título promoveu melhorias, em contraponto com as respostas dos inquiridos com nível de mestrado ou doutorado, que disseram em maioria (66,67%) não ter havido avanços sociais e econômicos com a classificação.

Figura 21 – Resposta dos residentes quanto a ocorrência de melhorias sociais e econômicas associadas à classificação, por classe etária



Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Tabela 6 – Respostas dos residentes quanto a ocorrência de melhorias sociais e econômicas após a classificação, por nível de instrução

Nível de Instrução	Sim	Não	Talvez	Não sei
<b>Não alfabetizado/Ensino básico</b>	22,22%	38,89%	22,22%	16,67%
<b>Secundário e Pós secundário, não superior</b>	19,92%	39,47%	30,08%	10,53%
<b>Superior completo/incompleto</b>	15,87%	42,86%	36,51%	4,76%
<b>Mestrado/Doutorado</b>	0%	66,67%	33,33%	0%
<b>Nº total de respostas</b>	67	141	108	34

Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

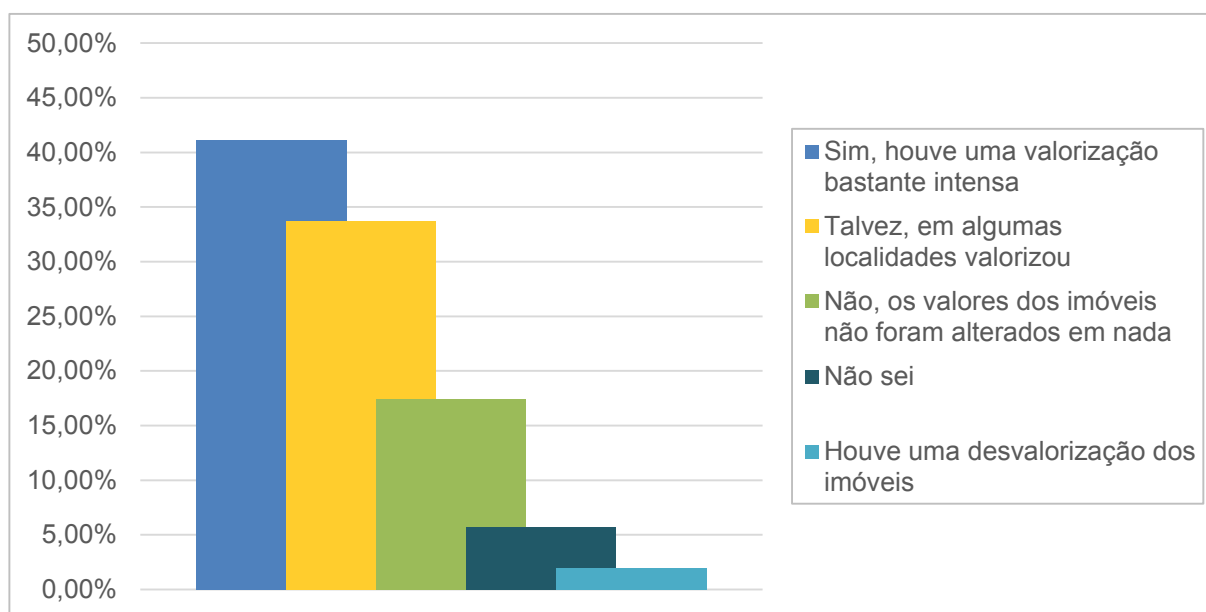
No grupo das pessoas não alfabetizadas ou com o ensino básico, apesar da maioria ter dito que não ocorreram melhorias com o título, registramos maior percentual de respostas afirmativas, sendo o grupo das pessoas com maior grau de escolarização o que respondeu de forma mais negativa (com 66,67% dos inquiridos a dizer que o recebimento do título não se refletiu em melhorias sociais e econômicas).

Desta maneira, podemos concluir que, na percepção dos atores locais, não existe ligação entre o fato de Olinda possuir um título de reconhecimento mundial com avanços nas condições de vida.

Cumprir referir, que apesar do orgulho que os residentes têm da classificação, as melhorias esperadas ainda se situam no plano teórico, tendo estes mencionado com frequência a necessidade de mecanismos de engajamento e valorização dos moradores do sítio histórico.

Outro aspecto investigado se situa na busca pela verificação do valor dos imóveis após o recebimento do título. Quanto a esta matéria, de acordo com a Figura 22, a maioria dos inquiridos referiu que houve uma valorização bastante intensa após Olinda ter se tornado patrimônio do mundo, com uma representatividade de 41,14% das respostas totais.

Figura 22 – Respostas totais dos residentes sobre o valor dos imóveis após o recebimento do título de patrimônio



Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Importa, ainda, mencionar que 33,71% do total de inquiridos afirmaram que talvez tenha havido valorização em algumas localidades, em especial nos lugares próximos aos principais monumentos e atrativos turísticos. Chama, também, a

atenção o baixo percentual de pessoas que fizeram referência a desvalorização (cerca de 2% das respostas), além dos 17,43% que disseram não ter havido alteração no preço dos imóveis.

Também foi referido a elevação bastante acentuada dos aluguéis dos imóveis durante o período de Carnaval, haja vista o sítio histórico ser intensamente demandado por turistas durante a festa.

Neste sentido, a Prefeitura Municipal de Olinda indica que somente no ano de 2014 circularam 2,7 milhões de pessoas pelas ruas históricas da cidade. Vale mencionar que muitos moradores alugam suas casas visando obter um rendimento extra com o aluguel das habitações durante os festejos. Tal cenário é motivo de preocupação no que se refere a preservação do casario e dos monumentos devido ao excesso de pessoas.

Quando analisamos a referida questão de acordo com os bairros (Figura 23) destacamos a opinião dos moradores de Amaro Branco, que em maioria significativa (70,27%), afirmaram haver uma valorização bastante intensa. Em contraponto, temos as respostas dos moradores do bairro do Monte, que disseram em maioria (cerca de 56%), que o valor dos imóveis com a classificação permaneceram inalterados. Tal cenário pode ser talvez explicado pelo fato do bairro de Amaro Branco se constituir como uma localidade próxima aos bairros do Carmo, Amparo e Bonsucesso que são demandados de forma mais intensa em função da concentração dos atrativos turísticos. Assim, devido a “saturação” dos referidos bairros acreditamos haver a intensificação da pressão sobre Amaro Branco. Já com relação ao Monte a pressão imobiliária ainda não ocorre de forma tão intensa, pois encontra-se mais afastado das áreas com concentração de atrativos turísticos.

Cumprir referir que os residentes também foram questionados sobre as transformações e os transtornos em residir em um sítio estabelecido enquanto patrimônio mundial<sup>33</sup>.

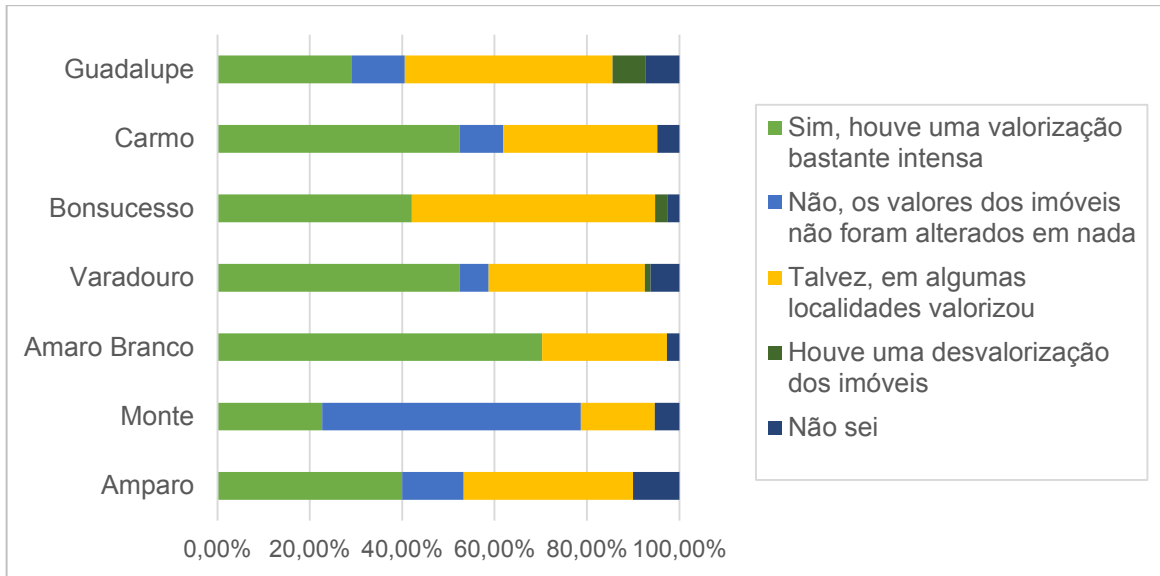
Pôde-se constatar que os maiores incômodos decorrem da precariedade dos serviços públicos e da falta de segurança, conforme Figura 24. Importa mencionar, também, que foram feitas referências, de maneira significativa, à ausência de espaços de lazer (com cerca de 17% das respostas totais), além de terem sido

---

<sup>33</sup> Vale referir que por opção metodológica os inquiridos podiam responder a mais de uma resposta.

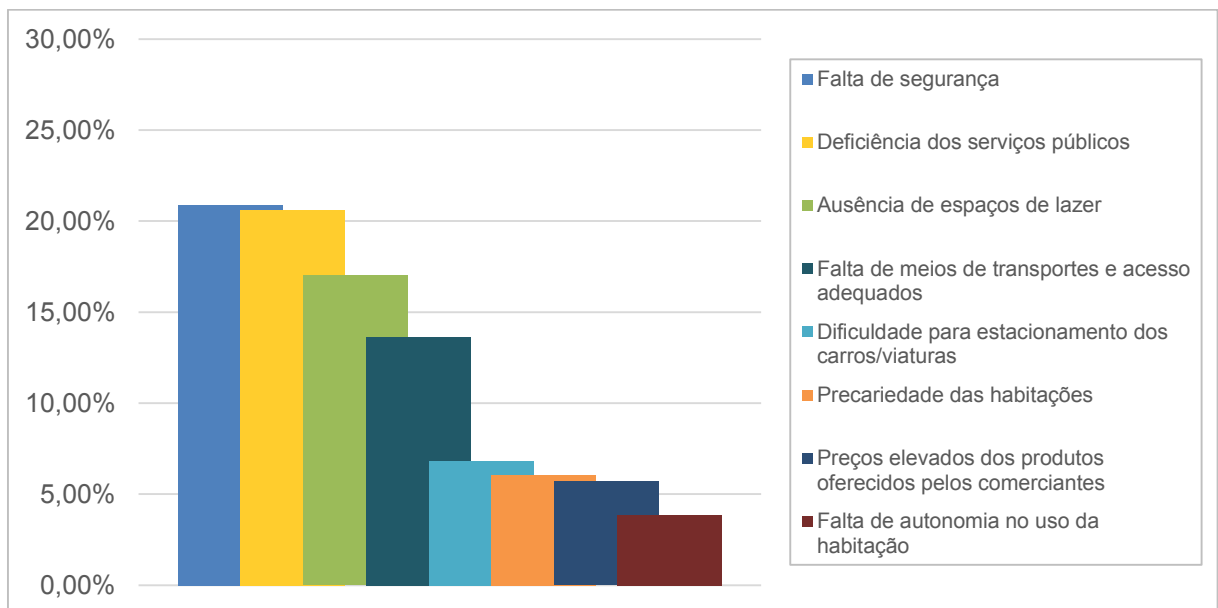
apontados problemas vinculados aos meios de transporte e acesso (13,62% das respostas).

Figura 23 – Resposta dos residentes sobre o valor dos imóveis após o recebimento do título de patrimônio, por bairro



Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Figura 24 – Resposta totais dos residentes sobre os incômodos, os transtornos em residir em Olinda

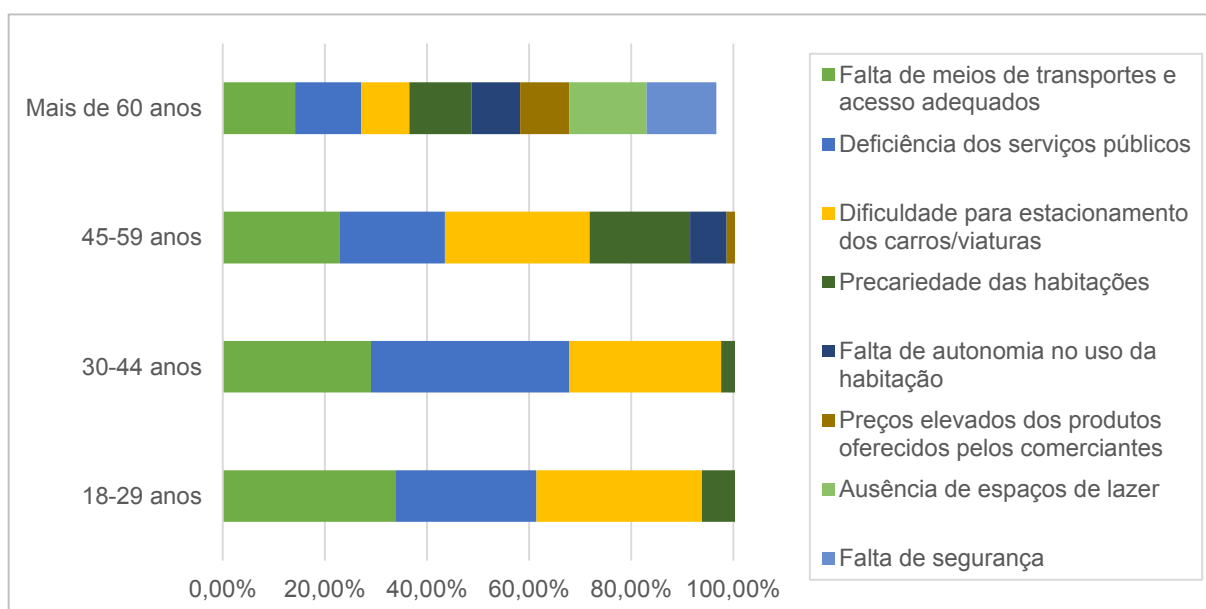


Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Ao observarmos as respostas de acordo com as classes etárias (Figura 25) verifica-se que para os jovens os maiores incômodos estão ligados à precariedade e à falta de autonomia no uso das habitações, bem como aos preços elevados dos produtos comercializados.

Já para a população da classe etária dos 30 aos 44 anos, os principais transtornos são gerados pela deficiência dos serviços públicos, pela falta de autonomia no uso da habitação e pela falta de segurança.

Figura 25 – Resposta dos residentes por classe etária sobre os incômodos, os transtornos em residir em Olinda



Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Importa referir, também, que para a população da classe etária dos 45 aos 59 anos os incômodos são decorrentes da dificuldade para estacionamento dos carros/viaturas (com 28,38% das respostas). As pessoas da referida classe etária fizeram, ainda, menção a ausência de espaços de lazer com um percentual de 25,95% das respostas.

A população com idade mais avançada, acima dos 60 anos, também indicou a ausência de espaços de lazer como principal incômodo, além de terem mencionado as dificuldades de transporte/acesso e a falta de segurança.

Assim, podemos afirmar de maneira sintética que na percepção dos residentes a classificação de Olinda como patrimônio mundial não promoveu melhorias, transformações de âmbito social e econômico que gerassem uma qualidade de vida diferenciada.

Conforme identificamos anteriormente, as questões centrais decorrem da precariedade do comércio e dos serviços, da falta de avanços significativos nas oportunidades de emprego e renda, da acentuada valorização dos imóveis, dentre outros fatores que colaboram para o comprometimento da qualidade de vida dos residentes do sítio histórico de Olinda.

Neste sentido, importa mencionar que, agregam-se aos nossos resultados as considerações de Barreto (2009, p. 255) quando esclarece: “[...] a situação de salvaguarda do sítio foi contestada por seus moradores que, por meio de movimentos e campanhas públicas, reivindicaram a preservação do acervo cultural integrada à melhoria da qualidade de vida.”

A referida autora indica que desde a década de 1970 os moradores do sítio histórico de Olinda reivindicam melhorias nas condições de vida. Afirma, ainda, que precisamente no ano de 1979 foram intensas as mobilizações por parte dos moradores, pelo que os problemas identificados nos dias de hoje através de nossa investigação já eram frequentes e anteriores à classificação. Entre estes, se destacam: as dificuldades de circulação e acessibilidade ao sítio histórico, a invasão negativa de visitantes e a falta de segurança, entre outros.

Desta forma, as questões referidas até o momento nos remetem ao terceiro objetivo da realização dos inquéritos por questionário, que conforme mencionado anteriormente consiste em identificar os desafios e oportunidades promovidas pelo título de patrimônio no processo de gestão. Importa lembrar que o referido objetivo foi trabalhado a partir das questões de 15 a 18, conforme formulário de inquérito por questionário – apêndice A.

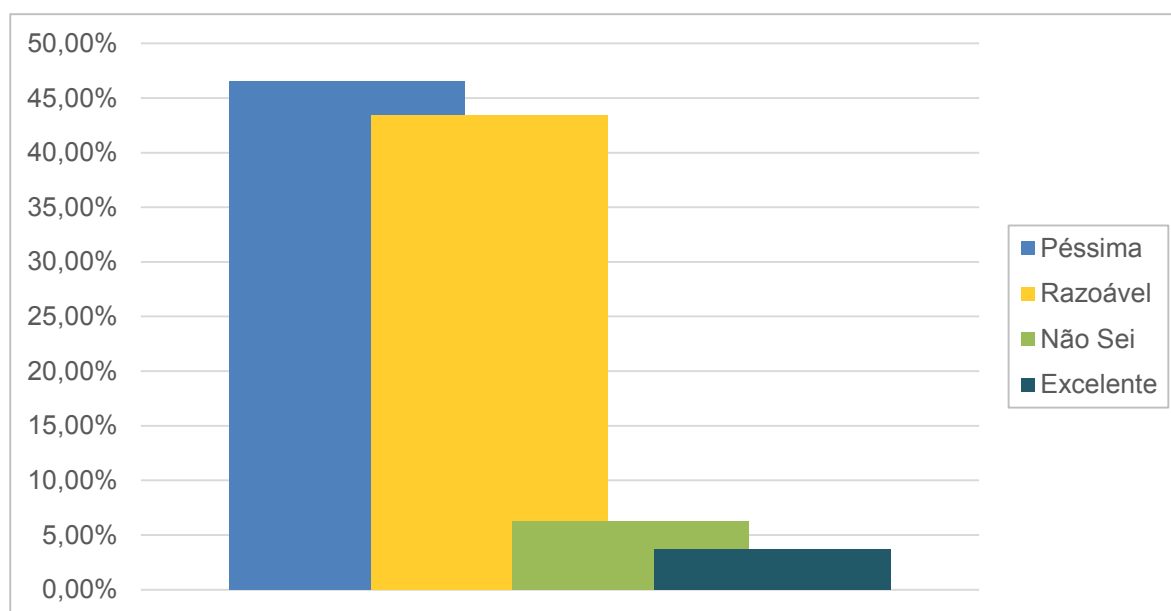
Assim, temos inicialmente a avaliação dos residentes sobre a atuação do poder público, onde as respostas apontam para um quadro de insatisfação. A maioria dos inquiridos avaliaram a gestão pública como sendo péssima, com 46,57% das respostas totais, além dos 43,43% que classificaram como razoável (Figura 26).

Ao analisarmos as respostas de acordo com os bairros, fica evidente o extremo descontentamento da população residente em relação a gestão pública do sítio histórico de Olinda (Tabela 7), pois dos sete bairros pesquisados apenas em

quatro existiram inquiridos a avaliar como excelente e, mesmo nestes, o percentual de respostas positivas se apresentou muito baixo (inferior a 10%).

Chamou a atenção ainda, o fato de justamente nos bairros do Bonsucesso, Carmo e Amparo onde se concentram os monumentos/igrejas – localidades essas, em que a pressão exercida pelo turismo é maior - que a insatisfação em relação à atuação do poder público foi mais intensa. Em contraponto, os bairros do Guadalupe e do Monte - mais afastados da zona de pressão turística – foram os que avaliaram de maneira mais “branda” a atuação dos gestores públicos.

Figura 26 – Resposta totais sobre avaliação dos residentes no que se refere a atuação do poder público na área definida como patrimônio



Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Outro ponto avaliado pelos residentes diz respeito a preservação dos monumentos e dos movimentos da cultura local, já que, em nosso modo de entender, são elementos de extrema importância para a vida dos sítios patrimoniais, e que devem constar como prioridade no processo de gestão pública.

Diante da referida questão, obtivemos como resultado um cenário bastante preocupante, na medida que os inquiridos avaliaram, em maioria absoluta (58% das respostas totais) que os monumentos e os movimentos da cultura se encontram na condição de pouco preservados, conforme Figura 27. Apenas 6,29% dos inquiridos

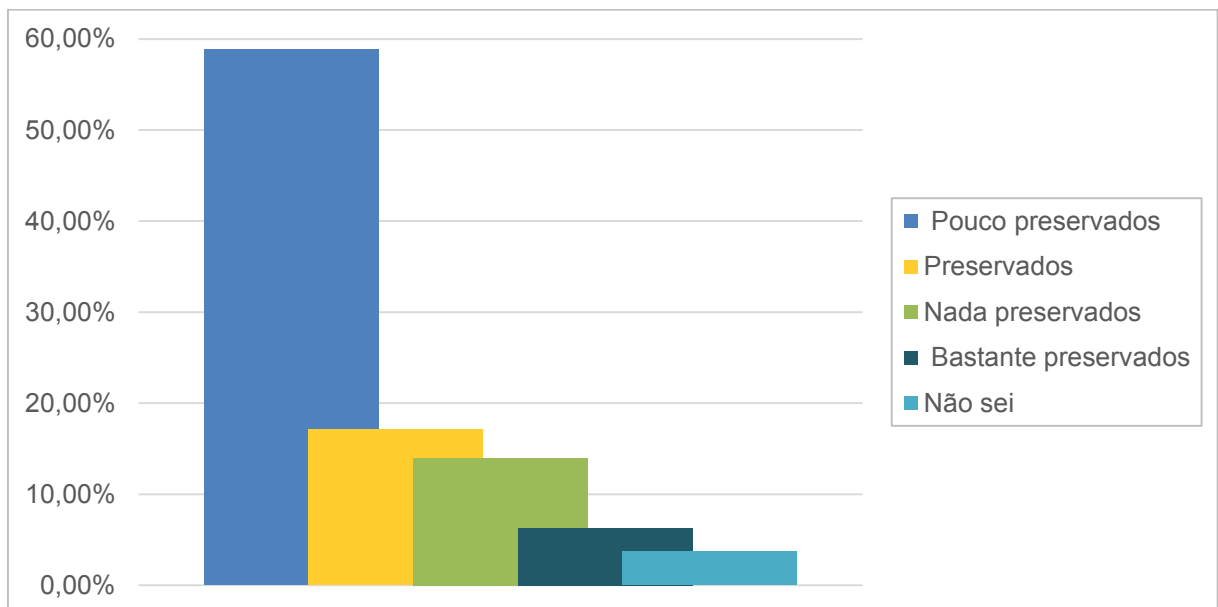
disseram que estão bastante preservados, 17,14% avaliaram como preservados e 14% como nada preservados.

Tabela 7 – Avaliação dos residentes sobre a atuação do poder público na área definida como patrimônio, por bairros

<b>Avaliação</b>	<b>Excelente</b>	<b>Razoável</b>	<b>Péssima</b>	<b>Não sei</b>
<b>Bairros</b>				
<b>Amparo</b>	0%	40%	56,67%	3,33%
<b>Monte</b>	4,00%	53,33%	40%	2,67%
<b>Amaro Branco</b>	8,11%	32,43%	51,35%	8,11%
<b>Varadouro</b>	1,25%	42,50%	53,75%	2,50%
<b>Bonsucesso</b>	0%	13,16%	76,32%	10,53%
<b>Carmo</b>	0%	33,33%	61,90%	4,76%
<b>Guadalupe</b>	8,70%	60,87%	17,39%	13,04%
<b>Nº total de respostas</b>	13	152	163	22

Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

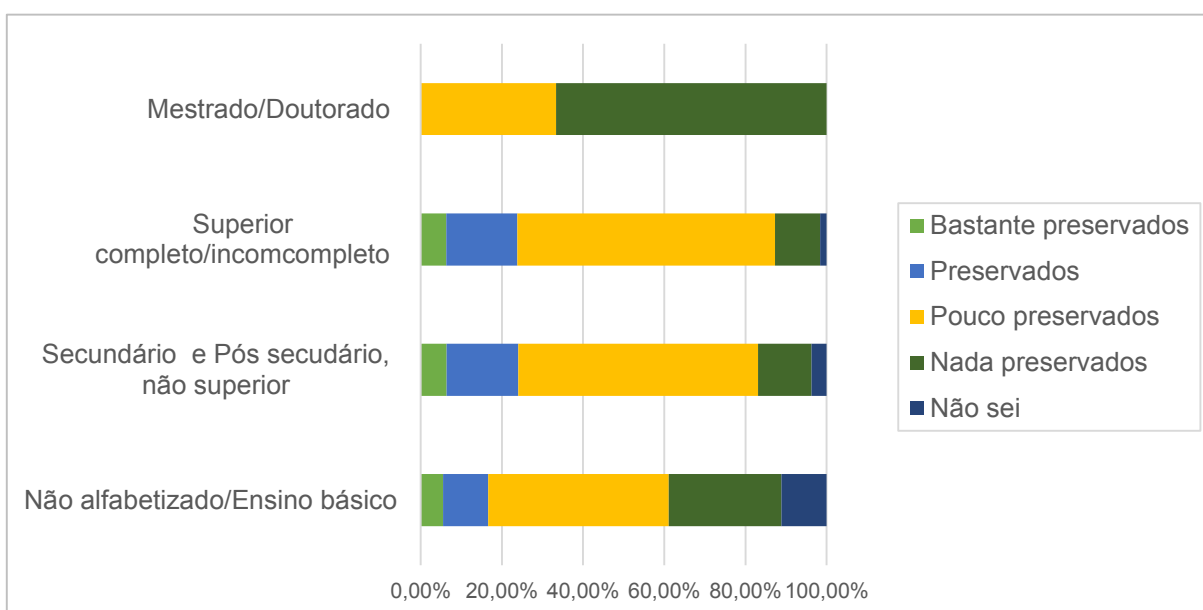
Figura 27 – Resposta totais sobre a preservação dos monumentos e dos movimentos da cultura local.



Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Ao analisar a questão, de acordo com o nível de instrução (Figura 28), constatamos que em todos os grupos se destacou a opinião de que os monumentos e movimentos da cultura estão na condição de pouco preservados, exceto no nível de mestrado/doutorado, onde a maioria avaliou como nada preservados. É interessante perceber que, justamente nos grupos com maior e menor nível de instrução, são mencionadas com maior frequência a opinião de que se encontram nada preservados.

Figura 28 – Avaliação dos residentes sobre a preservação dos monumentos e dos movimentos da cultura local por grau de instrução.



Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

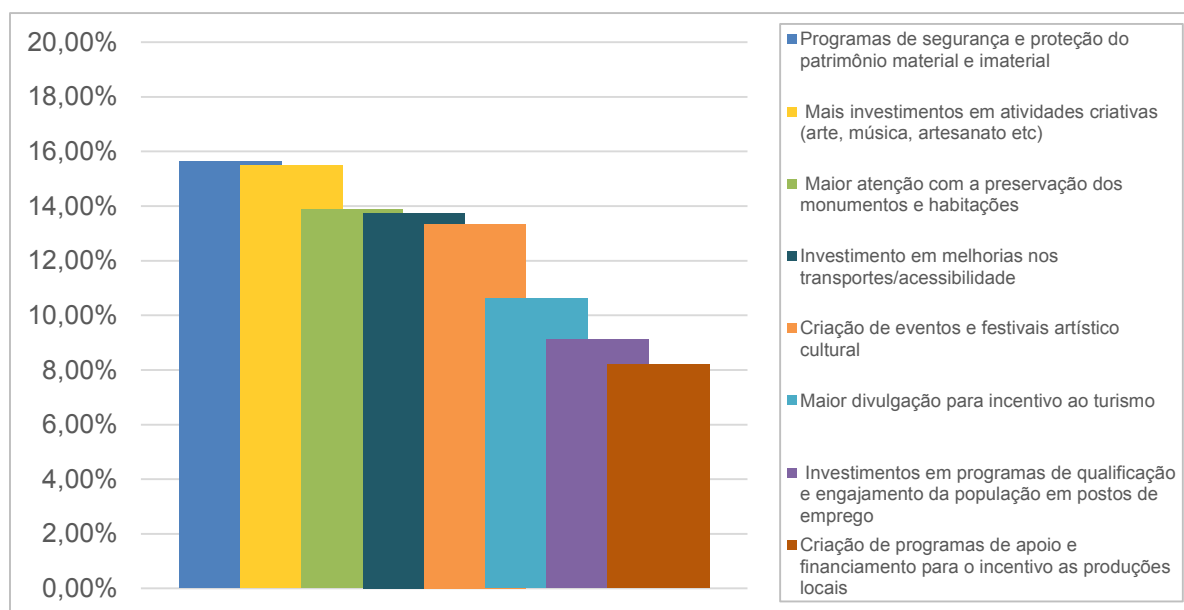
Chama a atenção a avaliação bastante negativa por parte dos inquiridos, no que se refere as ligações entre a classificação e a preservação dos monumentos e movimentos da cultura. Olinda na condição de sítio classificado pela UNESCO como patrimônio cultural da humanidade deveria apresentar uma realidade bem diferente do que nos foi apontado. Os mecanismos de proteção, tanto dos elementos materiais, como dos imateriais deveriam garantir uma realidade condizente com o título que possui.

Foram frequentes os relatos de monumentos históricos deteriorados, abandonados, bem como indicaram a necessidade de apoio e de maior atenção para os grupos artístico-culturais de Olinda.

Corroborando com as afirmações acima temos os resultados apontados pelos inquiridos mediante o questionamento do que deve ser melhorado pelos gestores públicos de Olinda para preservar o patrimônio e a cultura local<sup>34</sup>.

Assim, diante da referida questão, as respostas totais indicaram uma diversidade de demandas, conforme a Figura 29, sendo os mais citados: a criação de programas de segurança e proteção do patrimônio material e imaterial e a necessidade de investimentos em atividades criativas (arte, música, artesanato, entre outras).

Figura 29 – Respostas totais sobre o que deve ser melhorado pelos gestores públicos no processo de preservação do patrimônio e da cultura local.



Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Ao analisarmos as respostas por classe etária (Figura 30), verificamos que para o grupo com idades entre os 18 e os 29 anos, a preocupação central é com a preservação dos monumentos e habitações.

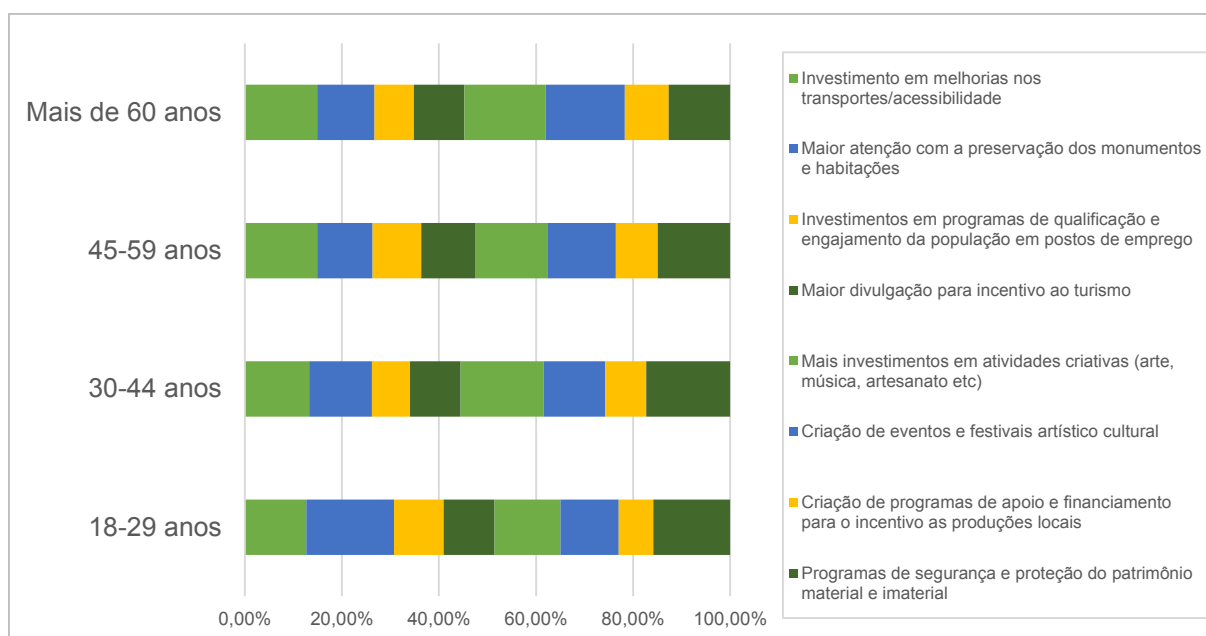
<sup>34</sup> Vale referir que por opção metodológica os inquiridos podiam responder a mais de uma resposta.

Já para a população da faixa etária de 30 a 44 anos os gestores deveriam, primordialmente, preocupar-se com programas de segurança e proteção do patrimônio material e imaterial.

Para a população da classe etária de 45 e 59 anos, o mais importante é realizar investimentos em melhorias nos transportes e acessibilidade, incentivar às atividades criativas e proteger o patrimônio material e imaterial.

Finalmente, temos as indicações dos inquiridos da classe etária acima dos 60 anos, que apesar da variedade das respostas, mencionaram com maior percentual a necessidade de estímulo às atividades criativas.

Figura 30 – Respostas dos residentes por classe etária sobre o que deve ser melhorado pelos gestores públicos no processo de preservação do patrimônio e da cultura local



Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Por fim, temos as observações resultantes das sugestões dadas pelos residentes para a melhoria de Olinda enquanto patrimônio da humanidade. Cumpre mencionar que as respostas totais foram bastante diversas e com percentuais equilibrados. Contudo, o que mais se destacou, nas respostas totais, foi a indicação da necessidade de melhorar a infraestrutura, sobretudo no que se refere ao saneamento e a manutenção das vias públicas (ruas e calçadas), com 11,28% do total.

Quando verificamos as respostas por nível de instrução (Tabela 8) também identificou-se uma diversidade de sugestões, das quais em linhas gerais destacamos: a preservação do patrimônio edificado (Igrejas, monumentos fachada das casas), tornando-o mais acessível e articulado aos residentes; uma maior atenção para valorização e a preservação dos direitos dos moradores; e a promoção de melhorias no processo de gestão pública do sítio histórico.

Tabela 8 – Sugestões dos residentes por nível de instrução para a melhoria de Olinda enquanto patrimônio da humanidade.

<b>Instrução</b> <b>Atributos</b>	<b>Não alfabetizado/ Ensino básico</b>	<b>Secundário e Pós Secundário, não superior</b>	<b>Superior completo/ incompleto</b>	<b>Mestrado/ Doutorado</b>	<b>Nº total de respostas</b>
<b>Melhorar a educação e a saúde pública</b>	0%	12,12%	11,11%	0%	16
<b>Melhorar a Segurança pública</b>	20%	5,05%	5,56%	0%	8
<b>Melhorar a acessibilidade e mobilidade no Sítio Histórico</b>	0%	2,02%	2,78%	0%	3
<b>Melhorar os espaços públicos (praças e mercados) e reduzir a poluição (limpeza das vias públicas)</b>	20%	10,10%	8,33%	0%	14
<b>Melhorar a infraestrutura - saneamento, vias públicas (ruas e calçadas), Iluminação</b>	20%	11,11%	11,11%	0%	16
<b>Preservar o patrimônio edificado e tornar mais acessível e articulado aos residentes</b>	20%	18,18%	30,56%	0%	30
<b>Incentivar o turismo</b>	0%	5,05%	2,78%	0%	6
<b>Investir em cultura e atividades de arte e lazer (eventos, programas e projetos)</b>	20%	13,13%	5,56%	50%	17
<b>Gerar oportunidades de emprego</b>	0%	2,02%	2,78%	0%	3
<b>Valorizar e preservar os direitos dos moradores e melhorar a gestão pública</b>	0%	21,21%	19,44%	50%	29

Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

A população do grupo não alfabetizado ou com o ensino básico mostrou-se dividida, tendo se referido em nível de igualdade às questões vinculadas a melhoria da segurança pública, ao uso dos espaços públicos, aos investimentos em infraestrutura, além de terem solicitado que sejam realizados maiores investimentos na preservação do patrimônio e estímulo a arte e ao lazer.

Importa referir que tanto o grupo com o grau de instrução secundário/pós-secundário como o grupo do nível superior sugeriram com maior frequência que os gestores busquem preservar o patrimônio edificado articulado aos residentes.

Por fim, temos as sugestões da população com grau de instrução mestrado ou doutorado, que indicaram como questão central o investimento em cultura e a valorização dos direitos dos moradores.

Curiosamente, o incentivo ao turismo, bastante referenciado em outras questões, foi pouco citado por todos os grupos de níveis de instrução, assim como foi minimamente indicada a necessidade de gerar oportunidades de emprego.

Em síntese, no que diz respeito aos desafios e as oportunidades a partir do recebimento do estatuto de patrimônio mundial, foi possível constatar que para os olindenses os desafios que precisam ser enfrentados são muito maiores do que as oportunidades geradas pelos gestores públicos até os dias de hoje.

Cumprir referir que foi evidente a necessidade de uma maior articulação entre a classificação e os anseios dos residentes.

Também vale mencionar que foi constatado que os mecanismos de regulação impostos por normatizações um tanto quanto exigentes se configuram como um elemento de estímulo ao abandono por parte dos residentes.

Desta maneira, a título de conclusão, no que diz respeito aos resultados gerais obtidos a partir da aplicação dos inquéritos por questionário aos residentes de Olinda, temos algumas questões importantes a considerar. Deve-se destacar que tais considerações resultam da confrontação dos objetivos, previamente estabelecidos e mencionados no início desta seção, com as principais questões identificadas.

Assim, apontamos três pilares centrais, conforme Quadro 10, em que sintetizamos os temas centrais identificados sobre a dinâmica dos residentes de Olinda frente ao título de patrimônio cultural da humanidade. Percebe-se a existência de um distanciamento entre o que é proposto em teoria para estes recortes do espaço e o que ocorre na prática, na vida, na dinâmica do lugar.

Quadro 10 – Esquema resumo com os principais resultados dos inquéritos por questionário aplicados aos moradores do sítio histórico de Olinda.

<b>O TÍTULO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE NA PERSPECTIVA DOS MORADORES DE OLINDA</b>		
<b>Percepção e atributos do título de patrimônio da humanidade</b>	<b>Impactos positivos e negativos - melhorias e dificuldades</b>	<b>Processo de gestão - desafios e oportunidades</b>
Para os residentes é a beleza da paisagem associada a presença dos monumentos históricos o fator diferencial do patrimônio de Olinda.	O título para a maioria dos inquiridos é um diferencial que incentiva o turismo.	Os residentes avaliam a preservação dos monumentos e movimentos da cultura local, elementos de extrema importância para a vida dos sítios patrimoniais. Afirmaram ainda em maioria que são pouco preservados.
	A maioria indicou o turismo em áreas protegidas como positivo, já que gera empregos e movimentação a economia. Chamou, ainda, a atenção o percentual significativo dos que afirmaram que não interfere nada e/ou só prejudica.	Apontaram para necessidade de programas de proteção do patrimônio material e imaterial.
Indicaram que a classificação promove a valorização do território.	A maior parte dos inquiridos apontaram para o fato do título gerar uma maior visibilidade das atividades artístico-culturais, contudo, de forma contraditória, mencionaram a baixa frequência deste tipo de iniciativa.	Indicaram como fundamental incentivar e investir nas atividades criativas - arte, música, artesanato entre outros e no turismo.
	As respostas totais indicaram que o título promoveu uma valorização intensa dos imóveis, como também constatou-se que para parte significativa dos inquiridos a valorização ocorreu apenas em algumas localidades.	Os inquiridos apontaram para precariedade de infraestrutura (saneamento e vias públicas) e indicaram a necessidade de maiores investimentos e melhorias.
A maioria das respostas indicaram a falta de ligação entre a escolha de Olinda como residência e o fato de possuir a classificação como patrimônio.	Os serviços e no comércio foram avaliados em maioria absoluta como razoáveis, devido sobretudo a precariedade dos serviços públicos e de outro da falta de diversidade de serviços privados.	Mencionaram com frequência a precariedade dos serviços e equipamentos públicos.
	O título para maioria dos inquiridos talvez tenha incentivado a geração de renda e emprego apenas em algumas localidades em que o turismo se destaca.	Indicaram como questão central a necessidade de preservar o patrimônio edificado.
Foi identificado em parte significativa dos inquiridos um forte vínculo emocional dos residentes com o lugar.	Afirmaram que o título não foi bem aproveitado pela gestão pública e que não promoveu melhorias sociais e econômicas. É necessário maior integração e dinamismo do sítio histórico.	Afirmaram que é necessário priorizar, valorizar os direitos dos moradores.
		As respostas indicaram insatisfação em relação à gestão pública, que foi avaliada, em maioria absoluta, como péssima e/ou razoável.

Fonte: Elaboração própria. Inquéritos por questionário aplicados aos residentes de Olinda, 2013.

Visando clarificar o exposto até o momento, trazemos as considerações de Calheiros (2011, p. 93), que afirma existir um importante desafio no processo de gestão das diversas facetas que envolvem a dinâmica e o funcionamento do sítio histórico de Olinda:

Intermediar os conflitos de interesses entre os diversos públicos e os atores sociais envolvidos, entre os que habitam a cidade e aqueles que a frequentam em busca de distração e entretenimento requer parcimônia e bom senso do poder público para alcançar o equilíbrio entre essas diferentes atividades, o respeito ao bem-estar das pessoas e a manutenção da integridades física do ambiente edificado – do qual é o principal guardião.

Nesta direção, indicamos que é preciso tentar criar um “conviver solidário” entre os elementos materiais de tempos passados - muitas vezes foco de demandas extrínsecas - com as necessidades dos atores locais, sob pena dos sítios patrimoniais perderem a essência dos elementos que lhes atribuíram um valor “diferenciado”.

Em resumo, o contato com a população olindense traz à tona velhas questões ligadas a gestão e ao ordenamento territorial que permeiam não só a vida destas pessoas como também de boa parte dos brasileiros, sendo agregados a estes os problemas, as especificidades inerentes a gestão dos lugares da memória. Desta forma, faz-se urgente pensar em estratégias de ação integradoras, onde os sítios patrimoniais não se tornem “ilhas”, desconectadas da vida do cidadão local e da dinâmica da cidade em sua complexidade e plenitude.

#### 11.2. A experiência de Olinda enquanto patrimônio cultural da humanidade: o olhar dos agentes e/ou entidades locais

Faz-se necessário ilustrar que o presente subcapítulo é dedicado a realizar a análise dos resultados obtidos através da aplicação de entrevistas em Olinda a um conjunto de agentes e/ou entidades locais selecionadas. Serão consideradas as respostas dos entrevistados por tema/subtema, conforme apontado do capítulo metodológico. Este encaminhamento será realizado a seguir no subcapítulo 10.3, onde abordaremos as entrevistas realizadas nos sítios portugueses estudados.

Deve-se mencionar, ainda, que no subcapítulo 10.4 serão confrontados os cenários identificados em Olinda, Sintra, Évora e Guimarães, visando a troca de

experiências entre os sítios classificados enquanto patrimônio cultural pela UNESCO em Portugal e o caso de Olinda.

Assim, importa pontuar, primeiramente, as respostas gerais sobre as razões e as características do título de patrimônio (subtema 1.1), onde ficou bastante nítida uma forte ligação identitária dos entrevistados com lugar.

Também foi possível identificar, que para maioria dos entrevistados, o elemento diferenciador do patrimônio de Olinda constitui-se no fator paisagístico, ou seja, a paisagem se constitui enquanto traço marcante. Paisagem essa, marcada pela conexão entre os elementos da natureza – a vegetação, a luz natural e a vista para o mar – com os elementos referentes à diversidade e riqueza da cultura local.

De acordo com Pontual (2013), representante dos agentes ligados a produção/promoção de conhecimento<sup>35</sup>:

O que mais motivou a candidatura a patrimônio foi a conjunção entre o sítio com a paisagem, o elemento paisagístico e as construções/conjuntos arquitetônicos. A relação entre o ambiente natural e o ambiente construído (informação verbal)<sup>36</sup>.

Os entrevistados também fizeram referência ao perfil da população de Olinda - sempre alegre e receptiva aos visitantes, além de articulada com o lugar através dos movimentos da arte e da cultura popular - como uma característica marcante do “espírito” de Olinda.

Moura (2013), representante dos agentes e/ou entidades de interesse social e artístico-cultural (grupo 3)<sup>37</sup>, indicou enquanto elemento diferenciador de Olinda: “os aspectos culturais, a riqueza dos movimentos populares, música, arte etc., muito presentes no cotidiano. Destaco que quem carrega a bandeira da procissão é o mesmo morador que faz o Carnaval (informação verbal)<sup>38</sup>.”

Um outro elemento bastante frequente nos discursos foi a riqueza do acervo arquitetônico, resultante do período colonial português, com o casario, as igrejas e os monumentos como marcas de outras épocas que resistiram ao tempo.

<sup>35</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>36</sup> Entrevista concedida por PONTUAL, Virgínia. Professora da Universidade Federal de Pernambuco. Entrevista I. [ago. 2013]. Entrevistador: a autora. Recife, 2013. arquivo .mp3 (45 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

<sup>37</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>38</sup> Entrevista concedida por MOURA, Paula. Instituto Cooperação Econômica Internacional – ICEI Brasil – Olinda. Entrevista I. [jul. 2013]. Entrevistador: a autora. Olinda, 2013. arquivo .mp3 (45 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Segundo o entrevistado Pina (2013), que representa os agentes e/ou entidades pertinentes a dinâmica e gestão territorial<sup>39</sup>: “Olinda representa o processo de ocupação da cana-de-açúcar, além de manter o traçado original, com ruas tortuosas, estreitas e enladeiradas, representa a influência direta da arquitetura portuguesa (Maneirismo e Barroco) (informação verbal)<sup>40</sup>.”

Chama ainda a atenção a narrativa de Coelho (2013), prefeito de Olinda responsável pelo envio da candidatura junto à UNESCO, sobre a classificação enquanto patrimônio:

Meu pleito não era ser monumento nacional, meu pleito era patrimônio mundial porque tudo que eu tinha lido de Olinda me mostrava que Olinda era irmã de Atenas, de Roma, do Cairo, de Jerusalém, Olinda não era inferior, a história se você a percebe bem, você vê a grandeza de Olinda (informação verbal)<sup>41</sup>.

Outro elemento apontado, enquanto característica importante do patrimônio de Olinda, foi a preservação do patrimônio material, que conforme o entrevistado Oliveira (2013), representante dos agentes e/ou entidades de defesa do patrimônio<sup>42</sup>: “na verdade o título foi recebido por conta do casario em grande quantidade preservados, por conta da paisagem, da vegetação e dos monumentos, principalmente as igrejas (informação verbal)<sup>43</sup>.”

Em resumo, pode-se observar que o diferencial de Olinda enquanto patrimônio da humanidade está pautado fortemente no elemento paisagístico, onde há uma conjunção entre as especificidades da natureza, da cultura, das igrejas, do casario, do morador entre outros, conforme ilustra a Figura 31, onde constam as palavras mais citadas pelos entrevistados.

No que se refere ao subtema 1.2, sobre a preservação dos monumentos, os entrevistados apontaram, em linhas gerais, que após o recebimento do título de patrimônio da humanidade foi criada a necessidade de realizar maiores investimentos em Olinda a fim de garantir a permanência da classificação.

<sup>39</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>40</sup> Entrevista concedida por PINA, André. Secretaria de Patrimônio e Cultura de Olinda – SEPAC. Entrevista XII. [ago. 2013]. Entrevistador: a autora. Olinda, 2013. arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

<sup>41</sup> Entrevista concedida por COELHO, Germano. Professor da Universidade Federal de Pernambuco. Entrevista I. [ago. 2013]. Entrevistador: a autora. Recife, 2013. arquivo .mp3 (36 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

<sup>42</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>43</sup> Entrevista concedida por OLIVEIRA, Alexandre. Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta – SODECA Entrevista II. [jul. 2013]. Entrevistador: a autora. Olinda, 2013. arquivo .mp3 (45 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.



No que refere a dinâmica dos residentes (subtema 2.1) após a definição de Olinda como patrimônio foram múltiplas as respostas, isto é, foram apontadas várias transformações no cotidiano dos residentes.

Sem sombra de dúvidas o que se destacou, nas respostas dos entrevistados, foram as modificações inerentes ao uso das habitações, sobretudo, no que se refere a inclusão de normas rígidas de controle das remodelações, por parte dos órgãos públicos.

Outro ponto bastante referido foi a sobrevalorização no preço dos imóveis com o recebimento da classificação.

Também foram mencionadas de forma veemente as dificuldades de acessibilidade ao sítio histórico, as quais apesar de alguns avanços, apontam para a necessidade de adoção de estratégias de ação que criem condições mais adequadas, com a disponibilização, por exemplo, de meios coletivos para a circulação no sítio histórico.

Outra questão identificada consiste no fato do comércio local ter permanecido praticamente inalterado, sem que o título tivesse proporcionado avanços significativos. Os avanços que ocorreram se deram em função do direcionado para os segmentos voltados ao atendimento dos visitantes e dos turistas.

Uma outra crítica feita pelos entrevistados diz respeito aos usos dos espaços públicos, onde foi apontado para um privilegiamento do Alto da Sé nas estratégias de gestão pública, já que o mesmo se constitui enquanto cartão postal de Olinda.

Nesta direção, temos as considerações de Simonek e Alves (2013), representantes dos agentes e/ou entidades de interesse social e artístico-cultural<sup>46</sup>, que sintetizam as questões centrais referentes a dinâmica dos residentes:

No que se refere a acessibilidade cada dia mais vai se complicando, pois não existem transportes públicos para circular no sítio histórico, o que ainda é agravado pela dificuldade, ausência de locais para estacionamento dos carros particulares. Quanto ao consumo mudou um pouco, pois as pessoas que moram no sítio histórico não compram no local compram fora. As habitações e residências passaram a ser bastante controladas e tudo que vai-se fazer de alteração precisa de autorização, com muita burocracia. No que se refere aos espaços públicos assistimos a depredações sobretudo durante os eventos, temos bicas detonadas, abandonadas, em eterno processo de reforma (informação verbal)<sup>47</sup>.

---

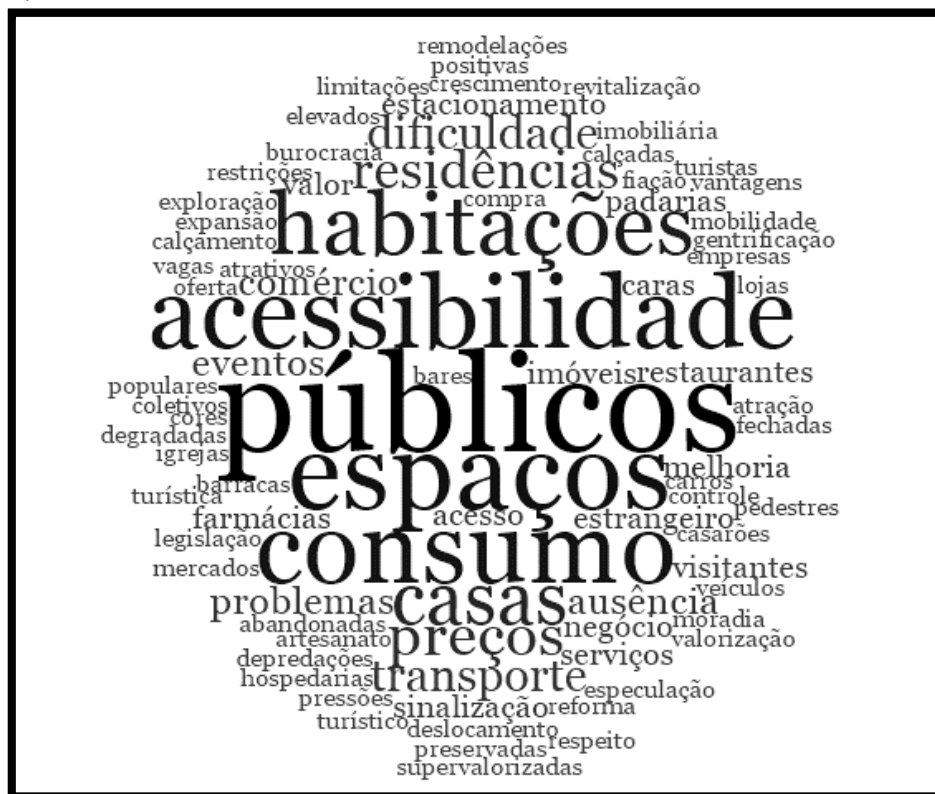
<sup>46</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>47</sup> Entrevista concedida por SIMONEK, Simone e ALVES, Edi. Olinda Artistas Associados/OLAA e Multirão da Cultura. Entrevista XIV. [jul. 2013]. Entrevistador: a autora. Olinda, 2013. arquivo .mp3 (80 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

Em suma, podemos perceber que o título de patrimônio da humanidade modificou radicalmente as relações cotidianas dos residentes de Olinda, gerando muitas questões referentes ao ordenamento do território a serem vistas pelos gestores locais.

Conforme, podemos observar na Figura 32, sobre as transformações no cotidiano dos residentes, as palavras mencionadas com maior frequência nas entrevistas foram: públicos, acessibilidade e habitações. Tais referências remetem tanto as transformações no uso dos espaços, quanto a precariedade dos serviços e equipamentos, enquanto principais questões que alteraram a vida da população de Olinda.

Figura 32 – Síntese das respostas dos entrevistados sobre a dinâmica dos residentes com o título de patrimônio



Fonte: Elaboração própria. QSR NVivo 10, 2015.

Em seguimento a presente análise temos o subtema 2.2, sobre a visibilidade e o reconhecimento, onde foi possível constatar, segundo a maioria dos entrevistados, que ao receber o título de patrimônio Olinda tornou-se, de fato, mais visível e reconhecida.

Foi apontado que o supracitado título se apresenta como elemento diferenciador dos lugares, sobretudo para Olinda, na medida que foi a segunda cidade brasileira a ser declarada patrimônio do mundo, no ano de 1982, após a cidade de Ouro Preto, no ano de 1980.

Os entrevistados apontam para a ideia de diferencial, de reconhecimento internacional. Segundo Oliveira (2013): “na medida que a UNESCO dá o título coloca a cidade em destaque, coloca a cidade no roteiro das cidades patrimônio da humanidade, atraindo maior quantidade de turistas, mas também gerando grande especulação imobiliária (informação verbal)<sup>48</sup>.”

Importa referir, também, que no olhar dos entrevistados o título se apresenta enquanto elemento essencial no que tange a visibilidade e ao reconhecimento. Segundo Menezes (2013), representante dos agentes ligados a produção/promoção de conhecimento<sup>49</sup>:

Na época foi um impacto grande, pois naquele momento o número de cidades no mundo era muito pequeno, havendo até um questionamento, das razões pelas quais Olinda foi declarada patrimônio. Na época foi importantíssimo, gerou grande visibilidade para a cidade (informação verbal)<sup>50</sup>.

Um outro fator constatado, decorrente da visibilidade, foi o fato da cidade passar a ser mais divulgada, o que estimulou maiores investimentos, a especulação imobiliária e a pressão do setor do turismo.

Em síntese, pôde-se verificar que o título de patrimônio transformou radicalmente as relações locais, bem como as relações de Olinda com o mundo, a partir de impactos sócio-territoriais.

Já com relação as possíveis ligações entre a classificação e o estímulo ao desenvolvimento integrado do lugar (subtema 2.3) foi possível constatar que para parte significativa das pessoas o que ocorre é um processo de incremento do setor do turismo e não propriamente um desenvolvimento integrado do lugar.

Simonek e Alves (2013), afirmam sobre a questão que: “o desenvolvimento é estimulado, sobretudo, por conta do turismo, que estimula a preservação da arquitetura e favorece a preservação da identidade (informação verbal)<sup>51</sup>.”

---

<sup>48</sup> OLIVEIRA, *op. cit.*

<sup>49</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>50</sup> MENEZES, *op. cit.*

<sup>51</sup> SIMONEK e ALVES, *op. cit.*

Na ótica dos entrevistados, importa pontuar que o título se constitui como um elemento agregador. Contudo, algumas vezes foram apontadas fragilidades e limitações para o incentivo ao desenvolvimento de forma integrada.

Nesta direção Pina (2013) indica que a classificação enquanto patrimônio mundial:

Favorece ao desenvolvimento, pois atrai interesses que podem atrair recursos. O fato de ter o título patrimônio da humanidade se configura como um selo, uma marca, uma grife. A economia é favorecida, contudo do ponto de vista da cultura temos muitas coisas vindas de fora, como na culinária onde faltam restaurantes com pratos típicos da terra (informação verbal)<sup>52</sup>.

Os entrevistados indicaram também, preocupações com o efetivo desenvolvimento social, sobretudo em razão de muitas vezes não haver a valorização da gente do lugar devido à falta de incentivo a arte e a gastronomia local.

Assim, pode-se concluir, acerca do referido subtema – correspondente ao desenvolvimento integrado - que o título de patrimônio, é um fator que atrai muito mais os olhares do que promove melhorias/avanços efetivos. Isto é, dá mais visibilidade ao lugar, promove o aumento no valor do solo, mas, na prática, não chega a ser um diferencial, se comparado, com de outros lugares não classificados.

Outra questão analisada, através das entrevistas, toma como referência o entendimento de que as zonas classificadas têm a geração de renda e emprego incrementadas após o recebimento do título da UNESCO (subtema 2.4).

Os entrevistados nos indicaram que Olinda, após o recebimento do título, passou a ser mais demandada por interesses por parte de investidores, em especial aqueles vinculados ao setor do turismo. Mencionaram o incremento dos negócios, sobretudo pousadas, hotéis e restaurantes.

Contudo, nos chamou a atenção o fato de terem afirmado que esse incremento se restringiu, apenas, ao setor do turismo, pelo que a população em geral não foi beneficiada. Isto é, não ocorreram transformações significativas resultantes do título a ponto de se poder afirmar que houve um incremento na geração de renda e emprego.

---

<sup>52</sup> PINA, *op. cit.*

Segundo Moura (2013) o título de patrimônio: “era para favorecer sim a geração de emprego e renda, mas na prática não favorece, não vejo a comunidade local ser inserida em nada (informação verbal)<sup>53</sup>.”

Gonçalves (2013), representante dos agentes e/ou entidades de defesa do patrimônio<sup>54</sup>, chamou a atenção ainda para a falta de meios para incentivar a geração de emprego e renda. Afirmou durante a entrevista que: “favorece teoricamente, contudo não há preparo para efetivamente gerar renda e emprego (informação verbal)<sup>55</sup>.”

Assim, mais uma vez observa-se que o título não se configura como um elemento estimulador de transformação das condições sociais, no que diz respeito a geração de renda e postos de emprego.

Seguindo adiante em nossa análise, temos o subtema 2.5, onde os entrevistados foram questionados acerca das relações entre a classificação e o turismo.

Primeiramente, sobre a questão referida acima foi possível apurar que os elementos de destaque para atração de turistas são as especificidades da paisagem e o conjunto do sítio histórico, sobretudo o casario e o Alto da Sé de Olinda.

Conforme Pontual (2013):

Sem dúvida alguma, todo sítio histórico atrai o turismo, sobretudo o cultural, lugares que articulam o acervo da cultura com os monumentos, que articulam o material e o imaterial (artistas, procissões, candomblé etc.) se destacam e atraem turistas (informação verbal)<sup>56</sup>.

Somam-se aos fatores mencionados, enquanto elementos que atraem turistas: a música, a arte, as lendas e o que poderíamos resumir como traços/elementos religiosos - elementos, esses, segundo as respostas, bastante presentes na vida de Olinda.

Ainda foi destacado como traço marcante de Olinda, enquanto local de atração de turistas, a maneira como a população local se manifesta frente aos que vêm conhecer a cidade, de forma sempre receptiva e acolhedora.

---

<sup>53</sup> MOURA, *op. cit.*

<sup>54</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>55</sup> Entrevista concedida por GONÇALVES, Fábio. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Entrevista IX. [ago. 2013]. Entrevistador: a autora. Olinda, 2013. arquivo .mp3 (80 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

<sup>56</sup> PONTUAL, *op. cit.*

Menezes (2013) chama a atenção:

O turismo é comover, ver e criar um *status* para quem vai. O turista que vai a Olinda quer ver (ver emocional), não vai com um olhar técnico, é necessário perceber os diversos tipos de turismo, deve-se observar que em Olinda é apenas uma pequena parte, que realmente quer ver a cidade. Acredito que para ampliar o turismo em Olinda deve-se ampliar o ver emocional, estimular para que seja um lugar capaz de emocionar, mantendo integradas as características paisagísticas com as características da gente que construiu e que mora em Olinda (informação verbal)<sup>57</sup>.

Outro fator identificado, a partir das entrevistas, consiste na comprovação de que o título de patrimônio da UNESCO, sem sobra de dúvidas, estimulou o crescimento do turismo em Olinda, em especial alavancou o turismo cultural, segundo nos foi relatado.

Apontaram, ainda, para a existência de estratégias de ação vinculadas à eventos, onde foi, sobretudo, destacado o papel dos festivais artístico-culturais, em especial a Mostra Internacional de Música em Olinda (MIMO), o Arte em Toda Parte, a Feira Literária Internacional de Pernambuco (FLIPORTO) e o Carnaval, como formas de incentivo e promoção do turismo.

Sobre o turismo em Olinda, Fernandes (2013), representante dos agentes e/ou entidades de defesa do patrimônio<sup>58</sup>, destaca:

O turismo de massa é permanente. Contudo, apostaria no turismo cultural. Um dos projetos que deram certo foi a MIMO, favorecendo uma maior visibilidade para os artistas locais, e também por hospedar artistas importantes. O turismo cultural é importante pois, deixa algo de valor para a cidade (informação verbal)<sup>59</sup>.

Também pôde-se constatar, através das respostas, que mesmo tendo havido alguns avanços, é necessário uma maior estruturação e apoio no sentido de estimular o turismo pautado na cultura local. Foi indicado que se faz importante criar meios de valorização dos artistas locais visando não provocar um processo de descaracterização do patrimônio de Olinda.

Cumpram perceber, na perspectiva dos entrevistados, os aspectos positivos do turismo em lugares classificados como patrimônio. As respostas gerais apontaram o turismo como elemento que favorece a captação de recursos através de elaboração

---

<sup>57</sup> MENEZES, *op. cit.*

<sup>58</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>59</sup> Entrevista concedida por FERNANDES, Neide. Fundação do Patrimônio Histórico de Pernambuco – FUNDARPE, Entrevista VI. [jul. 2013]. Entrevistador: a autora. Recife, 2013. arquivo .mp3 (80 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

de projetos por parte dos gestores. Indicaram que é estimulador da arte, promove uma maior valorização e visibilidade, além de se apresentar como meio para geração de empregos. Referiram, ainda, que o turismo, se realizado de forma articulada com as especificidades do lugar, pode ser um instrumento de melhoria das condições de vida da população local.

Foi possível, ainda, identificar os aspectos negativos do turismo em Olinda. Na opinião dos entrevistados, a principal ameaça decorre do risco de dano ao patrimônio edificado. Destacaram que o turismo de massa é o mais ameaçador, pois se realizado sem o devido planejamento e estruturação pode estimular a descaracterização e a degradação.

Assim, temos as ponderações de Reis (2013), representante dos agentes e/ou entidades de interesse econômico<sup>60</sup>, sobre o lado positivo e negativo do turismo realizado em Olinda:

O aspecto positivo do turismo é que incentiva a preservação da natureza e do patrimônio público. Estimula a integração da cultura e da arte com a população, induz os residentes a produzir arte. E o lado negativo é a falta de gestão profissional que compreenda as necessidades do turista e as especificidades do lugar (informação verbal)<sup>61</sup>.

Também foi bastante frequente apontarem para a necessidade do turismo se adequar a realidade e aos anseios dos moradores, a partir de estratégias de ação pautadas na integração, inserção dos atores locais nas demandas e interesses do setor do turismo.

Assim, podemos sintetizar a principais questões apontadas pelos entrevistados no que se refere ao turismo realizado em Olinda, através da Figura 33, onde constam as palavras mencionadas com maior frequência.

Os entrevistados destacaram que o título de fato incentivou o turismo, tanto o de massa como o cultural.

Fizeram referência a necessidade do turismo ser incentivado considerando as necessidades dos residentes, a cultura local e a preservação dos monumentos.

Indicaram, ainda, que em Olinda é maior o número de visitantes do que de turistas, sendo importante melhorar a infraestrutura e realizar, com maior frequência, a proposição de projetos de intervenção.

---

<sup>60</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>61</sup> Entrevista concedida por REIS, Marco Aurélio de Oliveira. Associação de Empreendedores do Sítio Histórico de Olinda, Entrevista XIII. [jul. 2013]. Entrevistador: a autora. Olinda, 2013. arquivo .mp3 (55 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.



classificação se apresenta como uma “mais-valia”. Nesta direção, Gonçalves (2013) afirma que: “creio que o fato de ser patrimônio favorece sim as atividades criativas, contudo, Olinda tem uma característica de ter vários artistas, tem uma essência que antecede o próprio título, com destaque para o artesanato e as artes plásticas (informação verbal)<sup>62</sup>.”

No que se refere as atividades criativas foi apontado, ainda, que existe um processo de troca das pessoas com o lugar, no sentido dos criativos buscarem Olinda como inspiração para as suas produções, devido ao “clima”, ao ambiente do lugar, composto por belas paisagens. Conforme apontado por Moura (2013) “Olinda tem artistas daqui e outros de fora, eles afirmam que a paisagem de Olinda é a inspiração, sobretudo no que se refere a pintura (artes plásticas), música e artesanato (informação verbal)<sup>63</sup>.”

Foi possível verificar, também, que o título favorece uma maior visibilidade para as produções artístico culturais locais, tendo sido destacado os três grandes eventos realizados na cidade, a MIMO, a FLIPORTO e, principalmente, o Arte em Toda Parte, que de alguma maneira buscam articular o acervo patrimonial com as ações desenvolvidas.

O Arte em Toda Parte se destaca, de acordo com os entrevistados, por se caracterizar como um evento onde artistas locais abrem suas casas e ateliês ao público, além de hospedarem artistas de fora, o que possibilita uma rica troca de experiências e uma maior divulgação da arte local. De acordo com Reis (2013), o estatuto de patrimônio: “gera sim uma maior visibilidade para as produções artístico culturais locais, sobretudo, depois do Arte em Toda (informação verbal)<sup>64</sup>.”

Outro fator apontado pelos entrevistados diz respeito a qualidade da arte produzida em Olinda, com característica própria, independente do título, o que também colabora para uma maior visibilidade.

Também foi possível apurar que existe uma concentração dos grupos culturais, dos criativos no Alto da Sé e em suas proximidades devido ao grande fluxo de turistas na referida localidade, o que, por sua vez, colaboradora com a divulgação das produções locais. Segundo Oliveira (2013) “os grupos culturais buscam ensaiar

---

<sup>62</sup> GONÇALVES, *op. cit.*

<sup>63</sup> MOURA, *op. cit.*

<sup>64</sup> REIS, *op. cit.*

em Olinda, em locais estratégicos como o Alto da Sé, com o objetivo de mostrar sua arte para o turista (informação verbal)<sup>65</sup>.”

Em suma, a pesquisa demonstrou, ainda, que apesar dos artistas/criativos de Olinda possuírem uma identidade própria, anterior ao título, que a classificação enquanto patrimônio do mundo, se configura enquanto uma mais-valia para uma maior visibilidade e valorização das produções artístico-culturais locais.

Outra questão abordada nas entrevistas diz respeito a mobilização dos atores locais (subtema 2.7) no que tange às atividades criativas a partir da definição de Olinda como patrimônio. Aqui, foi possível identificar que, apesar de todas as dificuldades e escassez de incentivos, existe uma mobilização, que varia de intensa a moderada.

Na visão de Simonek e Alves (2013): “a mobilização é intensa, o título é um valor agregador para as atividades criativas. Os moradores de Olinda têm um estilo próprio em suas produções (informação verbal)<sup>66</sup>.”

Já Silva, (2013), representante dos agentes e/ou entidades de interesse econômico<sup>67</sup>, afirmou que: “A mobilização é moderada. O povo Olindense já tem sua raiz, música, arte, culinária, cultura, contudo falta mais incentivo dos políticos com cursos de capacitação (informação verbal)<sup>68</sup>.”

Observou-se, ainda, que existe uma necessidade premente de um maior apoio e incentivo, a partir de políticas públicas de incentivo aos artistas/criativos locais.

Assim, pode-se concluir que Olinda tem uma espécie de “vocação” construída ao longo do tempo pela riqueza da história e pela beleza da paisagem do lugar, sendo o título de patrimônio da humanidade um estímulo a mais à visibilidade, em função do aumento do número de visitantes/turistas, o que acaba por fortalecer o perfil naturalmente criativo da população olindense.

Outro ponto trabalhado a partir das entrevistas consistiu na identificação das relações da classificação com a identidade, com a cultura e com a autoestima dos residentes (subtema 2.8). Assim, cumpre apontar que, para maioria das pessoas entrevistadas, apesar dos vários problemas a serem enfrentados de fato o título de

---

<sup>65</sup> OLIVEIRA, *op. cit.*

<sup>66</sup> SIMONEK e ALVES, *op. cit.*

<sup>67</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>68</sup> Entrevista concedida por SILVA, Gerinaldo Ramos da. Associação dos Condutores Nativos de Olinda, Entrevista III. [jul. 2013]. Entrevistador: a autora. Olinda, 23 jul. 2013. arquivo .mp3 (38 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

patrimônio do mundo se configura enquanto um meio de fortalecimento da identidade, da cultura e de elevação da autoestima da população local.

De acordo com Pina (2013) o título de patrimônio da humanidade: “eleva sim a autoestima, até mesmo aqueles moradores que não cuidam da cidade se orgulham bastante, se falar que vai perder o título é um caos, eles se indignam, não aceitam. (informação verbal)<sup>69</sup>.”

Um outro elemento, frequente nas respostas, foi a menção ao orgulho que os atores locais sentem por Olinda ser patrimônio do mundo. Gonçalves (2013) afirmou que: “a população de Olinda é diferenciada e politizada e sente orgulho de possuir o título (informação verbal)<sup>70</sup>.”

Vale mencionar que, apesar de terem sido apontados os elementos positivos, conforme referimos, também foram mencionados algumas questões negativas para a preservação da identidade e cultura do lugar.

Os entrevistados destacaram a especulação imobiliária e a sobrevalorização no preço dos imóveis como fatores que colaboram para dificultar a permanência da população local, o que, por sua vez, estimula a perda de identidade, na medida em que os residentes são pressionados a sair do sítio histórico.

Também foi apontado o problema da falta de informação e conscientização das pessoas no sentido de perceberem a importância de Olinda, enquanto uma referência para o Brasil e para o mundo, o que acaba por ameaçar as raízes culturais que dão vida ao lugar.

Em resumo, podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que a classificação se apresenta como um elemento agregador à identidade e à cultura, e que para os olindenses é motivo de orgulho e de elevação da autoestima. Mas, de outro lado, o título - com tudo que vem junto com ele - se configura numa ameaça a identidade ao passo que o lugar se torna alvo de interesses exteriores, na maioria das vezes desarticulados com a essência do patrimônio.

Seguindo adiante em nossa análise temos os resultados produzidos com base no tópico de conversa sobre a gestão e ordenamento do território. Primeiramente, dentro do referido tópico, apontamos as colocações dos entrevistados sobre a arrecadação fiscal e sobre os recursos financeiros (subtema 3.1).

---

<sup>69</sup> PINA, *op. cit.*

<sup>70</sup> GONÇALVES, *op. cit.*

Pôde-se constatar, ao questionar se o título favoreceu ao aumento da arrecadação de impostos, que para maioria dos entrevistados sem dúvida ocorreram maiores investimentos na cidade. Contudo, afirmaram que esses investimentos não foram capazes de gerar transformações e melhorias na dinâmica econômica e social do município.

Segundo se retira das respostas arguidas, foram beneficiados negócios e empreendimentos, em especial aqueles ligados ao turismo, sobretudo restaurantes, pousadas e hotéis. De acordo Medeiros (2013), representante dos agentes e/ou entidades pertinentes a dinâmica e gestão territorial<sup>71</sup>: “com a chegada de hotéis, restaurantes, ateliês de arte etc., junto com o turismo e o incentivo à cultura ocorre um favorecimento a arrecadação fiscal (informação verbal)<sup>72</sup>.”

Os entrevistados sinalizaram, ainda, que não ocorreram grandes transformações, na medida em que a grande maioria das pessoas que demandam Olinda não se configuram como turistas, mas sim como visitantes, o que portanto não favorece ao aumento significativo da arrecadação de impostos.

Um outro fator apontado é que o título, segundo os entrevistados, se apresenta enquanto uma possibilidade de captação de recursos e aumento da arrecadação fiscal, mas que em Olinda na prática não ocorre como esperado.

No que se refere ao recebimento de recursos financeiros por parte de instituições estaduais, nacionais ou mundiais, os entrevistados afirmaram que essas instituições não recebem diretamente os referidos recursos. A captação de recursos se dá com o envio e aprovação de projetos, sendo que, na maioria das vezes, o município tem que apresentar uma contrapartida financeira.

Foi informado, também, que o fato de ser patrimônio confere prioridade na aprovação de projetos. Conforme Menezes (2013) “o título não faz com que nenhum recurso venha da UNESCO, entretanto este prêmio representa uma carta de crédito, onde se Olinda apresentar projetos consegue verba (informação verbal)<sup>73</sup>.”

Observou-se ainda que existem dificuldades para gestão em função da burocracia e ausência de um suporte financeiro constante. De acordo com Pina (2013):

---

<sup>71</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>72</sup> Entrevista concedida por MEDEIROS, Maurício Galvão. Secretaria de Turismo de Olinda, Entrevista XI. [jul. 2013]. Entrevistador: a autora. Olinda, 23 jul. 2013. arquivo .mp3 (50 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

<sup>73</sup> MENEZES, *op. cit.*

Não recebe dinheiro não. Agente participa de programas para arrecadar verba. A UNESCO não dá dinheiro a ninguém. Por exemplo no projeto Monumenta, a UNESCO faz capacitação, doa equipamentos, contrata técnicos, mas existe muita burocracia. O que conseguimos é através de projetos, geralmente com contrapartida da Prefeitura, nos programas PRODETUR, PROMETRÓPOLE e PAC – Cidades Históricas (informação verbal)<sup>74</sup>.

Cumprir notar, conforme resposta de alguns entrevistados, a falta de clareza na destinação de recursos e a corrupção, como fatores que comprometem a qualidade do patrimônio no sítio histórico de Olinda.

Em síntese, podemos concluir, de acordo com as respostas dos entrevistados, que a classificação enquanto patrimônio da humanidade representa para Olinda uma possibilidade de aumento da arrecadação de impostos e captação de recursos; contudo percebemos também que esta possibilidade ainda não foi aproveitada de maneira satisfatória, a ponto de ter promovido melhorias sócio-espaciais.

Por fim, temos a análise dos resultados obtidos a partir das considerações dos entrevistados referentes às questões centrais, as ameaças e as potencialidades (subtema 3.2) inerentes a gestão e ao ordenamento do território de Olinda enquanto patrimônio mundial.

No que se refere questões centrais no processo de gestão de Olinda enquanto sítio classificado, os entrevistados apontaram para necessidade de maiores investimentos em infraestrutura, sobretudo no que se refere a acessibilidade e aos transportes.

Também foi frequente nas respostas dos entrevistados a preocupação com a conservação dos monumentos e do casario.

Observou-se, ainda, que se faz necessário estimular a preocupação com a criação de oportunidades de renda e emprego e melhorias nas condições sociais.

Fernandes (2013) sintetiza:

Quando a infraestrutura e aos transportes tem que se buscar adequar um sítio antigo às necessidades atuais, temos que encontrar um caminho, ninguém vai querer viver como se estivesse no século XIX. Quanto aos monumentos e o casario é necessário ter maior fiscalização, ter mais fiscais com eficiência para atender a demanda de intervenção por meio de construção (informação verbal)<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> PINA, *op. cit.*

<sup>75</sup> FERNANDES, *op. cit.*

Enquanto pontos fracos - ameaças que rondam o patrimônio de Olinda -, os entrevistados mencionaram diversas questões, tais como: problemas de infraestrutura, falta de espaço de convivência, falta de articulação entre o setor público e o privado, falta de fiscalização ao acervo material, ausência de sinalização turística, dificuldade de circulação e estacionamento, ausência de educação patrimonial, falta de valorização da população residente, ausência de um plano de gestão, entre outros.

Importa referir que os entrevistados indicaram a elevada quantidade de espaços patrimoniais fechados e/ou degradados, o que deve ser combatido urgentemente. Pontual (2013) afirmou que é preciso: “estimular um uso mais intenso da arquitetura, maior divulgação das atividades religiosas, abrir as igrejas e museus que se encontram fechados, criar uma maior articulação entre o material e o imaterial (informação verbal)<sup>76</sup>.”

Em resumo, pôde-se constatar que o patrimônio de Olinda convive com sérios problemas, que vão desde os infra estruturais, os sociais, os econômicos até os de caráter político.

São muitas as ameaças que rondam o patrimônio de Olinda, sendo importante repensar com urgência as estratégias de ação a fim de proporcionar tanto a preservação do acervo material, como também se garantir a valorização das tradições, da identidade e da cultura para, de fato, se poder promover uma melhor qualidade de vida para os atores locais.

Enquanto elementos que devem ser estimulados, fatores que se apresentam como potencialidades para a cidade de Olinda, diversas questões foram referenciadas.

Dos vários pontos destacados, enumera-se: a necessidade de valorização do título de patrimônio, a criação de meios para atrair turistas, o incentivo a qualificação da população e o estímulo a formação dos guias de turismo, entre outros.

Didier (2013), representante dos agentes e/ou entidades de interesse social e artístico-cultural<sup>77</sup>, sintetiza afirmando: “é necessário um grande plano de educação para a população local e um planejamento de eventos culturais distribuídas em

---

<sup>76</sup> PONTUAL, *op. cit.*

<sup>77</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

datas diversas no ano. É preciso educar para valorizar, proteger e cuidar (informação verbal)<sup>78</sup>.”

Nesta direção, somam-se as considerações de Pina (2013) que afirma:

O ponto forte é a riqueza do acervo paisagístico que Olinda tem, onde é preciso promover, divulgar, fazer com que tenha mais turistas e depois, fazer com que os visitantes fiquem, se hospedem na cidade. O reconhecimento já tem agora, agora como fazer com que isso seja usufruído com toda a sua potencialidade (informação verbal)<sup>79</sup>.

Em síntese, dentre as diversas questões mencionadas, destacamos enquanto temas a serem urgentemente consideradas pelos gestores: a priorização da cultura local, a aplicação do plano municipal e do plano diretor, o estímulo as câmaras populares participativas, o maior dinamismo cultural, a ampliação de programas e projetos de conservação e restauro do acervo material, a estruturação do turismo, melhorias na infraestrutura e o maior engajamento da população local.

Antes de passarmos à análise sobre os exemplos de casos portugueses, elaboramos o quadro a seguir, (Quadro 11), que visa confrontar os objetivos da aplicação das entrevistas com os temas e os subtemas, a fim de resumir as diversas questões analisadas. Vale esclarecer que tal encaminhamento se deu como tentativa de síntese, com o intuito de clarificar as diversas facetas de Olinda enquanto patrimônio cultural da humanidade.

Quadro 11 – Síntese das entrevistas aplicadas em Olinda de acordo com os objetivos, temas e subtemas

TEMA	SUBTEMA	NOTA RESUMO
1 - As razões e as características do título de patrimônio	1.1 - Elementos diferenciadores e características	Na maioria das entrevistas foi focado que o patrimônio de Olinda resulta da conjunção entre os elementos paisagísticos/naturais, os conjuntos arquitetônicos e a riqueza dos movimentos da cultura popular.
	1.2 - Preservação dos monumentos	Os entrevistados, em maioria, mencionaram que o título estimulou a preservação, contudo indicaram a necessidade de investir mais na preservação, na conservação e no restauro dos monumentos devido, sobretudo, a existência de modificações irregulares nos imóveis e ao mau estado de conservação dos espaços públicos (igrejas e monumentos).

<sup>78</sup> Entrevista concedida por DIDIER, Marília. *Atelier* de Artes 4 Cantos, Entrevista V. [jul. 2013]. Entrevistador: a autora. Olinda, 19 jul. 2013. arquivo .mp3 (30 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

<sup>79</sup> PINA, *op. cit.*

2 - Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial	2.1 - Dinâmica dos residentes	Apontaram para a diversidade de transformações e problemas, com destaque para os infra estruturais, para as dificuldades de acessibilidade, para a falta de autonomia no uso dos espaços privados (habitações) e também para degradação dos espaços públicos.
	2.2 – Visibilidade e reconhecimento do lugar	Na maioria das entrevistas foi indicado que a classificação enquanto patrimônio mundial, de fato promoveu uma maior visibilidade e reconhecimento, que se constitui enquanto um diferencial.
	2.3 – Desenvolvimento integrado	Referiram, com maior frequência, que o título representa uma possibilidade, que na prática, ainda não foi capaz de promover efetivas melhorias sócio-espaciais.
	2.4 – Renda e emprego	Entenderam que, de maneira geral, a renda e o emprego não foram estimulados ao nível que era esperado com o recebimento da classificação, ficando os avanços restritos ao setor do turismo.
	2.5 – Turismo	A maioria dos entrevistados indicou um incremento do turismo, o que se configura como uma oportunidade de desenvolvimento. Indicaram ainda que em Olinda é maior o número de visitantes do que de turistas, sendo preciso haver maiores investimentos. Chamaram a atenção que a depender da forma de gestão pode se configurar como uma ameaça a identidade e ao patrimônio.
	2.6 – Atividades criativas	Os entrevistados indicaram que o título funciona como um "selo de qualidade" que incentiva as atividades criativas, contudo disseram que Olinda possui uma identidade artístico-cultural anterior a classificação.
	2.7 - Mobilização dos atores	Foram focados que existe uma mobilização que varia de moderada a intensa; contudo referiram também que é necessário haver incentivos por parte dos gestores a fim de estimular um engajamento maior da população local.
	2.8 – Identidade, cultura e autoestima	Indicaram, em maioria, que o título eleva a autoestima da população local, bem como manifestaram preocupação com o processo de banalização, estandardização que pode ameaçar a identidade e a cultura.
3 - A gestão e o ordenamento territorial	3.1 – Arrecadação fiscal e recursos financeiros	Apesar dos investimentos criados com a classificação, em especial no segmento do turismo, apontaram que o impacto na arrecadação de impostos não foi suficientemente relevante. Afirmaram ainda que Olinda não recebe recursos diretos de instituições mundiais e/ou nacionais. Indicaram que só recebe recursos mediante o envio e aprovação de projetos.
	3.2 – Questões centrais, ameaças e potencialidades	Os entrevistados mencionaram questões diversas; contudo houve destaque nas respostas para necessidade de melhorar a acessibilidade, de intensificar a preservação dos monumentos, de criar locais para estacionamento, de regular o uso dos espaços públicos e, principalmente, referiram que é preciso valorizar os residentes e a cultura local.

Fonte: Elaboração própria, 2015.



também pelo valor da natureza, pelo conjunto - indicaram que a identidade territorial está bastante atrelada as heranças materiais de tempos passados – palácios, castelos entre outros. Horta (2014), representante dos agentes e/ou entidades pertinentes a dinâmica e gestão territorial,<sup>80</sup> define:

Em primeiro lugar tem a história, depois tem a natureza, depois tem o mistério. Tem a história e juntamente com a história veio o património, que vem desde os árabes, temos uma grande influência árabe, aliás a nossa bandeira reflete essa influência árabe. Uma influência romana muito forte, depois tem na idade média, medieval uma presença muito marcada, aliás o Paço Real, o nosso Palácio da Vila, foi Paço Real desde o século XIV até praticamente o século XIX e portanto temos essa história que dá esse património (informação verbal)<sup>81</sup>.”

Chama a atenção Évora ser frequentemente referida pela presença das muralhas e dos monumentos de diversos períodos da história. Também foi apontada como modelo para estruturação territorial das colônias portuguesas. Neste sentido David (2014), representante dos agentes e/ou entidades de defesa do património<sup>82</sup>, indica:

Évora é uma cidade, sobretudo o centro histórico que não é somente monumental, tem uma escala muito humana, resultante da vivência das pessoas. O que tem maior monumentalidade é o Templo Romano e a Sé. Quando foi classificada foi evocada a ligação de Évora com o exterior, com o Brasil e com a Ásia, serviu de modelo para as colônias, sobretudo a partir dos Jesuítas (informação verbal)<sup>83</sup>.”

Em Guimarães, os entrevistados salientaram o pioneirismo na preservação do património e o papel fundamental na constituição do Estado português e na formação da identidade nacional. Segundo Costa (2014), representante dos agentes e/ou entidades de defesa do património:

Existe aqui um espaço único e muito bem conservado, recuperados com técnicas tradicionais. Acredito que o que levou a UNESCO a classificação foi a qualidade das construções. Destaco ainda o pioneirismo em Portugal na preservação do casario e dos monumentos, com ações desde a década

<sup>80</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>81</sup> Entrevista concedida por HORTA, Basílio. Câmara Municipal de Sintra, Entrevista III. [dez. 2014]. Entrevistador: a autora. Sintra, 03 dez. 2014. arquivo .mp3 (28 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta tese.

<sup>82</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>83</sup> Entrevista concedida por DAVID, Celestino Froes. Pró-Évora, Entrevista III. [nov. 2014]. Entrevistador: a autora. Évora, 25 nov. 2014. arquivo .mp3 (58 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta tese.

de 1980. O patrimônio sempre foi consensualidade, valorizado pelo poder público (informação verbal)<sup>84</sup>.”

Em síntese, o patrimônio dos sítios portugueses em questão é caracterizado pelo forte vínculo com elementos ligados a história. Constitui-se numa identidade construída a partir da significação, valorização da resistência de marcas concretas de diversos períodos, sobretudo do período romano e da idade medieval.

Em seguimento a análise das entrevistas temos o subtema 1.2 referente a preservação dos monumentos após as classificações de Sintra, Évora e Guimarães como patrimônio mundial

Os entrevistados indicaram, de maneira geral, que após o recebimento do título houve um cuidado maior, devido às normas rígidas estabelecidas pela UNESCO. Horta (2014) afirma que:

Este regime preserva, porque a atribuição é acompanhada de um conjunto de deveres que a UNESCO impõe para as entidades que administram esse patrimônio. Esse conjunto de deveres no fundo tem como objetivo de preservar o patrimônio, há obras que não podem ser feitas, há elementos do ordenamento do território que tem uma disciplina específica, e portanto tudo isso, no fundo, é para preservar esta realidade e deixa-las permanente no tempo para além das pessoas que em cada momento a gerem (informação verbal)<sup>85</sup>.”

Contudo, não identificamos unanimidade sobre a questão, já que para alguns entrevistados não houve muita diferença no processo de preservação com a classificação. De acordo Jones (2014), representante dos agentes e/ou entidades de defesa do patrimônio<sup>86</sup>: “[...] o título não estimulou a preservação, mas sim na parte econômica na abertura de mais lojas (informação verbal)<sup>87</sup>.”

Também, neste sentido, temos as afirmações de Lancinha (2014), representante dos agentes e/ou entidades de interesse social e artístico-cultural<sup>88</sup>:

Não noto muitas diferença, aliás na terça-feira fez 28 anos da classificação e muito sinceramente cada vez vejo mais prédios em estado de degradação, nomeadamente como o nosso, que está com o telhado interdito. Tal como este edifício há muitos outros quase devolutos, como por

---

<sup>84</sup> Entrevista concedida por COSTA, Rui Vítor da. Muralha – Associação de Guimarães para Defesa do Patrimônio. Guimarães, Entrevista IV. [nov. 2014]. Entrevistador: a autora. Guimarães, 13 nov. 2014. arquivo .mp3 (85 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta tese.

<sup>85</sup> HORTA, *op. cit.*

<sup>86</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>87</sup> Entrevista concedida por JONES, Adriana. Associação de Defesa do Patrimônio de Sintra, Entrevista II. [nov. 2014]. Entrevistador: a autora. Sintra, 19 nov. 2014. arquivo .mp3 (110 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta tese.

<sup>88</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

exemplo o Salão Central, um espaço de espetáculos, que até os anos 80 era uma dos principais espaços, que nesse momento só tem as paredes exteriores. Desde que foi classificada não veio a acrescentar muito, não tenha acrescentado como deveria, não senti muita diferença. Talvez tenha puxado muito o turismo para cá e talvez a UNESCO e a União Europeia deva enviar verba para recuperação desses espaços, penso eu. Pode ter melhorado como chamariz para o turismo, mas penso eu que não seria só este o objetivo quando nos candidatamos a esse título (informação verbal)<sup>89</sup>.”

Ainda com relação a preservação dos monumentos nos foi indicado que existe uma tendência a uma maior atenção e cuidado pelo receio de comprometer ou ameaçar a permanência do título de patrimônio mundial.

No que se refere a análise sobre os impactos e as transformações com o estatuto de patrimônio mundial temos o primeiro subtema (2.1) sobre a dinâmica dos residentes.

Importa mencionar, de acordo com as respostas dos entrevistados, que a classificação provocou várias transformações e impactos na vida da população local.

Destacaram, em linhas gerais, os impactos gerados pelo turismo, os condicionamentos referentes à acessibilidade, as alterações no uso dos espaços públicos e o emprego de normas rígidas para as habitações, entre outros, conforme a Figura 35.

Nesta direção, chamam a atenção as colocações de David (2014) sobre a realidade vista em Évora, após o recebimento do estatuto:

Como aumentou muito o turismo isto traz muitos inconvenientes para o patrimônio e para a vida das pessoas. Para o patrimônio tem que se ter cuidado para as visitas não serem nocivas a preservação. Do ponto de vista da vida das pessoas passam a ver o problema ao contrário, vêm não pelos moradores, mas sim pelos turistas, por isto estamos muito atentos para a cidade não virar um cenário. Devem tentar perceber o espírito do lugar. Ocorre um processo de desertificação, pois nos anos de 1950 tínhamos mais de 20 mil pessoas a habitar o centro histórico, a viver dentro das muralhas, que viviam em péssimas condições, sem esgotos, com precariedade. Contudo, hoje vivem apenas entre 5 a 6 mil, devido, sobretudo, a dificuldade para estacionar os carros, falta de mercados de serviços, fazendo as pessoas irem para fora do sítio histórico (informação verbal)<sup>90</sup>.”

Cabe mencionar que em Guimarães o olhar dos entrevistados foi mais otimista, sendo mencionados com frequência aspectos positivos referentes às transformação no cotidiano da população local.

<sup>89</sup> Entrevista concedida por LANCINHA, Álvaro. Sociedade Harmonia Eborense. Évora, Entrevista VII. [nov. 2014]. Entrevistador: a autora. Évora, 27 nov. 2014. arquivo .mp3 (80 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta tese.

<sup>90</sup> DAVID, *op. cit.*

Figura 35 – Síntese das respostas dos entrevistados sobre a dinâmica dos residentes a partir da classificação como patrimônio mundial



Fonte: Elaboração própria. QSR NVivo 10, 2015.

Sarmento (2014), representante dos agentes ligados a produção/promoção de conhecimento<sup>91</sup>, sintetiza as principais transformações tanto positivas como negativas vistas em Guimarães a partir da classificação:

Uma das maiores transformações foi que a cidade tornou-se mais visível, quer nacional, quer internacionalmente, já que o título é uma espécie de selo de qualidade. Com relação aos habitantes tem havido uma requalificação de espaços públicos, com espaços mais limpos, mais acessíveis, mais bem cuidados. Passou a ter uma vida social de lazer, com cafés, restaurantes, que atrai as pessoas ao sítio histórico. Como é uma área 90% pedonal torna-se mais seguro passear a pé, passear com crianças. Com relação as habitações penso que não trouxe grande coisa, o que vimos foi um envelhecimento das pessoas que vivem no centro histórico, não consegue atrair novos habitantes, não é atrativo a novos habitantes em relação a outras áreas da cidade, em função da subida dos preços por metro quadrado dos arrendamentos, além de não disponibilizar estacionamento. Há uma atração de investidores imobiliários que compram prédios, recuperam para arrendá-los. Há cada vez mais menos habitantes no sítio histórico. Todos esses fatores, mesmo com a isenção de impostos (IMI) aos residentes do sítio histórico, não compensam, não representa

<sup>91</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

muito, o número de habitantes do centro histórico em Guimarães tem decrescido sempre (informação verbal)<sup>92</sup>.”

Em síntese podemos afirmar, de acordo com as entrevistas, que de fato o título promoveu profundas alterações na dinâmica dos residentes das áreas classificadas em Portugal, assim como se observa em boa parte dos sítios patrimoniais.

Destacamos, assim, que Sintra, Évora e Guimarães, representantes da realidade portuguesa, conforme previsto na hipótese, enfrentam impactos, sobretudo, no que se refere ao assédio pelo turismo, às dificuldades de acessibilidade, às normas rígidas de regulação das habitações, à tendência de desertificação e as alterações nas formas de apropriação dos espaços públicos, entre outros.

Em seguimento a análise dos resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas em Portugal temos o subtema 2.2, sobre a visibilidade e reconhecimento do lugar.

Pôde-se constatar que, para a maioria dos entrevistados, a classificação, sem a sombra de dúvida, estimulou bastante a visibilidade e o reconhecimento.

De acordo com Martins (2014), representante dos agentes e/ou entidades de interesse econômico<sup>93</sup>: “uma cidade patrimônio da humanidade é identificada em todos os documentos de turismo no mundo. A publicidade faz referência, provocando um aumento extraordinário da visibilidade pelo carimbo de patrimônio cultural da humanidade (informação verbal)<sup>94</sup>.”

Foi possível identificar que o estímulo a visibilidade, na maioria das vezes, ao direcionar os holofotes para o lugar, ao invés de colaborar para permanência dos residentes e para preservação do acervo material, faz com que os sítios patrimoniais sofram efeitos perversos, como o abandono por parte dos residentes, o comprometimento da identidade e da qualidade de vida da população local.

---

<sup>92</sup> Entrevista concedida por SARMENTO, João. Universidade do Minho. Guimarães, Entrevista III. [nov. 2014]. Entrevistador: a autora. Guimarães, 12 nov. 2014. arquivo .mp3 (65 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta tese.

<sup>93</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>94</sup> Entrevista concedida por MARTINS, Manuel. Associação Comercial e Industrial de Guimarães. Guimarães, Entrevista I. [nov. 2014]. Entrevistador: a autora. Guimarães, 12 nov. 2014. arquivo .mp3 (100 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta tese.

Nesta direção Fernandes (2015), representante dos agentes ligados a produção/promoção de conhecimento<sup>95</sup>, chama a atenção para a importância da questão afirmando:

Gerar mais visibilidade é um dos aspectos dessa notoriedade, desse maior conhecimento, reconhecimento, é uma tradição em livros, filmes, reportagens, na net etc. A visibilidade, hoje em dia, é um tema fulcral, um dos lados mais importantes dessa moeda, na identificação do reconhecimento do valor (informação verbal)<sup>96</sup>.”

Não negamos que, de um lado, essa visibilidade pode ser útil ao turismo, à dinamização das economias locais; contudo, de outro lado, se apresenta contrária ao ideal de garantir que as heranças de outras temporalidades permaneçam como testemunhos na medida que favorecem ao processo de standardização.

Jones (2014), ilustra a problemática vivenciada em Sintra referindo:

Muita publicidade no exterior, só que essa publicidade não tem acompanhado a conservação, tem dias, por exemplo, que têm milhares de pessoas a pisar o Palácio da Pena, que como sabe não foi feito para milhares de pessoas todos os dias estarem a pisar, além disso as pessoas respiram, já não fecham nem um dia por semana (informação verbal)<sup>97</sup>.”

Desta forma, pode-se concluir que a tão sonhada visibilidade pode se transformar em um pesadelo na medida que traz consigo a presença massiva de turistas, o comprometimento da preservação do acervo arquitetônico, a especulação imobiliária, a cenarização, entre outros efeitos, que vão na contramão do ordenamento do território pautado no desenvolvimento sócio-espacial.

No que se refere as respostas dos entrevistados acerca das possíveis ligações do título de património com a promoção do desenvolvimento integrado (subtema 2.3), pôde-se constatar que, para maioria dos entrevistados, de fato a classificação é um elemento estimulador.

De acordo com Rêgo (2014), representante dos agentes ligados a produção/promoção de conhecimento<sup>98</sup>: “a cidade deve muito ao título de património

---

<sup>95</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>96</sup> Entrevista concedida por FERNANDES, José Manuel. Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Lisboa, Entrevista IV. [jan. 2015]. Entrevistador: a autora. Lisboa, 12 jan. 2015. arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta tese.

<sup>97</sup> JONES, *op. cit.*

<sup>98</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

da humanidade, pois vive muito do turismo, não tinha muita indústria e o título ajuda no desenvolvimento (informação verbal)<sup>99</sup>.”

Chamou a atenção ainda, as colocações de Pereira (2014), representante dos agentes e/ou entidades de interesse social e artístico-cultural<sup>100</sup>, sobre a realidade vivenciada em Guimarães com o título:

É porque foi tudo em cadeia [...] ações estratégicas em que o patrimônio e a cultura foram tratados como um modo para sustentabilidade do território. Está no caminho porque é tudo integrado cultura não é só o patrimônio, os espetáculos é também ciência, é tecnologia, é o que é construído individualmente e coletivamente (informação verbal)<sup>101</sup>.

Também foi referido por Brejo (2014), representante dos agentes e/ou entidades de interesse econômico<sup>102</sup>, a importância de considerar no planeamento estratégico a questão do patrimônio para estimular o desenvolvimento regional: “consideramos além do ambiente e de outras questões, a preservação do patrimônio. É um elemento importante para preservação da identidade do território que é bastante associada ao patrimônio (informação verbal)<sup>103</sup>.”

Em resumo, pode-se concluir sobre o título e a promoção do desenvolvimento territorial de forma integrada que, na perspectiva geral dos entrevistados de Sintra, Évora e Guimarães, a classificação constitui-se numa importante ferramenta.

Existiram ainda alguns relatos que sinalizaram dúvida sobre a questão, isto é, afirmaram não saber precisar se de fato o título colaborou com o desenvolvimento integrado; contudo apontaram para fortes relações identitárias das pessoas com os sítios classificados, o que de alguma maneira pode favorecer ao desenvolvimento.

Em continuidade a nossa análise temos o subtema 2.4, sobre as possíveis relações da classificação com a geração de emprego e renda. Sobre a referida questão os entrevistados, em maioria, afirmaram que incentivou sobretudo o emprego nos segmentos ligados ao turismo. Já em relação a renda se apresentaram mais duvidosos.

<sup>99</sup> Entrevista concedida por RÊGO, Patrícia. Universidade de Évora. Évora, Entrevista IV. [nov. 2014]. Entrevistador: a autora. Évora, 25 nov. 2014. arquivo .mp3 (82 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta tese.

<sup>100</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>101</sup> Entrevista concedida por PEREIRA, Catarina. Centro Cultural Vila Flor/Plataforma das Artes. Guimarães, Entrevista VI. [nov. 2014]. Entrevistador: a autora. Guimarães, 13 nov. 2014. arquivo .mp3 (52 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta tese.

<sup>102</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>103</sup> Entrevista concedida por BREJO, Ana Luísa. Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo. Évora, Entrevista V. [nov. 2014]. Entrevistador: a autora. Évora, 26 nov. 2014. arquivo .mp3 (55 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta tese.

Segundo Miranda (2014), representante dos agentes e/ou entidades pertinentes a dinâmica e gestão territorial<sup>104</sup>: “houve segmentos que se desenvolveram, nomeadamente a hotelaria e a restauração (informação verbal)<sup>105</sup>.”

Apontaram, ainda, que, de um lado, a classificação estimulou o emprego e a renda voltados ao atendimento dos turistas, mas, de outro, trouxe prejuízos para população local, devido à elevação dos preços nas áreas onde é maior a circulação de pessoas que vêm de fora, “obrigando” os residentes a buscar outros lugares para consumir.

Nesta direção temos as considerações de Sarmiento (2014) que sintetiza a questão afirmando:

Há uma relação forte entre o património, a classificação e a recuperação com a criação de renda e emprego. Comparando a área classificada de 20 anos para cá, há uma grande diferença. Houve a geração de serviços e de consumo promovidas pelo título, mais restaurantes, unidades de alojamentos, cafés, lojas de artesanato que se fossemos contabilizar apontaria para criação de emprego. Criação de emprego sim. Por outro lado claro que há também um declínio do consumo local (padarias, mercearias) devido ao aumento dos preços. Já a renda não estou seguro que tenha beneficiado diretamente, talvez as pessoas que têm imóveis na parte histórica podem de repente tirar alguma mais-valia dessa situação (informação verbal)<sup>106</sup>.

Em síntese, para os entrevistados, o emprego e a renda nos sítios portugueses declarados património só tiveram algum tipo de incremento nos setores vinculados às atividades turísticas. Cumpre referir que, em linhas gerais, não estimulou avanços significativos nos demais ramos da economia.

No que se refere ao turismo (subtema 2.5) os entrevistados indicaram que a classificação favoreceu, estimulou o crescimento do referido setor; contudo, chamaram a atenção para dominância de visitantes e não de turistas. Referiram, também, que existe o domínio do turismo de massa. Tais observações podem ser ilustradas através da Figura 36 onde constam as palavras mencionadas com maior frequência pelos entrevistados.

---

<sup>104</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>105</sup> Entrevista concedida por MIRANDA, Eduardo. Câmara Municipal de Évora. Évora, Entrevista I. [nov. 2014]. Entrevistador: a autora. Évora, 24 nov. 2014. arquivo .mp3 (35 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta tese.

<sup>106</sup> SARMENTO, *op. cit.*

Figura 36 – Síntese das respostas dos entrevistados sobre o turismo em Sintra, Évora e Guimarães.



Fonte: Elaboração própria. QSR NVivo 10, 2015.

Importa referir as reflexões de Martins (2014) sobre a realidade vivenciada em Guimarães no que se refere às dinâmicas vinculadas ao turismo:

Desde atribuição do título o número de visitantes deve ter dobrado. Contudo, há que se considerar que há diferença entre o visitante e o turismo, temos muitos visitantes e poucos turistas. O parque hoteleiro não aumentou muito depois do título de património cultural da humanidade. Permanece como era mais ligado ao turismo de negócios, com os clientes que vêm visitar as fábricas. O *boom* de visitantes foi em 2012, com a Capital Europeia da Cultura, mas sem aumento da capacidade hoteleira, apenas houve a requalificação de alguns espaços sem que nenhum hotel abrisse (informação verbal)<sup>107</sup>.

<sup>107</sup> MARTINS, M., *op. cit.*

Os entrevistados demonstraram, também, significativas preocupações relacionadas com as práticas e dinâmicas decorrentes da pressão turística “impostas” aos sítios patrimoniais.

Neste sentido, temos as interessantes observações de David (2014) sobre os impactos do turismo em áreas classificadas:

Positivo do turismo é dar a conhecer o patrimônio cultural, pois sem conhecimento não há valorização. A melhor maneira de preservar é basear-se no conhecimento, pois depois há os cuidados necessário para a valorização do patrimônio. O lado negativo é a massificação do turismo, sítios que não comportam grandes ajuntamentos, com uma frequência grande. Tem que ser acautelados, pois não podem está sujeito a uma pressão constante. Não é só o vê, mas o está, o respirar, tudo isso exige cuidados especiais, nem sempre acautelados (informação verbal)<sup>108</sup>.

Vale mencionar que os entrevistados fizeram referência, de forma significativa a necessidade de incentivo e investimento em cultura e animação. Neste sentido, foram enfáticos ao afirmar que as áreas classificadas não podem viver apenas do patrimônio edificado.

Importa pontuar que esta “vida”, esta dinâmica turística, tantas vezes demandada pelos agentes e ou entidades, pode também se configurar numa ameaça a identidade e a cultura local.

Colaborando com as nossas afirmações temos o relato de Fernandes (2015), que diz:

[...] Falava com colegas de Barcelona que disseram: fomos expulsos de nossa cidade. Hoje o centro de Barcelona é de todas as raças, de todos os povos, de todos os turistas, eles ocupam tudo, estouram com os preços, tudo fica caríssimo, deixou de haver as lojinhas de bairro que eles tanto gostavam, eles se sentem expulsos, aliás este é um dos grandes problemas do patrimônio da humanidade. Se o núcleo urbano não está preparado para receber essa carga depois é complicado, vai ficar destruído, ao contrário do que se queria que era valorizar e preservar (informação verbal)<sup>109</sup>.

Cabe enfatizar que o turismo, muitas vezes foi referido como meio para o incremento da economia, avaliado por muitos dos entrevistados como algo positivo para os lugares classificados, sem que houvesse enquanto preocupação central as questões expostas até o momento.

Contraopondo aos que são favoráveis ao turismo tivemos o posicionamento dos entrevistados pertencentes aos grupos ligados a defesa do patrimônio, que se

---

<sup>108</sup> DAVID, *op. cit.*

<sup>109</sup> FERNANDES, *op. cit.*

manifestaram apreensivos com a exploração indiscriminada dos recursos turísticos, em especial no que se refere ao turismo de massa.

De acordo com Jones (2014) o que se verifica em Sintra é: “o turismo de massa, são milhares de pessoas, não é um turista com sensibilidade especial, vêm sem entender o valor do patrimônio. O cultural não teve o mesmo crescimento que o de massa (informação verbal)<sup>110</sup>.”

Já para Lamas (2013), representante dos agentes e/ou entidades de interesse social e artístico-cultural<sup>111</sup>, o turismo que se destaca em Sintra é o cultural:

A Empresa Parques de Sintra vive do turismo, que é um turismo cultural no sentido do que tudo que nós oferecemos ao público é de interesse cultural, é o nosso ganha-pão. O turismo é muito sazonal, temos picos em Agosto, e há picos daqueles 5 dias que conseguimos conviver bem e só há grandes picos no Palácio da Pena e são poucos dias, de fato esses dias há muita gente, mas também não podemos recusar, pois ainda essa pressão não se tornou danificadora das construções ou dos pavimentos, isso não aconteceu (informação verbal)<sup>112</sup>.”

Em síntese, foi possível constatar, nos casos portugueses, de Sintra, Évora e Guimarães, que apesar de não haver concordância absoluta sobre o tema entre os entrevistados, que o turismo numa perspectiva genérica é encarado como meio para dinamização da economia, como algo positivo que deve ser estimulado.

Em linhas gerais apostam, sobretudo, no incentivo ao turismo cultural, sendo o mesmo visto como modalidade menos impactante e com a capacidade de criar de oportunidades para o desenvolvimento do território.

Em continuidade à nossa análise temos os resultados produzidos no que diz respeito ao incremento das atividades criativas frente a classificação enquanto patrimônio mundial (subtema 2.6).

Primeiramente, importa pontuar que, apesar da maioria dos entrevistados ter afirmado que o título incentivou as atividades criativas, identificamos realidades diferenciadas em Sintra, Évora e Guimarães.

Dos três recortes espaciais destacamos as iniciativas artístico-culturais existentes em Guimarães, que apesar de se desenvolverem bastante vinculadas a

---

<sup>110</sup> JONES, *op. cit.*

<sup>111</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>112</sup> Entrevista concedida por FERNANDES, José Manuel. Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Lisboa, Entrevista IV. [jan. 2015]. Entrevistador: a autora. Lisboa, 12 jan. 2015. arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta tese.

Câmara, configuram aquele caso onde identificamos maior dinamismo e adesão por parte dos residentes.

Nesta direção, Pereira (2014) aponta as principais estratégias adotadas no sentido de estimular as atividades criativas:

Em 2001, o título, em 2005, o Vila Flor e a Plataforma das Artes e da Criatividade e em 2012, a Capital Europeia que atraiu muitas atividades criativas. Desde 2005 à 2012 houve um trabalho muito intenso para chamar artistas em todas áreas da criação contemporânea (dança, música, criação etc.) tanto os de fora como os daqui (informação verbal)<sup>113</sup>.

O cenário identificado em Guimarães pode ser explicado pela continuidade das políticas e ações referentes ao tema, sendo que quase todos os entrevistados se referiram ao fato da cidade ter sido sede da Capital Europeia da Cultura, no ano de 2012, é que tal constitui um marco diferencial, para além da classificação da UNESCO, recebida em 2001.

Frazão e Pinho (2014), representantes dos agentes e/ou entidades pertinentes a dinâmica e gestão territorial<sup>114</sup>, destacam: “o título incentivou bastante, mas também sediar a Capital Europeia da Cultura foi muito importante. O *slogan* da campanha era “*Tu Fazes Parte*” onde houve grande participação de artistas locais e estrangeiros. A população é bastante atuante (informação verbal)<sup>115</sup>.”

Já em Évora, apesar da maior parte dos entrevistados terem afirmado que o título estimulou as atividades criativas, verificamos um quadro menos favorável, de acordo com as respostas – antes de mais, identificou-se um certo “clamor” para que as atividades criativas sejam mais incentivadas e articuladas com o patrimônio.

Neste sentido, temos as considerações de Palma (2014), representante dos agentes e/ou entidades de interesse social e artístico-cultural<sup>116</sup>: “ainda está muito [voltada] para os monumentos, mas estamos a tentar com muita dificuldade, as pessoas estão sempre indisponíveis. Por exemplo os concertos no Conservatório de

---

<sup>113</sup> PEREIRA, *op. cit.*

<sup>114</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>115</sup> Entrevista concedida por FRAZÃO, Miguel; PINHO, Isabel. Câmara Municipal de Guimarães. Guimarães, Entrevista II. [nov. 2014]. Entrevistador: a autora. Guimarães, 12 nov. 2014. arquivo .mp3 (78 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta tese.

<sup>116</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

Música, com 6/7 pessoas, as pessoas não são aderentes as inovações, as exposições (informação verbal)<sup>117</sup>.”

Com relação à Sintra, os entrevistados também mencionaram a necessidade de estímulo as atividades criativas. Lamas (2013) ilustra a complexidade da questão afirmando:

O futuro é conseguir encontrar formas da indústria cultural, de uma economia suportada pelo patrimônio cultural poder contribuir, pois se fechássemos o Palácio da Pena não havia atividades em Sintra, não havia queijadas, não havia restaurantes, não havia hotéis, não havia lojas, não havia agências. Aqui nos visitam um milhão e meio de pessoas ao ano, são essas pessoas que geram animação e deixam dinheiro no local (informação verbal)<sup>118</sup>.

Nesta direção, temos as apreciações de Jones (2014) sobre as dificuldades referentes às atividades criativas em Sintra:

As atividades criativas são fracas, tudo subsidiado pela Câmara, não há movimento espontâneo. É muito desertificado e com população envelhecida, as pessoas não aderem bem, poderiam dar a volta de outra maneira, as pessoas são muito fechadas, é como se, as vezes ainda vivêssemos no final do século XIX (informação verbal)<sup>119</sup>.

Em síntese, podemos afirmar, através das diferenças identificadas nos três sítios portugueses no que diz respeito aos possíveis vínculos da classificação com o incentivo às atividades criativas, que não é possível fazer generalizações, pois o título só se apresenta como estimulador das referidas atividades se acompanhado de políticas públicas de incentivo.

Em continuidade à nossa análise sobre os casos portugueses de Sintra, Évora e Guimarães, temos os resultados referentes a avaliação dos entrevistados sobre a mobilização do atores locais (subtema 2.8), onde identificamos um cenário semelhante ao que nos foi relatado sobre as atividades criativas, isto é, realidades um tanto quanto diferentes nos três casos.

Com relação a Sintra, constatou-se que a mobilização é fraca e que o centro histórico é pouco habitado, o que colabora para falta de engajamento e articulação. Conforme Horta (2014): “é um grande problema que nós temos, pois o centro

---

<sup>117</sup> Entrevista concedida por PALMA, Elvira. 100Pavor – Associação de Artistas Plásticos. Évora, Entrevista II. [nov. 2014]. Entrevistador: a autora. Évora, 24 nov. 2014. arquivo .mp3 (50 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta tese.

<sup>118</sup> LAMAS, *op. cit.*

<sup>119</sup> JONES, *op. cit.*

histórico precisa de um grande trabalho, existem muito poucas pessoas, moram algumas centenas, muito poucas pessoas. Temos que animar o centro histórico [...] (informação verbal)<sup>120</sup>.”

No que se refere a Évora a mobilização, de acordo com as repostas totais, foi avaliada como moderada, tendo os entrevistados indicado a necessidade de haver maior atenção e valorização.

Nesta direção, temos as ponderações de David (2014):

Isso depende das políticas locais, não estamos na melhor época para dizer que tem sido estimulante. Destaco a crise, os problemas econômicos que as Autarquias têm, que tem prejudicado as atividades culturais locais, mas ao mesmo tempo obriga um esforço de mobilização, de luta contra os condicionalismos (informação verbal)<sup>121</sup>.

Já com relação a Guimarães mais uma vez as respostas dos entrevistados se mostraram mais positivas, tendo referido que a mobilização varia entre intensa e bastante intensa. Alves (2014), representante dos agentes e/ou entidades de interesse social e artístico-cultural<sup>122</sup>, afirmou que: “são atentas, participativas e conscientes, são mobilizadas sim. Facilitam e colaboram neste sentido (informação verbal)<sup>123</sup>.”

Desta forma, em consonância com a diversidade apresentada, podemos afirmar, mais uma vez, que o título em si não é capaz de promover a inclusão, o engajamento e a mobilização; é necessário a adoção de estratégias de ação em que as pessoas do lugar sejam o alvo principal da gestão e do ordenamento dos sítios patrimoniais.

Outro ponto analisado diz respeito a avaliação dos entrevistados sobre os impactos da classificação na identidade, na cultura e na autoestima da população local (subtema 2.8). Neste particular, foi apontado, pela maioria, que a classificação se constitui enquanto um fator de influência positiva. É curioso que, mesmo nos sítios onde foram identificadas lacunas no processo de mobilização, as transformações nas relações identitárias e culturais são definidas como favoráveis.

---

<sup>120</sup> HORTA, *op. cit.*

<sup>121</sup> DAVID, *op. cit.*

<sup>122</sup> Conforme Quadro 7 com a divisão dos grupos de análise.

<sup>123</sup> Entrevista concedida por ALVES, Isabel. Associação Ó de Casa – Projeto Guimarães Noc Noc. Guimarães, Entrevista V. [nov. 2014]. Entrevistador: a autora. Guimarães, 13 nov. 2014. arquivo .mp3 (64 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta tese.

Cumpra referir que foram bastante frequentes as indicações referentes ao orgulho que as pessoas sentem pelos seus lugares, que o título elevou a autoestima e “fortaleceu” a cultura. Afonso e Ribeiro afirmam: “as pessoas são bastante orgulhosas de Évora, são vaidosas com a cidade, a maioria tem a consciência do valor de ser patrimônio da humanidade (informação verbal)<sup>124</sup>.”

Contudo, importa destacar que em Guimarães foi referida uma forte relação identitária com o patrimônio, associada, principalmente, ao orgulho de se constituir enquanto berço da nação, condição esta que é anterior ao recebimento do título. Pereira (2014) indica que: “favoreceu muito, se os Vimaranenses já tinham orgulho pela história passaram a carregar no peito. Têm um espírito crítico e autoestima elevada (informação verbal)<sup>125</sup>.”

Nesta perspectiva, temos as considerações de Fernandes (2014) que sintetiza os casos portugueses, no que se refere a identidade, a cultura e a autoestima:

Guimarães já possuía uma identidade local urbana, e a consequência mais direta da classificação foi o fato de ter sido Capital Europeia da Cultura. Évora é a capital simbólica regional do Alentejo, o alentejano é orgulho de sua terra. Sintra de todas é a que tem menos identidade, é a mais difusa de todos os casos. De todo modo, quem vive na Vila de Sintra tem orgulho desse título (informação verbal)<sup>126</sup>.

Assim, podemos concluir que, independente das especificidades de cada sítio, o recebimento do estatuto se configura, no olhar da maioria dos entrevistados, como um elemento que favorece a identidade, a cultura e a elevação da autoestima.

Contudo, nos perguntamos: que identidade referenciam? Quais são as influências na cultura local? E a elevação da autoestima, será que não se baseia muito mais na vaidade, no fato do meu lugar ter um “selo” reconhecido/validado por um contexto criado pelos moldes da cultura ocidental?

Em seguimento a nossa busca pela compreensão das realidades de Sintra, Évora e Guimarães enquanto recortes do espaço classificados como patrimônio do mundo temos os resultados produzidos a partir do tema sobre a gestão e o ordenamento territorial.

---

<sup>124</sup> Entrevista concedida por AFONSO, Ana; RIBEIRO, Luís. Associação Comercial do Distrito de Évora. Évora, Entrevista VI. [nov. 2014]. Entrevistador: a autora. Évora, 27 nov. 2014. arquivo .mp3 (55 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta tese.

<sup>125</sup> PEREIRA, *op. cit.*

<sup>126</sup> FERNANDES, *op. cit.*

Assim, de acordo com o tema citado acima, temos a primeira questão sobre a arrecadação fiscal e recursos financeiros a partir da classificação (subtema 3.1). Frente ao tema, cumpre referir, primeiramente, que as respostas dos entrevistados indicaram a inexistência de uma ligação direta entre o título e o aumento na arrecadação de impostos e recebimento de recursos financeiros. Mencionaram, ainda, que os negócios ligados ao turismo podem ter, de alguma maneira, influenciado positivamente esse aspecto.

No que diz respeito ao recebimento de recursos financeiros por parte de instituições mundiais e/ou nacionais em razão de serem áreas classificadas, foram categóricos em afirmar que não têm privilégios: tudo que é recebido decorre do envio e aprovação de projetos.

Neste sentido, temos as reflexões de Fernandes (2014) sobre a questão:

Não há dinheiro para reforçar o apoio ao patrimônio, pode até haver um retrocesso, já que têm o título governem-se, têm a possibilidade de captar recursos fora do Estado. Não há muito companheirismo, penso que há mais concorrência, se articulam mais pela divulgação, difusão através de livros e publicações do grupo dos sítios classificados (informação verbal)<sup>127</sup>.

Vale mencionar, também, que alguns entrevistados optaram por não responder ao questionamento sobre a arrecadação fiscal e recursos financeiros, sob a alegação de não possuírem dados concretos sobre o tema.

Importa, ainda, mencionar as observações de David (2014) no momento em que chama a atenção para as responsabilidades geradas pela classificação enquanto patrimônio cultural da humanidade: “o que é positivo não são propriamente os meios financeiros, mas é a responsabilidade que se cria. Como quem diz: atenção! Somos patrimônio então não se pode fazer isso ou aquilo. Tem algum peso nas decisões políticas (informação verbal)<sup>128</sup>.”

Em síntese, não foi possível identificar relações diretas do título com um incremento da economia a partir do aumento da arrecadação de impostos, bem como ficou evidenciado a ausência de recursos específicos para a gestão dos sítios patrimoniais.

Com relação a última temática de análise, destinada a abordar as questões centrais, as ameaças e as potencialidades (subtema 3.2) no processo de gestão e

---

<sup>127</sup> FERNANDES, *op. cit.*

<sup>128</sup> DAVID, *op. cit.*

ordenamento dos lugares patrimônio, foram apontados aspectos das mais diversas ordens.

Importa observar que, frequentemente, foi mencionada a preocupação com o abandono e com a desertificação dos centros históricos. Foram também apontadas, questões vinculadas com a necessidade de promover melhorias para atrair população, como por exemplo: solucionar os problemas de circulação e estacionamento e adequar as habitações às necessidades atuais, entre outros.

Conforme Miranda (2014):

Uma das ameaças é a diminuição da população residente, que traz o risco da degradação, do abandono do edificado corrente. Nomeadamente, há grandes edifícios que poderiam ser explorados pelo uso coletivo. Incentivar que continue a ser um centro histórico vivo, com pessoas a habitar.

Ainda neste contexto temos as afirmações de Fernandes (2014) sobre a importância do diálogo na gestão e ordenamento das áreas classificadas:

Um efeito a combater, e que acontece muito, é a paralisação da modernidade. Há um efeito perverso de petrificar, de impedir a modernização, porque o Urbanismo em Arquitetura é vivo, pressupõe inovação é movimento, é renovação, é contemporaneidade é o diálogo entre o antigo e o novo, temos que firmar o diálogo entre o passado, o futuro e o presente.

Fez-se também frequente o apelo a valorização da arte e da cultura, ao incentivo ao capital criativo e o uso coletivo dos prédios públicos para o desenvolvimento de atividades artísticas-culturais nos centros históricos.

Os entrevistados indicaram ainda forte preocupação com as formas de desenvolvimento do turismo, além de chamarem a atenção para a necessidade dos gestores focalizarem os esforços para melhorar a vida dos cidadãos. Neste sentido, temos as preciosas colocações de David (2014), quando diz: “o que deve ser estimulado é essa participação, é o cuidado com o patrimônio cultural, não só o arquitetônico, mas o patrimônio em geral. A cidade tem que ser pensada para aqueles que habitam. O critério não é o turista, mas sim os habitantes (informação verbal)<sup>129</sup>.”

Em resumo, dentre as várias questões focalizadas destacamos, ainda, conforme referido pelos entrevistados, os seguintes temas importantes para a gestão e o ordenamento dos sítios patrimoniais: o apoio aos residentes, o incentivo

---

<sup>129</sup> DAVID, *op. cit.*

à cultura, o estímulo à preservação do patrimônio material e a participação popular na tomada de decisões.

Por fim, faz-se necessário, antes de passarmos à confrontação dos resultados obtidos em Olinda com os produzidos pela investigação realizada nos sítios portugueses de Sintra, Évora e Guimarães, apontarmos o quadro a seguir, (Quadro 12), onde procuramos sintetizar os principais resultados das entrevistas de acordo com os temas e os subtemas.

Quadro 12 – Síntese das entrevistas aplicadas em Sintra, Évora e Guimarães de acordo com os objetivos, temas e subtemas

TEMA	SUBTEMA	NOTA RESUMO
1 - As razões e as características do título de patrimônio	1.1 - Elementos diferenciadores e características	Os entrevistados indicaram, em maioria, que o patrimônio se caracteriza pelo forte vínculo com elementos históricos. Constitui-se em uma identidade construída a partir da valorização das heranças, das marcas de diversos períodos, sobretudo do período romano e da Idade Média.
	1.2 - Preservação dos monumentos	As respostas gerais indicaram que o título estimulou a preservação dos monumentos em função das normas estabelecidas pela UNESCO e pelo receio de colocar o título em risco. Contudo, para alguns entrevistados a classificação não incentivou a preservação, apenas colaborou com o turismo e com as atividades econômicas.
2 - Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial	2.1 - Dinâmica dos residentes	As entrevistas indicaram o surgimento de impactos no cotidiano da população local gerados principalmente pelo turismo, pelas mudanças na acessibilidade, pelo emprego de normas rígidas de regulação das habitações e pelas alterações nas formas de apropriação dos espaços públicos.
	2.2 – Visibilidade e reconhecimento do lugar	A maioria dos entrevistados afirmaram que a classificação estimulou bastante a visibilidade e o reconhecimento. Parte significativa associou a visibilidade com aspectos positivos, contudo houve entrevistados que chamaram a atenção para os efeitos perversos, tais como: excesso de visitantes/turistas, exploração intensiva do acervo arquitetônico, especulação imobiliária, a <i>cenarização</i> , entre outros.
	2.3 – Desenvolvimento integrado	Os entrevistados afirmaram, em maioria, que o recebimento do título de patrimônio é um instrumento de colaboração para o desenvolvimento integrado. Alguns entrevistados sinalizaram dúvida sobre a questão, mas pontuaram a importância do título na composição da identidade, além de mencionarem a necessidade de articulação entre o patrimônio e a cultura.
	2.4 – Renda e emprego	De acordo com os entrevistados a renda e o emprego de maneira geral não foram estimulados, os avanços que ocorreram se restringiram as atividades ligadas ao turismo - segmento da hotelaria e da alimentação.

	2.5 – Turismo	A maioria dos entrevistados, apontou para o crescimento do turismo com o título. Ressaltaram que existe maior número de visitantes do que de turistas. Indicaram que o turismo em áreas classificadas é positivo, em especial o turismo cultural, que deve ser incentivado.
	2.6 – Atividades criativas	Os entrevistados, em linhas gerais, afirmaram que o título influenciou positivamente às atividades criativas. Contudo, identificou-se uma diversidade de realidades em Sintra, Évora e Guimarães. Em ordem hierárquica dos sítios que souberam aproveitar melhor o título para estimular as atividades criativas para os que menos avançaram temos: Guimarães, Évora e Sintra.
	2.7 - Mobilização dos atores	As respostas gerais ilustraram diferenças entre os sítios portugueses classificados, sendo em Sintra a mobilização foi avaliada como fraca, em Évora como moderada e em Guimarães - que mais uma vez se destacou com a avaliação mais positiva - os entrevistados afirmaram que a população local é intensamente mobilizada.
	2.8 – Identidade, cultura e autoestima	Os entrevistados apontaram com frequência que população sente orgulho dos seus lugares, que o título eleva a autoestima e "favorece" a cultura. Alguns dos entrevistados referiram também uma forte relação identitária com o património material anterior e independente da classificação.
3 - A gestão e o ordenamento territorial	3.1 – Arrecadação fiscal e recursos financeiros	As respostas gerais indicaram que não existem relações diretas do título com um incremento da economia através do aumento da arrecadação de impostos. Também foi evidenciada a ausência de recursos específicos para a gestão dos sítios patrimoniais.
	3.2 – Questões centrais, ameaças e potencialidades	Os entrevistados indicaram diversas questões a serem tomadas como referência na gestão e no ordenamento dos sítios patrimoniais, das quais destacaram-se: maior atenção às necessidades dos residentes a fim de frear a desertificação dos centros históricos, maiores investimentos nas atividades referentes a arte e a cultura local, investimentos para a melhoria da acessibilidade e da circulação e criação de locais para estacionamento e valorizar a população local no que respeita as políticas públicas de gestão e ordenamento do território.

Fonte: Elaboração própria, 2015.

#### 11.4. O caso de Olinda frente aos casos portugueses: possibilidades, desafios e a troca de experiências na gestão do património

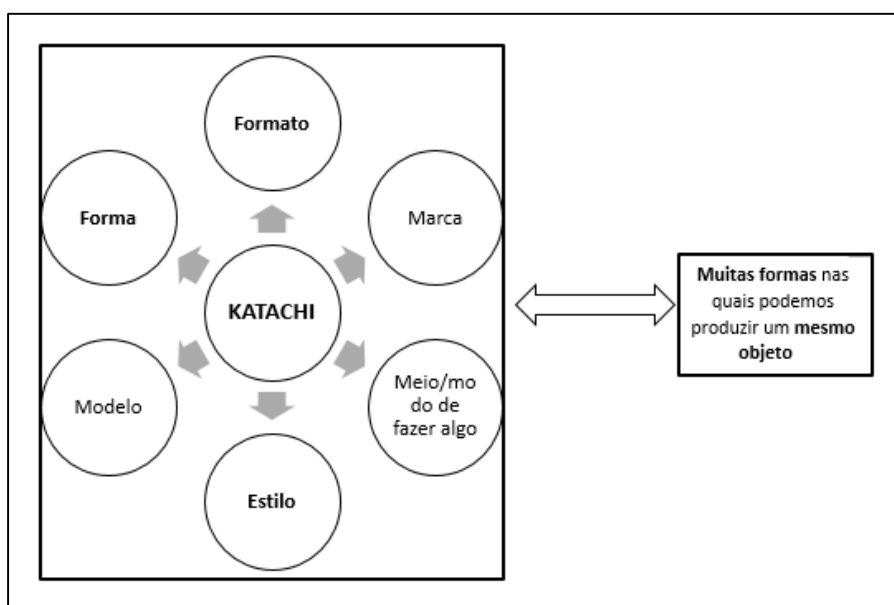
Após analisar o caso de Olinda e os exemplos portugueses classificados enquanto património da cultura mundial, de modo individualizado, torna-se interessante colocar os referidos recortes espaciais face a face - a partir da realização de uma análise *confrontativa* dos resultados obtidos com a presente

investigação. Tal encaminhamento visa identificar as similitudes e as diferenças entre os sítios patrimoniais em questão, na tentativa de contribuir com a gestão e o ordenamento dos lugares marcados pelas heranças de tempos passados.

Antes de iniciarmos a confrontação dos resultados obtidos na pesquisa empírica realizada no Brasil e em Portugal resolvemos agregar ao debate o uso de um termo originário da língua japonesa *katachi*. De acordo com o *Dicionário Básico Japonês-Português* (2000, p.318), a referida palavra tem por significado forma, formato. Pode ser definida ainda como: modelo, marca, estilo, conforme ilustra a Figura 37.

Cabe indicar que *katachi*, em nossa análise, não é definida pelas variadas possibilidades para um mesmo objeto, mas sim como uma tendência de padronização “imposta” aos sítios patrimoniais – quer dizer, como uma maneira de formatar os lugares a partir de dinâmicas e interesses pré-estabelecidos.

Figura 37 – Significados da palavra *katachi*



Fonte: Elaboração própria, 2015.

A partir dos resultados obtidos através da investigação realizada no caso de Olinda apontamos para o efeito *katachi*<sup>130</sup>. Vale referir que, apesar de não termos ferramentas para estabelecer uma regra - em função das opções metodológicas

<sup>130</sup> Agradecemos a Professora Doutora Kioko Koiso (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) a ajuda prestada a respeito da correta tradução do termo *Katachi*.

adotadas e pela existência de exceções no que se refere as dinâmicas dos sítios classificados -, identificamos a partir da confrontação das entrevistas aplicadas no Brasil e em Portugal uma tendência de replicação dos impactos tanto positivos como negativos na sequência ao recebimento do estatuto de patrimônio da UNESCO. Assim, sendo apesar destes casos apresentarem arranjos espaciais diferenciados e especificidades locais, o fato é que a classificação enquanto patrimônio cultural da humanidade parece ter levado à constituição de cenários sócio-espaciais bem parecidos. Dito por outras palavras, parece ter se estabelecido uma tendência de padronização da(s) forma(s), criando-se um modelo a fim de atender, sobretudo, à interesses econômicos.

Neste sentido, temos as considerações de Capel (2014, p.156) sobre o futuro do patrimônio:

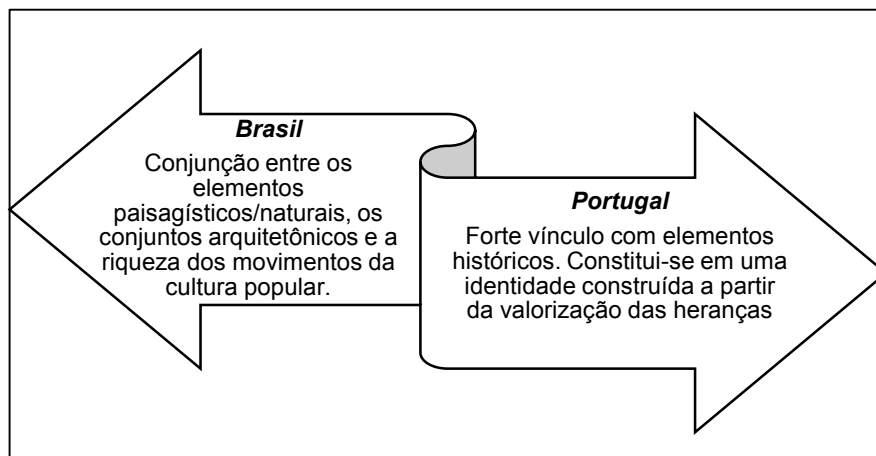
El sistema económico es muchas veces enemigo del patrimonio; en particular la obsesión por los beneficios, por las ganancias rápidas. Ya hemos visto que los agentes urbanos que actúan en el centro guiados muchas veces por la búsqueda de su propio beneficio prescindiendo de cualquier otra consideración, han sido frecuentemente responsables de la destrucción del patrimonio.

Também nesta direção, temos as considerações de Choay (2005, p. 35) quando afirma que é necessário: “[...] lançar um grito de alarme e um apelo à ação, a uma mobilização geral, já não pela preservação museológica do patrimônio reificado, mas pelo reencontro com o patrimônio vivo e o poder de continuar a produzi-lo.”

Assim, mediante os apontamentos iniciais, faz-se pertinente retomar a hipótese da tese - onde pontuamos que os lugares classificados como patrimônio têm suas dinâmicas sociais, culturais, econômicas e territoriais alteradas em decorrência do título – com a finalidade de realizar a confrontação entre os cenários observados no caso de Olinda e nos sítios portugueses, considerando para tanto o uso dos temas e subtemas de análise descritos nos capítulos anteriores.

Primeiramente, temos a confrontação dos resultados sobre os elementos diferenciadores e as características do patrimônio. É interessante notar que este é o único tema em que identificamos diferenças nítidas entre os exemplo brasileiro e os sítios portugueses, conforme sintetizamos na Figura 38.

Figura 38 – Síntese das respostas dos entrevistados do Brasil e de Portugal



Fonte: Elaboração própria, 2015.

Em Olinda, como podemos observar, prevalece a conjunção entre os elementos constituidores da paisagem, enquanto nos sítios portugueses é o fator histórico que se destaca. É curioso notar que os moradores inquiridos em Olinda também fizeram referência a beleza da paisagem associada a presença dos monumentos históricos.

No que se refere ao segundo subtema, sobre a preservação dos monumentos, pôde-se identificar que tanto em Olinda como em Sintra, Évora e Guimarães os entrevistados afirmaram que o título estimulou a preservação dos monumentos. Contudo, referiram a necessidade de investir mais na conservação a fim de garantir a permanência da classificação.

Importa referir também que os residentes, de Olinda inquiridos avaliaram que os monumentos encontram-se pouco preservados, além de terem indicado a necessidade de preservação do patrimônio edificado e o estímulo à cultura local como questões de extrema importância para a vida dos sítios patrimoniais.

Quanto ao subtema sobre a dinâmica dos residentes os entrevistados em Olinda e nos sítios portugueses fizeram menção à fatores/impactos comuns. Referiram as dificuldades de acessibilidade, o rígido controle no uso das habitações e as transformações na dinâmica de apropriação dos espaços públicos como aspectos centrais. A diferença encontrada é que os entrevistados de Olinda, para além dos fatores citados pelos entrevistados em Portugal, indicaram os problemas infra estruturais como fator que influencia negativamente a dinâmica dos moradores.

Para além das respostas dos entrevistados no Brasil a população residente de Olinda, que respondeu aos inquéritos por questionário, referiu o processo de valorização bastante intenso dos imóveis, a precariedade da infraestrutura e as dificuldades referentes ao comércio e aos serviços no sítio histórico.

Quando olhamos para os resultados sobre o título e o estímulo a visibilidade, tanto os agentes e/ou entidades entrevistadas no Brasil e em Portugal, como também os moradores inquiridos em Olinda, afirmaram que a classificação, de fato, tornou as cidades mais visíveis e reconhecidas.

Outro ponto de confluência entre os sítios estudados é identificado mediante a confrontação dos resultados das entrevistas sobre a classificação e a promoção do desenvolvimento integrado: constatou-se que a classificação é vista como uma possibilidade, como um instrumento de colaboração, mas, que na prática, ainda não se configura como um diferencial. Também, neste sentido, temos o posicionamento dos moradores inquiridos, que afirmaram que a classificação não promoveu melhorias sociais e econômicas.

Tal situação pode ser explicada pelo fato de o patrimônio continuar a ser visto por uma tendência homogeneizante, onde o que é valorizado são os elementos concretos. Assim, corroborando com as nossas afirmações temos o posicionamento de Choay (2005, p. 11):

Os princípios dominantes continuam, no entanto, a pautarem-se por características demasiado globalizantes, estaticizantes, ainda muito presas à musealização do objecto em causa, a um seu isolamento protector do mundo que o rodeia e se identifica com ele, e por isso descontextualizador dos factores que lhe concederam, precisamente, o valor de património.

Cumprido, ainda, apontar que o emprego e a renda não foram incrementados como esperado, sendo os avanços incipientes e limitados ao segmento do turismo, conforme avaliaram os entrevistados de Olinda e dos sítios portugueses, e como também disseram os moradores de Olinda que responderam ao inquérito.

No que diz respeito, ao turismo também foi identificada uma tendência de padronização. Tanto no caso brasileiro como em Sintra, Évora e Guimarães foi nos indicado que a classificação estimulou o aumento do turismo.

Contudo, chamaram a atenção para o fato de ser ainda dominante o número de visitantes e não o de turistas. Tal situação pode ser explicada por uma série de questões das quais destacamos: o excessivo número de locais como foco dos

interesses do segmento turístico; a proximidade de grandes centros urbanos, que além de disponibilizarem infraestruturas melhores também possuem atrativos; a atuação dos agentes promotores do turismo, que direcionam as demandas, entre outras.

Outro ponto comum nas respostas dos entrevistados em Olinda e em Portugal foi que o turismo é visto como algo positivo e que deve ser incentivado.

Os residentes inquiridos em Olinda, também, indicaram, em maioria, a classificação como um meio de atração de turistas, além de terem avaliado o turismo como algo positivo, que movimenta a economia e gera empregos.

Quanto ao subtema sobre as atividades criativas foi interessante notar que, tanto para os entrevistados de Olinda, como os de Sintra, Évora e Guimarães a classificação influenciou positivamente o desenvolvimento das referidas atividades. Contudo, os resultados obtidos nos sítios portugueses nos indicaram uma contradição, pois, apesar de afirmarem que, de uma forma geral, houve uma influência positiva, identificamos cenários bastante diversos. Guimarães, assim como foi verificado em Olinda, fez menção a um dinamismo anterior a classificação, a uma espécie de “vocação”; já em Évora e, sobretudo, em Sintra notamos maiores dificuldades e limitações.

Ao confrontar os resultados das entrevistas realizadas no Brasil e em Portugal, temos outra questão importante relacionada com o fato de nos surgirem diferentes opiniões sobre a classificação e a mobilização dos atores locais. Daí se conclui que o recebimento do título, em linhas gerais, não foi identificado como um fator indutor da articulação da população com o lugar. Em Olinda, os entrevistados disseram haver uma mobilização que varia de moderada a intensa, e mesmo assim, indicaram que é necessário haver um estímulo maior ao engajamento da população. Já em Évora a mobilização foi avaliada como moderada, em Sintra como franca e em Guimarães como intensamente mobilizada.

Importa referir, ainda, os resultados da confrontação no que se refere aos impactos do recebimento do estatuto na autoestima, na identidade e na cultura do lugares investigados. Em todos os sítios pesquisados, chama a atenção a circunstância dos entrevistados afirmarem que a classificação é motivo de orgulho de elevação da autoestima. Porém, contraditoriamente, se mostraram preocupados com a invasão de turistas e visitantes, com a desertificação dos sítios históricos, frequentemente apontados como fatores que ameaçam a identidade e a cultura.

Quando confrontamos as respostas das entrevistas obtidas em Olinda com as dos sítios portugueses estudados no que se refere ao último tema analisado - a gestão e o ordenamento territorial - identificamos também cenários bastante parecidos, o que reforça, mais uma vez, a tendência de que os sítios classificados assumem uma forma de existir “padrão”.

Diante do tema apontado acima temos os resultados referentes às ligações entre a classificação e o incentivo ao aumento da arrecadação fiscal. Sobre a questão os entrevistados do Brasil e de Portugal afirmaram não existir uma relação direta do título com impactos positivos na arrecadação de impostos. Indicaram que os investimentos realizados sobretudo pelo turismo não foram suficientemente relevantes para gerar um incremento da economia através da arrecadação fiscal.

Ainda dentro do tema da gestão e do ordenamento, os entrevistados dos quatro sítios analisados, foram quase que unânimes ao referir que não recebem nenhum tipo de recurso financeiro, em função de serem classificados como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO, seja de instituições mundiais ou nacionais. Mencionaram que as verbas recebidas para gerir o território são as mesmas que os outros municípios que não possuem o título recebem.

Outro ponto que reforça a tendência de empacotamento dos lugares são as semelhanças identificadas na gestão e ordenamento territorial, no que tange as questões centrais, as ameaças e a potencialidades. Mesmo com o Atlântico a separar o Brasil de Portugal - além, é claro, da existência das especificidades culturais, sociais, econômicas de cada país-, constatamos que as problemáticas são comuns no caso brasileiro e nos exemplos portugueses.

Foram destacados com maior ênfase as dificuldades de acessibilidade, a escassez de locais para estacionamento dos automóveis, a necessidade de investimento na preservação e conservação do patrimônio edificado, o incentivo à arte e a cultura local, a preocupação com a desertificação e a necessidade de valorizar o residente que habita as áreas classificadas.

Vale pontuar que não encaramos o título como uma espécie de “tábua de salvação” para os lugares, como meio de reversão de dificuldades (sociais, econômicas, políticas, entre outras) que estão presentes em todas as partes, independentemente de serem ou não classificados como patrimônio da humanidade. Contudo, é fato que o recebimento de um título de relevo mundial, conferido por uma instituição respeitada e validada por parte significativa da totalidade dos países

existentes do mundo, suscita expectativa de que ocorram transformações nas dinâmicas sócio-espaciais.

Importa referir, ainda, que esses espaços passam a fazer parte de um grupo de sítios que possuem um diferencial, uma espécie de “selo de qualidade”, em razão de materializarem as marcas do passado no tempo presente.

Deste modo, retomamos a nossa ideia inicial da constituição de uma tendência a padronização dos lugares decorrente da classificação. Assim, importa enfatizar que, ao nosso olhar, os sítios patrimoniais assumem uma espécie de forma única, de formato padrão. Tal afirmativa decorre da frequente repetição dos impactos positivos e negativos notados em Olinda, em Sintra, em Évora e em Guimarães, conforme foi verificado *in locu* através das observações, da aplicação de inquéritos por questionário aos moradores de Olinda, e, principalmente, pela confrontação dos resultados obtidos com a aplicação de entrevistadas no caso de estudo brasileiro e nos recortes espaciais portugueses.

Diante de todas as questões que acabamos de identificar com base nas entrevistas realizadas, cumpre, por fim, refletir sobre possíveis alternativas para a minimização da tendência de empacotamento dos lugares, de maneira a colaborar com o efetivo desenvolvimento sócio-espacial dos sítios patrimoniais.

A primeira questão a considerar coloca-se a nível teórico, isto é, em relação aos planos municipais. Neste aspecto, as ideias que trazemos, na tentativa de contribuir para a gestão e o ordenamento, não constituem uma novidade absoluta. Contudo, a pesquisa que desenvolvemos aponta para a necessidade de realizar alguns ajustes e, principalmente, indica que se faz urgente articular melhor a teoria com a prática.

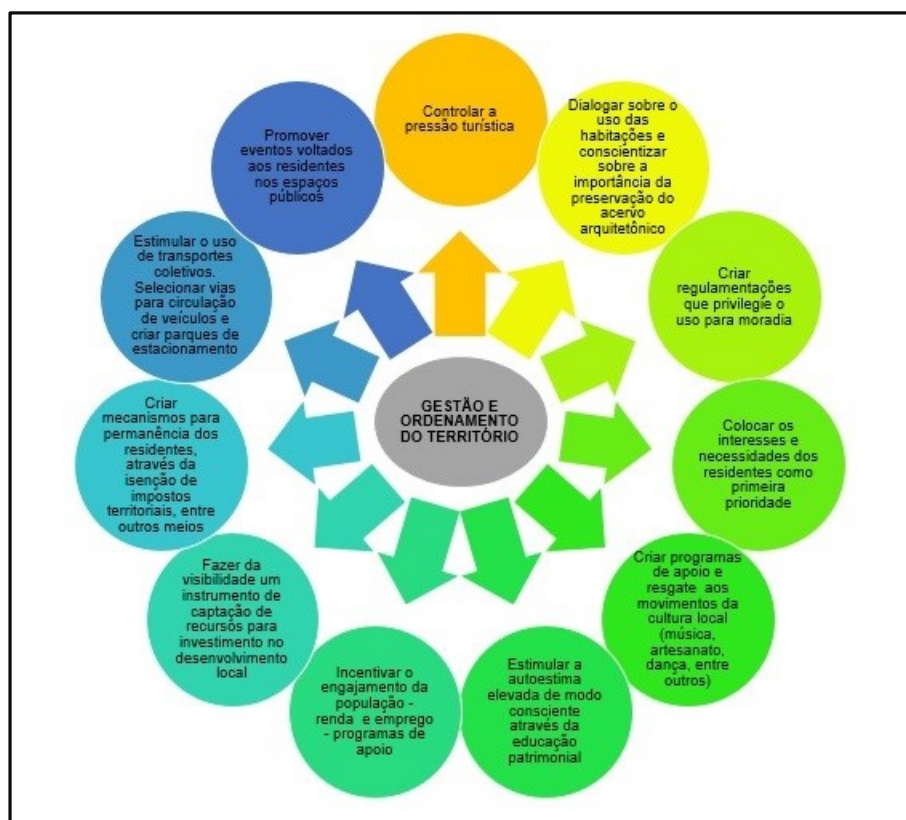
Cumpre, também, referir que não nos propomos a elaborar um modelo ou uma cartilha, a qual deve ser seguida pelos sítios classificados como patrimônio cultural da humanidade. Pelo contrário, não temos nenhuma intenção de colaborar para o processo de empacotamento dos lugares. Desse modo, estaríamos apenas “trocando seis por meia dúzia”, ao propor um padrão a ser seguido sem que as especificidades dos lugares fossem o primeiro fator a ser levado em conta.

O que pretendemos é lançar ideias para as estratégias de ação, conforme a Figura 39, respaldadas pelos resultados da pesquisa realizada em Olinda e nos sítios portugueses, visando desta maneira, colaborar com o processo de gestão e ordenamento territorial.

Deste forma, podemos perceber, primeiramente, que se faz necessário regular ou controlar a pressão que o turismo exerce sobre os territórios classificados. Importa realçar que é preciso refletir se os benefícios gerados pelo turismo são maiores do que os danos causados.

Nesta direção, Capel (2014, p.116) afirma que: “Un aspecto positivo del turismo es que los turistas e y las visitas turísticas pueden contribuir a mantener los monumentos. Pero eso va unido a otro que es, al mismo tiempo, negativo, ya que de cierto umbral de uso pueden degradar el patrimonio.”

Figura 39 – Ideias a serem consideradas na gestão e o ordenamento do território nos sítios patrimoniais



Fonte: Elaboração própria, 2015.

Outro ponto bastante importante diz respeito às dinâmicas dos residentes dos sítios classificados. Primeiramente, definimos como fundamental o diálogo em todos os aspectos, em especial no que se refere ao uso das habitações, pois não adianta

nada estabelecer normas rígidas de controle sem que haja um processo de conscientização sobre o valor das heranças materiais de outros.

Importa notar que a rigidez das normas, impostas de forma “dura”, acaba por estimular, em algumas situações, as alterações irregulares e a subutilização/desertificação, o que por sua vez contribui para degradação.

No que se refere a questão mencionada acima temos as considerações de Pina (2006, p. 20):

Deve-se avaliar a função do valor cultural das construções e seu valor derivado da utilização que se pode fazer dela, e pelos novos valores adquiridos pela sua conservação e manutenção, ocorridas pelas diferentes formas de apropriação do espaço na cidade, assim como daquelas mudanças vinculadas às transformações produtivas e às respostas da população local. Essas funções devem adaptar-se às necessidades sociais, culturais e econômicas dos habitantes, sem causar prejuízo ao caráter específico do conjunto histórico, reafirmando o conceito de função social do patrimônio habitacional.

Neste sentido, também acreditamos que é preciso regular a pressão que os empreendedores econômicos exercem sobre os sítios históricos, já que a *sobreutilização* através do turismo e da especulação imobiliária favorece a “expulsão” dos residentes.

Em síntese, acreditamos que, enquanto não houver por parte da gestão pública a focalização das políticas nas questões referentes às dinâmicas dos residentes, o patrimônio viverá em constante risco. Não é aceitável esquecer que são os atores locais que dão vida aos lugares: sem eles o patrimônio deixa de ser herança, bem comum, e se transforma em um cenário fabricado para os turistas tirarem fotos para publicar nas redes sociais.

À exemplo do que falamos acima sobre a *cenarização* elaborada pelo turismo, temos o caso África Ocidental Francesa, estudado por Lucas (2013). A autora indica a existência de um processo de venda da imagem do deserto como um espaço virgem, inexplorado – quando na verdade não o é. Explica que a memória das expedições coloniais é evocada pelo turismo contemporâneo enquanto estratégia de promoção e divulgação. Realidade semelhante ao que ocorre nos sítios estudados onde a classificação como patrimônio serve de mote para vender o lugar, sobretudo, através do turismo.

Em continuidade a nossa análise, destacamos outro ponto de relevância que consiste na minimização do processo de standardização da cultura, frequente nos sítios patrimoniais. Deve-se valorizar a arte e a cultura popular local como

mecanismo chave, a fim de não tornar os sítios patrimoniais, lugares com a mesma “cara”. Isto é, faz-se importante evitar que os lugares da memória, ao assumirem um padrão, tornem-se espaços comuns, banais – diferentes uns dos outros, quando muito, na materialidade.

Também é preciso estimular, através da educação patrimonial, a constituição de uma autoestima elevada de modo consciente, pois de nada adiante ter orgulho do lugar apenas por “ vaidade”, sem entender o que ele representa e sem estar atento aos desafios e às dinâmicas do lugar.

Outra questão a ser observada consiste na busca por mecanismos que incentivem a geração de renda e emprego nos sítios patrimoniais, já que pensamos ser este um elemento colaborador para minimização da desertificação. Para tanto é preciso, primeiramente, estimular a diversificação das atividades econômicas, tirar o foco do turismo.

É necessário, ainda, ter em conta a criação de mecanismos que regulem o uso dos edifícios, de maneira que os rígidos instrumentos normativos referentes as áreas classificadas busquem articular a preservação da arquitetura com o dinamismo das atividades econômicas. Em resumo, deve-se evitar o cenário onde, de um lado, geram-se algumas oportunidades em função do turismo, mas, por outro, se favorece a estagnação das demais atividades.

Somam-se, também, às nossas ideias - para minimização da tendência de padronização dos lugares da memória - a necessidade de refletir sobre a visibilidade resultante da classificação, de modo que seja “explorada” em favor de investimentos no efetivo desenvolvimento sócio-espacial. Cumpre lembrar, que a exposição do lugar, se não for bem trabalhada, ao invés de se configurar numa componente positiva pode estimular a banalização da imagem do lugar.

Um outro ponto central diz respeito a circulação e acessibilidade aos sítios classificados. Neste aspecto os gestores públicos têm que lembrar que, para existirem pessoas habitando, são necessárias condições. É preciso traçar um plano de ordenamento das vias públicas de maneira que sejam atendidas às demandas de circulação, de transporte e de estacionamento das pessoas que vivem e/ou trabalham nas zonas históricas.

E, por fim, apontamos para a necessidade de “democratizar” os espaços públicos, pois conforme vimos ao longo da análise dos resultados, os residentes

muitas vezes se sentem “expulsos” dos parques e praças onde há concentração de visitantes e turistas.

Assim, diante das ideias expostas ao longo do trabalho, trazemos, à título de síntese, as reflexões de Choay (2011, p. 51) no momento em que propõe três frentes de luta que reforçam o nosso posicionamento no que se refere às questões que devem ser consideradas para minimizar a tendência de padronização dos lugares da memória: “[...] primeira, a da educação e a da formação, seguidamente, a da utilização ética das nossas *heranças edificadas* (hoje comercializadas sob o vocábulo de «património»); e, finalmente, a da participação colectiva na produção de um património vivo.”

Desta maneira, antes de passarmos às considerações finais, podemos resumir que os lugares da memória não podem ser transformados em “ilhas” nem em cenários. Isto é, não podem ser geridos de modo que fiquem isolados dos que dão vida ao lugar e, tão pouco, podem ser desarticulados da dinâmica do entorno. Também não podem virar um cenário para ser vendido pelo turismo, sob pena do abandono dos residentes e, mais tardiamente, sob o risco do próprio turismo encontrar em outros locais condições mais “favoráveis” ao seu desenvolvimento.

Cumpramos lembrar que não são os lugares classificados como patrimônio cultural da humanidade que impõem ao ser humano um valor simbólico, mas que é o ser humano que, através das relações de identidade e cultura, elaboradas de acordo com a superposição de camadas do tempo, que lhes dá vida e os transforma em herança.

## 12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumpra nesta etapa, momento final da presente produção científica sobre os lugares classificados como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO a partir da análise *confrontativa* entre os exemplos de caso de Olinda, Sintra, Évora e Guimarães, retomar as questões trabalhadas ao longo da tese de modo a articular teoria e prática e, principalmente, refletir sobre as possíveis contribuições resultantes da investigação aqui apresentada.

Importa pontuar que ideias poderão ser úteis para a equalização dos interesses e conflitos decorrentes do processo de apropriação espacial no que diz respeito a gestão e o ordenamento do território das áreas *patrimonializadas*.

Desta maneira, vale referir, primeiramente, a identificação da existência de um laço de identidade entre o Brasil e Portugal, resultante do padrão urbanístico português de estruturação espacial, na medida em que as heranças do período colonial estão presentes até os dias atuais, não somente em Olinda, mas também em outras cidades brasileiras - isto é, o patrimônio deixado pelos portugueses no Brasil resistiu ao tempo e faz parte da cultura e dos fatores identitários constituidores do território brasileiro, conforme abordado, sobretudo, no preâmbulo.

Também importa enfatizar o fato do patrimônio material de épocas passadas, enquanto uma herança, um legado, ter resistido ao tempo e se fazer presente em muitos lugares. Porém, essas marcas de outros tempos algumas vezes se encontram desarticuladas das necessidades impostas por um mundo cada dia mais veloz, estando vivas apenas em seu caráter concreto. A questão é que, independentemente de se apresentar mais ou menos articulado com às dinâmicas atuais, o patrimônio se constitui como um aspecto que exerce forte influência na identidade e na cultura do(s) território(s), de acordo com as análises realizadas no terceiro, quarto e quinto capítulos.

Outro ponto a ser observado é que, apesar da existência de vários estudos sobre a temática do patrimônio, ao confrontarmos um caso brasileiro com os exemplos de casos portugueses, tornou-se possível entender as múltiplas facetas envolventes à questão da classificação. Foi também possível verificar como o estatuto foi aproveitado em realidades que, apesar do vínculo histórico, são diferenciadas, conforme os resultados apontados no décimo e décimo primeiro capítulos.

Desta maneira, retomamos a hipótese central da presente investigação, debatida na segunda parte deste trabalho, onde afirmamos que a classificação dos lugares enquanto patrimônio mundial pela UNESCO transforma a dinâmica territorial, social, econômica e cultural, a partir da produção de impactos não somente positivos, mas também negativos. Parece um tanto óbvio a ocorrência de alterações; contudo é preciso observar que poderia se tratar de um título com efeito apenas teórico, sem que, na prática, não se produzisse transformações efetivas na vida do lugar, o que não é o caso.

Destarte, cabe enfatizar que, de um modo geral, o recebimento do estatuto de patrimônio da cultura mundial conferido pela UNESCO de fato transforma profundamente a dinâmica dos lugares.

Deste modo, em continuidade às notas finais, faz-se necessário analisar as questões contidas na hipótese de forma pontual e detalhada. Isto é, abordaremos a seguir os componentes referentes às transformações de impacto territorial, socioeconômico e cultural.

Assim sendo, vale referir sobre as transformações promovidas na dinâmica territorial que foi possível comprovar enquanto impactos positivos do título: o estímulo à preservação do acervo material e o favorecimento à visibilidade e ao reconhecimento dos sítios estudados.

Quanto à ocorrência de uma maior facilidade ao acesso aos programas mundiais de financiamento, fator este definido como um impacto positivo, foi possível constatar que não existe uma relação: a classificação não promove mecanismos de diferenciação. É preciso submeter projetos de atuação/intervenção, tanto para instituições de âmbito nacional como mundial, de modo a se conseguir obter suporte técnico e/ou financeiro.

Ainda no que se refere as transformações territoriais, foi possível comprovar, enquanto impacto negativo, a existência de dificuldades para o deslocamento e acessibilidade nos quatro sítios estudados. É bastante complicada a circulação de veículos devido a estruturação específica destes territórios, em especial dadas as regras que regulam as áreas classificadas, no que se refere aos transportes de uso coletivo. Cumpre lembrar que, para o visitante e para o turista, tal questão, na maioria das vezes, não chega a causar transtornos; contudo, para os residentes, que têm conviver com essas especificidades, são muitas as dificuldades em seu dia-a-dia.

Também foi observada uma tendência de “mudança” no perfil dos usuários dos espaços públicos, em especial nos locais mais próximos aos atrativos e equipamentos turísticos: em certas épocas do ano, efetivamente é maior o número de visitantes e turistas do que o de residentes. Em outras palavras, sobretudo nos períodos de alta turística a população local tende a evitar os locais públicos onde há concentração de pessoas exteriores ao lugar.

Outro aspecto identificado como um impacto negativo consiste na tendência de focalização da gestão e do planejamento nos elementos ligados ao patrimônio. Vale referir que, nesta matéria não podemos fazer generalizações para o caso de Olinda e para os sítios portugueses, mas podemos ainda assim afirmar que, em maior ou menor grau, as estratégias de ação são realizadas tendo o patrimônio como prioridade, conforme apontamos na terceira parte da presente tese. Tal situação decorre do receio de perder a classificação e também da ideia de que o turismo pode ser um importante agente de incentivo ao desenvolvimento.

Importa deixar claro que não somos contrários, em hipótese nenhuma, a preservação do patrimônio material; não estamos de acordo é que ele seja transformado em mercadoria, somente priorizado com o intuito de ser vendido para o turismo. Também, não julgamos adequado que as ações de gestão, ao invés de considerarem primeiramente as necessidades dos residentes, as coloque em segundo plano, uma vez que acreditamos serem os atores locais os responsáveis por dar vida aos lugares da memória, além de se constituírem enquanto importantes aliados no processo de preservação, como sucede quando são valorizados pelos gestores.

Vale referir, ainda, que as normas de regulação do uso do espaço dos sítios patrimoniais, logicamente, são uma componente importante para garantir a preservação das heranças materiais; porém não podem ser realizadas de modo impositivo sem a participação da sociedade local, pois tal opção só faz colaborar com a desertificação populacional.

No que diz respeito as transformações sociais e econômicas referidas na hipótese, foi possível constatar que a ideia do título ter promovido um maior dinamismo econômico e de ter estimulado a geração de renda e emprego não se sustenta enquanto impacto positivo. Registraram-se, tanto em Olinda, como em Sintra, Évora e Guimarães, algumas melhorias restritas às atividades ligadas ao turismo.

Outro aspecto colocado na hipótese diz respeito ao fato da classificação ter se apresentado como um instrumento de incentivo à geração de riqueza mediante aumento da arrecadação fiscal, onde não foram identificados avanços nos quatro sítios estudados. O incremento observado é incipiente e decorrente apenas das atividades vinculadas ao turismo.

Outro fator apontado enquanto impacto positivo, que poderia ter sido gerado pela classificação, refere-se ao estímulo ao turismo cultural, cuja pressão sobre o território é menor. Quanto à questão observou-se que, apesar de termos identificado alguns avanços, o que ainda domina é o turismo de massa e a presença de visitantes.

Já no que se refere aos impactos negativos na dinâmica social e econômica, comprovou-se um descontentamento bastante acentuado devido à falta de “autonomia” no uso dos espaços privados. Foram frequentes os relatos apontado para a rigidez das normas para as habitações impostas pela classificação nos quatro sítios analisados.

Também referiram como um problema a sobrevalorização dos imóveis. Sendo esses dois fatores – a regulação das habitações e a sobrevalorização imobiliária – aspectos que colaboram para dá origem a um outro impacto negativo, que é a desertificação dos centros históricos.

Uma outra questão apontada na hipótese diz respeito as transformações de âmbito cultural resultantes do recebimento do título de patrimônio mundial. Diante da questão apontávamos como fatores positivos no cotidiano dos residentes: o fortalecimento da identidade e da cultura, a elevação da autoestima, o desenvolvimento de atividades criativas e o estímulo ao consumo e ao comércio.

Mediante tais questões constatamos que o título é motivo de orgulho para a população de Olinda, Sintra, Évora e Guimarães, o que por sua vez, favorece o “fortalecimento” da identidade e “estimula” a cultura. Contudo, observamos que, apesar da frequente referência ao orgulho por ser patrimônio, esse sentimento é, muitas vezes, desacompanhado do entendimento do significado do referido título; detectam-se também conflitos e críticas em função das “limitações” nascidas junto com a classificação.

Assim, podemos concluir que, de fato, o recebimento do estatuto da UNESCO eleva a autoestima; contudo afirmar que promove o fortalecimento da identidade e da cultura é algo duvidoso, sendo a maior prova do que afirmamos o problema da

desertificação populacional. Como o título pode fortalecer a identidade e cultura local se existe uma tendência de esvaziamento populacional?

Quanto às atividades criativas, foi possível notar uma variedade de cenários; porém, podemos afirmar, em linhas gerais, que estimula principalmente o artesanato e a música, com vistas ao atendimento dos turistas e dos visitantes. Vale realçar que nesta matéria, se destacaram as experiências de Olinda e de Guimarães, onde constatamos uma espécie de “vocação”, anterior ao recebimento do estatuto, que foi alavancada por uma classifica o de reconhecimento e valida o mundial.

No que diz respeito as altera es no cotidiano dos residentes mediante diversifica o do comércio, identificamos que os processos de classifica o não trouxeram benefícios. Foi possível verificar o direcionamento das atividades para atendimento dos turistas e visitantes, prejudicando a diversifica o, além de termos constatado a eleva o dos preços dos produtos e serviços, em especial nas localidades próximas aos principais monumentos e atrativos, ficando as necessidades dos moradores, mais uma vez, para segundo plano.

Por fim, temos os impactos negativos gerados na cultura, onde foi possível concluir que, de fato, ocorre um processo de “empacotamento” dos lugares, uma *cenariza o* que colabora para perda da identidade e estandardiza o da cultura.

Para além das questões vinculadas de forma direta a hipótese nos chamou a aten o, durante o percurso de composi o da tese, uma espécie de banaliza o da concessão do título de patrim nio cultural material. Já são tantos locais classificados pela arquitetura e pela paisagem, que agora já não são suficientemente atrativos. Para nós esse processo tem provocado uma “corrida” para a classifica o do patrim nio imaterial, cada vez mais frequente, dos quais destacamos os exemplos recentes do Frevo e da Capoeira no Brasil e do Fado e do Cante Alentejano em Portugal<sup>131</sup>. Quais se poderia perguntar se as igrejas, os mosteiros, os palácios, os jardins já não são suficientes para atrair turistas?

Bem,   preciso deixar claro que, seja o patrim nio material ou o imaterial, s    possível garantir a preserva o das heranças dos povos se a dinâmica dos atores locais se situarem enquanto prioridade. Daí a impossibilidade de propor um plano de gestão e ordenamento do território aplicável de forma genérica aos sítios declarados patrim nio, pois acreditamos que os pilares centrais a serem adotados no processo

---

<sup>131</sup> Cf. CARVALHO; BARATA, 2008.

de governança desses recortes espaciais tem que considerar, primeiramente, as especificidades do lugar e, depois, as necessidades dos residentes.

É preciso repensar os critérios, condições e meios de fiscalização adotados a nível local e global. Deve-se observar, que apesar da classificação da UNESCO, preservar as heranças materiais pode prejudicar o desenvolvimento integrado do lugar, além de poder comprometer a identidade, na medida em que os residentes tendem a “fugir” da pressão turística e imobiliária.

Cumpramos enfatizar que, sendo verdade que o título conferido pela UNESCO se configura como um importante instrumento de preservação do acervo material, o problema está no modo como ele é aproveitado localmente, devido à tendência de transformar os lugares em mercadoria. Isto é, os poderes locais muitas vezes enviam a candidatura sob a alegação da preservação, mas na prática ocorre que os locais são transformados em cenários para atrair visitantes e turistas para gerar lucro - antes de refletirem sobre os meios que poderiam garantir a permanência e a qualidade de vida dos habitantes, pensam em estratégias para gerar estadias mais longas.

Importa referir que, ao nosso modo de enxergar, são muitas as questões e interesses que se impõem. Somos contrários à destruição da herança material: contudo, o que queremos mostrar é que esta herança tem que se manter viva através da presença de pessoas habitando, o que só poderá ocorrer mediante a preservação dos direitos e dos modos de vida dos atores que fazem o lugar.

Vale esclarecer, também, que não somos opostos ao desenvolvimento do turismo nos sítios patrimoniais, desde que este seja realizado de forma articulada com as comunidades locais. Contudo se faz necessário criar mecanismos de regulação. O referido segmento não pode ser visto como uma “tábua de salvação”, como uma forma rápida, inquestionavelmente eficaz na geração do “desenvolvimento” sócio-espacial, realizado de modo a comprometer o “espírito” dos lugares.

Por fim, retomamos o questionamento inicial de como os lugares com marcas de tempos passados, classificados enquanto patrimônio da cultura mundial pela UNESCO, se inserem na dinâmica global, ou seja, buscamos tentar perceber como os espaços com forte carga de tempo que resistiu aos avanços técnicos e tecnológicos realizados pelo ser humano se agregam à lógica mundial atual.

Concluimos que é, sobretudo, através da venda da imagem do lugar para a exploração econômica, uma vez que a classificação, ao distinguir alguns recortes do globo em relação aos demais, os torna um alvo valioso para o turismo. Não é necessariamente a identidade e a cultura do(s) lugar(es) que são beneficiadas. As marcas de tempos passados na atual perspectiva de um mundo globalizado, infelizmente, são muitas vezes reduzidas a produtos para serem vendidos, cenário esse que torna urgente repensar os mecanismos adotados a fim de garantir que a “essência” dos lugares seja, de fato, preservada.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, Ana; RIBEIRO, Luís. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Évora (**entrevista**). Associação Comercial do Distrito de Évora. Évora, 27 nov. 2014. arquivo .mp3 (55 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta tese.
- ALMEIDA, Fernando Pau-Preto Morgado de. **O patrimônio cultural no planeamento e no desenvolvimento do território: Os planos de ordenamento de parques arqueológicos**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitectura. Porto: Universidade do Porto, 2005.
- ALMIRÓN, A. et al. **Turismo, Patrimonio y Territorio: Una Discusión de sus Relaciones a partir de Casos de Argentina**. Estudios y Perspectivas en Turismo, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/eypt/v15n2/v15n2a01.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2015.
- ALVES, Isabel. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Guimarães (**entrevista**). Associação Ó de Casa – Projeto Guimarães Noc Noc. Guimarães, 13 nov. 2014. arquivo .mp3 (64 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta tese.
- AMENDOEIRA, Ana Paula. **Patrimônio mundial e turismo: uma reflexão a propósito dos 40 anos da Convenção**. RP – Revista Patrimônio. Lisboa: Direção Geral do Patrimônio Cultural – DGPC, 2013.
- ANDRÉ, Isabel Margarida. **Metodologias de Investigação em Geografia Humana**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2005.
- ANDRÉ, Isabel; Carmo, André. **Régions Et Villes Socialement Créatives. Étude Appliquée á la Péninsule Ibérique**. Innovations, 2010, n. 33. DOI: 10.3917/inno.033.0065. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-innovations-2010-3-page-65.htm>>. Acesso em: 13 mai. 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação - referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- AZEVEDO, Paulo Ormino. Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira – origens. In: CARITA, HÉLDER; ARAÚJO, RENATA. (Org.) **Universo urbanístico português, 1455-1822**. Lisboa: CNCDP, 1998.
- BARRETO, Juliana Cunha. **De Montmartre Nordestina a Mercado Persa de Luxo: O Sítio Histórico de Olinda e a participação dos moradores na salvaguarda do patrimônio cultural**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- BITOUN, Jan. et al. **Região Metropolitana do Recife no Contexto de Pernambuco no Censo 2010**. Recife: Observatório das Cidades, 2010.
- BOWITZ, E.; IBENHOLT, K. **Economic Impacts of Cultural Heritage - Research and Perspectives**. Journal of Cultural Heritage, 2009, n. 10. Disponível em:

<<http://pt.scribd.com/doc/201026336/Bowitz-Economic-Impacts>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

BREJO, Ana Luísa. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Évora (**entrevista**). Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo. Évora, 26 nov. 2014. arquivo .mp3 (55 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta tese.

BRITO HENRIQUES, Eduardo. **Cultura e território, das políticas às intervenções: estudo geográfico do património histórico-arquitectónico e da sua salvaguarda**. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003.

BRITO, Marcelo. **Pressupostos da reabilitação urbana de sítios históricos no contexto brasileiro**. 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/03.033/705>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

BRUNA, Gilda Collet. Paradigmas urbanístico-ambientais das cidades luso-brasileiras. In: LOBO, MANUEL LEAL DA COSTA E SIMÕES JÚNIOR, JOSÉ G. (Org.). **Urbanismo de colina. Uma tradição luso-brasileira**. Lisboa: Editora Mackenzie, 2014.

CALHEIROS, Sônia Coutinho. Olinda Patrimônio da Humanidade. In: GISELA ABAD (Org.). **Linda Olinda**. Recife: Caleidoscópio, 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA (Portugal). **Plano Director Municipal**. 2007. Disponível em: <[http://www2.cm-evora.pt/PDME/01\\_ANEXO\\_I/Anexo\\_I.pdf](http://www2.cm-evora.pt/PDME/01_ANEXO_I/Anexo_I.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2014.

CAPEL, Horacio. **El patrimonio: la construcción del pasado y del futuro**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2014.

CARVALHO, A.; BARATA, F. **Le Patrimoine Culturel Immatériel au Portugal Questions d'Aujourd'hui et défis de demain**. Évora: CIDEHUS-Universidade de Évora. Vol. 1., 2008.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CASTRO, Francisco de Paula Falcão. **Elaboração de monografia: como preparar e redigir projetos de pesquisa, monografias, dissertações ou teses**. Olinda, PE: Livro Rápido, 2008.

CHANTELOT, Sébastien. La thèse de la «classe créative»: entre limites et développements. **Géographie, économie, société**, Paris, Lavoisier, n. 11. p. 315-334, 2009.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2010.

CHOAY, F. **As Questões do patrimônio. Antologia para um combate**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CHOAY, F. **Patrimônio e Mundialização**. Lisboa: Editora Licorne, 2005.

CHUVA, Márcia. **Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado**. TOPOI, 2003. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

COELHO, Germano. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (**entrevista**). Escritório técnico particular. Recife, 08 ago. 2013. arquivo .mp3 (36 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO (CCDR LVT) (Portugal). **A Região de Lisboa e Vale do Tejo em Números**. Lisboa: Centro de Observação das Dinâmicas Regionais, 2009.

COSTA, Alexandre. **Lugares praticados versus lugares de memória**. RP – Revista Patrimônio. Lisboa: Direção Geral do Patrimônio Cultural – DGPC, 2013.

COSTA, Everaldo Batista. **Refuncionalização de Patrimônio Cultural e a Nova Racionalidade da Organização Sócio-espacial**. 2008. Disponível em: <<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

COSTA, Rui Vítor da. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Guimarães (**entrevista**). Muralha – Associação de Guimarães para Defesa do Patrimônio. Guimarães, 13 nov. 2014. arquivo .mp3 (85 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta tese.

CRESPI, Francisco. **Manual de Sociologia da Cultura**. Lisboa: Editorial Estampa Lda, 1997.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Lisboa: Fim de Século Edições LDA, 1999.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Governança Territorial e Desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança**. 2011. Disponível em: <<http://www.unc.br/mestrado/textos/ARTIGO-IPEA-GOVERNANCA-TERRITORIAL-e-DESENVOLVIMENTO-VALDIR.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

DANSERO, Egídio. et al. O desenvolvimento local: contextos nacionais em confronto. In: SAQUET, MARCOS AURÉLIO; SPOSITO, ELISEU (Org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

DAVID, Celestino Froes. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Évora (**entrevista**). Pró-Évora. Évora, 25 nov. 2014. arquivo .mp3 (58 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta tese.

**Dicionário Básico Japonês – Português**. São Paulo: Aliança Cultural Brasil-Japão, 2000.

DIDIER, Marília. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (**entrevista**). Atelier de Artes 4 Cantos. Olinda, 19 jul. 2013. arquivo .mp3 (30 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

EMPETUR (Brasil). **Inventário da Oferta Turística de Pernambuco**. Recife: EMPETUR, 2012.

EVANS, Graeme. **Living in a World Heritage City: stakeholders in the dialectic of the universal and particular**. International Journal of Heritage Studies, v. 8, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13527250220143913>>. Acesso em 13 mar. 2012.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, CIRO FLAMARION SANTANA, VAINFAS, RONALDO (Org). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FEATHERSTONE, Mike. Culturas locais e culturas locais. In: FORTUNA, CARLOS. (Org.). **Cidade, cultura e globalização**. Oeiras: Celta editora. (2001).

FERNANDES, José Manuel. **Arquitetura Portuguesa: uma síntese**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006.

FERNANDES, José Manuel. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Sintra (**entrevista**). Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. 12 jan. 2015. arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta tese.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)**. Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarboasa/files/2010/09/18JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>> Acesso em: 21 mai. 2014.

FERNANDES, Neide. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (**entrevista**). Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Recife, 15 jul. 2013. arquivo .mp3 (80 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

FERRÃO, João. Apresentação. In: LOBO, MANUEL LEAL DA COSTA E SIMÕES JÚNIOR, JOSÉ G. (Org.) **Urbanismo de colina. Uma tradição luso-brasileira**. Lisboa: Editora Mackenzie, 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FILHO, Nestor Goulart Reis. Notas sobre o urbanismo no Brasil. Primeira parte: período colonial. In: CARITA, HÉLDER; ARAÚJO, RENATA. (Org.) **Universo urbanístico português, 1455-1822**. Lisboa: CNCDP, 1998.

FOLGADO, Deolinda. Patrimônio inclusivo. Das expectativas aos desafios. In: CUSTÓDIO, J. (Org.) **100 Anos de Patrimônio: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010**. Lisboa: Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitectónico e Arqueológico, 2010.

FORTUNA, Carlos. **Identities, Percursos, Paisagens Culturais: Estudos Sociológicos de Cultura Urbana**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

FRAZÃO, Miguel; PINHO, Isabel. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Guimarães (**entrevista**). Câmara Municipal de Guimarães. Guimarães, 12 nov. 2014. arquivo .mp3 (78 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta tese.

FRONER, Yacy Ara. **Patrimônio histórico e modernidade: construção do Conceito a partir da noção de revitalização de sítios, monumentos e centros urbanos**. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/CMS/cms1502.htm>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

FUINI, Lucas Labigalini. **A governança territorial e suas manifestações: arranjos produtivos locais (APLS) e circuitos turísticos**. Revista da Casa da Geografia de Sobral, 2011. Disponível em: <<http://www.uvanet.br/rcgs>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI. **Ranking poder de paridade de compra per capita**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/weorept.aspx?>>. Acesso em: 16 jun. 2014

GEHLEN, Ivaldo. Território, cidadania, identidades e desenvolvimento local sustentável. In: RIELLA, ALBERTO (Org.) **Globalización, desarrollo y territorios menos favorecidos**. Montevideu: Universidad de La República, 2006.

GONÇALVES, Fábio Christiano Cavalcanti. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (**entrevista**). Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Recife, 09 ago. 2013. arquivo .mp3 (80 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento**. 2002. Disponível em: <[http://www.propipi.uff.br/turismo/sites/default/files/mp\\_21\\_29.pdf](http://www.propipi.uff.br/turismo/sites/default/files/mp_21_29.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

GUERREIRO, Maria Rosália Da Palma. **Urbanismo Orgânico e a Ordem Implícita: Uma Leitura Através das Geometrias da Natureza**. Tese de Doutorado. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa Escola de Tecnologias e Arquitectura, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 2006. Disponível em: <[http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:e9C1oDARSEJ:scholar.google.com/+o+conceito+de+identidade&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:e9C1oDARSEJ:scholar.google.com/+o+conceito+de+identidade&hl=pt-BR&as_sdt=0,5)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

HORTA, Basílio. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Sintra (**entrevista**). Câmara Municipal de Sintra. Sintra, 03 dez. 2014. arquivo .mp3 (28 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta tese.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Círculo de Leitores, 2002.

HOWKINS, J. **The creative economy: how people make money from ideas**. London: Penguin Global, 2001.

IBGE. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/areaponderacao/index.html>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

ICOMOS Portugal. **Carta Internacional do Turismo Cultural**. 1999. Disponível em: <[http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/ProdutoseDestinos/Documents/Doc10\\_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/ProdutoseDestinos/Documents/Doc10_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2014.

ICOMOS. **Declaração de Québec - Sobre a preservação do "Spiritu loci"**. 2008. Disponível em: <[http://www.international.icomos.org/quebec2008/quebec\\_declarati on/pdf/GA16\\_Quebec\\_Declaration\\_Final\\_PT.pdf](http://www.international.icomos.org/quebec2008/quebec_declarati on/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2014.

IGESPAR. **Patrimônio mundial de origem portuguesa**. Disponível em: <<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemporuguesa/>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

INE. **Censo demográfico**. 2011. Disponível em: <[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011\\_apresentacao](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao)>. Acesso em: 20 mar. 2014.

INE. **Estatísticas da cultura**. Lisboa: INE, 2011.

INE. **Estatísticas Territoriais**. 2012. Disponível em: <[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_unid\\_territorial&menuBOUI=%2013707095&contexto=ut&selTab=tab3&xlang=pt](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=%2013707095&contexto=ut&selTab=tab3&xlang=pt)>. Acesso em: 24 mar. 2014.

INE. **Mapas**. 2014. Disponível em: <<http://mapas.ine.pt/map.phtml>>. Acesso em 12 mai. 2014

IPHAN. **Casa do Patrimônio de Olinda**. Disponível em: <<http://iphanolinda.wordpress.com/publicacoes/>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

JONES, Adriana. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Sintra (**entrevista**). Associação de Defesa do Patrimônio de Sintra. Sintra, 19 nov. 2014. arquivo .mp3 (110 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta tese.

KASHIMOTO, Emília. et al. **Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: Conceitos e Perspectivas para Regiões em Desenvolvimento**. 2002 Disponível em: <<http://anagrama.art.br/textos/livros/culturadesenvKASHIM.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

LAMAS, António. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Sintra (**entrevista**). Parques Monte da Lua. Sintra, 09 mai. 2013. arquivo .mp3 (50 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta tese.

LANCINHA, Álvaro. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Évora (**entrevista**). Sociedade Harmonia Eborense. Évora, 27 nov. 2014. arquivo .mp3 (80 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta tese.

LOBO, M. L da Costa. et al. Conclusões e recomendações para o planeamento de futuras cidades de colina. In: LOBO, MANUEL LEAL DA COSTA; SIMÕES JÚNIOR, JOSÉ G. (Org.). **Urbanismo de colina. Uma tradição luso-brasileira**. Lisboa: Editora Mackenzie, 2014.

LOPES, Vicente. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (**entrevista**). Câmara dos Dirigentes Lojistas de Olinda. Olinda, 30 jul. 2013. arquivo .mp3 (42 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

LUCAS, Joana. Orientalism and imperialism in French West Africa. Considerations on travel literature, colonial tourism, and the desert as 'commodity' in Mauritania. In: SARMENTO, João; BRITO HENRIQUES, Eduardo. (Org.) **Tourism in the global south: heritages, identities and development**. Lisbon: Centre for Geographical Studies – CEG, 2013.

MARINHO, Gilvandro da Cunha; AMORIM, Ceci do Eirado. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (**entrevista**). Empresa de Turismo de Pernambuco. Olinda, 22 ago. 2013. arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

MARQUES, Helder; MARTINS, Luís Paulo Saldanha. **Memória, herança, patrimônio e paisagem**. Cadernos de Geografia, 1998, nº17. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/19267>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira. Patrimônio como valor humano. In: CUSTÓDIO, J. (Org.) **100 Anos de Patrimônio: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010**. Lisboa: Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitectónico e Arqueológico: 2010.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. **Patrimônio cultural e identidade: significado e sentido do lugar turístico**. 2004. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudo/completo.asp?idconteudo=2696>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

MARTINS, Manuel. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Guimarães (**entrevista**). Associação Comercial e Industrial de Guimarães. Guimarães, 12 nov. 2014. arquivo .mp3 (100 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta tese.

MCDOWELL, Sara. **Heritage, Memory and Identity**. 2008. In: GRAHAM, B.; HOWARD, P. Ashgate. Disponível em: <<http://www.ashgate.com>>. Acesso em 04 nov. 2013.

MEDEIROS, Maurício Galvão. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (**entrevista**). Secretaria de Turismo de Olinda. Olinda, 29 jul. 2013. arquivo .mp3 (50 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

MENEZES, José Luís Mota. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (**entrevista**). Escritório técnico particular. Recife, 01 ago. 2013. arquivo .mp3 (58 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

MENEZES, José Luís Mota. **Olinda: evolução urbana**. In: Carita, Hélder; Araújo, Renata. Universo urbanístico português, 1455-1822. Lisboa: CNCDP, 1998.

MENEZES, Marlucci. Do espaço ao lugar. **Do lugar às remodelações sócio-espaciais**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 155-175, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v6n13/v6n13a08.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

**MICHAELIS: Dicionário prático português-japonês**. São Paulo: Companhia Melhoramentos: Aliança Cultural Brasil-Japão, 2000.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). **Cultura em números: anuário de estatísticas culturais - 2ª edição**. Brasília: MinC, 2010.

MIRANDA, Eduardo. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Évora (**entrevista**). Câmara Municipal de Évora. Évora, 24 nov. 2014. arquivo .mp3 (35 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta tese.

MONTEIRO, Circe. **Turismo e Conservação**. In: LACERDA, NORMA; ZANCHETI, SILVIO MENDES. Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

MORA, Luís. **A Gestão da Conservação do Patrimônio e seus Instrumentos**. In: LACERDA, NORMA; ZANCHETI, SILVIO MENDES. Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Annablume, 2005.

MORENO, Onildo. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (**entrevista**). Museu de Arte Sacra de Olinda. Olinda, 27 ago. 2013. arquivo .mp3 (35 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

MOURA, Paula. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (**entrevista**). Instituto Cooperação Econômica Internacional. Olinda, 23 jul. 2013. arquivo .mp3 (45 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

NEVES, Lafaiete Santos. et al. **A transição do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável**. 2007. Disponível em: <[http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf\\_reflexoes/reflexoes\\_14.pdf](http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf_reflexoes/reflexoes_14.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

OLIVEIRA, Alexandre Aguiar de. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (**entrevista**). Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta. Olinda, 25 jul. 2013. arquivo .mp3 (45 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

PALMA, Elvira. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Évora (**entrevista**). 100Pavor – Associação de Artistas Plásticos. Évora, 24 nov. 2014. arquivo .mp3 (50 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta tese.

PEREIRA, Catarina. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Guimarães (**entrevista**). Centro Cultural Vila Flor/Plataforma das Artes. Guimarães, 13 nov. 2014. arquivo .mp3 (52 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta tese.

PEREIRO, X. “**Patrimônio cultural: o casamento entre patrimônio e cultura**”. Revista dos sócios do Museu do Povo Galego. n.º 2, pp. 23-41, 2006. Disponível em: <[http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/patrimonio\\_cultural/Patrimonio\\_Cultural.pdf](http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/patrimonio_cultural/Patrimonio_Cultural.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

PINA, André Renato. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (**entrevista**). Secretaria de Patrimônio e Cultura de Olinda. Olinda, 05 ago. 2013. arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

PINA, André Renato. **Transformações dos Espaços de Habitação do Sítio Histórico de Olinda**. Dissertação de mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

PIRES, Elson. et al. **Instituições, Territórios e Desenvolvimento Local: Delineamento Preliminar dos Aspectos Teóricos e Morfológicos**. 2006. Disponível em: <[http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/sem\\_elson%5b1%5d.pdf](http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/sem_elson%5b1%5d.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

PONTUAL, Virgínia. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (**entrevista**). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 08 ago. 2013. arquivo .mp3 (45 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

PORTER, Benjamin W. **Heritage Tourism: Conflicting Identities in the Modern World**. In: GRAHAM, B.; HOWARD, P. Ashgate. Disponível em: <<http://www.ashgate.com>>. Acesso em: 04 nov. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA. **Carnaval de Olinda 2014**. Disponível em: <<http://carnaval.olinda.pe.gov.br/noticias/carnavaldeolinda-em-2014-foi-uma-festa-de-paz>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA. **Legislação Urbanística para os Sítios Históricos**. Lei nº.4849. 1992.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 - A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado**. Lisboa: Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (tradução), 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1980.

RÊGO, Patrícia. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Évora (**entrevista**). Universidade de Évora. Évora, 25 nov. 2014. arquivo .mp3 (82 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta tese.

REIS, Marco Aurélio de Oliveira. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (**entrevista**). Associação de Empreendedores do Sítio Histórico de Olinda. Olinda, 30 jul. 2013. arquivo .mp3 (55 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa. **Questões e antecedentes da “cidade portuguesa”: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica**. In: REVISTA MURPHY – REVISTA DE HISTÓRIA E TEORIA DA ARQUITECTURA E URBANISMO. Coimbra: Editora Coimbra, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Espaço e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. **Territorialidade e identidade**. Caderno Prudentino de Geografia, n. 31, v.1, 2009.. Disponível em: <[http://agbpb.dominiotemporario.com/doc/C\\_PG31A-3.pdf](http://agbpb.dominiotemporario.com/doc/C_PG31A-3.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

SARMENTO, João. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Guimarães (**entrevista**). Universidade do Minho. Guimarães, 12 nov. 2014. arquivo .mp3 (65 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta tese.

SARMENTO, João; BRITO HENRIQUES, Eduardo. Tourism in the Global South. In: SARMENTO, João; BRITO HENRIQUES, Eduardo. (Org.). **Tourism in the Global South: heritages, identities and development**. Lisbon: Centre for Geographical Studies – CEG, 2013.

SCIFONI, Simone. **A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais**. 2011. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT13/simone\\_scifoni.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT13/simone_scifoni.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

SEIXAS João; COSTA, Pedro. **Criatividade e governança na cidade. A conjugação de dois conceitos poliédricos e complementares**. In: Cad. Metrop., São Paulo, v. 13, n. 25, pp. 69-92, jan/jun, 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucs.br/index.php/metropole/article/.../4325>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

SILVA, Elsa Peralta. **Patrimônio e Identidade. Os Desafios do Turismo Cultural**. 2000. Disponível em: <<http://ufpbdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1713/3/217-224.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

SILVA, Gerinaldo Ramos da. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (**entrevista**). Associação dos Condutores Nativos de Olinda. Olinda, 23 jul. 2013. arquivo .mp3 (38 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas Solidões Vastas e Assustadoras: A conquista do Sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII E XVIII**. Recife: CEPE, 2010.

SILVANO, Filomena. **Do espaço ao lugar. Do lugar às remodelações sócio-espaciais.** In: MENEZES, MARLUCI. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 155-175, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/ha/v6n13/v6n13\\_a08.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ha/v6n13/v6n13_a08.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

SIMONEK, Simone; ALVES, Edi. O Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (**entrevista**). Olinda Artistas Associados/OLAA e Multirão da Cultura. Olinda, 02 jul. 2013. arquivo .mp3 (80 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: UNESP, 2004.

STAKE, ROBERT E. **A Arte da Investigação com Estudos de Caso.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida. **O Urbanismo português séculos XII-XVIII, Portugal-Brasil.** Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TWEED, Christopher; SUTHERLAND, Margaret. **Built cultural heritage and sustainable urban development.** 2007. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

UNESCO. 2015. **World Heritage List.** Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural.** Lisboa, Comissão Nacional da UNESCO, 1992.

UNESCO. **Declaración de México sobre las políticas culturales: Conferencia mundial sobre las políticas culturales.** 1982. Disponível em: <[http://portal.unesco.org/culture/es/files/35197/11919413801mexico\\_sp.pdf/mexico\\_sp.pdf](http://portal.unesco.org/culture/es/files/35197/11919413801mexico_sp.pdf/mexico_sp.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

UNESCO. ICOMOS. **Advisory Body Evaluation.** 1986. Disponível em: <[http://whc.unesco.org/archive/advisory\\_body\\_evaluation/361.pdf](http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/361.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

UNESCO. ICOMOS. **Advisory Body Evaluation.** 1995. Disponível em: <[http://whc.unesco.org/archive/advisory\\_body\\_evaluation/723.pdf](http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/723.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

UNESCO. ICOMOS. **Advisory Body Evaluation.** 2001. Disponível em: <[http://whc.unesco.org/archive/advisory\\_body\\_evaluation/1031.pdf](http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/1031.pdf)> Acesso em: 13 mai. 2015.

UNESCO. **Inscription: Historic Centre of Evora (Portugal).** 1986. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/1986/cc-86-conf003-10e.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

UNESCO. **Inscription: Historic Centre of the town of Olinda (Brazil)**. 1982. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/1982/clt-82-conf015-8e.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2015.

UNESCO. **Inscription: Sintra Cultural Landscape (Portugal)**. 1995. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/1995/whc-95-conf203-16e.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2015.

UNESCO. International Council of Monuments and Sites - ICOMOS. **Advisory Body Evaluation**. 1982. Disponível em: [http://whc.unesco.org/archive/advisory\\_body\\_evaluation/189.pdf](http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/189.pdf). Acesso em: 13 mai. 2015.

UNESCO. **Nomination: Historic Centre of Guimarães (Portugal)**. 2001. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1031.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2015.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Orientações técnicas para aplicação da convenção do patrimônio mundial**. Lisboa: Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitectónico e Arqueológico/Comissão Nacional UNESCO – Portugal, 2008.

VAQUERO, Manuel de Calle; HERNÁNDEZ, Maria García. **Ciudades históricas: patrimonio cultural y recurso turístico**. Revista *Ería*: Departamento de Geografía Humana, Universidad Complutense de Madrid, 1998.

VECCO, Marilena. **A definition of cultural heritage: From the tangible to the intangible**. *Journal of Cultural Heritage*, 2010. Disponível em: <http://www.mendeley.com/research/definition-cultural-heritage-tangible-intangible/>. Acesso em: 13 mai. 2015.

VINUESA, M. A. T. El Patrimonio Arquitectónico y Urbanístico como Recurso Turístico. In: MARCHANTE, J. S. G.; HOLGADO, M. C. P. (Org.). **La Función Social del Patrimonio Histórico: El Turismo Cultural**. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla – La Mancha, 2002.

VOGT, Olgário Paulo. **Patrimônio cultural: um conceito em construção**. 2009. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/687/498>. Acesso em: 13 mai. 2015.

WARNIER, Jean Pierre. **A mundialização da cultura**. Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

ZANCHETI, S. M.; MILET, Vera. **Gestão e conservação do Sítio Histórico de Olinda: 1938 – 2006**. Olinda: Centro de Estudos e Conservação Integrada – CECI, 2007.

ZANIRATO, Sílvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. **Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 251-262, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201882006000100012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201882006000100012&script=sci_arttext). Acesso em: 13 mai. 2015.

ZIZEK, Slavoj. **Da tragédia a Farsa**. 2011. Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=t7nnUo\\_QdsY](http://www.youtube.com/watch?v=t7nnUo_QdsY). Acesso em: 13 mai. 2015.

## APÊNDICE A – Formulário de inquérito por questionário

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Centro de Estudos Geográficos,  
Universidade de Lisboa  
Doutoramento em Geografia, especialização em Planeamento Regional e Urbano

### MARCAS DE TEMPOS PASSADOS EM UM MUNDO GLOBALIZADO: UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE DE OLINDA (BRASIL) E OS RECORTES ESPACIAIS DE SINTRA, ÉVORA E GUIMARÃES (PORTUGAL)

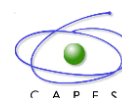
Projeto de Doutoramento em Geografia, financiado pela CAPES



**IGOT**  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E  
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



**UPE**  
UNIVERSIDADE  
DE PERNAMBUCO




---

### Formulário de inquérito por questionário

Este por questionário insere-se num projeto de doutoramento em Geografia, da Universidade de Lisboa, onde se procura analisar as transformações na dinâmica social, económica, cultural e territorial nos lugares classificados enquanto património mundial da UNESCO.

Data: \_\_\_\_\_ Local/Bairro: \_\_\_\_\_

Nome do entrevistado: (a) \_\_\_\_\_

Formação/grau de instrução: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Trabalha em Olinda? Onde? E em que atividade?

Se NÃO trabalha em Olinda onde trabalha? E em que atividade?

1 - Você tem conhecimento que Olinda possui o Título de Patrimônio Cultural da Humanidade?

- a) Não  
b) Sim (Como tomou conhecimento?) \_\_\_\_\_

2 - O que acha de Olinda ser patrimônio cultural da humanidade?

- a) Ótimo, pois valoriza o lugar  
b) Não interfere em nada  
c) Péssimo, pois causa transtornos no dia-a-dia  
d) Não sei

3 - Ao transitar pelas ruas de Olinda o que mais lhe chama a atenção?

- a) Os monumentos históricos  
b) As galerias de arte  
c) A beleza da paisagem  
d) As atividades artístico-culturais  
e) Outros

f) Não sei

4 – Quais as razões que lhe fizeram escolher Olinda para morar? (Marque quantas opções quiser)

- a) Proximidade e ou herança da família
- b) Por ter orgulho do lugar pelo que ele representa para o mundo
- c) Beleza do lugar
- d) Variedade de tipos de comércio e de serviços
- e) Boas condições de transportes e acesso
- f) Valor acessível dos imóveis
- g) Segurança
- h) Oferta de espaços de lazer
- i) Dinamismo artístico cultural
- j) Busca pelo consumo
- l) Outras razões

5 – Aponte três palavras que descrevem Olinda.

---

6 - O que mais lhe incomoda, causa transtornos em morar em Olinda? (Marque quantas opções quiser)

- a) Falta de meios de transportes e acesso adequados
- b) Deficiência dos serviços públicos
- c) Dificuldade para estacionamento dos carros/viaturas
- d) Precariedade das habitações
- e) Falta de autonomia no uso da habitação
- f) Preços elevados dos produtos oferecidos pelos comerciantes
- g) Ausência de espaços de lazer
- h) Falta de segurança
- i) Outros

7 - Você acredita que o fato de ser patrimônio da humanidade atrai mais turistas?

- a) Sim
- b) Talvez
- c) Não
- d) Não sei

8 - O que você acha do turismo em áreas protegidas?

- a) Muito bom, pois gera mais empregos e movimenta a economia
- b) Não interfere em nada
- c) Só prejudica, pois danifica o patrimônio
- d) Não sei

9 - Você acredita que por ser patrimônio o lugar passa a ter maior visibilidade, maior reconhecimento no exterior?

- a) Sim, com certeza
- b) Não influencia em nada
- c) Não sei

10 - Como você vê os serviços e o comércio disponibilizados?

- a) Excelentes
- b) Razoáveis
- c) Péssimos
- d) Não sei

11 – Você acredita que pelo fato de Olinda ser patrimônio criam-se mais oportunidades de emprego e renda?

- a) Sim
- b) Não

- c) Talvez
- d) Não sei

12 – Na sua opinião como você vê as atividades artísticas culturais realizadas em Olinda.

- a) Bastante frequentes
- b) Frequentes
- c) Pouco frequentes
- d) Praticamente inexistentes
- e) Não sei

13 – Você acredita que pelo fato de Olinda ter sido declarada como patrimônio, que ocorreram melhorias nas condições sociais e econômicas da população local?

- a) Sim
- b) Não
- c) Talvez
- d) Não sei

14 – Você acredita que com a definição de Olinda como patrimônio ocorreu um aumento no valor dos imóveis?

- a) Sim, houve uma valorização bastante intensa
- b) Não, os valores dos imóveis não foram alterados em nada
- c) Talvez, em algumas localidades valorizou
- d) Houve uma desvalorização dos imóveis
- e) Não sei

15 - Como você avalia a atuação do poder público na área definida como patrimônio?

- a) Excelente
- b) Razoável
- c) Péssima
- d) Não sei

16 – Como avalia a preservação dos monumentos e dos movimentos da cultura local:

- a) Bastante preservados
- b) Preservados
- c) Pouco preservados
- d) Nada preservados
- e) Não sei

17 – O que você acha que deve ser melhorado pelos gestores públicos de Olinda para preservar o patrimônio e a cultura local. (Marque quantas opções quiser)

- a) Investimento em melhorias nos transportes/acessibilidade
- b) Maior atenção com a preservação dos monumentos e habitações
- c) Investimentos em programas de qualificação e engajamento da população em postos de emprego
- d) Maior divulgação para incentivo ao turismo
- e) Mais investimentos em atividades criativas (arte, música, artesanato etc)
- f) Criação de eventos e festivais artístico cultural
- g) Criação de programas de apoio e financiamento para o incentivo as produções locais
- h) Programas de segurança e proteção do patrimônio material e imaterial

18 – Gostaria de dar opinião ou sugestão no âmbito de Olinda enquanto Patrimônio da Humanidade?

---

---

## APÊNDICE B – Roteiro de entrevista

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa  
Doutoramento em Geografia, especialização em Planeamento Regional e Urbano

### MARCAS DE TEMPOS PASSADOS EM UM MUNDO GLOBALIZADO: UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE DE OLINDA (BRASIL) E OS RECORTES ESPACIAIS DE SINTRA, ÉVORA E GUIMARÃES (PORTUGAL)

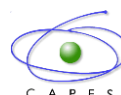
Projeto de Doutoramento em Geografia, financiado pela CAPES



**IGOT**  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E  
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



**UPE**  
UNIVERSIDADE  
DE PERNAMBUCO



#### Roteiro de entrevista

Esta entrevista insere-se num projeto de doutoramento em Geografia, da Universidade de Lisboa, onde se procura analisar as transformações na dinâmica social, econômica, cultural e territorial nos lugares classificados enquanto património mundial da UNESCO.

Este roteiro está organizado de forma semiestruturada em três grandes tópicos de conversa: (1) As razões e as características do título de património, (2) Os impactos e transformações com o estatuto de património mundial e (3) a gestão e o ordenamento territorial. Prevê-se que a duração da entrevista seja no máximo de 1h. Todos os dados recolhidos serão tratados de forma confidencial e a sua utilização será apenas para fins académicos.

Nome do entrevistado (a): \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_  
Formação/grau de instrução: \_\_\_\_\_  
Instituição/Atividade profissional: \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_\_

#### Tópicos a abordar

##### As razões e as características do título de património

- Q.1 – Elementos diferenciadores do título do Património?  
Q. 2 – Características arquitetónicas e paisagísticas?  
Q. 3 – O título estimulou um processo mais intensivo de preservação dos monumentos?

##### Os impactos e transformações com o estatuto de património mundial

- Q. 4 – Ocorreram mudanças no quotidiano dos residentes (acessibilidade, consumo, habitações, uso dos espaços públicos)?  
Q. 5 – Ganhou maior visibilidade, maior reconhecimento no exterior?  
Q. 6 – Favorece o desenvolvimento integrado do lugar?  
Q. 7 – Estimula a geração de renda e emprego? Como?  
Q. 8 – Houve crescimento do turismo? E do turismo cultural?  
Q. 9 – Aspectos positivos e os negativos do turismo em sítios patrimoniais?  
Q. 10 – Favorece as atividades criativas?  
Q. 11 – Visibilidade para as produções artístico culturais locais?  
Q. 12 – Atrai artistas/criativos de outros lugares/países para expor suas obras?  
Q. 13 – Mobilização dos atores locais frente ao turismo e as atividades criativas?  
Q. 14 – O título favorece o fortalecimento da identidade e da cultura? Eleva a autoestima da população local?

##### A gestão e o ordenamento territorial

- Q. 15 – Aumento da arrecadação fiscal?  
Q. 16 – Recebe recursos financeiros voltados para o património por parte de instituições estaduais, nacionais ou mundiais?  
Q. 17 – As políticas públicas priorizam o património? Existe articulação/colaboração entre os sítios classificados?

- Q. 18 – Existem ações para promoção da arte e da cultura local pautada no patrimônio cultural?
- Q. 19 – Sugestões para incentivo às atividades artístico – culturais de forma integrada com o patrimônio?
- Q. 20 – Questões centrais no processo de gestão de espaços Patrimônio Cultural da Humanidade (infraestrutura, transportes, acessibilidade, serviços, monumentos/casario, condições sociais?)
- Q. 21 – Os pontos fracos/AMEAÇAS (o que deve ser combatido) para a gestão e o ordenamento do patrimônio?
- Q. 22 – Os pontos fortes/POTENCIALIDADES (o que deve ser estimulado) para a gestão e ordenamento do patrimônio?

## APÊNDICE C – Transcrição das entrevistas realizadas em Olinda

**ENTREVISTA I**

Nome do entrevistado: (a) **Virgínia Pontual**

Idade: 63 anos

Formação/grau de instrução: Pós Doutora em História Urbana

Instituição/Atividade profissional: Professora da UFPE, Presidente do Conselho de Administração e Membro do Comitê Científico do Centro de Estudos de Conservação integrada - CECI

Data: 08/08/2013

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – O que mais chamou a atenção, o que mais motivou a candidatura a patrimônio foi a conjunção entre o sítio com a paisagem, o elemento paisagístico e as construções/conjuntos arquitetônicos. A relação entre o ambiente natural e o ambiente construído.

Q. 2

R- Destaco a conjunção do acervo da cultura com os monumentos, que articulam o material e o imaterial (artistas, procissões, candomblé etc.).

Q. 3

R – Acredito que sim, sem dúvida, a Prefeitura recebe investimentos, recursos para preservar os monumentos e o casario, contudo não tenho dados oficiais sobre o assunto.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – Destaco que a mobilidade no Sítio histórico, não mudou muito, pelo próprio fato de ser patrimônio, não tem como mudar, já está definido, é uma acessibilidade restrita. Destaco ainda as mudanças nas habitações, muita gente acaba saindo. Quanto ao espaço público hoje é compartilhado pelos visitantes, residentes e turistas.

Q. 5

R – Sim. Sem dúvida nenhuma se torna um sítio de reconhecimento internacional, com possibilidade de captação de recursos pelos organismos internacionais, sobretudo junto a UNESCO, a partir de programas e projetos, o que sem dúvida é um ganho.

Q. 6

R – Deve favorecer, mas não sei dizer se na prática favorece ou não.

Q. 7

R – Não sei dizer.

Q. 8

R – Não tenho dados científicos sobre o assunto, contudo vejo o aumento do número de pousadas, restaurantes, o que faz acreditar que houve sim um aumento.

Q. 9

R – Negativos: Falta de articulação/equilíbrio entre as necessidades da população local e os visitantes, são dois ritmos de vida bem diferentes, assim o incômodo, a depredação, ausência de infraestrutura para atender o turista e os visitantes são um grande desafio. Destaco a substituição de uso por restaurantes, pousadas a partir da especulação imobiliária fazendo a população sair de lá. Positivos: Quando esse turismo traz algum retorno econômico/financeiro para o lugar, tanto para o setor privado quanto para o setor público, porque é esse possível retorno que pode colaborar para manter o patrimônio.

Q. 10

R – Sim, claro.

Q. 11

R – Sim.

Q. 12

R – Destaco o Arte em toda parte, como um exemplo de atração de artistas de fora. Também temos a MIMO (Mostra Internacional de Música), com gente que vem toda de fora.

Q. 13

R – Quanto aos turismo não sei dizer e quanto as atividades criativas julgo como intensa, contudo ainda é preciso de mais apoio, capacitações para incentivar os artistas locais.

Q. 14

R – Que eleva a autoestima, eleva sim, mas se favorece o fortalecimento da identidade e da cultura eu não sei afirmar, não tenho dados concretos.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – É complicado associar essas duas questões, contudo acho que sem dúvida tem havido investimentos que tem favorecido a vida da população, contudo tenho que ressaltar que Olinda, tem poucos ativos econômicos, sendo o sítio histórico um dos poucos ativos econômicos que o município conta, porém existe a questão do sítio contar com pouca mobilidade/acessibilidade, onde para poder circular é bastante complicado pois não existe uma malha viária para circulação, resultado gera problemas seríssimos.

Q. 16

R – Ela tem condições para receber, mas para isso tem que saber captar, com envio de projetos. Porém não tenho dados oficiais para afirmar.

Q. 17

R – Não, acho que não.

Q. 18

R – MIMO, Arte em toda parte e FLIPORTO.

Q. 19

R – Criar atividades em que se articule a cultura local e a conservação do patrimônio (arquitetônico, urbanístico e paisagístico).

Q. 20

R - Infraestrutura, transportes, acessibilidade, serviços, monumentos e casario, condições sociais e acrescimento ainda a necessidade de uma maior participação da população local.

Q. 21

R - Falta de planejamento, de controle urbanístico, falta de instrumental técnico, ausência de equipamentos modernos para estimular trabalhos com uso do SIG e criação de banco de dados modernos para impedir o comprometimento da conservação do patrimônio.

Q. 22

R – Estimular o planejamento e o engajamento da população. Acredito que é a população que pode cobrar o atendimento das necessidades do lugar, fazendo pressão. Sugiro ainda a criação de programas educacionais voltados para a conscientização.

## ENTREVISTA II

Nome do entrevistado: (a) **Alexandre Aguiar de Oliveira**

Idade: 63 anos

Formação/grau de instrução: Superior – Licenciatura em Geografia

Instituição/Atividade profissional: Sócio fundador da Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta – SODECA. Assessor da Secretaria de Segurança Pública de Olinda

Data: 25/07/2013

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – Na verdade o Título foi recebido por conta do casario em grande quantidade preservados, por conta da paisagem, da vegetação e dos monumentos, principalmente as igrejas.

Q. 2

R - Destaco o casario.

Q. 3

R – Com certeza, os monumentos passaram a ser mais bem cuidados.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – As casas se transformam em negócios, deve-se buscar tentar mesclar o uso misto (negócio mais moradia). Olinda somente como Shopping Center Barroco onde fica o morador nisto? Outro problema é o uso dos espaços públicos, onde os restaurantes tiram as vagas de estacionamento dos moradores.

Q. 5

R – Sim, com certeza, na medida que a UNESCO dá o Título coloca a cidade em destaque, coloca a cidade no roteiro das cidades P.H., atraindo maior quantidade de turistas, mas também gerando grande especulação imobiliária.

Q. 6

R – Sim, gera expectativa de melhoria na vida das pessoas, precisava de um fluxo maior de turistas.

Q. 7

R – Sim, através de atividades, de negócios como pousadas, restaurantes, artesanato etc.

Q. 8

R – Com certeza, o turismo vem crescendo, sobretudo no verão e no período de férias. Os donos de pousadas não tem reclamado estão sempre lotados. Acredito que o turista que vem a Olinda vem em busca da cultura local.

Q. 9

R – Positivos: O turismo ainda não tem o impacto positivo desejado para a cidade. Negativos: Permanece como cidade pobre, não tem indústria, nem comércio, o turismo seria a forma de melhorar a vida em Olinda. A UNESCO dá um cheque em branco para o município buscar recursos quando confere o Título de P.H. é necessário buscar recursos com projetos.

Q. 10

R – Acho que ajuda muito, porém isso é natural de Olinda, o povo tem muito forte a cultura.

Q. 11

R – Sim, os grupos culturais buscam ensaiar em Olinda, em locais estratégicos como o Alto da Sé, com o objetivo de mostrar sua arte para o turista.

Q. 12

R – Não, não é frequente, não é forte. Somente eventos específicos como a MIMO e a FLIPORTO.

Q. 13

R – Quanto ao turismo avalio como moderada. O morador elevou a consciência quando recebeu o Título, o morador não dava valor ao patrimônio, não sabia tirar partido, hoje há uma consciência maior o casario mais preservado pelo esforço dos moradores, antes eram casas velhas cheias de ratos e baratas. Quanto as atividades criativas é intensa, muitos grupos culturais e os artistas plásticos são muito fortes.

Q. 14

R – Sim e não. Sim porque a cidade fica mais embelezada. Não por que gera especulação imobiliária, grupos que impõem características na cidade que não são normais, depredam a cidade, sujam a cidade que começa a perder identidade cultural.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Esse é um complicador, o comércio no sítio histórico de Olinda é um comércio concentrado em restaurantes e pousadas. Acrescentou um algo a mais para a cidade mas ainda está distante nesse sentido, tem avançar no turismo. O fato de ser patrimônio não tem, não usufrui de uma maior arrecadação pelo turismo.

Q. 16

R – Não tenho conhecimento, pelo que sei só consegue enviando projetos, o município não tem recursos para gerir/investir o patrimônio.

Q. 17

R – Muito difícil de administrar o município de Olinda, pois o comércio é fraco, sem indústrias. Creio assim que os investimentos são mais ou menos equilibrados.

Q. 18

R – MIMO, FLIPORTO, Arte em toda parte, Serenatas.

Q. 19

R – Propor festivais de música, com artistas locais, sobretudo serestas.

Q. 20

R – Todas as questões são importantes, contudo destaco o controle dos veículos dos visitantes que circulam e estacionam no Centro histórico, pois gera conflitos com os moradores.

Q. 21

R – Sobrecarga de veículos, dificuldades de controle dos locais de circulação e locais para estacionamento. Problemas de infraestrutura.

Q. 22

R – Criação de tarifas de cobrança para visitação aos monumentos (igrejas) e criação de vagas para estacionamento dos veículos.

### ENTREVISTA III

Nome do entrevistado: (a) **Gerinaldo Ramos da Silva**

Idade: 34 anos

Formação/grau de instrução: Superior/Turismo

Instituição/Atividade profissional: Associação dos Condutores Nativos de Olinda- ACNO. Presidente.

Data: 23/07/2013

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – A beleza natural chama muito a atenção, as Igrejas e os Monumentos. Também a gastronomia, com destaque para a tapioca, que é patrimônio imaterial.

Q. 2

R- Destaco o Alto da Sé e o elevador panorâmico.

Q. 3

R – Moderadamente, era para ser mais preservado, o título de patrimônio está só no nome, a má conservação é grande.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – Quanto a acessibilidade é um pouco difícil, barracas nas calçadas, faixa de pedestres interditadas, ruas sem nome, sem tradução para outro idioma. Deficiente visual não tem sinalização.

Realmente tem coisa aqui em Olinda que são mais caras do que em Recife, preços altos, exploração porque é lugar turístico. Padarias, farmácias os preços são os mesmos, o preço só aumenta se vê que é estrangeiro. Quanto as residências depende do morador, alguns modificam bastante as casas, o que prejudica o patrimônio. Quanto aos espaços públicos não há dificuldade, só quando tem eventos.

Q. 5

R – Sim, com certeza, traz um respaldo muito grande, só que o cuidado com a cidade deixa a desejar.

Q. 6

R – Não. Isso poderia acontecer se a cultura e a economia daqui melhorasse, se houvesse incentivo.

Q. 7

R – Não. São só os monumentos, não tem empregos, a maioria trabalha em Recife.

Q. 8

R – Cresceu bastante o turismo em si, o turismo cultural também cresce bastante, as pessoas vem para conhecer o Mosteiro de São Bento (1ª Faculdade de Direito do Brasil) e outros monumentos, como o Museu de Arte Sacra entre outros.

Q. 9

R – Positivos: Deixa recursos nas visitas as Igrejas e principalmente lojas de Artesanato. Negativos: Muitos estrangeiros compram casa e danificam/descharacterizam as casas, o Patrimônio.

Q. 10

R – Não por que é patrimônio. Os moradores daqui de Olinda é que são criativos (música e pintura), é o talento dos moradores, é para ganhar uma renda extra. É algo de raiz, hereditário, passa de pai par filho.

Q. 11

R – Não. Depende do trabalho de cada um e pela qualidade do trabalho, não tem a ver com o fato de ser patrimônio.

Q. 12

R – Não. Pessoas de fora vêm para conhecer a cidade e depois se gostam vêm expor suas obras e suas obras são mais caras do que a obra dos artistas locais.

Q. 13

R – Quanto ao turismo 50% estão envolvidos, estão ajudando a divulgar, contudo falta várias pessoas entender o valor dos imóveis. Quanto as atividades criativas devo dizer que o povo olindense já tem sua raiz, música, arte, culinária, cultura, contudo falta mais incentivo dos políticos com cursos de capacitação.

Q. 14

R – Não para todos, só para quem tem conhecimento do valor que representa ser patrimônio.  
A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Ter maior arrecadação é bom, mas não é distribuído para todos.

Q. 16

R – Estaduais recebe, em si Olinda é uma cidade, então precisa receber para poder manter a cidade.

Q. 17

R – O cotidiano dos moradores está fora, dão ênfase aos monumentos, as casas são tombadas mas não recebem ajuda da UNESCO e do IPHAN.

Q. 18

R - MIMO, Arte em toda a parte e FLIPORTO.

Q. 19

R – Formação de cursos de qualificação, por exemplo cursos de Restauo etc., para cuidar mais do patrimônio e divulga-lo.

Q. 20

R – Todas são centrais. Contudo a infraestrutura é a pior em geral, tanto para os moradores como para os turistas.

Q. 21

R – Falta de conservação, insegurança, monumentos fechados e poucas Igrejas abertas.

Q. 22

R – Primeiramente qualificar os condutores/guias da cidade; deixar as Igrejas sempre abertas; garantir o elevador panorâmico sempre funcionando; estimular mais eventos culturais (não tem cinemas e teatros funcionando e melhorias das praias de Olinda.

#### **ENTREVISTA IV**

Nome do entrevistado: (a) **Vicente Lopes.**

Idade: 61 anos

Formação/grau de instrução: 2º grau

Instituição/Atividade profissional: Câmara dos Dirigentes Lojistas de Olinda – CDL. Empresário. Presidente da Associação

Data: 30/07/2013

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – O volume de Igrejas, a cultura, apesar de estarem degradadas, a localização e a paisagem.

Q. 2

R – O casario e o Alto da Sé é o que chama mais a atenção, contudo ainda é carente de hotéis. O IPHAN atrapalha o crescimento das atividades econômicas.

Q. 3

R – Não dar para sentir, apesar do Título o que vejo é problema, por exemplo o Cine Olinda que há muito tempo está em reforma e não reabre ao público.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – Acessibilidade melhorou, o consumo surgiu novas lojas, principalmente de artesanato, as habitações/residências e os espaços públicos teve melhora.

Q. 5

R – Sim. Contudo, destaco que o comércio se restringe ao artesanato e bons restaurantes.

Q. 6

R – Sim, toda certificação é uma comprovação de qualidade.

Q. 7

R – Fica complicado de gerar emprego pois os negócios têm que obedecer regras rígidas, tem que ser um amante da cultura mesmo.

Q. 8

R – Sim. E o cultural na minha ótica também cresceu.

Q. 9

R – Positivos: Traz a preservação, pois se liberasse, por exemplo restaurantes grandes a cidade ia se acabar, mas traz dificuldades para os negócios. Negativos: Prejudica a conservação dos monumentos.

Q. 10

R – Sim, claro. Porém é preciso avançar por exemplo o Cine Olinda fechado, o turista vem e não tem como usufruir.

Q. 11

R – Sim, claro. Houve uma melhora na qualidade da arte.

Q. 12

R – Sim. A maior prova é a MIMO.

Q. 13

R - Quanto ao turismo e as atividades criativas avalio como fraca. Principalmente para os moradores de Olinda que não vivem no Sítio histórico, precisam se mobilizar mais. Os moradores precisam ser mais conscientizados do valor de morar numa cidade P.H.

Q. 14

R – Sim, fico orgulhoso, moro numa cidade tombada P.H.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Sim, é um argumento a mais para buscar recursos. Acredito que o título trouxe negócios sim.

Q. 16

R – Não sei afirmar, mas acredito que sim

Q. 17

R – Não. As políticas são para a cidade como um todo.

Q. 18

R – MIMO, FLIPORTO, Carnaval.

Q. 19

R – Maior valorização dos artistas locais. Todo artista tem sua mágoa de achar que não é prestigiado, todos eles acham que deveriam ser mais valorizados.

Q. 20

R – Todas as questões são centrais.

Q. 21

R – Descaraterização da arquitetura, alterações/modernizações das casas fora do padrão histórico.

Q. 22

R – Incentivar a preservação da arquitetura, dos espaços públicos (sobretudo as praças para as pessoas poderem sentir a natureza). O ponto forte da cidade é vender a sua imagem no exterior, deve-se divulgar mais.

## **ENTREVISTADO V**

Nome do entrevistado: (a) **Marília Didier de Oliveira Reis**

Idade: 38 anos

Formação/grau de instrução: Superior

Instituição/Atividade profissional: *Atelier* de Artes 4 Cantos/Arquiteta e Urbanista/ Artista Plástica

Data: 19/07/2013

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – A preservação das características de cada época retratada nos edifícios, na cultura e nos elementos que compõem o conjunto.

Q. 2

R – O conjunto do acervo do patrimônio.

Q. 3

R – Na aprovação de projetos pelos órgãos competentes sim. Contudo existe uma série de modificações do patrimônio que foram e são feitas e os próprios órgãos não fiscalizam.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – Há algumas limitações, não mudanças.

Q. 5

R – Sim, claro, é um diferencial.

Q. 6

R – sim.

Q. 7

R – Claro. Se gera mais negócios, gera mais empregos.

Q. 8

R – O País passa por um período difícil, porém a carga positiva de ser patrimônio cultural sempre eleva os índices. Quanto aos incentivos são poucos em relação a importância do Título.

Q. 9

R – O turismo desde que bem estruturado não traz aspectos negativos. Porém não é o caso de Olinda.

Q. 10

R – Sim.

Q. 11

R – Sim.

Q. 12

R – Sim. Olinda tem uma das maiores concentrações de artistas por m2.

Q. 13

R – A mobilização é fraca, não há consciência do valor do título.

Q. 14

R – Sim, sem dúvida.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Quanto mais a cidade se movimenta, mais comércio e mais negócios, mais opções de lazer e muito mais serviços. O Título é gerador de desenvolvimento.

Q. 16

R – Não sei informar.

Q. 17

R – Não vejo isso como prioridade em Olinda, apenas como um fator de importância.

Q. 18

R – MIMO, FLIPORTO.

Q. 19

R – Um grande plano de educação para a população local e um planejamento de eventos culturais distribuídas em datas diversas no ano.

Q. 20

R – Todas as questões são interligadas e tem que funcionar.

Q. 21

R – A falta de respeito ao patrimônio como um todo.

Q. 22

R – Educar para valorizar, proteger e cuidar.

## ENTREVISTA VI

Nome do entrevistado: (a) **Neide Fernandes** (neide\_fernandes@msn.com)

Idade: 66 anos

Formação/grau de instrução: Arquiteta com Especialização em Restauração de Monumentos Históricos.

Instituição/Atividade profissional: FUNDARPE (1973). Coordenadora de Patrimônio Histórico de Pernambuco (material)

Data: 15/07/2013

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – Cidade com características de implantação, cidade colonial do litoral do Nordeste brasileiro, situação geográfica com paisagem especial, com acervo vegetal importante (sítios e quintais).

Q. 2

R – Conservação dos aspectos históricos, uma cidade do período colonial com importante acervo de vegetação (sítios e quintais).

Q. 3

R – Acredito que sim, considerando que o Título faz a diferença na liberação de recursos, sobretudo, para preservar os monumentos. Traz vantagens.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – Acessibilidade: Ressalto a Legislação que estabeleceu o controle de peso dos veículos que circulam no Sítio Histórico. Outro fator é ausência de transporte público no Sítio. Quanto ao consumo não existe no Sítio mercados, farmácias, padarias, serviços essenciais. Quanto as habitações, o tombamento nacional, já estabelece restrições nas alterações, agente é patrimônio se não cuidarmos podemos perder o Título. Quanto aos espaços públicos de áreas tombadas, o Sítio histórico diz respeito ao passado que tem seus usos adaptados ao novo/uso atual em certa medida, mas também tem que respeitar os valores locais que fizeram o lugar ser tombado, tem vantagens pois impede que a expansão urbana invada os sítios históricos.

Q. 5

R – Acredito que sim, contribui para maior visibilidade, não sei se trouxe vantagem.

Q. 6

R – Acredito que sim, acredito tanto que é um ponto de muito orgulho para o povo, que por pior que seja a gestão, ainda não conseguiram destruir o acervo cultural material e imaterial.

Q. 7

R – Olinda vive a proximidade de Recife e exhibe o chavão de ser cidade dormitório, então fica difícil dizer se o Título aumentou a condição de emprego e renda.

Q. 8

R – O turismo de massa é permanente. Contudo, apostaria no turismo cultural, um dos projetos que deram certo foi a MIMO, favorecendo uma maior visibilidade para os artistas locais, e também por hospedar artistas importantes. O turismo cultural é importante pois, deixa algo de valor para a cidade.

Q. 9

R – Positivos: Vejo a perspectiva de ser uma área turística, que tem trazido investimentos no sítio histórico ligados aos restaurantes, bares, hospedagem etc., o que gera maior visibilidade, uma cadeia. Negativos: Quando uma gestão para atender o turismo, investe em ações para mostrar o sítio, este passa então a ser apenas uma mercadoria, um espaço de show, ficando o morador muito ressentido, pois as suas necessidades não podem ser suprimidas, senão a cidade fica vazia. Não se pode pensar em coisa para mostrar ao turista. Outro problema é a falta de organização das visitas, o que pode causar a destruição do patrimônio material, sobretudo a falta de regulação durante os eventos, principalmente durante o Carnaval.

Q. 10

R – Favorece, a cidade abriga um número grande de artistas, que não querem sair de Olinda por nada desse mundo, embora apresente problemas sobretudo transportes e segurança para gerar uma maior qualidade de vida.

Q. 11

R – Sim, acredito que sim. Destaco a MIMO, a FLIPORTO.

Q. 12

R – Acredito que sim, apesar de não saber dizer de projetos.

Q. 13

R – Vejo como intensa. Há alguma discussão, eles são a favor do turismo e da preservação do Sítio Histórico. Quanto as atividades criativas também avalio como intensa, em função da presença de associações, eles sempre se envolvem nas discussões.

Q. 14

R – Acredito que sim, favorece tanto a identidade, a cultura e a autoestima.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Assisti a valorização do patrimônio de Olinda desde a década de 1970, arquitetos, artistas etc., que viram em Olinda um lugar diferente para morar, o que estimulou a preservação. Além disso na década de 1980 tinha um prefeito, Germano Coelho, que realiza uma gestão com muito entusiasmo, incentivando os valores locais, o Carnaval, sendo um período bastante dinâmico, que contudo nos últimos anos não tem sido tão feliz. Ressalto que o que segura a qualidade de Olinda são os residentes tradicionais, contudo temos visto estrangeiros que vêm e compram imóveis e muitos deles são comprados apenas como investimento, ficando estes imóveis fechados, o que é um problema, pois esta especulação imobiliária vai tirando a vida do lugar.

Q. 16

R – Não sei quantificar, mas é lógico que recebe estadual e nacional.

Q. 17

R – Não, acho que os investimentos na área de preservação do patrimônio não é feito em volume tão grande, que não podemos fazer tal afirmação.

Q. 18

R – Destaco a SEPAC, que possui o Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda, onde a FUDARPE tem um assento, com reuniões semanais, estamos sempre em contato com os gestores da Prefeitura, sendo neste Conselho analisados os projetos de intervenção e a fiscalização.

Q. 19

R – Teoricamente o país tem uma política nacional de incentivo à cultura que objetiva a integração entre o público e o privado e que nessa estrutura existem Conselhos de cultura que representam as diversas linguagens culturais, contudo na prática temos muito que avançar na articulação entre o imaterial e o material.

Q. 20

R – Quanto a infraestrutura e aos transportes tem que se buscar adequar um sítio antigo às necessidades atuais, temos que encontrar um caminho, ninguém vai querer viver como se estivesse no século XIX. Quanto aos monumentos e o casario é necessário ter maior fiscalização, ter mais fiscais com eficiência para atender a demanda de intervenção por meio de construção.

Q. 21

R – O ponto chave seria estruturar melhor os órgãos de gestão do Sítio, para que haja maior fiscalização e intervenções, profissionais para elaborar projetos para o Sítio Histórico. Outra questão é a atuação no patrimônio ambiental.

Q. 22

R – Maiores investimentos nos Museus, dar mais visibilidade ao acervo religioso, criar meios de proporcionar ao morador melhores condições de vida e maior segurança aos turistas.

## ENTREVISTA VII

Nome do entrevistado: (a) **Onildo Moreno.**

Idade: 40 anos

Formação/grau de instrução: Superior

Instituição/Atividade profissional: Museu de Arte Sacra de Olinda/Representante/Mediador do Museu de Arte Sacra

Função/atribuições: Mediador do Museu de Arte Sacra

Data: 27/08/2013

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – Suas igrejas e casarios antigos do século XVI, XVII e XVIII.

Q. 2

R - As igrejas, o casario e o Horto Del Rei.

Q. 3

R – Olinda já foi mais cuidada por gestores anteriores, a meu ver está faltando cuidados mais especiais para continuar com esse Título de monumento da humanidade.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – No uso dos espaços públicos.

Q. 5

R – Não, Olinda sempre foi importante desde 1600 por sua importância no desenvolvimento do Brasil e continua com a mesma visibilidade, o Título de Patrimônio veio preservar a cidade e seu entorno.

Q. 6

R – Acredito que a prioridade é o Carnaval.

Q. 7

R – Sim, mas deveria ter mais empregos, cursos de língua e cursos de guias de turismo.

Q. 8

R – Sim, mas não vejo incentivo ao turismo cultural, pois para a Prefeitura só existe o Carnaval para investir, e os artistas e os ateliês não recebem apoio que tanto ajudam na cultura de Olinda.

Q. 9

R –Negativos: O turismo em Olinda hoje se resume ao Alto da Sé e as lojas de artesanato, ficando esquecidos os museus e ateliês que são importantes.

Q. 10

R – Sim, nas artes confirma-se, mais uma vez a vocação de Olinda como nascedouro e celeiro de artistas.

Q. 11

R – Sim.

Q. 12

R – Sim, porém os artistas de outros países são mais valorizados do que os da cidade de Olinda.

Q. 13

R – É fraca. Os atores ficam desmotivados pela falta de apoio da Prefeitura no que se refere ao turismo. Nas atividades criativas também é fraca devido ao descaso com os artistas locais que é muito grande.

Q. 14

R – Sim, e fica na memória de cada cidadão olindense o compromisso de cuidar desse patrimônio.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Sim, mas deve haver mais investimentos na cidade de Olinda para melhor servir os moradores e turistas.

Q. 16

R – Sei que ela recebe recursos da UNESCO para cuidar e preservar.

Q. 17

R – Acredito que a prioridade é o Carnaval.

Q. 18

R – Destaco os movimentos culturais dos artistas de Olinda, como por exemplo: o Artes e Serestas, sem o apoio da Prefeitura.

Q. 19

R – Apoio e maior divulgação pelo poder público (Prefeitura).

Q. 20

R – A acessibilidade hoje ainda tem que melhorar, principalmente aos museus.

Q. 21

R – Degradação das igrejas, por exemplo a Igreja do Bonfim com a torre caindo, o Convento de São Francisco com a parede rachada, precisando urgentemente de restauro.

Q. 22

R – Valorização dos artistas locais e conservação das igrejas.

## ENTREVISTA VIII

Nome do entrevistado: (a) **José Luís Mota Menezes**

Idade: 77 anos

Formação/grau de instrução: Doutor em Arte e Arquitetura

Instituição/Atividade profissional: Fundador da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUDARPE, Colaborador IPHAN.

Função/atribuições: Consultoria Técnico-Científica

Data: 01/08/2013

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – Destaco a questão da escala, entre as ruas e casas, absolutamente integradas, com estrutura anelar moderna em pleno século XVI, diferente da estrutura medieval, onde toda a modernidade introduzida no estilo urbano europeu, com ruas de serviços também aparecem presentes em Olinda.

Depois a preservação desse plano, da estrutura original que não foram alterados, nada rompe a escala. Destaco ainda a dominância dos moradores nativos, que na altura da candidatura ainda eram maioria, o que depois é substituído pela visão dos artistas que passaram a habitar Olinda, criando o que chamamos de artificialidade do castelo, que é passar a ver a cidade não pelos olhos/necessidades dos povoadores, mas sim pelos olhos dos visitantes, a partir da construção da imagem do lugar pelos pintores, escultores, artistas em geral (natureza intelectual), alterando-se assim a espacialidade do lugar. Os moradores mantinham a memória viva e não a memória artificializada. A preservação do patrimônio cultural no momento que ele passa a ser de natureza intelectual, ele perde a relação que tem com a cultura, com a cultura de quem faz cultura que é o morador e não o visitante, o visitante faz turismo na cidade.

Q. 2

R – Acredito que deve-se ampliar o ver emocional, estimular para que Olinda seja um lugar capaz de emocionar, mantendo integradas as características paisagísticas com as características da gente que construiu e que mora em Olinda.

Q. 3

R – Houve da seguinte maneira, criou-se uma necessidade de organizar, preservar, primeiro para receber o Título e hoje para poder mantê-lo.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – Primeiro as habitações modificaram-se as cores das casas, depois os espaços públicos onde em Olinda prioriza-se o Alto da Sé, depois acessibilidade, depois o consumo que não houve ainda uma interação, avanço.

Q. 5

R – Na época foi um impacto grande, pois naquele momento o número de cidades no mundo era muito pequeno, havendo até um questionamento, das razões pelas quais Olinda foi declarada patrimônio. Na época foi importantíssimo, gerou grande visibilidade para a Cidade.

Q. 6

R – Não é assim, tem que ser trabalhado pelos gestores locais e pela própria gente, se bem informada.

Q. 7

R – De maneira geral não. Houve aumento para a prefeitura, mas para o homem comum não, exceto para pintores, restauradores etc.

Q. 8

R – O turismo em geral cresceu, mas o cultural, como tudo no Brasil é empurrado com a barriga, não avança muito. O turismo é comover, ver e criar em status para quem vai. O turista que vai a Olinda quer ver (ver emocional), não vai com um olhar técnico, é necessário perceber os diversos tipos de turismo, deve-se observar que em Olinda é uma pequena parte que realmente quer ver a cidade.

Q. 9

R – Positivos: Possibilidade de mostrar as características do lugar, aspectos paisagísticos e perfil da população, fato de ser P.H. Negativos: Enclausuramento dos bens para o povo, com risco de descaracterização, a partir da construção de uma visão artificializada.

Q. 10

R – Favorece naquela visão que o intelectual/artista se apossa de Olinda, e ele se apossando, não se ouve a voz dos moradores. Pelo menos a voz dos artistas/intelectuais é ouvida o que não é ruim, mas também não é a voz legítima.

Q. 11

R – Sim, sem dúvida.

Q. 12

R – Sim, não há nem dúvida.

Q. 13

R- No que diz respeito ao turismo na época do recebimento do Título havia bastante interesse, contudo hoje não estou a par da situação. Quanto as atividades criativas avalio como moderada, estão tentando fazer.

Q. 14

R – Teoricamente sim, praticamente não. Há que se ver que a grande maioria tem orgulho, se sente vaidoso, mas não sabe o porquê de se sentir orgulhoso, vaidoso, existe uma ausência de convivência entre o patrimônio e o homem.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Não. O pequeno aumento se deu por outra causa, pela revogação da lei estabelecida por Duarte Coelho, donatário da capitania, no que se refere ao Foral (de doação e não de direitos, como se estabelece em Portugal), onde Olinda deixava de arrecadar impostos na medida que cedeu terras a Recife, que era território de Olinda.

Q. 16

R – Não recebe, o Título não faz com que nenhum recurso venha da UNESCO, entretanto este prêmio representa uma carta de crédito, onde se Olinda apresentar projetos consegue verba.

Q. 17

R – Acredito que a questão toda está no bom senso nos investimentos, deve-se buscar o equilíbrio.

Q. 18

R – Deve-se criar mais estratégias para a conscientização, para estimular a noção de pertencimento.

Q. 19

R – Divulgar junto a população local o significado do P.H; tratar a cidade a luz do morador; tornar a cidade mais receptível para quem quer vê-la, maior hospitalidade; procurar as raízes do povo.

Q. 20

R – Todas tem que ser considerados.

Q. 21

R - A visão do Carnaval destruidor, deve-se conscientizar quem chega para não deteriorar o patrimônio material.

Q. 22

R – A construção de guias de turismo, não aqueles pragmáticos, estimular o preparo para receber o turista, com preparo, com propriedade acerca da cidade.

## ENTREVISTA IX

Nome do entrevistado: (a) **Fábio Christiano Cavalcanti Gonçalves** (fabiocavalcanti@iphan.com.br)

Idade: 38 anos

Formação/grau de instrução: Arquiteto, Mestre em Desenvolvimento Urbano, especialista em Gestão Pública.

Instituição/Atividade profissional: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Coordenador Técnico

Data: 09/08/2013

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – A relação entre o casario, o verde e o mar, somando a isso as pessoas que é o que dá sentido a isso.

Q. 2

R – O conjunto paisagístico.

Q. 3

R – Com certeza, Olinda na época do Título estava muito degradada.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – Acessibilidade – dificuldade de acesso pela geografia do lugar. Consumo – permanece com características de comércio caseiro. As habitações sofrem pressões mas conseguem manter as características. Não sei se houve mudanças, mas acredito que os espaços públicos são mais apropriados.

Q. 5

R – Indubitavelmente, o maior indicador é a percepção de quando se fala em Olinda em encontros em fóruns, todos conhecem têm a intenção de visitar.

Q. 6

R – Com certeza, é só saber aproveitar, não é à toa que há uma corrida para receber o título, pois o título se apresenta como possibilidade de atrair recursos.

Q. 7

R – Favorece teoricamente, contudo não há preparo para efetivamente gerar renda e emprego.

Q. 8

R – O turismo de massa cresceu, que é provavelmente provocado pelas características culturais de Olinda, contudo o incentivo ao turismo cultural em si são tímidos.

Q. 9

R – Não tenho dúvidas de que o turismo pode ser positivo contudo hoje, o único beneficiado é o visitante, passamos da fase de vê-lo como ameaça e o vemos como possibilidade a depender da gestão, do engajamento da população local.

Q. 10

R – Acredito que sim, contudo Olinda tem uma característica de ter vários artistas, tem uma essência que antecede o próprio Título, com destaque para o artesanato e as artes plásticas.

Q. 11

R – O Título gera visibilidade para qualquer tipo de expressão, contudo Olinda tem uma característica própria que independe do Título.

Q. 12

R – Para expor obras muito pouco, mas para visitar e ver a produção local bastante.

Q. 13

R – Em relação ao turismo vejo uma fraca mobilização. Como o benefício econômico para cidade não é visto. É preciso observar o setor hoteleiro senão o turismo em Olinda se restringirá ao turismo safari, que não favorece aos atores locais. Já as atividades criativas tenho um sentimento que a mobilização é moderada, o que veio facilitar a implantação do Conselho de Políticas Públicas.

Q. 14

R – Com certeza, a população de Olinda é diferenciada e politizada e sente orgulho de possuir o Título.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Não tenho dados.

Q. 16

R – Recebe de forma direta, por exemplo através do PAC para as cidades históricas e recebe através do envio de projetos.

Q. 17

R – Não sei dizer se houve um foco, contudo a preocupação com o patrimônio sempre esteve presente.

Q. 18

R – O maior exemplo disso é o Arte em toda parte, onde cria-se a possibilidade do artista mostrar em sua residência a sua arte, o que conjuga valores.

Q. 19

R – Precisa haver um maior incentivo à produção local, pois produzir em Olinda é diferente de produzir sobre Olinda fora dela. Incentivar a permanência, criar políticas públicas.

Q. 20

R – Infraestrutura e condições sociais. Sem infraestrutura não há monumentos e sem as condições sociais não há relação com os monumentos.

Q. 21

R – Digo que é a precariedade do controle urbano, monumentos, casas etc.

Q. 22

R – Estimular a participação da sociedade civil, incentivando a criação de câmaras participativas, como os Conselhos.

## **ENTREVISTA X**

Nome do entrevistado: (a) **Paula Moura** (paula@iceibrasil.org.br)

Idade: 32 anos

Formação/grau de instrução: Graduação em Turismo. Especialização em Desenvolvimento Sustentável.

Instituição/Atividade profissional: O Instituto Cooperação Econômica Internacional – ICEI BRASIL – OLINDA. Assessora de Turismo.

Data: 23/07/2013

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – Os aspectos culturais, a riqueza dos movimentos populares, música, arte etc., muito presentes no cotidiano. Destaco que quem carrega a bandeira da procissão é o mesmo morador que faz o Carnaval.

Q. 2

R – Destaco a arquitetura barroca e os traços religiosos.

Q. 3

R – Não, absolutamente não. Temos Títulos até demais, contudo é preciso saber tirar proveito dos títulos para preservar os monumentos, jovens depredam, fazer pichações, deterioram por falta de educação patrimonial.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – Não tem acessibilidade, existe muita dificuldade para o deslocamento no sítio histórico. Quanto ao consumo não houve mudanças, somos bem servidos, com preços populares. Quanto as habitações ocorreu um aumento bastante significativo no preço dos imóveis, muitos estrangeiros compram casas e as deixam fechadas, provocando super valorização. Quanto aos espaços públicos são mais usados pelos moradores.

Q. 5

R – Sim, com certeza ela é reconhecida pelo Título que tem e também pela cultura é reconhecida mundialmente.

Q. 6

R – Sim, da cultura e da economia, mas só para quem trabalha com o turismo.

Q. 7

R – Era para favorecer sim, mas na prática não favorece, não vejo a comunidade local ser inserida em nada.

Q. 8

R – Sim. Contudo o incentivo ao turismo cultural não vejo ser feito como deveria, o que é mais vendido é o Carnaval.

Q. 9

R – Negativos: é o turismo de massa, que provoca depredação do patrimônio. Outro fator é o descaso, falta de fiscalização no que se refere a circulação de veículos pesados no sítio histórico. Positivos: contato com a cultura, culinária, tradições locais etc.

Q. 10

R – Acho que sim, Olinda tem artistas daqui e outros de fora, eles afirmam que a paisagem de Olinda é a inspiração, sobretudo no que se refere a pintura (artes plásticas), música e artesanato.

Q. 11

R – Com certeza, para os locais e para os que vêm de fora.

Q. 12

R – Favorece. No Arte em toda parte por exemplo temos artistas de vários lugares. Ressalto que favorece sim tanto para a visitação, como atrai criativos para morarem em Olinda.

Q. 13

R – Fraca. Não se mobilizam são tem atividades pontuais, não estão sempre cobrando a oes de melhorias, tranquilos demais, reclamam mas não t em atitude, a oes. Não se articulam, somente interesses políticos, não interagem para melhorar as condi oes de vida em Olinda.

Q. 14

R – Favorece com certeza e elava sim. As pessoas tem orgulho de morar numa cidade Patrim nio, sobretudo os artistas, contudo a popula o mais carente não tem consciência não.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Se houve um aumento não se viu, não se sabe para onde os recursos v o.

Q. 16

R – O que ouço falar   que Olinda   muito difícil de governar, pois não tem indústrias etc., com poucos recursos.

Q. 17

R – Priorizam mais o patrim nio, muitas institui oes, mas sem estratégias de a o claras, que são incluem a popula o no papel.

Q. 18

R - O Arte em Toda Parte e a MIMO.

Q. 19

R – Os artistas se articularem entre si e se valorizarem para dar vida ao patrim nio material através de suas artes. Cria o de uma agenda permanente de eventos e criar oficinas com a comunidade local e com os turistas.

Q. 20

R – Destaco que devem ser criados mecanismos de inserção da população, fazer com que os serviços funcionem e principalmente criar investimentos em segurança.

Q. 21

R – Descaso político e a falta de conscientização da população local sobre o valor do patrimônio de Olinda.

Q. 22

R – Incentivar e priorizar a cultura e os artistas locais. Acredito que mesmo na ocorrência de evento vindo de fora deve ser priorizada a produção local.

## ENTREVISTA XI

Nome do entrevistado (a): **Maurício Galvão Medeiros**

Idade: 55 anos

Formação/grau de instrução: Engenheiro Civil

Instituição/Atividade profissional: Secretaria de Turismo de Olinda – SETUR. Secretário de Turismo de Olinda

Data: 29/07/2013

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – Duas coisas importantes, o patrimônio edificado (diversidade dos imóveis – vários estilos arquitetônicos) e a paisagem, sobretudo a vista para o mar.

Q. 2

R – Destaco a beleza da paisagem e a presença das várias formas de arte, sobretudo o artesanato, as esculturas, a música e os cânticos gregorianos.

Q. 3

R – Com certeza, hoje o maior fiscal do patrimônio é a população.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – No que se refere a acessibilidade acredito que melhorou, mas falta avançar mais, estamos em fase de implantação da sinalização turística e reimplantação de algum tipo de transporte público para acesso ao Sítio Histórico. Quanto ao consumo, acredito em um aumento, a partir de uma maior oferta de comércio e serviços, com mais bares, restaurantes etc. No que se refere as habitações e residências, houve um significativo aumento no valor das casas, antes não queriam compra-las por serem tombadas e hoje estão supervalorizadas. Quanto aos espaços públicos em um primeiro momento restauramos as igrejas, agora estamos requalificando os espaços públicos, com destaque para o embutimento da fiação, através do PAC das cidades históricas.

Q. 5

R – Acompanhei na época como morador, realmente foi fundamental. Olinda hoje é mais reconhecida no exterior, possui ainda os títulos de Memória do Mundo e de 1ª Capital Brasileira da Cultura, além de possui o Frevo.

Q. 6

R – Com certeza, sobretudo a partir das atividades do turismo, da gastronomia, das artes etc.

Q. 7

R – Favorece, sobretudo na hotelaria, gastronomia, guias de turismo, taxistas, todos se beneficiam com o turismo. Destaco principalmente a geração de empregos durante o Carnaval, onde gera-se em torno de 60 mil empregos temporários.

Q. 8

R – Com certeza. Olinda tem de tudo, turismo de lazer, de negócios, religioso (procissões), de eventos, espetáculos. E quanto ao cultural temos incentivado o seu desenvolvimento, sobretudo estimulando festivais culturais como MIMO e a FLIPORTO.

Q. 9

R – Positivos: A possibilidade de criar festivais culturais, pois o turismo de massa, demanda cuidados, é preciso está bem estruturado para não gerar danos ao patrimônio. Temos com a MIMO e FLIPORTO mais de 90 mil visitantes e no Carnaval o grande ápice, com estimativas de mais de 2 milhões de visitantes, dos quais estima-se que 60 mil são de fora de Pernambuco, onde não se registrou nos últimos anos danos ao patrimônio edificado. Ao ano temos em média mais de 1 milhão de turistas em Olinda. Negativos: O risco de dano ao patrimônio edificado.

Q. 10

R – Sim.

Q. 11

R – Com certeza, se o artista disser que é de Olinda, já tem mais respaldo, uma maior valorização e visibilidade.

Q. 12

R – Também atrai sim.

Q. 13

R – Quanto ao turismo moderada, já existem iniciativas, mas poderia haver maior mobilização. E no que tange as atividades criativas afirmo que é intensa, como por exemplo no evento Arte em Toda Parte, os artistas olindenses cedem suas casas para artistas de fora exporem suas obras.

Q. 14

R – Com certeza. Existe um sentimento de orgulho pelo fato de ser P.H.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Com certeza, com a chegada de hotéis, restaurantes, ateliês de arte etc., junto com o turismo e o incentivo à cultura ocorre um favorecimento a arrecadação fiscal.

Q. 16

R – Não recebe dinheiro diretamente para manutenção do patrimônio. Recebe verba sim (estadual, federal e internacional) através do envio e aprovação de projetos para restauração e manutenção.

Q. 17

R – Acho que não influenciou, pois já existe uma legislação que estabelece os gastos, onde por exemplo 25% dos recursos obrigatoriamente devem ser gastos em educação. Existem limites institucionais, não há dinheiro, tem que se buscar recursos fora através de projetos para a manutenção do patrimônio.

Q. 18

R – MIMO, FLIPORTO, Arte em Toda Parte, além movimentos culturais permanentes, ao longo de todo ano, como serenatas, apresentações de Chorinho etc.

Q. 19

R – Aponto a dificuldade para articulação entre o patrimônio edificado e as atividades artístico - culturais, em função da rigidez das normas de preservação do patrimônio edificado.

Q. 20

R – Infraestrutura, transporte e acessibilidade. Acredito que o ideal seria restringir mais o acesso ao Sítio Histórico, mas por outro lado também é necessário ter meios, condições para as pessoas.

Q. 21

R – Falta de clareza nas regras de preservação e a lentidão no processo para a aprovação de projetos.

Q. 22

R – Criar meios para valorizar cada vez mais o fato de ser P.H.

## ENTREVISTA XII

Nome do entrevistado (a): **André Renato Pina**

Idade: 59 anos

Formação/grau de instrução: Arquiteto, Urbanista. Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Instituição/Atividade profissional: Secretaria de Patrimônio e Cultura de Olinda – SEPAC. Arquiteto - Gestão e controle do Patrimônio

Data: 05/08/2013

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – Olinda pelos critérios da UNESCO, representa o processo de ocupação da cana-de-açúcar, além de manter o traçado original, com ruas tortuosas, estreitas e enladeiradas, representa a influência direta da arquitetura portuguesa (Maneirismo e Barroco).

Q. 2

R – Destaco a influência direta da arquitetura portuguesa (Maneirismo e Barroco).

Q. 3

R – Sim. Inicialmente o município como possui poucos recursos foi ajudado pela Federação, a partir de um fundo para a preservação dos monumentos. Hoje ficamos à mercê do envio e aprovação de projetos para preservar os monumentos e manter o morador no Sítio histórico.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – Quanto a acessibilidade ocorreram programas de melhoria. O consumo não se alterou, não houve incremento. Quanto as habitações ocorreram em Olinda vários processos de gentrificação, antes do Título as casas estavam muito degradadas, até a década de 70, quando o mundo passa a ter um olhar diferenciado acerca dos lugares históricos, onde vieram intelectuais e em 82 quando ganha o Título começou a vim pessoas e os casarões passaram a ser ocupados por instituições públicas e hospedarias. Já na década de 90 houve muitas alterações, remodelações irregulares, onde a grande maioria alterada internamente, já na década de 2000 se inicia um processo de intensa especulação imobiliária que hoje ainda se mantém, com imóveis com preços bastante elevados. No que se refere aos espaços públicos houve melhoria, inclusive com interesse de empresas privadas em projetos de revitalização.

Q. 5

R – Ganhou sim, porque foi muito divulgada, foi a segunda cidade do Brasil a receber o Título, o que gerou grande visibilidade para Olinda no mundo.

Q. 6

R – Favorece, pois atrai interesses que podem atrair recursos. O fato de ter o título P.H se configura como um selo, uma marca, uma grife. A economia é favorecida, contudo do ponto de vista da cultura temos muitas coisas vindas de fora, como na culinária onde faltam restaurantes com pratos típicos da terra.

Q. 7

R – Em geral não, por ser P.H somente um pequeno incremento, difícil até de mensurar.

Q. 8

R – Houve sim. Contudo deve-se observar que predominam os visitantes e não os turistas. Também aumentou o interesse de pessoas de fora em vir morar aqui o que pode criar uma descaracterização. Quanto ao cultural aumentou sobretudo incentivado pela FLIPORTO, MIMO, Arte em Toda Parte, eventos estes que não surgiram da cultura popular, espontânea, mas que tem atraído visitantes e turistas.

Q. 9

R – Positivos: dar vida, tem áreas que devemos estimular a atração de pessoas. Não temos turismo predatório, exceto no Carnaval. Negativos: quando não existe, não pensamos em infraestrutura para receber as pessoas podem ocorrer danos ao patrimônio.

Q. 10

R – Favorece sim, principalmente a pintura e o artesanato.

Q. 11

R – Gera sim, principalmente quando a mídia divulga os eventos.

Q. 12

R – Favorece sim, tanto artistas de fora que buscam expor em Olinda, como também favorece, dá mais visibilidade aos artistas de Olinda que são chamados para expor suas obras fora.

Q. 13

R – Com relação ao turismo é muito fraca, só alguns que visam se beneficiar de verbas. No geral avalio a mobilização para as atividades criativas como moderada, os artistas moradores é que são mais ativos.

Q. 14

R – Eleva sim, até mesmo aqueles moradores que não cuidam da cidade se orgulham bastante, se falar que vai perder o Título é um caos, eles se indignam, não aceitam.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Não. Não houve tão diretamente, tentamos criar meios para uma maior arrecadação mais não surtiu muito efeito. As receitas criadas pelos investimentos ligados ao turismo e a gastronomia geraram algum benefício, contudo o que predomina em Olinda são visitantes e não turistas, o que acaba por não contribuir para um aumento na arrecadação fiscal, além do IPTU que também não temos registro de ter aumentado.

Q. 16

R – Não recebe dinheiro não. Agente participa de programas para arrecadar verba. A UNESCO não dá dinheiro a ninguém. Por exemplo no projeto Monumenta, a UNESCO faz capacitação, doa equipamentos, contrata técnicos, mas existe muita burocracia. O que conseguimos é através de projetos, geralmente com contrapartida da Prefeitura, nos programas PRODETUR, PROMETRÓPOLE e PAC – Cidades Históricas.

Q. 17

R – Acho que não, creio que há uma compatibilização, vemos programas, contudo a educação e a saúde por lei tem prioridade e a gestão da cultura e do patrimônio tem pouca verba.

Q. 18

R – Não vejo muitas ações, são pontuais. Falta um plano de gestão, nós somos bombeiros sempre apagando incêndios, não há um planejamento estratégico anual. A MIMO e a FLIPORTO são iniciativas de fora.

Q. 19

R – Criar um plano de gestão para o Sítio Histórico para minimizar os impactos ao patrimônio material.

Q. 20

R – Todos são centrais, contudo destaco que a infraestrutura e os serviços são os principais para a manutenção do patrimônio.

Q. 21

R – Temos várias coisas, problemas, tais como a ausência da educação patrimonial, falta de recursos em município com baixa arrecadação fiscal, burocracia e ausência de um plano de gestão.

Q. 22

R – O ponto forte é a riqueza do acervo paisagístico que Olinda tem, onde é preciso promover, divulgar, fazer com que tenha mais turistas e depois, fazer com que os visitantes fiquem, se hospedem na cidade. O reconhecimento já tem agora, agora como fazer com que isso seja usufruído com toda a sua potencialidade.

### **ENTREVISTA XIII**

Nome do entrevistado: (a) **Marco Aurélio de Oliveira Reis**

Idade: 67 anos

Formação/grau de instrução: Graduação em Administração de Empresas, Especialização em Marketing

Instituição/Atividade profissional: Associação de Empreendedores do Sítio Histórico de Olinda – AESHO. Presidente da associação e Empresário.

Data: 30/07/2013

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – Acho que é um somatório, a paisagem, a vista para o mar, o sol intenso – luz natural, a preservação da vegetação, o casario e a população com autoestima elevada criam um clima particular que distingue Olinda.

Q. 2

R – Os telhados e o casario, as portas e as janelas abertas que mostram as residências.

Q. 3

R – Sim, foram obrigados a trabalhar nisto sob pena de perder o Título de P.H.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – Quanto a acessibilidade não mudou muito, permanecem problemas no calçamento. No que se refere ao consumo, o poder aquisitivo melhorou e o consumo aumentou a partir da atração de visitantes importantes, aponto para um crescimento do consumo local. As habitações e residências ficaram mais preservadas, pois as pessoas foram convocadas a restaurar suas casas, passaram a ajudar na restauração. Quanto aos espaços públicos, mudanças positivas somente na Sé, o resto só se alterou para pior.

Q. 5

R – Sim, inclusive foi o Título um dos pontos fortes para decidirmos construir uma pousada em Olinda, pois junto com o Título levantou-se a autoestima da população, sendo hoje o fator humano o diferencial de Olinda, as pessoas são participativas.

Q. 6

R – Favorece. Ser patrimônio agrega valor à Olinda, é um destino importante, pois tem o título de P.H.

Q. 7

R – Sim, a partir da criação de negócios na área da arte, hotelaria de pequeno porte, restaurantes etc.

Q. 8

R – Do turismo em geral sim. Do cultural não, não porque não existem políticas que incentivem esse tipo de turismo, precisa ser mais incentivado.

Q. 9

R – Positivos: Incentivo a preservação da natureza e do patrimônio público. Estimula a integração da cultura e da arte com a população, induz os residentes a produzir arte. Negativos: Falta de gestão profissional que compreenda as necessidades do turista e as especificidades do lugar.

Q. 10

R – Música e arte foi mais estimulado, o resto não foi favorecido.

Q. 11

R – Gera sim. Sobretudo, depois do Arte em Toda Parte criou-se maior visibilidade.

Q. 12

R – Não lembro de nenhuma exposição de artista do exterior, atrai artistas para visitar.

Q. 13

R – Prefiro não opinar sobre a mobilização para o turismo. E as atividades criativas julgo como moderada. Música e arte se destacam, contudo o artesanato é incipiente precisa avançar.

Q. 14

R – Sim, a população tem muito orgulho de possuir o título de P.H.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Creio que sim, outros negócios se instalaram, pessoas com maior poder aquisitivo, vieram bares, restaurantes, pousadas e hotéis.

Q. 16

R – Recebe do PRODETUR, orçamento da União gerido pela Secretaria de Turismo do estado, contudo da UNESCO nunca vimos um centavo.

Q. 17

R – Não. Nem evoluiu os investimentos ligados ao patrimônio nem o ligado ao desenvolvimento sócio territorial.

Q. 18

R – Os produtores culturais se aproveitaram de Olinda ter o título, tiveram facilidade em criar eventos, o que favorece a criação de um espaço cultural aberto, com eventos como a MIMO, a FLIPORTO e o Arte em Toda Parte.

Q. 19

R – Desenvolver projetos com a cara de Olinda, estimular investimentos das empresas públicas e criar fundos específicos de apoio a arte e a cultura da cidade histórica.

Q. 20

R – Todas as questões são importantes, contudo destaco as questões de infraestrutura. Existem problemas de iluminação e ausência de manutenção. Ressalto ainda a falta de normas no uso de fogos de artifícios, o que pode provocar incêndios e provocar uma catástrofe, pois não existe treinamento para evacuação da cidade e como as casas são conjugadas em caso de incêndio seria uma tragédia.

Q. 21

R – Retirar as crianças das ruas, que são guias de turismo informais e realizam abordagem inadequada aos turistas. As drogas e a criminalidade também devem ser combatidas. Uma outra questão é a ausência de sinalização turística que deixam os turistas a mercê de guias informais, geralmente despreparados. Não permitir o uso dos espaços públicos para criação por parte de aproveitadores de negócios privados.

Q. 22

R – Promoção e divulgação da cidade como destino cultural, através da participação em feiras; capacitação e orientação da população local para a preservação da cultura material e imaterial. A cultura deve ser o elemento estruturador do turismo a partir do envolvimento da população.

#### **ENTREVISTA XIV**

Nome do entrevistado: (a) **Simone Simonek / Edi Alves**

Idade: 54/50 anos

Formação/grau de instrução: Graduação em Design./ Tecnóloga em Comércio Exterior.  
Instituição/Atividade profissional: Associações artísticas culturais: Olinda Artistas Associados – OLAA e Multirão da Cultura. Artista Plástica/Artista Plástica. Representante de Turismo no Conselho Municipal de Turismo de Olinda. Representante no Conselho Municipal Políticas culturais de Olinda.  
Data: 02/07/2013

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – São os moradores, a receptividade e também a paisagem natural sobretudo, a Sé onde pode-se avistar o mar.

Q. 2

R – A especificidade da arquitetura, as lendas, as histórias do imaginário atraí pesquisadores e turistas para Olinda.

Q. 3

R – Sim. Na época do recebimento do título houve uma valorização, a cidade era chamada de cidade velha e hoje vemos uma sobrevalorização dos imóveis e restauro das igrejas que ainda não haviam sido restauradas pela ausência do poder público e sobretudo pela corrupção.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – No que se refere a acessibilidade cada dia mais vai se complicando, pois não existem transportes públicos para circular no sítio histórico, o que ainda é agravado pela dificuldade, ausência de locais para estacionamento dos carros particulares. Quanto ao consumo mudou um pouco, pois as pessoas que moram no sítio histórico não compram no local compram fora. As habitações e residências passaram a ser bastante controladas e tudo que vai-se fazer de alteração precisa de autorização, com muita burocracia. No que se refere aos espaços públicos assistimos a depredações sobretudo durante os eventos, temos bicas detonadas, abandonadas, em eterno processo de reforma.

Q. 5

R – Achamos que sim, ajuda na preservação, turistas vêm para o Carnaval de Olinda também pelo fato de ela ser patrimônio.

Q. 6

R – Sim, sobretudo por conta do turismo, que estimula a preservação da arquitetura e favorece a preservação da identidade. Conforme as palavras do Professor Antenor Vieira a arquitetura fala pelo povo, é a história de um povo.

Q. 7

R – Sim, pois o patrimônio automaticamente favorece o turismo, sabemos de pousadas que priorizam contratar moradores locais, contudo na realidade atual a maioria dos moradores trabalham em Recife ou em outras partes de Olinda fora do Sítio histórico.

Q. 8

R – Demais. O turismo cultural não cresceu tanto, contudo percebemos que o perfil do turista tem mudado, o turista que vem em busca de cultura é aquele que fica em Olinda, e é este tipo de turismo que interessa a cidade, pois permite uma troca de vivências.

Q. 9

R – Positivos: a geração de recursos que podem dar sustentabilidade e estimular o sentimento de pertencimento e fortalecimento da identidade, se esses recursos forem direcionados, através de projetos e programas para a comunidade local. Negativos: o turismo de massa, que danifica o patrimônio, principalmente durante os eventos, criados pelo poder público e privado que não gera nada de bom para o morador.

Q. 10

R – Sim. A riqueza do lugar favorece há uma efervescência.

Q. 11

R – Sim. O próprio título de P.H. funciona como um selo de referência.

Q. 12

R – Favorece, contudo não existe apoio, existe a vontade dos artistas de fora, mas não há ajuda para trazê-los.

Q. 13

R – Acreditamos que pela falta de apropriação pela coletividade, de Olinda como P.H. a mobilização para o turismo é fraca. Já as atividades criativas é intensa, o título é um valor agregador para as atividades criativas. Os moradores de Olinda têm um estilo próprio em suas produções.

Q. 14

R – Favorece sim, os moradores tem muito orgulho de ser olindense, de uma cidade com tantas belezas e de valor histórico.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Não sei dizer, contudo fala-se que vem investimentos e algumas isenções.

Q. 16

R – Recebe sim, sabemos que existe um Fundo para as cidades históricas, mas não sabemos para onde vão os recursos. Não temos teatros, cinemas abertos, vários espaços importantes fechados pela omissão do poder público. Aí nos perguntamos como Olinda recebeu o Título de 1ª Capital Brasileira da Cultura sem possuir, no Sítio Histórico, cinemas e teatros abertos? Acreditamos que esses problemas decorrem da submissão da população e corrupção no poder público.

Q. 17

R – Investimentos estão sendo perdidos, não estão sendo bem direcionados, nem uma coisa, nem outra.

Q. 18

R – MIMO, FLIPORTO e o Arte em toda Parte.

Q. 19

R – Política pública de cultura efetiva, a partir das demandas da população local. Maior incentivo as pesquisas científicas sobre arte e cultura local. Reativação de equipamentos públicos (teatros e cinemas). Incentivo e intercâmbio entre as produções dos artistas locais – residências artísticas.

Q. 20

R – Todos são extremamente importantes, contudo destacamos a infraestrutura como o elemento principal.

Q. 21

R – O descaso com a preservação dos espaços públicos (monumentos). Deficiência de infraestrutura, sobretudo saneamento básico, extremamente precário.

Q. 22

R – Estimular a aplicação do plano municipal e do plano diretor de gestão. Estimular e conscientizar a população local sobre a importância do título de P.H. e sobre a aplicação dos planos municipal e diretor.

## **ENTREVISTA XV**

Nome do entrevistado (a): **Gilvandro da Cunha Marinho/ Ceci do Eirado Amorim**

Idade: 57 anos/59 anos

Formação/grau de instrução: Pós graduação em Planejamento Turístico/ Mestrado em Comunicação e Administração.

Instituição/Atividade profissional: Empresa de Turismo de Pernambuco – EMPETUR. Responsáveis Técnicos pela Gestão da Unidade de Destinos e Produtos Turísticos.

Data: 22/08/2013

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – O Conjunto paisagístico, muito rico e conservado.

Q. 2

R – Destacamos a arquitetura religiosa, o casario preservado, a influência Ibérica, além da riqueza do patrimônio imaterial (gastronomia, festas e ritos populares).

Q. 3

R – Não vemos muito não. Tiveram altos e baixos ao longo do tempo, não existe uma constância, numa gestão há maior sensibilidade e em outras não. Foram feitas melhorias, mas de forma cíclica, não de maneira constante.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – A acessibilidade em Olinda é bem complicado, até hoje existem problemas para circular pela ausência de transportes coletivos. As casas extremamente caras. Os lugares públicos cada vez mais atrativos aos eventos e no que tange ao consumo não temos a vivência histórica, contudo acreditamos que permanecem os pequenos comércios.

Q. 5

R – Sim, contribui de alguma forma, está num catálogo como patrimônio é diferenciador, não temos como mensurar, mas acreditamos que sim.

Q. 6

R – Favorece sim. O título tem peso, a visibilidade nacional e internacional, é uma forma de agregar.

Q. 7

R – Não temos como mensurar efetivamente, contudo vemos, sobretudo nos momentos em que ocorrem eventos, que com o aumento nas hospedagens e maior número de clientes nos restaurantes, que favorece sim a renda e o emprego; porém não podemos afirmar que por ser P.H. ocorram melhorias.

Q. 8

R – Sim aumentou. Quanto ao turismo cultural também aumentou, tem sido feito uma reestruturação, sobretudo a partir do estímulo a criação de eventos como a MIMO, FLIPORTO, Festival de jazz etc.

Q. 9

R – Positivos: o estímulo a preservação, incentivo a paixão que o residente de Olinda tem ampliação de eventos culturais de qualidade. Negativos: o risco de dano ao patrimônio somados a precariedade que existe em Olinda, no que se refere a infraestrutura. Outra questão é a falta de sinalização turística, o que dificulta no processo de reconhecimento e valorização dos monumentos.

Q. 10

R – Sim, claro, sobretudo as artes plásticas, o design e o artesanato.

Q. 11

R – Sim.

Q. 12

R – Achamos que atrai, sobretudo os músicos, e os demais segmentos com maior intensidade durante os eventos como a MIMO e a FLIPORTO.

Q. 13

R – Quanto ao turismo poderíamos dizer que é fraca, pois tem associações para reclamar dos serviços públicos mas quando são chamados a ação não se articulam. E no que se refere as

atividades criativas é intensa, mas independe de ser P.H, o movimento cultural já existia antes do título de patrimônio da humanidade.

Q. 14

R – Achamos que sim.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Não sabemos dizer dados oficiais, contudo acreditamos que aumente muito pouco, pois não vemos investidores vindos de fora, investimentos de grande porte.

Q. 16

R – Recebe sim, sobretudo do Projeto Monumenta e do PRODETUR. Existe uma série de editais que Olinda pode concorrer só basta enviar propostas. Ressaltamos que pelo fato de ser P.H. muitas vezes tem tratamento diferenciado pelo Ministério do Turismo.

Q. 17

R – A informação que temos é que em todos os bairros tem obras, não acreditamos em priorização do patrimônio, pois seria um suicídio político. Creio que Olinda como município melhorou, os investimentos são voltados para o desenvolvimento sócio territorial.

Q. 18

R – MIMO, FLIPORTO e o Arte me Toda Parte.

Q. 19

R – Estimular um uso mais intenso da arquitetura, maior divulgação das atividades religiosas, abrir as igrejas e museus que se encontram fechados, criar uma maior articulação entre o material e o imaterial.

Q. 20

R – Destacamos a acessibilidade, pois existe público interessado que seja disponibilizado transporte coletivo mas não é implementado.

Q. 21

R – Falta de um programa contínuo de preservação, ausência de divulgação dos espaços de convivência, Pequena participação do setor privado.

Q. 22

R – Ampliação das obras de conservação e restauro. Estimular as expressões da cultura popular. Ampliar, melhorar os eventos culturais. Dar maior dinâmica cultural a cidade.

## ENTREVISTA XVI

Nome do entrevistado (a): **Germano Coelho**

Idade: 87 anos

Formação/grau de instrução: Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Paris

Instituição/Atividade profissional: Professor Titular da Faculdade de Direito do Recife - UFPE

Data:08/08/13

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

A gestão e o ordenamento territorial

R – É uma questão bastante complexa, por exemplo no fim da minha administração fiz uma reunião com os Ministros da Educação e da Cultura, com o representante da UNESCO no Brasil, com o Diretor Geral da UNESCO e com os dirigentes das cidades brasileiras patrimônio mundial, essa reunião que eu presidi foi importante, fiz uma grande proposta e disse: Olinda é inviolável, 2/3 do território tombado, um dos menores sítios do Brasil, então é economicamente inviolável. Só tem uma saída, não é o título não, o título, a luta pelo título eu encaminhei por ter tido conhecimento desta

possibilidade nos anos que passei em Paris e porque fui convencido ao estudar a riqueza da história de Olinda. Fui eleito no movimento democrático para derrubar a Ditadura e, juntamente com meu irmão Fernando Coelho e com nosso amigo Marcos Freire, decidi restaurar Olinda do passado para construir Olinda do futuro, então essa foi a linha de governo, por exemplo ensino de restauração fomos nós que montamos todo o sistema de restauração de Olinda, que foi o primeiro sistema municipal que partiu para restaurar a cidade pegando todos os aspectos. Nós criamos um conselho de restauração, e além do conselho, criei uma fundação de preservação dos sítios históricos de Olinda, um órgão executivo para formar os técnicos que iriam executar as políticas. Outro ponto, é que não tínhamos que esperar que o tombamento de Olinda fosse a partir do governo federal, pois quem mais sabe o valor de seus bens é quem vive nele, então ocorreu o tombamento municipal e realizamos a criação de um fundo próprio de preservação para conseguir dinheiro.

Olinda foi bastante importante na história do Brasil, como exemplo temos o fato de o Brasil ter sido governado três vezes a partir de Olinda. O povo de Olinda nem sabia quem era o padroeiro, quando eu entrei a padroeira era Nossa Senhora do Carmo, mas na verdade Olinda foi a primeira terra, antes mesmo de São Salvador da Bahia, a ser consagrada em homenagem ao Salvador do Mundo, então é o próprio Cristo. A primeira igreja levantada no Brasil em homenagem a Maria foi construída em Olinda, a Igreja de Nossa Senhora do Monte.

Sobre o patrimônio Foral, Duarte Coelho dizia nas cartas ao Rei, que dava essas terras para uso e gozo do povo de Olinda, por isso fomos questionar na justiça o pagamento do Foro de áreas que antes pertenciam a Olinda e depois foram apropriadas pelo território de Recife.

Nas cartas jesuítas, por exemplo escrevem para Portugal mandem pano porque as índias estão vindo para missas em Olinda nuas, inteiramente nuas, aí eles mandaram panos e eles distribuíram e aí no próximo domingo as índias chegaram todas nuas e os panos na cabeça.

No processo de obtenção do título estava com um problema insolúvel, pois a UNESCO me dizia mesmo que Olinda mereça o título a gente não pode dar porque o Brasil não reconhece Olinda como monumento nacional e monumento nacional ela não podia ser porque o autor do projeto de lei era o vice líder da oposição aos militares, Fernando Coelho, o projeto já estava parado há cinco anos na Câmara. A decisão dos militares era que nenhum projeto de lei da oposição seria aprovado, então era tudo derrubado, é nisso que vejo o dedo de Deus, pois o presidente, o General nomeia o Ministro da Educação, um amigo meu Eduardo Portela, aí peguei o avião para Brasília, chegando lá pedi que fizesse um cartão de próprio punho para o líder do governo da Câmara dizendo que era importante para o Ministério da Educação que Olinda fosse elevada a monumento nacional, então o projeto que estava há mais de cinco anos parado em quinze dias estava aprovado na Câmara e depois no Senado. Veja bem, meu pleito não era monumento nacional, meu pleito era patrimônio mundial porque tudo que eu tinha lido de Olinda me mostrava que Olinda era irmã de Atenas, de Roma, do Cairo, de Jerusalém, Olinda não era inferior, a história se você percebe bem, você vê a grandeza de Olinda. Seguindo adiante na história, pouco depois, foi nomeado como chefe da delegação do Brasil junto a UNESCO, um grande amigo meu, Geraldo Egídio, ao qual antes de sua partida para Paris lhe oferecemos a maior comenda de Olinda, a Marim dos Caetés, e o instituímos como embaixador da candidatura de Olinda junto a UNESCO. Geraldo então chega a Paris e começa a mandar todos os diretores da UNESCO para conhecer Olinda, até que no fim ele veio com o Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura o senhor Amadou Mahtar-M'Bow para realizar uma visita a Olinda, onde houve um entendimento magnífico. Na reunião precisávamos de 21 votos dos países e no dia da votação Olinda teve os 21 votos, Olinda foi declarada patrimônio por unanimidade.

Com relação gestão do patrimônio deveria existir um tratamento preferencial para as cidades brasileiras patrimônio mundial, proposto em reunião do governo Itamar Franco, mas este tratamento diferencial existe hoje? Não. Porque quando mudam os gestores, muda a administração, não há uma continuidade administrativa. Nós, em Olinda, não nos contentamos com a questão do patrimônio, partimos para dar outra dimensão a Olinda, porque você reconhece o patrimônio, reconhece o valor, aí é preciso ter claro aonde está o valor a gente tem que saber, por exemplo 1580 primeiro Convento Carmelitano da América, das Américas Norte e Sul, casa mãe da ordem. Cada Convento que entrava em Olinda era uma biblioteca, enfim por toda riqueza histórica é que muito merecidamente Olinda é patrimônio do mundo.

## APÊNDICE D – Transcrição das entrevistas realizadas em Sintra e Lisboa

### ENTREVISTA I

Nome do entrevistado (a): **António Lamas**

Idade: -

Formação/grau de instrução: Engenheiro Civil

Instituição/Atividade profissional: Presidente Administrativo do Parques Montes da Lua

Data: 09/05/13

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de património

Q. 1

R – Sintra tem um componente a mais que Olinda que é o natural, envolve o conceito de paisagem cultural, mas dentro de Sintra há um centro histórico, a Vila até está mal delimitada, foi o que foi na altura.

Q. 2

R – É o conjunto dos elementos que conferem a Sintra a classificação.

Q. 3

R – Há uma questão que agora acho que está na moda na UNESCO e a UNESCO só fala nisso, que são os planos de gestão, o *management plan* que a UNESCO quer que todos façam *management plan*, mas na África portuguesa não há a figura do *management plan*, o que há são planos de ordenamento, planos de salvaguarda, há planos de lagoas costeiras, há planos de todas as espécies, a ideia de plano de gestão não existe porque a nossa tradição orçamental não é de plurianualidade, não sei como é que é no Brasil, mas os orçamentos municipais ou os orçamentos do Estado propriamente, ou das instituições são plurianuais indicativos fazem orçamentos para 6 anos ou 4 anos ou 3 anos mas depois o que conta é o que é aprovado é o do ano seguinte, portanto não há quando se aprova um orçamento isso fica a compromissos que se somam, mas não há para além daquele ano e o plano de gestão exige compromissos plurianuais e essa situação é uma dificuldade que nós temos em Portugal para responder, enfim, a essa necessidade da UNESCO do plano de gestão. E depois não temos plano de gestão, mas temos planos de salvaguarda. E portanto o que nós teremos que fazer para a paisagem cultural aqui de Sintra um plano de salvaguarda da zona envolvente, mais apropriado para zona classificada porque aqui a ambição da zona proteção foi enorme e não é por ser assim uma área muito grande, a proteção tem a ver com o bem que está classificado, na costa não se vê paisagem cultural a não ser que fizessem ali torres altíssimas é que da paisagem erguida e dali fazer a paisagem houvessem conflitos, mas não há e portanto a zona é grande demais, mas foi assim. Em Portugal há duas figuras que é a zona automática de proteção, quando se classifica um monumento, ou um conjunto ou um sítio, nós temos três níveis de cada um, que é de interesse nacional, de interesse público e de interesse local, quando se classifica, em princípio, há uma zona de proteção automática, que são 50 metros, mas isso não se aplica a uma paisagem que é uma coisa muito grande e portanto os 50 metros é uma zona de proteção, e portanto aquela zona que se não se definir a zona especial de proteção fica, mas há uma obrigatoriedade em alterar isso para uma zona especial, como um todo estudado e justificado. Em Portugal qualquer cidadão, qualquer grupo, qualquer instituição pode escrever para o Diretor Geral do Património cultural e dizer-lhe: acho que aquilo devia ser classificado, aquela casa, aquele jardim ou aquela paisagem e com base na justificação que os técnicos derem, decide-se se o bem deve ser iniciado o processo de classificação, torna o bem em vias de classificação, que é publicado em editais, em *Diários da República*, e esse bem fica em vias de proteção, nesse momento a zona automática entra em funcionamento. Antigamente era muito raro, foi muito por épocas, houve épocas que os decretos eram logo acompanhados da definição de uma zona especial, depois houve muitos anos que não se fez, hoje o trabalho está a ser feito pelo Ministério da Cultura a definir zonas especiais e para elas definir condições e haver um plano. Os planos são de salvaguarda, são de iniciativa municipal, depois são aprovados pela Direção Geral de Património Cultural. Mas, quando é decidido ficar em vias de classificação imediatamente todas as proteções entram em funcionamento, depois pode haver passado 1 ano ou 6 meses os técnicos que estudaram o caso dizer não, isso não tem justificação então há um abandono dessa via, depois para classificação tem que haver editais em vários sítios, as

peessoas interessadas tem que consultar, tem que se pronunciar e só depois que é classificado e fixado a zona de proteção. Depois entra a parte mais difícil que é forçar as câmaras a fazerem planos de salvaguarda, mas no fundo os planos de salvaguarda deviam interessar muito as câmaras porque no fundo são os instrumentos de diálogo com os proprietários da zona protegida de modo a aprovação de suas funções, pois todas as decisões têm que ser submetidas a Direção Geral de Patrimônio Cultural.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R - Há uma figura que em épocas de crise não se ouve falar que é o uso do direito de opção, que acho que é uma das coisas mais importantes para a proteção dos monumentos, ou seja dentro de uma zona classificada há uma transação que tem que ser participada ao município e a Direção Geral do Patrimônio Cultural, para eles exercerem o direito de opção se quiserem, têm que dizer a quem vão vender, por quanto e é muito importante, para já elimina as vendas fraudulentas, por preços muito baixos declarados. Pela Constituição o patrimônio cultural é direito e dever dos cidadãos. Em Portugal há uma valorização do título de patrimônio.

Q. 5

R - xxx

Q. 6

R - xxx

Q. 7

R - xxx

Q. 8

R – A Empresa Parques de Sintra vive do turismo, que é um turismo cultural no sentido do que tudo que nós oferecemos ao público é de interesse cultural, é o nosso ganha-pão.

Q. 9

R – O turismo é muito sazonal, temos picos em Agosto, e há picos daqueles 5 dias que conseguimos conviver bem e só há grandes picos no Palácio da Pena e são poucos dias, de fato esses dias há muita gente, mas também não podemos recusar, pois ainda essa pressão não se tornou danificadora das construções ou dos pavimentos, isso não aconteceu.

Q. 10

R – Tenho que fazer uma declaração que existe um conflito de interesses, pois seria muito interessante acolher muitas atividades culturais, mas nós temos um objetivo que é tornar sustentável essa empresa, é preciso ter recursos para recuperação e manutenção e portanto gostaríamos de permitir que as pessoas entrassem livremente para fazer música ou bailado ou teatro mas temos que restringir. A nossa política é [ter em conta] se essas entidades [trouxessem] benefícios para os Parques de Sintra, na divulgação, [seriam] mais atraentes.

Q. 11

R - xxx

Q. 12

R - xxx

Q. 13

R – Há que distinguir dois tipos de atores, Sintra é muito especial. Há os habitantes do Concelho que têm gratuidade aos domingos para visitaçãõ e depois tem os proprietários que protestam, como por exemplo num evento na Quintinha de Monserrate, afirmam que tem muita gente. Nós aqui nos damos muito bem com as associações de proprietários, reconhecem o trabalho que fazemos, acho que são os grandes defensores de Sintra. Depois há uma outra coisa é que o patrimônio cultural, que tem grande valor e atrai pessoas e gera economias que esse patrimônio sustenta, lojas, restaurantes, agências de viagens, cria-se uma zona econômica de interesse que vive do patrimônio.

Q. 14

R – Existe um cuidado em não perder a identidade do lugar e nem podia deixar de ser, pois se fizermos disparates aqui e estragarmos o património ninguém vem ver, pode causar a perda da atração turística. Na zona classificada a pressão existe, mas é uma pressão muito especial, porque são propriedades grandes, quintas e tapadas, onde o que é que os proprietários pretendiam construído cá, na zona toda da paisagem cultural é proibido, portanto só pode ser construído extensões daquilo que é existente, não mais do que 25% de área, o que já é muito pois são tudo casas grandes, não podem ser extensões dispersas, tem que ser conexo para não descaracterizar o património, aí entra a Direção Geral do Património e a Câmara com as suas regras para aprovar.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R - xxx

Q. 16

R – Zero. Nem há nenhum local em Portugal que receba apoio da UNESCO.

Q. 17

R - xxx

Q. 18

R – O futuro é conseguir encontrar formas da indústria cultural, de uma economia suportada pelo património cultural poder contribuir, pois se fechássemos o Palácio da Pena não havia atividades em Sintra, não havia queijadas, não havia restaurantes, não havia hotéis, não havia lojas, não havia agências. Aqui nos visitam um milhão e meio de pessoas ao ano, são essas pessoas que geram animação e deixam dinheiro no local.

Q. 19

R - xxx

Q. 20

R – Maior divulgação, com campanhas internacionais para atrair pessoas para a zona económica de influência.

Q. 21

R - xxx

Q. 22

R - xxx

## ENTREVISTA II

Nome do entrevistado (a): **Adriana Jones**

Idade: 69 anos

Formação/grau de instrução: Artista Plástica. Professora.

Instituição/Atividade profissional: Associação de Defesa do Património de Sintra Presidente da Associação

Data: 19/11/14

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de património

Q. 1

R – Para nós os elementos diferenciadores são precisamente a vegetação, a paisagem, porque Sintra tem flora autóctone e exótica, que foi introduzida sobretudo no século XIX e algumas ainda no século XVIII. Para além das belezas naturais e das edificações que foram feitas em diversos estilos desde a Idade Média, Renascença, portanto por aí fora, até o século XIX sobretudo, foram feitas várias casas, vários edifícios, que sobretudo no que diz respeito as casas em que havia diferenças a outros sítios como é o caso dos palácios, com exemplo com influência Mourisca, não é um estilo com edificações homogéneas. Depois aqui no centro histórico já há uma certa homogeneidade, mas temos modas arquitetónicas trazidas de outros lados. Em Sintra tivemos a sorte ter pessoas cultas, viajadas, por exemplo o Palácio da Pena que é um exemplo de estilos de várias épocas.

Q. 2

R – Nós temos aqui na Vila Chalés em estilo suíço, que foi uma moda importada, alguns estrangeiros, como Dom Fernando, quiseram recriar o estilo de sua terra de origem, influências do *orientalismo*, dos Mouros, ou mesmo de portugueses de outros lugares que construíram o patrimônio de Sintra, com um espírito universalista e abrangente que essas pessoas quiseram deixar aqui. A maioria da população local, os saloios, viviam dispersas em atividades no campo, que depois eram os serventes, os empregados, os criados para atender as pessoas que vieram para aqui, isso que vimos do patrimônio foi criado pelas pessoas que vinham de fora. Não quero que pense que sou elitista, mas tenho que ver a realidade a população local não construiu aqui quase nada do patrimônio, aquilo que se destaca na paisagem, a maior parte não feito pela população local, foi feito ou por portugueses que não eram daqui ou por estrangeiros.

Q. 3

R – Então é assim, na população em geral, não estou a dizer da tal percentagem especial, viram isso como oportunidade de negócios, deixa cá vê se a gente abre mais lojas para ganhar dinheiro com os turistas e não de preservação do patrimônio, vamos deitar abaixo certos vestígios que precisamos de mais espaço para vender mais, e eu estou a dizer isso com conhecimento de causa fui fazer queixa a UNESCO porque queriam deitar abaixo para arranjar mais espaço, como por exemplo em um prédio onde havia uma fonte e poço medieval. O título não estimulou a preservação, mas sim na parte econômica na abertura de mais lojas.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – A abertura de mais lojas e lá em cima a Parques de Sintra arranjou, restaurou várias coisas, mas como não ouvem os cidadãos fizeram coisas que não deviam ter feito. Por exemplo restauram o Chalé da Condessa no Parque da Pena, restauram também os interiores do Palácio de Monserrate tudo muito bem, mas depois no Castelo dos Mouros sedimentam os acessos com pedras pouco aparelhadas, pedra irregular que magoa os pés e uma pessoa de cadeia de rodas não consegue andar. Não ouvem as pessoas, fiz várias queixas a UNESCO, mas não ouvem a população.

Q. 5

R – Sintra já era reconhecida há muitos séculos internacionalmente. Mas, com essa publicidade que fizeram, porque Sintra tem recebido milhares de turistas, para mim há várias passagens *Low Cost*, depois conflitos em áreas que as pessoas costumavam ir, depois muita publicidade no exterior, só que essa publicidade não tem acompanhado a conservação, tem dias que tem milhares de pessoas a pisar, por exemplo o Palácio da Pena, e como sabe não foi feito para milhares de pessoas todos os dias estarem a pisar, além disso as pessoas respiram, já não fecham nem um dia por semana.

Q. 6

R – Não. Estou farta de dizer que tem que haver um gabinete para maior orientação a população. Portanto o que é que acontece é que não é exercido a Pedagogia, para sensibilizar, explicar que é um sítio especial, que é preciso ter cuidado. Para mim o grande passo é a Pedagogia.

Q. 7

R – No comércio e nas lojas. Fecharam o Museu do Brinquedo para abrir um *hostal*.

Q. 8

R – É o turismo de massa, são milhares de pessoas, não é um turista com sensibilidade especial, vem sem entender o valor do patrimônio. O cultural não teve o mesmo crescimento que o de massa.

Q. 9

R – Então é assim, o aspecto positivo foi o restauro do Palácio e do Parque de Monserrate, pois são os tais visitantes que deixam lá dinheiro, igualmente também no Palácio da Pena, na Quinta da Regaleira. Não sei se não gerasse receita se os restauros seriam sido feitos. Os aspectos negativos são pisoteio excessivo dos palácios e parques, sobretudo dos palácios e a abertura de estabelecimento comerciais pouco preocupados com a preservação dos vestígios antigos e dirigidos para o consumo imediato de massas. Não se preocupam com o chamado espírito do lugar.

Q. 10

R – Claro. Só que aqui há um problema não há nada de produção local, não há artesanato local. A população local, os saloios trabalhavam de sol a sol para subsistir e vender seus produtos em Lisboa, as mulheres buscavam roupas para lavar aqui nos rios, não tinham tempo para o artesanato.

Q. 11

R – Muito pouco. Há 1 ou 2 ateliês de pessoas que vieram de fora, tudo muito incipiente.

Q. 12

R – Sim. Há por agora um fotógrafo inglês a expor. Depois tinha sempre exposição de artes plásticas, mas com a crise as coisas foram caindo.

Q. 13

R – Turismo para ganhar dinheiro no que é imediato é forte. As atividades criativas são fracas, tudo subsidiado pela Câmara, não há movimento espontâneo. É muito desertificado e com população envelhecida, as pessoas não aderem bem, poderiam dar a volta de outra maneira, as pessoas são muito fechadas, é como se, as vezes ainda vivêssemos no final do século XIX.

Q. 14

R – Relativamente pouco, pois não há percepção, consciência do valor do patrimônio.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Somente algumas poucas lojas.

Q. 16

R – Não sei dizer.

Q. 17

R – Mais ou menos. Pouca integração entre os sítios.

Q. 18

R – xxx

Q. 19

R – Montar um gabinete aberto onde houvesse técnicos que levassem informações as pessoas. Passar filmes sobre a cidade patrimônio para conscientizar a população, sobretudo trabalhar através da pedagogia.

Q. 20

R – Sensibilizar de uma forma pedagógica. Reprovam projetos de restauro sem dizer a razão o que deixa a população insatisfeita, não há bom senso. É preciso a pedagogia, sensibilizar, ensinar de forma pedagógica, pois se calhar as pessoas poderiam valorizar, as pessoas querem fazer alterações e não é explicado o que faz as pessoas abandonarem o patrimônio.

Q. 21

R – Pouca apetência para conservação das árvores e dos arbustos, do solo agrícola e fértil, da água potável, do patrimônio natural.

Q. 22

R – A conservação dos vestígios encontrados, integra-os na malha urbana, preservando as peças, ou musealizando-os ou levando-os para os museus.

### ENTREVISTA III

Nome do entrevistado (a): **Basílio Horta**

Idade: 71 anos

Formação/grau de instrução: Bacharel em Direito. Mestrado em Ciências Políticas e Económicas.

Instituição/Atividade profissional: Presidente da Câmara de Sintra. Presidente da Organização das Cidades Patrimônio Mundial- OCPM

Data: 03/12/14

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

Q. 2

R – Em primeiro lugar tem a história, depois tem a natureza, depois tem o mistério. Tem a história e juntamente com a história veio o patrimônio, que vem desde os árabes, temos uma grande influência árabe, aliás a nossa bandeira reflete essa influência árabe. Uma influência romana muito forte, depois temos na Idade Média, medieval uma presença muito marcada, aliás o Paço Real, o nosso Palácio da Vila, foi Paço Real desde o século XIV até praticamente o século XIX e portanto temos essa história que dá esse patrimônio, depois temos uma natureza ímpar que foi muito beneficiada com um rei chamado Dom Fernando II, um homem da Baviera que casou com a nossa Rainha D. Maria II, e que pegou na Serra de Sintra e fez uma jóia mundial, a Serra é a âncora do patrimônio cultural, é na Serra de Sintra que se encontram as ruínas, é que estão os palácios, nomeadamente, o Palácio da Pena, que é um palácio lindíssimo, construído a semelhança dos palácios da Baviera e também depois muitas quintas particulares com palácios dentro das quintas, e finalmente o mistério porque toda a Serra de Sintra porque tudo que se prende com os palácios com as ruínas, com toda natureza, com as rochas inclusivamente, rodeiam a Serra de Sintra de um mistério que vem do tempo dos árabes, o Monte da Lua, inicialmente Sintra era o Monte da Lua e esse Monte da Lua tinha uma vocação que ia muito para além da ciência viva, portanto ia muito para além daquilo que é que a realidade para se projetar na metafísica, isso também é um mistério. Depois o próprio clima, a umidade, as névoas, tudo isso que inspirou vários poetas, que vieram aqui e fizeram poesias magníficas que ficaram para posteridade, tudo isso é o patrimônio da humanidade, tudo isto é um conjunto, tudo isto inclui essa diferenciação que faz realmente o patrimônio. Dizem até que Sintra foi construída a quatro mãos, as mãos do homem e as mãos de Deus, pois há aqui uma simbiose, uma mistura de elementos que torna Sintra muito especial. O patrimônio cultural preserva, por um lado dar a conhecer, transmite conhecimento e por outro preserva ao passar ao regime do que é o patrimônio mundial.

Q. 3

R – A identificação de paisagem cultural, de patrimônio cultural da humanidade, este regime depois preserva, porque a atribuição deste regime é acompanhada de um conjunto de deveres que a UNESCO impõe para as entidades que administram esse patrimônio. Esse conjunto de deveres no fundo tem como objetivo de preservar o patrimônio, há obras que não podem ser feitas, há elementos do ordenamento do território que tem uma disciplina específica, e portanto tudo isso, no fundo, é para preservar esta realidade e deixa-las permanente no tempo para além das pessoas que em cada momento a gerem.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – Por um lado decorrem as pessoas que têm propriedades em territórios classificados que não são inteiramente livres, como as pessoas que têm propriedades em outros territórios, embora que as pessoas que têm propriedades nunca são inteiramente livres, há sempre leis que se aplicam, independentemente do sítio em que se encontram, mas no patrimônio, quando é território patrimônio da humanidade, essas leis são mais exigentes, são em maior número, portanto há aí uma limitação no direito de propriedade, claramente, que em muitas ordens jurídicas é compensada com alguns benefícios, nomeadamente de natureza fiscal, de apoios a fundo perdido de restauro, etc. Mas, isso realmente ainda não está disciplinado de uma forma uniforme, por exemplo nós aqui as pessoas não têm nenhum benefício fiscal, portanto é pedido as pessoas um sacrifício adicional sem lhes dar alguma contrapartida que faça face a esse sacrifício, mas isso é errado, acho que nós temos que caminhar a nível coordenado com todos os países que têm patrimônio mundial, para criar um regime quase uniforme, aquilo que chamo de bases gerais do patrimônio mundial, acho importante que um dia isso se faça.

Q. 5

R – Claro que sim, maior turismo, mas como há pouco dizia esse maior turismo, depois acaba por não haver respostas dos hotéis, depois aquilo que é a oferta turística também está mudada, não se pode construir tanto como se podia construir. Mas isso também depende muito dos sítios, estava a falar, por exemplo de Salamanca, que tem um centro histórico muito grande e há vários hotéis excelentes, conventos que foram transformados, o trânsito que está muito limitado, mas como tem um centro histórico muito grande tem uma oferta bastante grande, nós aqui temos um centro histórico

muito pequeno e portanto nós temos alguma dificuldade para poder construir hotéis grandes que possam acomodar mais. Portanto os hotéis têm que está um pouco na periferia e não mesmo no centro, mas isso acontece em outros sítios. Nós aqui temos um centro histórico pequeno, mas de qualquer maneira temos aqui próximo ao centro histórico temos meios de hospedagem, mas de qualquer maneira a crise também passou por aqui, e portanto esta crise fez com que muitos dos investimentos que estavam previstos por serem feitos acabaram por ser suspensos.

Q. 6

R – É suposto que isso aconteça. Mas no caso de Sintra não foi o patrimônio cultural, não foi explorado, claro houve o desenvolvimento turístico, Sintra é uma é uma mais-valia para toda área turística de Lisboa. Portanto a parte econômica deve seguir o patrimônio, mas não é automático, é necessita acompanhamento e investimento para isso.

Q. 7

R - xxx

Q. 8

R – Continua a crescer, agora o turismo cresce de acordo ou não com a vaga que o país tem de atração de turismo, e a crise internacional e etc. Nós esse ano tivemos um aumento único no turismo foi um aumento muito grande cerca de 35%.

Q. 9

R – O negativo é a imobilidade, nós não estávamos preparados para isso, o trânsito ficou completamente [caótico], toda hora era a o do rush, como vocês dizem no Brasil. Positivo deixa cá o dinheiro, vão aos restaurantes, compram coisas.

Q. 10

R - xxx

Q. 11

R - xxx

Q. 12

R – Claro que sim, atraí artistas, atraí criativos.

Q. 13

R – É um grande problema que nós temos, pois o centro histórico precisa de um grande trabalho existem muito poucas pessoas, moram algumas centenas, muito poucas pessoas. Temos que animar o centro histórico. Vamos fazer uma pousada da juventude no centro histórico que vai animar muito. A Câmara tem um hotel histórico, o Hotel Netto que vai privilegiar mais a vinda de jovens, as famílias e temos tido uma vida cultural bem mais intensa no sentido de levar animação e cultura ao centro histórico.

Q. 14

R - xxx

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R - Não está ligado.

Q. 16

R - xxx

Q. 17

R – Sim claro, criamos uma área de requalificação urbana, de propósito para o patrimônio, a vila histórica que é uma área de requalificação urbana, portanto há uma prioridade para o patrimônio, mas aí tem que entender que este Concelho tem o patrimônio que é uma ilha rodeada de problema, de pobreza e de necessidade de atenção especial, portanto os meios não são infinitos e portanto temos que ter estratégias, prioridades. O patrimônio é uma prioridade sem dúvida, mas a primeira prioridade deste Concelho são as pessoas, não são as casas.

Q. 18

R – Aqui na Câmara vamos aproveitar o espaço de uma grande fábrica para fazer um centro criativo, uma fábrica de ideias, onde algumas matérias de educação e formação que vão para lá. É um centro de encontro entre empresários, artistas, escritores que se encontram ali e trocam informações. Nós aqui estamos muito nessa ótica comunidades inteligentes partir daí depois para o resto. O ser criativo é exatamente isto fazer uma tentativa para ver se dá resultados.

Q. 19

R - xxx

Q. 20

R – xxx

Q. 21

R - A desordem a falta de ordenamento territorial.

Q. 22

R – Primeiro o ordenamento, a requalificação e os instrumentos para que isso possa ser feito. Os instrumentos têm três naturezas, administrativa, fiscal e de natureza financeira.

#### **ENTREVISTA IV**

Nome do entrevistado (a): **José Manuel Fernandes**

Idade: 61 anos

Formação/grau de instrução: Doutor em História da Arquitectura e Urbanismo.

Instituição/Atividade profissional: Professor da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Data: 12/01/15

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de património

Q.1

R – Guimarães, Évora e Sintra têm uma questão a se considerar, são cidades interiores, não são cidades litorais como Olinda, mas que em todo caso são cidades que têm um ponto comum que é o valor urbanístico bastante elevado, reconhecido como património da humanidade pela UNESCO.

Q. 2

Guimarães, Évora e Sintra são três urbes com origens e características muito diferenciadas. Évora é uma cidade que tem uma origem romana, com estrutura territorial radiocêntrica, de expansão radial ou circular que depois na Idade Média se incorpora nesses termos e é nesse sentido que é uma cidade bastante completa, bastante perfeita. Em relação a Guimarães é muito diferente, é uma cidade de desenvolvimento medieval, diante disto tem um sistema mais rude, mais austero, mais irregular numa certa medida, e também mais pequenina, como as cidades do norte da Espanha, norte de Portugal, enfim como as cidades do norte da Península. Mantém uma marca original, uma cidade muito pequenina, muito densa, muito concentrada com uma muralha apertada, ainda por cima com a simbólica do Castelo, que tem a origem Portugal etc. Évora é um bom exemplo do período medieval do sul Portugal e Guimarães do norte. Em relação a Sintra é diferente tem uma origem islâmica, tem um pouco do modelo de Granada, de Alhambra, com o palácio que simboliza o paraíso na terra para os príncipes islâmicos, muçulmanos, mouros, é um pouco a nossa Alhambra, nossa pequena Granada, instalado na montanha sagrada de Sintra, a Montanha da Lua, depois aquele palácio islâmico transforma-se num pequeno palácio medieval do rei, mas que manteve aquele ar labiríntico, complexo, com pátios cheios e vazios, de volumetrias irregulares, muito bem articuladas com a paisagem do arranque da montanha. Vejo as duas cidades Évora e Guimarães e Sintra como uma pequena vila palaciana, quase como uma colônia de férias para os islâmicos.

Q. 3

R - Em termos gerais, penso que sim. O lugar pode melhorar, valorizar, com mais conhecimento, obter mais financiamento. Évora, Guimarães e Sintra são três bons exemplos dessas vantagens, são cidades que têm congregado com a criação de eventos culturais, portanto as vantagens são muitas e continuarão a existir.

Os impactos e transformações com o estatuto de património mundial

Q. 4

R – Não sou habitante de nenhuma área classificada, contudo acredito que existe um conjunto de possibilidades como o turismo cultural, mais facilidades em receber verbas, mais apoio para recuperar, para preservar. Depois há um ônus, há um preço, um lado negativo, entrar num clube, que é muito vasto, onde há centros históricos muito extraordinários e valiosos que não são classificados, portanto é um clube hoje um pouco discutível, pois talvez não seja totalmente objetiva a classificação. Depois aquilo que se classifica implica que não classifica outras áreas que estão a volta, o que pode criar um fosso, por exemplo Évora é o que está dentro e o que está fora da muralha. É criticável, tem problemas, mas se pusermos numa balança os bons e os maus aspectos, penso que a balança pende pelos bons, penso que é um instrumento de grande ajuda, penso que a população se sente identificada com os valores adquiridos, portanto acho que a ideia de identidade, do reconhecimento, do valor é uma ideia fundamental, estruturante, positiva e coletiva.

Q. 5

R – Gerar mais visibilidade é um dos aspectos dessa notoriedade, desse maior conhecimento, reconhecimento, é uma tradição em livros, filmes, reportagens, na net etc. A visibilidade, hoje em dia, é um tema fulcral, um dos lados mais importantes dessa moeda, na identificação do reconhecimento do valor.

Q. 6

R – Sim, eu penso que sim, um dos aspectos desse valor reconhecido, é quando o valor é reconhecido é publicado numa lista que é divulgada mundialmente, então todas as instituições parte da comunidade, grupos sociais, empresas, particulares, dessa cidade ou desse núcleo tendem a executar ações, terem iniciativas para se desenvolverem com base nisso, e isso é integrador. Todas as forças vivas da comunidade sejam indivíduos, sejam coletivos participam e são motivadas, são incentivadas pela ideia que sua cidade, sua vila está classificada mundialmente, portanto essa ideia de pertencer ao mundo, à aldeia global, o património da humanidade é um dos temas que mais diretamente espelham essa ideia de pertencer ao planeta.

Q. 7

R – Sim, claro também é um dos aspectos da perspectiva dessa ação e consequência integradora, através do desenvolvimento do turismo cultural (hotéis, restaurantes), do uso e recuperação de prédios históricos com valor patrimonial para desempenharem as funções culturais, equipamentais, habitacionais, todas as funções urbanas podem ser reutilizadoras de edifícios recuperados.

Q. 8

Q. 9 - Aspectos positivos e os negativos do turismo em sítios patrimoniais?

R – Acho que o turismo cultural é o turismo do futuro, pois o turismo de massa, de praia, o turismo clássico digamos, tem os dias contados, é muito destruidor. Por exemplo, Barcelona, falava com colegas de lá que disseram: fomos expulsos de nossa cidade. Hoje o centro de Barcelona é de todas as raças, de todos os povos, de todos os turistas, eles ocupam tudo, estouram com os preços, tudo fica caríssimo, deixa de haver as lojinhas de bairro que eles tanto gostavam, eles se sentem expulsos, aliás este é um dos grandes problemas do património da humanidade. Se o núcleo urbano não está preparado para receber essa carga depois é complicado, vai ficar destruído, ao contrário do que se queria que era valorizar e preservar.

Q. 10

R – Sim, claro. Um dos aspectos mais interessantes é que elas têm que ser melhor conhecidas e para ser melhor conhecida é preciso ser mais estudada. Todos puxam por essa dimensão, a cidade fica mais visível.

Q. 11

R - xxx

Q. 12

R - xxx

Q. 13

R – Para já Évora tem a antiguidade classificativa, é como as populações locais já se estivesse habituado, já tinha muito turismo cultural antes da classificação, já tinha tradição e ainda continua, talvez esteja um bocadinho mais institucionalizado, mais vulgarizado, mais gestão corrente no mau sentido, mas não tenho a informação atual, não tenho a certeza. Guimarães é ainda uma coisa muito fresca, tem uma dinâmica mais intensa. Sintra não é a cidade que é classificada, mas sim a paisagem, então acho que o valor mais presente mais forte que a classificação gerou é aquela sociedade Monte da Lua, que gere os palácios, gere os sítios, gere a paisagem e tenta fazer grandes obras de reabilitação com forte suporte ao turismo, entre o cultural e o de massa. Sintra tem essa dimensão mais empresarial de gestão de negócios, fazer dinheiro e investir, o que também é respeitável.

Q. 14

R – Sim, sim. Guimarães já possuía uma identidade local urbana, e a consequência mais direta da classificação, foi o fato de ter sido Capital Europeia da Cultura. Évora é a capital simbólica regional do Alentejo, o alentejano é orgulhoso de sua terra. Sintra de todas é a que tem menos identidade, é a mais difusa de todos os casos. De todo modo quem vive na Vila de Sintra tem orgulho desse título. A gestão e o ordenamento territorial

Q.

R – Acredito que sim, mas não tenho dados estatísticos econômicos.

Q. 16

R – Não penso que tenha, não tenho dados objetivos sobre isso.

Q. 17

R – Não há dinheiro para reforçar o apoio ao património, pode até haver um retrocesso, já que têm o título governem-se, têm a possibilidade de captar recursos fora do Estado. Não há muito companheirismo, penso que há mais concorrência, se articulam mais pela divulgação, difusão através de livros e publicações do grupo dos sítios classificados.

Q. 18

R – xxx

Q. 19

R – Maior incentivo às teses académicas, a divulgação de estudos, a investigação científica para assim abrir caminho para novos investimentos.

Q. 20

R – Buscar o caminho da legislação articuladora nacional e internacional e o caminho do associativismo entre os sítios classificados.

Q. 21

Q. 22

R – Um efeito a combater, e que acontece muito, é a paralisação da modernidade. Há um efeito perverso de petrificar, de impedir a modernização, porque o Urbanismo em Arquitetura é vivo, pressupõe inovação é movimento, é renovação, é contemporaneidade é o diálogo entre o antigo e o novo, temos que firmar o diálogo entre o passado, o futuro e o presente.

## APÊNDICE E – Transcrição das entrevistas realizadas em Évora

### ENTREVISTA I

Nome do entrevistado (a): **Eduardo Miranda**

Idade: 39 anos

Formação/grau de instrução: Arquiteto. Mestre em Urbanismo

Instituição/Atividade profissional: Câmara Municipal de Évora – Divisão de Patrimônio e Cultura. Arquiteto

Data: 24/11/14

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R- O que tem de fato é o conjunto arquitetônico com cerca de 100 hectares ainda delimitado por muralhas que chegou ao século XX sem grandes rupturas morfológicas. Um conjunto de monumentos importantes de várias épocas e depois tem uma arquitetura corrente com muitos edifícios novos, com diversidade do valor arquitetônico/patrimonial. Conserva as duas muralhas, uma romana ou árabe na parte alta da cidade, onde restam troços no meio do edificado. Depois tem uma segunda muralha tardo-medieval, reforçada no século XVII. A cidade até início do século XX restringiu-se ao espaço emuralhado e quando se expandiu em meados do século XX essa expansão já teve em conta a preservação do centro histórico. No início do século XX, houve uma preocupação de proteger e preservar os monumentos. Mais tarde na década de 1930/1940 de proteger os edifícios. Em síntese, primeiro protegeu-se os monumentos, depois os monumentos do entorno e depois começaram-se a proteger os conjuntos arquitetônicos.

Q. 2

R – Em termos de diferenciação a cidade tem uma malha medieval e tardo-medieval, e depois edifícios de várias épocas cruza a arquitetura mais popular com elementos mais eruditos. Aqui estão presentes os materiais da região. A classificação de Évora tem a ver com o fato de ser uma cidade portuguesa visível que foi transportada para os territórios atlânticos, o caso dos Açores, de Angra do Heroísmo e de algumas cidades no Brasil.

Q. 3

R – Não, o processo já vinha de trás. O processo de preservação já vinha desde a década de 1930/1940 e intensificado em 1977, quando foi instaurado o poder democrático. A classificação não se inscreve no processo, não inicia o processo, pode ser vista como um ponto de chegada, não como um ponto de partida. A classificação permitiu acentuar a consciência do patrimônio para população em geral, mas os mecanismos de intervenção já estavam em vigor.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – Mudou, mas é preciso dizer que houve outro fator de impacto na cidade, que foi a instalação da Universidade de Évora em 1979. Portanto o desenvolvimento promovido pela Universidade sobrepõe-se a classificação. Esses dois fatores em conjunto tiveram grande impacto. Nomeadamente, por um lado a modernização e a vivência nos espaços públicos, surgimento de discotecas, pubs e posteriormente um processo de terciarização no Centro histórico. Instalação/centralização do poder público em edifícios do centro histórico. Também houve a multiplicação do número de esplanadas, a cidade tornou-se mais cosmopolita, mais aberta, mais diversificada. Há também o crescimento exponencial da hotelaria e da restauração.

Q. 5

R – Sim, claramente

Q. 6

R – Penso que sim, mas haverá fatores negativos, como por exemplo aumento de custo de alguns produtos por conta do turismo. As pessoas queixam-se ainda mais de um aumento dos preços, no comércio e nos serviços, associado a presença da Universidade e dos estudantes.

Q. 7

R – Houve segmentos que se desenvolveram, nomeadamente a hotelaria e a restauração.

Q. 8

R – Não temos dados muito para trás, temos dados somente a partir da década de 90. Cresceu o geral, mas é sobretudo o cultural, as pessoas que visitam são geralmente de nível superior, que vêm em busca do património, da gastronomia e da cultura.

Q. 9

R – Aspectos positivos: É de fato uma atividade econômica que permitiu desenvolver a restauração, a hotelaria, empresas de animação turística e os produtos locais. Há também maior animação dos espaços públicos. Aspectos negativos poderá ser de fato uma inflação de valores dos edifícios e até de produtos de venda no sítio histórico.

Q. 10

R – Penso que sim, mas pode não haver uma relação direta, contudo penso que favorece sim.

Q. 11

R – Penso que sim, mas não sei lhe responder, contudo, no geral penso que positivo será.

Q. 12

R – Penso que atrai, não sei se é só por conta da classificação, mas penso que atrai.

Q. 13

R – Relativamente ao turismo é moderada e as atividades criativas é fraca.

Q. 14

R – Sim, penso que sim acrescentou orgulho e consciencialização sobre o valor do património. A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Não sei responder.

Q. 16

R – Não recebe nem nacionais, nem mundiais, há orçamentos somente da Câmara.

Q. 17

R – Sim, priorizam, é uma preocupação há muito tempo. Há uma rede nacional criada no último verão.

Q. 18

R – Há alguma articulação, há eventos. Há um programa de animação cultural no verão no centro histórico.

Q. 19

R – Há um problema de muitos edifícios estarem fechados, não há um centro interpretativo, um museu da cidade. Penso que os lugares musealizados devem está abertos ao público, a visitação.

Q. 20

R – É tudo. Tudo tem que ser tomado em conta, tem haver uma gestão integrada.

Q. 21

R – Uma das ameaças é a diminuição da população residente, que traz o risco da degradação, do abandono do edificado corrente.

Q. 22

R – Nomeadamente, há grandes edifícios que poderiam ser explorados pelo uso coletivo. Incentivar que continue a ser um centro histórico vivo, com pessoas a habitar.

## ENTREVISTA II

Nome do entrevistado (a): **Elvira do Nascimento Pinto Palma**

Idade:66 anos

Formação/grau de instrução: Licenciatura em Artes Plásticas. Professora  
Instituição/Atividade profissional: 100Pavor – Associação de Artistas Plásticos  
Data: 24/11/14

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de património

Q. 1

R – Articulação entre a arte e os monumentos.

Q. 2

R – Achamos o Palácio Dom Manuel, a Biblioteca Municipal, o Templo de Diana, o Museu dos Coches, a Casa da Cultura, a Capela dos Ossos, a Praça 1º de Maio e o Museu do Artesanato.

Q. 3

R – Sem dúvida. Digo-lhe que em a 2 anos está a haver uma maior evolução da Câmara com os artistas.

Os impactos e transformações com o estatuto de património mundial

Q. 4

R – Achamos que a utilização do espaço público melhorou.

Q. 5

R – Trouxe sem dúvida, porque houve uma maior articulação.

Q. 6

R – Sim.

Q. 7

R – xxx

Q. 8

R – Do turismo cultural ainda não teve tempo de tentarmos parcerias. É preciso articular mais, incentivar, mas em Évora houve melhora.

Q. 9

R – Negativo é que as vendas da produção artística ainda são escassas.

Q. 10

R – Sim, acreditamos que a partir dos anos 2000 houve um crescimento maior.

Q. 11

R – Ainda está muito para os monumentos, mas estamos a tentar com muita dificuldade, as pessoas estão sempre indisponíveis. Por exemplo os concertos no Conservatório de Música, com 6/7 pessoas, as pessoas não são aderentes as inovações, as exposições.

Q. 12

R – Sim. Por exemplo já fizemos exposições com artistas argentinos e para 2015 já temos programadas mais duas com artistas de fora.

Q. 13

R- Acho médio. É que as pessoas vêm a Évora para ver os monumentos, segundo vão para o artesanato (lojas). O turismo é que é mais forte.

Q. 14

R - Sim, sim eleva a autoestima.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Aumento acho que não.

Q. 16

R – Haver há, por exemplo nossa associação já pediu recursos ao Ministério da Cultura e estamos a esperar.

Q. 17

R – Sim, priorizam os monumentos.

Q. 18

R – Estão mais ou menos encaminhadas, com a calendarização de eventos e atividades. Acredito que está encaminhado.

Q. 19

R – Melhorar o transporte, pois a Câmara só tem um autocarro e precisávamos ter mais facilidade para levar atividades artísticas culturais em lugares do Concelho.

Q. 20

R – Melhorar a arte e a cultura articulada com o património.

Q. 21

R – A Câmara defende naquilo que pode, mas a crise financeira é uma ameaça, como vai fazer sem verba.

Q. 22

R – Agora as pessoas estão a responder mais, é necessário dar continuidade ao que está previsto para incentivar a arte, a cultura e o património.

### ENTREVISTA III

Nome do entrevistado (a): **Celestino Froes David**

Idade: 66 anos

Formação/grau de instrução: Licenciatura e Mestrado em Filosofia

Instituição/Atividade profissional: Pró-Évora (1919). Presidente.

Data: 25/11/14

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de património

Q. 1

R – O que é específico em Évora é sobretudo por ser uma cidade com alguma dimensão, cujo centro histórico é bastante vivo, vivido. Através da arquitetura é possível datar uma série de épocas, desde os romanos até a atualidade, onde é possível observar as marcas do tempo, até o desenho urbanístico reflete essas várias etapas da história. Destaco o período do século XV ao XVII. D. Sancho teve em Évora desde o princípio da nacionalidade, devido a centralidade de Évora. Quanto ao grupo Pró-Évora o que nos interessa não é somente a questão arquitetônica é tudo que se refere a vida e a arte da cidade.

Q. 2

R – Évora é uma cidade, sobretudo o centro histórico que não é somente monumental, tem uma escala muito humana, resultante da vivência das pessoas. O que tem maior monumentalidade é o Templo Romano e a Sé. Quando foi classificada foi evocada a ligação de Évora com o exterior, com o Brasil e com a Ásia, serviu de modelo para as colônias, sobretudo a partir dos Jesuítas.

Q. 3

R – Sim, criou responsabilidade em termos locais, embora não trouxe meios financeiros.

Os impactos e transformações com o estatuto de património mundial

Q. 4

R – Como aumentou muito o turismo isto traz muitos inconvenientes para o património e para a vida das pessoas. Para o património tem que se ter cuidado para as visitas não serem nocivas a preservação. Do ponto de vista da vida das pessoas passam a ver o problema ao contrário, vêm não pelos moradores, mas sim pelos turistas, isto estamos muito atentos para a cidade não virar um cenário. Devem tentar perceber o espírito do lugar. Ocorre um processo de desertificação, pois nos anos de 1950 tínhamos mais de 20 mil pessoas a habitar o centro histórico, a viver dentro das muralhas, que viviam em péssimas condições, sem esgotos, com precariedade. Contudo, hoje vivem

apenas entre 5 a 6 mil, devido, sobretudo a dificuldade para estacionar os carros, falta de mercados de serviços, fazendo as pessoas irem para fora do sítio histórico.

Q. 5

R – Sim com certeza. É de fato maior, mas é engraçado pensar em Choay quando fala nos efeitos perversos do patrimônio. É uma marca que impõem-se, depois há um comércio para massificação do turismo com muitos efeitos perversos.

Q. 6

R – Sim, pode favorecer a depender dos inconvenientes apontados.

Q. 7

R – Somente no setor do turismo, repare que Évora tem hoje uma quantidade de hotéis que não tinha para receber pessoas, eventos e turistas.

Q. 8

R – Houve nos dois casos. O de massa que causa mais estragos e o cultural que cresceu, pois passou a fazer parte do roteiro cultural.

Q. 9

R – Positivo é dar a conhecer o patrimônio cultural, pois sem conhecimento não há valorização. A melhor maneira de preservar é basear-se no conhecimento, pois depois há os cuidados necessário para a valorização do patrimônio. Negativos é a massificação do turismo, sítios que não comportam grandes ajuntamentos, com uma frequência grande. Tem que ser acautelados, pois não podem está sujeito a uma pressão constante. Não é só o vê, mas o está, o respirar, tudo isso exige cuidados especiais, nem sempre acautelados.

Q. 10

R – Acho que sim, favoreceu com certeza.

Q. 11

R – Em princípio sim, depois teremos que analisar, pois em termos valorativos é difícil dizer o que ficou melhor ou pior do que era, mas não faço um balanço negativo nesse aspecto.

Q. 12

R – Sim, isso tem acontecido.

Q. 13

R – Isso depende das políticas locais, não estamos na melhor época para dizer que tem sido estimulante. Destaco a crise, os problemas econômicos que as Autarquias têm, que tem prejudicado as atividades culturais locais, mas ao mesmo tempo obriga um esforço de mobilização, de luta contra os condicionalismos.

Q. 14

R – Sim tem seus objetivos, pois os Mídia puxam muito por isso, valorizam muito a tal marca de patrimônio mundial, então as pessoas sentem-se estimuladas, o título é substancial.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Pois, não tenho elementos que me possam garantir isso, mas penso que é normal isso ter acontecido.

Q. 16

R – Não que eu saiba não. O que é positivo não são propriamente os meios financeiros, mas é a responsabilidade que se cria. Como quem diz: atenção! Somos patrimônio então não se pode fazer isso ou aquilo. Tem algum peso nas decisões políticas.

Q. 17

R – Sim, muitas vezes prevalecem as intenções, mas na prática nem sempre é assim. Évora com as características que tem fazia todo o sentido que as questões do patrimônio fossem centrais. Existem

redes a nível internacional, como a rede europeia. Há também ligações com cidades espanholas, como por exemplo Évora e Cáceres.

Q. 18

R – Sim, tem havido. Não só ações por parte das escolas, aqui no Pró-Évora sempre que pudemos fazemos iniciativas para ligar a cultura e o património. Nós somos um grupo de defesa do património, mas para além disso promovemos atividades culturais, exposições, pinturas, artes, com o objetivo de sensibilizar a população a partir da arte. Buscamos sensibilizar as populações sobre o valor do património local, fazer elas perceber onde se está, em que cidade se vive, e quais são os cuidados que se deve ter, para assim ficarem mais dispostas a defender o património. Infelizmente o grande problema do centro histórico é a desertificação, pois chegou nos anos 50 a ter 20 mil pessoas vivendo dentro das muralhas e hoje não chega a 6 mil. Nessa altura as condições das casas eram péssimas, havia imensas casas que nem esgotos tinham, e hoje para grande parte da população há outras exigências, as necessidades são outras. Com isso o que aconteceu muitas habitações foram abandonadas, foram degradadas muitos dos proprietários não tinham meios de reabilitar e outros saíram por outro tipo de razões como dificuldade para estacionar os carros, aumento das rendas devido a demanda dos estudantes da Universidade. Portanto há uma série de problemas dentro do centro histórico que as pessoas acabam por deixa-lo, por ir para periferia, para bairros novos. Mas é evidente se não tivéssemos estes tipos de problemas preferiríamos viver aqui dentro, é outra qualidade de vida.

Q. 19

R – Nos temos, segundo nossa linha de atuação, que para nós essa parte artística, é sempre um complemento, o que é central é a atenção as alterações que a cidade vai sofrendo ao longo do tempo. Representamos de alguma maneira a sociedade civil, onde acompanhamos as decisões no centro histórico e discutimos os problemas através da participação em uma Comissão Consultiva na Câmara.

Q. 20

R – Para melhorar todos esses aspectos tem que ser vistos, não se pode privilegiar, tem que ser integrado para a cidade funcionar de maneira equilibrada.

Q. 21

R – O que é ameaça são os tais exageros do turismo. E também a falta de participação da população nas decisões que são tomadas em relação ao centro histórico. Não é só o poder público, a população tem que perceber que tem direitos e deveres, que devem participar democraticamente das decisões, pois muitas pessoas não são alertadas para o valor da participação popular. O triste é o povo não perceber a importância de participar das decisões e a falta de adesão na participação associativa.

Q. 22

R – O que deve ser estimulado é essa participação, é o cuidado com o património cultural, não só o arquitetônico, mas o património em geral. A cidade tem que ser pensada para aqueles que habitam. O critério não é o turista, mas sim os habitantes.

#### **ENTREVISTA IV**

Nome do entrevistado (a): **Professora Patrícia Rêgo**

Idade: 57 anos

Formação/grau de instrução: Doutora em Geografia

Instituição/Atividade profissional: Universidade de Évora. Professora

Data: 25/11/14

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de património

Q. 1

R – Acho que há essa questão do património construído com a vida dentro das muralhas. Depois do ponto de vista de alguma conservação há bairros e edifícios interessantes e depois porque houve uma preocupação com as atividades de animação. A opção da Universidade se localizar no sítio histórico dá uma animação ao sítio histórico. Depois, na sequência ao 25 de Abril houve uma orientação da Câmara muito de preservar o sítio histórico. Depois a expansão da cidade ocorreu fora

das muralhas. Havia uma ideia de preservação e animação cultural a partir da orientação comunista. Acho que é muito a tradição de preservação e de animação cultural que fez a cidade ir conservando esse aspecto de aldeia grande, o que é muito interessante. Hoje também eu acho que a cidade se beneficia de algumas entidades que são reconhecidas no capítulo capital econômico social cultural, como a Fundação Eugénio de Almeida, que é muito importante para a cidade do ponto de vista cultural e econômico.

Q. 2

R – Acho que tem a traça muito marcada, o que é o Alentejo, o que são os núcleos urbanos do Alentejo é muito patente, tem a representação da construção alentejana. Paisagisticamente é muito interessante devido a conservação da paisagem, como por exemplo temos a vista da cidade do Alto do Convento de São Bento, da própria Sé. A reativação do Convento da Cartuxa, entre outros que compõem a paisagem. Tem também um conjunto de localidades próximas a Évora a compor a paisagem. Outro ponto a destacar é que Évora é uma cidade de serviços, com o Tribunal da Relação, com o Hospital, com a própria Universidade, ou seja tem a presença de alguns serviços ao nível regional que são muito importantes, com muito funcionalismo público e pouca indústria.

Q. 3

R – Sim, de qualquer maneira com receio de perder essa designação, houve uma preocupação com os edifícios e com a animação. Há sobretudo uma preocupação com os edifícios emblemáticos. Também há que se pensar na renovação do centro histórico que é ligada a necessidade de acomodação dos estudantes, que devido à proximidade da Universidade demandam a parte histórica. Ocorreram alguns programas da Câmara para incentivar a preservação.

Os impactos e transformações com o estatuto de património mundial

Q. 4

R – Eu acho que há várias etapas, momentos. Acho que num primeiro momento, no princípio dos anos 90 havia o comércio tradicional familiar, o franchising de marcas conhecidas, mas hoje não há mercado para isso, devido à crise, as pessoas que podem comprar vão a outros sítios, há maior mobilidade. Os grandes espaços comerciais familiares fecharam ficando apenas o pequeno comércio familiar, ligado ao turismo. A cidade é particularmente cara, sobretudo as habitações e a alimentação.

Q. 5

R – Isso penso que sim, as vezes quando estou fora noto que as pessoas sabem identificar Évora.

Q. 6

R – Acho que sim, a cidade deve muito ao título de património da humanidade, pois vive muito do turismo, não tinha muita indústria e o título ajuda no desenvolvimento.

Q. 7

R – Não lhe saberei dizer. Que talvez por ter o título, o comércio pode puxar um bocadinho nos preços, ficando a cidade cara, pois deu-lhes a ideia de explorar o título de património.

Q. 8

R – Eu acho que o cultural houve, enquanto houve a oferta cultural, antes da crise. Depois houve um período longo de alguma estagnação da oferta cultural, a cidade sozinha não dá. É preciso extravasar para outros lugares como Cárceres, Mérida, Portalegre, criar circuitos, é preciso pensar estrategicamente.

Q. 9

R – Acho que aqui é sempre muito positivo, porque anima. Mesmo que sejam grupos de excursionistas vimos muitas pessoas a circular a pé, pois os autocarros não entram muito na cidade o que traz benefícios, anima a cidade. Contudo, a cidade é muito tradicional, há resistência a algumas coisas. Acho que é preciso favorecer a circulação e a vivência das pessoas, o turismo é um elemento importante para a vida da cidade.

Q. 10

R – Sim, tradicionalmente sim. A cidade como elemento para promover a arte, jovens sempre nas ruas a pintar a cidade. A própria Fundação Eugénio de Almeida que estimula. Contudo, acho que deve ser mais promovido.

Q. 11

R – Sim, acho que sim. Se der uma volta nas ruas principais virá que tem o turismo, artigos vendidos em vários lugares do mundo, mas também existem os artigos da região e do local. Há uma diversidade da produção local que poderia ser melhor explorada, coisas em cortiça em barro, artistas que fazem arte moderna com material tradicional.

Q. 12

R – Isso tenho mais dificuldade. Eu acho que ver-se muitos artistas nas ruas, Évora a ser pintada.

Q. 13

R – Acho que há uma associação entre o turismo e o patrimônio, negócios que vão por essa via. Os criativos, não conheço tão bem, mas acho que sim, existe uma mobilização.

Q. 14

R – Acho isso importante para as pessoas.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Penso que sim, mas não tenho dados.

Q. 16

R – Não tenho dados.

Q. 17

R – Acho que tem-se uma consideração ao patrimônio. Acho que a cidade beneficiou-se com esse título, permitiu concorrer a coisas que sem o título, em outra condição não concorreria.

Q. 18

R – Destaco as ações da Fundação Eugénio de Almeida e da Casa Cadaval.

Q. 19

R – Era muito interessante que as várias entidades estivessem mais ligadas. Uma maior integração da Universidade, que os alunos do curso de arte, do conservatório de música estivessem mais integrados, acho que falta um click de ligação. Era preciso também que as pessoas estivessem mais abertas a partilhar, a se articular.

Q. 20

R - Uma maior integração da Universidade, acho que falta um click de ligação. Também é preciso que os edifícios não fiquem fechados, devem se integrar em programas culturais.

Q. 21

R – Acho que é muito importante o patrimônio, é sempre um elemento de atração, mas se ficar só no edificado, no concreto a prazo a coisa morre. Os edifícios por si só não são suficientes, é preciso agregar outras atividades econômicas, é preciso ser mais inovadora.

Q. 22

R – Que os edifícios estejam abertos, que haja animação cultural. Não pode ser só o turismo é preciso uma maior dinâmica econômica. Tem que haver recursos para atrair as pessoas para viver em Évora.

## **ENTREVISTA V**

Nome do entrevistado (a): **Ana Luísa Brejo**

Idade: 37 anos

Formação/grau de instrução: Licenciatura em Sociologia

Instituição/Atividade profissional: Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo – ADRAL.

Responsável Técnica em Dinamização Empresarial – Restauração e Eventos

Data: 26/11/14

## Tópicos a abordar

As razões e as características do título de património

Q. 1

R – Basicamente o que é diferenciador é o tipo de património que existe, devido a antiguidade, a toda história envolvente, temos aqui um conjunto que é apelativo. Também acho que o fato de ser património é uma das razões de virem mais turistas a Évora. Um conjunto patrimonial que caba por gerar um contributo na vertente económica. Depois acho que as pessoas que vêm a Évora vão a outros lugares, como por exemplo a Alqueva, pelos atividades náuticos, que estimula uma articulação regional.

Q. 2

R – Em Évora é concretamente o património edificado que tem maior preponderância, desde a Sé ao Templo Romano.

Q. 3

R – Penso que sim, não conheço muito bem as regras, mas penso que é óbvio que contribui para a preservação.

Os impactos e transformações com o estatuto de património mundial

Q. 4

R – Não tenho noção, não consigo responder.

Q. 5

R – Sim, claramente. Se calhar o impacto não foi imediato, mas cada vez mais vemos muitos grupos de turistas, por exemplo muitos chineses e japoneses, que visitam pelo fato de Évora ser património mundial, o que é muito importante.

Q. 6

R – Penso que acaba sempre por pesar. Quando pensamos no planeamento estratégico para a região, consideramos além do ambiente e de outras questões, a preservação do património. É um elemento importante para preservação da identidade do território que é bastante associada ao património.

Q. 7

R – Favorece sim, o fato da classificação trazer mais turistas afeta a restauração, o comércio tradicional, então economicamente acaba por ter impacto.

Q. 8

R- Penso que sim, acho que tem tido esse impacto. Obviamente que o património está intimamente ligado a cultura o que acaba por dinamizar a região. Este património que temos promove mais iniciativas culturais, sobretudo teatro e atividades musicais.

Q. 9

R – Acho positivo o incentivo a economia, principalmente a restauração e a hotelaria. E negativo a falta de sensibilização dos comerciantes para estarem abertos. É preciso um trabalho com os comerciantes para estarem abertos para receber os turistas. No domingo, por exemplo, existe dificuldade para encontrar alguns restaurantes abertos. Outra questão é que as pessoas vêm de autocarro de Lisboa, visitam a cidade, mas não ficam. Acho que há que fazer mais para poder manter o turista mais tempo aqui.

Q. 10

R – Não sei dizer. Existem bastante iniciativas mas não sei se tem ligação com o título.

Q. 11

R – Teoricamente sim, mas não sei dizer.

Q. 12

R – Não sei.

Q. 13

R – Penso que existe mobilização, com poucas alternativas de emprego, mas as pessoas já perceberam a importância do turismo e das empresas criativas.

Q. 14

R – Acho que sim, as pessoas já perceberam que por ser patrimônio traz um orgulho. Tem surgido várias candidaturas no sentido do reconhecimento do imaterial, pois acabam por perceber que é uma mais-valia para os territórios.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Não sei.

Q. 16

R – Não sei.

Q. 17

R – As políticas públicas dão bastante prioridade ao patrimônio, quer o edificado quer o natural, onde se tem desenvolvido várias iniciativas de recuperação e requalificação do patrimônio. Temos a criação da rede Corredor Azul, desde o litoral até o interior do Alentejo, que é um exemplo de articulação regional. Mesmo a nível dos próprios municípios da região eles dão bastante importância a valorização do seu patrimônio como elemento identitário muito forte, que contribui para o desenvolvimento.

Q. 18

R - Da nossa parte não, as iniciativas ligadas a cultura ainda são muito ligadas as associações culturais. Contudo, vem sendo um elemento que vem crescendo do ponto de vista empresarial e estratégico, um dos nossos objetivos é fomentarmos a criação de empresas na área cultural e criativa. É uma das apostas da ADRAL.

Q. 19

R – Tínhamos um projeto em parceria com o CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central que é ligado com as empresas e incubadoras criativas e culturais, que irá se encerrar agora no final do ano. Em síntese acredito que se deve fomentar a criação de projetos e empresas no setor criativo.

Q. 20

R – Efetivamente uma das questões é que o fato de ser patrimônio mundial deve ser tido sempre em conta, quando se planeia as questões do desenvolvimento da própria cidade e da região. Contudo não se deve olhar somente para o patrimônio mas para tudo que é envolvente. Exemplificando, haver comércio local, hotéis que dê respostas aos turistas e também uma diversificação da oferta turística complementar ao patrimônio. Depois mais oferta de animação cultural, criar uma complementaridade de iniciativas, tentar incentivar a criação de empresas que acabam por promover o patrimônio.

Q. 21

R – Um dos pontos é o fato de sermos uma região de baixa densidade, não temos muita população. A iniciativa empresarial devia ser mais forte para dar respostas, pelo fato de sermos classificados como patrimônio era preciso estimular a permanência, pois é maior o número de visitantes, pessoas que visitam e vão embora, sem ficarem na região.

Q. 22

R – Acho que deve ser mantida e ampliada a oferta cultural. Deve ser mais divulgada as potencialidades da região, para além do patrimônio histórico, era preciso divulgar mais o patrimônio natural. Pensar no desenvolvimento de forma integrada, não se pode promover apenas o patrimônio, devíamos aproveitar isto para divulgar as potencialidades do Alentejo.

## ENTREVISTA VI

Nome do entrevistado (a): **Ana Afonso/Luís Ribeiro**

Idade: 28/30 anos

Formação/grau de instrução: Licenciatura em Gestão e Fiscalidade/Mestrado em Contabilidade

Instituição/Atividade profissional: Associação Comercial do Distrito de Évora – ACDE. Técnicos de Projetos.

Data: 27/11/14

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de património

Q. 1

R – Além do Cante Alentejano, temos um património muito rico, os monumentos, uma gastronomia diferenciada, o artesanato em cortiça e os trajas típicos.

Q. 2

R – As arcadas que são a parte mais característica de Évora, depois fora das muralhas os campos com as azinheiras. Além disto a cidade tem o particular de ser dentro das muralhas.

Q. 3

R – Acho que poderia se fazer mais nesse sentido. Acho que a Câmara atual está mais ligada a esse aspecto, tem buscado fazer mais, com a entrada dos atuais gestores há uma tendência a melhorar. Acho que durante anos Évora degradou-se imenso, temos essa rua aqui que estava bastante degradada.

Os impactos e transformações com o estatuto de património mundial

Q. 4

R – O que mudou é que as pessoas deixaram de viver mesmo dentro do centro histórico, o que agora já começa a mudar. Foram para fora das muralhas, foram viver nos bairros fora da cidade, pois o preço dos imóveis se tornou bastante elevado cá dentro do centro histórico. Évora é das cidades que mais importância dá ao comércio tradicional, acho que as pessoas sempre compraram e continuam a comprar no comércio tradicional, o que é uma mais-valia para a cidade é claro. Quanto a acessibilidade não é muito fácil, tudo gira a volta das muralhas, para vir trabalhar temos que deixar o carro fora das muralhas, anda-se mais a pé e depois também há os transportes públicos que dão acesso aos bairros. Uma coisa má é que paga-se em todo lado para visitar os monumentos, que não são nada baratos.

Q. 5

R – Sim, acreditamos que sim. Sempre foi muito visitada, no entanto o título deu outro dinamismo, deu maior visibilidade.

Q. 6

R – Claro que influencia bastante no desenvolvimento, sentimos isso aqui na Associação através dos projetos para o desenvolvimento local, investe-se mais dinheiro cá na cidade com o título.

Q. 7

R – Sim influenciou bastante, tal como falamos, tal como falamos no preço das casas e no emprego que cresceu com o comércio e com os serviços voltados para o turismo, antigamente não havia nada disso das charretes e dos *Tuk Tuks*.

Q. 8

R – Acho que temos os dois pontos. Acho que temos muito mais turismo dos que vem sem nunca ter ouvido falar de Évora. Por outro lado as agências de viagens jogam um bocadinho com o fato de ser património mundial, é um chamativo.

Q. 9

R – Acho que no geral traz muito mais vantagens, mais aspectos positivos e o negativo por ser uma cidade turística é elevação dos preços do comércio local, era uma cidade mais acessível.

Q. 10

R – Achamos que favorece, mas poderia ser melhor, a cidade poderia investir mais nesse aspecto. Destacamos a associação cultural Zorra que é muito interligada ao património e a cultura.

Q. 11

R – Sim, tal como em Portugal tem mais visibilidade fora do que cá dentro. Acho que sim, os que vêm a Évora por conhecer esse título procuram saber os motivos que levaram a ter o título.

Q. 12

R – Sim. Todos os anos na semana de arte temos cá muitas companhias de teatro que vêm de fora. Também temos pessoas/artistas sempre a desenhar os monumentos.

Q. 13

R – Sim, acho que cada vez mais existe essa procura, porque tal como vimos a falar Évora é muito virada para o turismo, as pessoas procuram tirar proveito do turismo. Nesse aspecto, das atividades criativas, não somos muito procurados, são as associações que apoiam as iniciativas.

Q. 14

R – Acho que sim, as pessoas são bastante orgulhosas de Évora, são vaidosas com a cidade, a maioria tem a consciência do valor de ser património da humanidade.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Penso que deve ter influenciado, na medida que há mais comércio e serviços deve ter favorecido, mas não dispomos de dados concretos.

Q. 16

R – Isso é mesmo com a Câmara. Não sabemos dizer. Aqui recebemos recursos através de projetos. O título em si valoriza indiretamente a candidatura de nossos projetos, mas não é fulcral.

Q. 17

R – Aqui há uma valorização do património, aliás é devido ao património que temos todo o resto. As pessoas têm a noção de que o património é o chamariz cá de Évora. Quanto a articulação existe a título de projetos com outras Câmaras, Associações Comerciais, mas achamos que essa articulação, essa troca poderia estar mais desenvolvida, existe um certo receio em cooperar.

Q. 18

R – Nós na Associação tentamos que nossos projetos e iniciativas sejam nesse sentido, mas existe muita burocracia, não é fácil. Tem o lado bom de ser património da humanidade, mas não podemos mexer numa pedra que temos que dar conta, que encontramos ossos. Para requalificar tem que ser sempre com acompanhamento de uma entidade para não danificar o património. Tudo para ser feito é necessário de muitas autorizações, criam-se muitos entraves para dinamizar, justamente por ser património.

Q. 19

R – Acho que era interessante as associações todas cooperarem, as associações trabalham muito individualmente. A cooperação é fundamental. Com o património que tem deveria ter mais espetáculos artísticos, mais animação na rua. Deveria aproveitar ainda o fato de Évora ser uma cidade universitária para que se desenvolvesse.

Q. 20

R – Ter atenção aos horários de visita aos monumentos, fechados, por exemplo a hora do almoço, deviam ter o horário alargado. O comércio também poderia apostar muito mais, chega ao fim-de-semana não se consegue tomar um café, Évora é uma cidade fantasma. Os turistas que vêm visitar já vão para lugares programados, vêm em excursões. No fim-de-semana são mais famílias, mais portugueses e nos dias de semana mais turistas/visitantes.

Q. 21

R – Maior dinamismo, mais vida ao fim-de-semana para chamar as pessoas cá. Por exemplo na prática criar espetáculos nos espaços públicos no fim-de-semana, iria movimentar mais o comércio, ficaria tudo interligado.

Q. 22

R – Essa questão da cooperação entre os comerciantes que deve ser aproveitada, estimulada. Porque aqui muitas das pessoas não têm a noção de que é preciso fazer as pessoas conhecerem os

negócios uns dos outros. Se todos trabalharem articulados para Évora evoluir haverá o crescimento do turismo e do comércio, mas se cada um puxar para o seu lado vai ficar tudo na mesma.

## ENTREVISTA VII

Nome do entrevistado (a): **Álvaro Lancinha**

Idade: 35 anos

Formação/grau de instrução: 12º Ano

Instituição/Atividade profissional: Sociedade Harmonia Eborense - SHE. Vice-Presidente

Data: 27/11/14

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de património

Q. 1

R – O Harmonia desde sempre até os dias de hoje foi uma associação que deu muito em termos culturais e é desse património, o imaterial, que posso falar. Temos um acervo patrimonial valiosíssimo, com bustos, fotografias, documentos etc. Há outra coisa, o maior património que temos é o edificado, pois a sede da SHE é um edifício de 1846, é o antigo Palácio dos Estaus, que era destinado a albergar a nobreza. O maior património que dá a cidade é exatamente esse edifício.

Q. 2

R – Destaco o edifício da nossa sede o antigo Palácio dos Estaus.

Q. 3

R – Não noto muitas diferença, aliás na terça-feira fez 28 anos da classificação e muito sinceramente cada vez vejo mais prédios em estado de degradação, nomeadamente, como o nosso que está com o telhado interdito. Tal como este edifício há muitos outros quase devolutos, como por exemplo o Salão Central, um espaço de espetáculos, que até os anos 80 era uma dos principais espaços, que nesse momento só tem as paredes exteriores. Desde que foi classificada não veio a acrescentar muito, não tenha acrescentado como deveria, não senti muita diferença. Talvez tenha puxado muito o turismo para cá e talvez a UNESCO e a União Europeia deva enviar verba para recuperação desses espaços, penso eu. Pode ter melhorado como chamariz para o turismo, mas penso eu que não seria só este o objetivo quando nos candidatamos a esse título.

Os impactos e transformações com o estatuto de património mundial

Q. 4

R – Talvez até tenha vindo a dificultar um pouco em relação as habitações porque as regras para reformar são levadas ao extremo. Não podemos por uma janela, que neste momento é preciso, porque tem que haver autorização, não podemos por uma janela qualquer, que se calhar antes desse título, provavelmente era um pouco mais fácil.

Q. 5

R – Sinceramente algum reconhecimento sim, admito que sim.

Q. 6

R – Não sei.

Q. 7

R – Essa cidade em termos de emprego deve ser uma das piores do país, os trabalhos são muito precários. Penso que não estimulou, os comerciantes são muito reticentes a inovação, são muito tradicionais.

Q. 8

R – Não sei se aumentou, sempre lembro-me de ver a cidade com muitos turistas. Em termos do turismo cultural, eu penso que a cultura propriamente dita, que a oferta cultural da cidade (espetáculos) não seja o principal motor. Talvez seja o património da cidade as igrejas, a Capela dos Ossos, o Templo Romano (atenção não é Templo de Diana, mas sim Templo Romano que era usado como matadouro), a riqueza patrimonial da cidade, que penso ser o principal motor e a principal causa do turismo. A própria Sé que tem um tesouro riquíssimo, enfim.

Q. 9

R – Aspectos positivos claro que sim, mas não sei se há aspectos negativos, não os vejo.

Q. 10

R – Não. Para nós não tem peso, não pensamos, mas devia ser. Na cidade existem perto de 50 agentes culturais a fazer programação cultural para o mesmo público ao mesmo tempo. A cidade tem muitos criativos, mas que muitas vezes não são vistos. Em Évora há artistas muito bons, o problema foi a falta de apoio na gestão anterior que retirou os subsídios. Não existe tanto público para tanta oferta cultural.

Q. 11

R – Abaixo do Tejo não existe uma sala de espetáculo e no Alentejo existe o Harmonia e existe o Centro de Arte de Portalegre essa situação geográfica acaba por nos favorecer. Houve alturas que bandas muito conhecidas como Dead Combo, JP Simões, Manuel João Vieira, Irmãos Catitas passaram por cá.

Q. 12

R – Para o Harmonia o que atrai são os próprios músicos que vêm as características da casa e escolhessem se apresentar aqui. Muitas agências nos contactam para fazer concertos com bandas iniciantes, pois a mística que existe aqui na casa atrai artistas. Mas existem outros eventos na cidade que admito que atrai, como exemplo a Bienal de Marionetes, organizado pelo CINDREV, que traz artistas do mundo inteiro, peruanos, colombianos, americanos.

Q. 13

R – Destaco os diversos tipos de artistas e associações culturais.

Q. 14

R – As pessoas são apegadas ao lugar, mas não tem a ver com isso. Eu penso que esse título não trouxe nada de transcendente, não veio mudar muito o estilo de vida das pessoas.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Não sei dizer.

Q. 16

R – Não sei dizer, mas penso que sim.

Q. 17

R – Acho que não.

Q. 18

R – Há quem use as igrejas. No ano passado tivemos um concerto, não vejo muito, mas vão fazendo algumas coisas. Talvez as mais importantes ocorram no Teatro Garcia de Resende que abriga os maiores eventos.

Q. 19

R – Há muitos agentes a trabalhar para um público reduzido em simultâneo.

Q. 20

R – Falta de recursos financeiros para a gestão.

Q. 21

R – O que mais ameaça é a falta de verbas para dinamizar, para trazer artistas e movimentar o cenário cultural com a criação de mais espetáculos.

Q. 22

R – Eu acho que é preciso disponibilizar mais recursos e dar apoio para recuperar o edifício e albergar as bandas.

## APÊNDICE F – Transcrição das entrevistas realizadas em Guimarães

### ENTREVISTA I

Nome do entrevistado (a): **Manuel Martins.**

Idade: 62 anos

Formação/grau de instrução: Engenheiro Civil

Instituição/Atividade profissional: Associação Comercial e Industrial de Guimarães – ACIG. Presidente.

Data: 12/11/14

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de património

Q. 1

R- Penso que a primeira questão é por Guimarães ser um centro histórico com gente, é habitado, nunca ficou desabitado, aqui em Portugal fala-se de centros históricos desertificados e Guimarães nunca teve esse problema. Se diferencia por várias razões e uma delas terá haver, se comparando com Évora que é uma cidade de Arcebispo que sempre teve o clero e a nobreza, Guimarães é uma cidade mais popular, com a nobreza menos importante, apesar dos Reis reconhecerem a força da Colegiada de Guimarães. O centro histórico tem habitações populares e é muito habitado o que colabora para a preservação. Outra questão é o apego da população, demasiado “bairrista”, em função de D. Afonso Henriques ter supostamente nascido em Guimarães (de uns 20 anos para cá é questionado o local de nascimento de D. Afonso Henriques, contudo os documentos afirmam que de facto foi em Guimarães), por ter papel fundamental no processo de fundação de Portugal, por ser a primeira capital do país, por ser o berço da nacionalidade. Existe um sentimento de apelo ao rei, sendo inaugurada na cidade a primeira estátua de D. Afonso Henriques do país. Outra razão que atesta é o clube de futebol de Guimarães que tem como símbolo a silhueta de D. Afonso Henriques, é identitário de quem cá nasceu, de quem cá vive o apego a história. Também penso ser identitário a sua dinâmica associativa, há realmente muitas associações em Guimarães. Também julgo que a sua base popular é um elemento diferenciador, somos o Concelho mais industrial do país, no parâmetro de pessoas que trabalha na indústria, mais de 50% da população trabalha em alguma atividade industrial. Há 20 ou 30 anos era mais de 80% da população. Claro que as indústrias não se situam mais no sítio histórico, as que tinham fecharam. O Concelho tem ocupação dispersa cerca de 50 mil é que vivem na cidade do total de 160 mil.

Não temos só a parte patrimonial importante mas também o fator industrial é também identitário para a população de Guimarães.

Q. 2

R – Destaco as fábricas que deviam ser musealizadas.

Q. 3

R – Claro que sim. Penso que desde atribuição do título o número de visitantes deve ter dobrado. Contudo, há que se considerar que há diferença entre o visitante e o turismo, temos muitos visitantes e poucos turistas. O parque hoteleiro não aumentou muito depois do título de património cultural da humanidade. Permanece como era mais ligado ao turismo de negócios, com os clientes que vim visitar as fábricas. O boom de visitantes foi em 2012, com a Capital Europeia da Cultura, mas sem aumento da capacidade hoteleira, apenas houve a requalificação de alguns espaços sem que nenhum hotel abrisse.

Os impactos e transformações com o estatuto de património mundial

Q. 4

R – Penso que um dos parâmetros do impacto substancial do turismo e economia das cidades classificadas é o aumento do número de camas que em Guimarães não aumentou substancialmente. Apenas 15% a 20% a mais no número de leitos. Contudo, o número de visitantes de facto aumentou significativamente.

Q. 5

R - Sim, claro. Um cidade P.H é identificada em todos os documentos de turismo no mundo. A publicidade faz referência, provocando um aumento extraordinário da visibilidade pelo carimbo de património cultural da humanidade.

Q. 6

R – Gostava de dizer que Guimarães só tem a ganhar com o título e ganha ainda mais se estimular a indústria.

Q. 7

R – Sim. Achemos que o turismo pode ser a razão para gerar muitos postos de trabalho atraindo as pessoas para dormir em Guimarães.

Q. 8

R – Sim aumentou, mas ainda é maior o número de visitantes, pessoas que passam o dia e depois vão para outros sítios. Penso que o turismo cultural é estimulado pelas associações e pelas tradições culturais o que promove um maior contato da população com os visitantes e com os turistas.

Q. 9

R – Penso que se as pessoas passarem de visitantes a turistas permanecendo na cidade ocorre um estímulo a criação de postos de trabalho o que é bom para a economia. O lado negativo é focalizar na parte histórica, é preciso valorizar também a riqueza da tradição industrial de Guimarães.

Q. 10

R – Sim com certeza estimulou a indústria criativa. Por exemplo este ano vai haver a passagem de ano no Paço dos Duques de Bragança, onde a empresa vai usar este espaço histórico, cultural para realizar o evento.

Q. 11

R – Com certeza que sim. Temos o exemplo do Paço Vila Flor que é municipal que fez um inquérito ao seu público e 2/3 das pessoas que vão lá as atividades (música, dança etc.) são de fora do Concelho. Existem escolas de música, de teatro, gerou públicos na área da cultura, o que potencia a dinâmica da cidade. É intensa a atividade cultural em Guimarães.

Q. 12

R – Sim, com certeza.

Q. 13

R – Claro que sim. Um exemplo é o Guimarães Noc Noc que é uma iniciativa de jovens (grupo civil) que promove a atividade cultural para a população local em um final de semana, onde as pessoas, as associações, sobretudo no centro histórico, disponibilizam seu espaço (casas) para os artistas realizarem as suas atividades (música, dança, teatro, exposições etc.). Neste ano foram mais de 300 inscritos em cerca de 70 pontos da cidade. Dá uma vida muito especial, muito densa ao sítio histórico.

Q. 14

R – Já tinha a autoestima elevada, já era alta mas de alguma forma o título fortaleceu, consolidou. A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Com certeza que aumentou principalmente pela expansão da restauração e do artesanato. Embora se atividade mais volumosa é a hotelaria e esta aumentou pouco, a arrecadação fiscal poderia ter aumentado mais se a hotelaria tivesse se expandido.

Q. 16

R – A UNESCO não dá dinheiro a ninguém e em Portugal não há subsídios por ser P.H.

Q. 17

R – Acredito que não, contudo é preciso também valorizar o património da indústria. Penso que há uma colaboração interna, uma rede de cidades com centros históricos. Destaco ainda que Portugal é o país com o maior número de cidades património espalhadas pelo mundo.

Q. 18

R – Destaco as iniciativas do Vila Flor, da Plataforma da Artes e o Guimarães Noc Noc.

Q. 19

R – Deveria haver institucionalmente uma ligação, parceria entre a Câmara e a Universidade, sobretudo com os cursos de Arquitetura e Design, para estimular iniciativas dos alunos para promover a valorização do patrimônio e a animação de rua.

Q. 20

R – Valorizar o patrimônio da indústria. Investir para que as pessoas permaneçam mais tempo na cidade.

Q. 21

R – A Câmara fez pesquisa junto aos turistas e aos visitantes onde as duas coisas que estão mais a se queixar é a falta de estacionamento e de sinalização. Já a população local reclama daqueles que visitam a cidade em autocarros, pois muitas vezes não deixam nada de bom para a cidade, passam muito rápido, e ao invés de deixar algo positivo sujam e depois vão embora sem consumir nada causando somente prejuízos.

Q. 22

R – A razão de ter o título é um ponto forte e a qualidade de equipamentos culturais que temos, contudo é preciso ter mais animação. Aproveitar mais os espaços públicos para promover eventos, dinamizar mais os equipamentos históricos.

## ENTREVISTA II

Nome do entrevistado (a): **Miguel Frazão/Isabel Pinho**

Idade: 61/43 anos

Formação/grau de instrução: Arquiteto

Instituição/Atividade profissional: Câmara Municipal de Guimarães – Divisão de Cultura e Turismo. Diretor da Divisão dos Serviços Urbanos e Ambiente e Coordenador da Divisão do Centro Histórico/ Chefe da Divisão de Cultura e Turismo.

Data: 12/11/14

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – Do ponto de vista simbólico Guimarães é berço das nossas duas nacionalidades os brasileiros também consideram Guimarães berço da nacionalidade, aqui terá nascido o nosso primeiro Rei. Aqui é a primeira capital do país, o que simbolicamente foi sempre muito valorizado, onde os reis portugueses sempre acarinhavam muito bem Guimarães por causa disso. Significado este reforçado no período da ditadura de Oliveira Salazar, porque ele entendeu que era em Guimarães juntamente com Lisboa onde iria-se comemorar, em 1940, os vários centenários, o da nacionalidade e o da restauração do domínio espanhol em 1640, onde se realizaram grandiosos festejos em plena 2ª Guerra Mundial. Portanto simbolicamente tem esse significado muito importante para nós Vimaraneses, para Portugal e penso eu que para o Brasil também, pois temos cada vez mais brasileiros a visitar a cidade e a dizer que sente-se em casa.

Q. 2

R – É uma cidade muito bem preservada do ponto de vista histórico além de ser importante simbolicamente para a constituição da nacionalidade de Portugal. Sendo frequentemente mencionado nos relatórios da UNESCO que é uma cidade extremamente bem preservada do ponto de vista da monumentalidade e da arquitetura.

Q. 3

R – Claro, pois a classificação foi um reconhecimento de um trabalho de 30 anos e reforçou o cuidado da Câmara com a área classificada e com a zona de proteção.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – Não ocorreram vantagens monetárias, o que há é um orgulho de ser patrimônio da humanidade, de uma identidade que já existia. Aumentou o orgulho, há uma ligação grande da população com o patrimônio, algo especial que veio reforçar esse sentimento. Fez a população aceitar melhor as

normas que as vezes são um bocadinho duras. Em contrapartida a Câmara não cobra o IMI e disponibiliza, paga a difusão dos canais de televisão (4 canais nacionais) e *wi-fi* gratuito para evitar antenas no telhado das casas que alteravam completamente a paisagem.

Q. 5

R – Muito. A Câmara não descansou, tomou medidas de estímulo ao património articulado com o lugar. Por exemplo, conseguiu que Guimarães fosse Capital Europeia da Cultura (2012), Cidade Europeia do Desporto (2013), recuperou o Palácio de Vila Flor (2005) para incentivar festivais culturais entre outras medidas que estimularam a visibilidade de Guimarães.

Q. 6

Quando começamos em 1970 o planeamento da cidade percebeu-se que o centro histórico estava bastante degradado e que era preciso recupera-lo, onde ao longo do tempo a Câmara tem procurado alimentar a vida do sítio histórico com eventos e estratégias para movimentar a cidade. A Câmara trabalhou com três vertentes para recuperação do centro histórico a partir do ano de 1983: a primeira é o arranjo dos espaços públicos, a segunda era a colocação de equipamentos e a terceira era a ajuda para as pessoas fazerem arranjos, pois era gente muito pobre.

Não tiramos ninguém do centro histórico, a população pobre permaneceu, a Câmara isentou os residentes de taxas para estimular a permanência. Realiza ainda pequenas obras de reparação para os que não podem pagar. Temos hoje muito mais casas abandonadas fora da área classificada do que dentro da área classificada.

Q. 7

R - O título é bastante decisivo para gerar renda e emprego, sobretudo com a crise na indústria têxtil, o turismo tem sido responsável pela geração de postos de trabalho sobretudo com a gastronomia e hotelaria.

Q. 8

R - Sim houve aumento e o título é decisivo para atrair o turismo mais importante, o turismo cultural, pois é o que fica, o que é de qualidade para a cidade.

Q. 9

R – Positivo é a geração de novas lojas direcionadas a atender o turista. E negativo são os riscos de danos ao património.

Q. 10

R – O título incentivou bastante, mas também sediar a Capital Europeia da Cultura foi muito importante. O slogan da campanha era “Tu Fazes Parte” onde houve grande participação de artistas locais e estrangeiros. A população é bastante atuante.

Q. 11

R – Muito e até hoje o título continua a estimular a visibilidade.

Q. 12

R- Sim. Um exemplo é a criação de residência para artistas.

Q. 13

R – É bastante intensa.

Q. 14

R – Muito, as pessoas sentem que fazem parte.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Para Câmara foi o contrário, pois isentou os imóveis, mas passou a ganhar por atrair mais pessoas para o centro histórico. Contudo, as receitas do privado aumentaram bastante.

Q. 16

R – Nada, zero.

Q. 17

R – Há um cuidado, uma preocupação com o patrimônio, mas as políticas são para o todo. Quanto a articulação existe entre os sítios portugueses, através da participação nas reuniões da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, através da rede formada pela Organização das Cidades Patrimônio Mundial – OCPM e através da UCLA União das Capitais de Língua Portuguesa.

Q. 18

R – Exposições e festivais sobretudo no Vila Flor e na Plataforma das Artes.

Q. 19

R – Estimular a permanência da população no sítio histórico e promover festivais de arte e cultura em pontos estratégicos do sítio histórico.

Q. 20

R – Dificuldades por falta de especialistas, principalmente em trânsito e infraestrutura, contudo existem esforços, há uma articulação com outros gabinetes da Câmara.

Q. 21

R – Especulação imobiliária, uso inadequado pela iniciativa privada dos imóveis do sítio histórico, que muitas vezes querem agregar casas, mas nós não deixamos juntar várias casas.

Q. 22

R – Neste momento o maior problema para potenciar é a falta de incentivos. É preciso maior investimento financeiro e estímulo a cultura. Não esquecer que as pessoas não fazem o patrimônio, as pessoas são o patrimônio.

### ENTREVISTA III

Nome do entrevistado (a): **Professor João Sarmento**

Idade: 45 anos

Formação/grau de instrução: Doutor em Geografia

Instituição/Atividade profissional: Universidade do Minho/ Professor Auxiliar

Data: 12/11/14

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – Há aqui duas dimensões. Uma se for a agenda da UNESCO, a candidatura e a classificação aí é que se vê exatamente as razões, o porquê de Guimarães ter sido classificada. Pode verificar, o que na candidatura disse o que se disse e porque a UNESCO aceitou a classificação. No meu entender Guimarães é classificada porque conseguiu preservar uma malha histórica medieval, um conjunto patrimonial importante, ao passo que outras cidades medievais foram sendo muito alteradas em nome do desenvolvimento, do progresso, sobretudo na metade do século XX, Guimarães não sofreu tanto com as alterações, e então quando chegou-se aos anos de 1980 houve entendimento do que se deveria preservar e criou-se um gabinete de recuperação em articulação com a Câmara aí que se começaram a tomar medidas de preservação. Há que se notar que se Guimarães tivesse crescido sido desenvolvida no centro teria sido tudo destruído; como Guimarães tem uma base industrial muito forte, a cidade cresceu para fora da parte histórica, foram novos edifícios, novas habitações mas tudo fora do centro histórico. Se viesse a Guimarães nos anos 70/80 era deprimente o sítio histórico era uma área de grande pobreza, de alguma criminalidade de abandono e foi esse abandono do centro histórico que permitiu a preservação e que mais tarde viesse a ser patrimônio.

Q. 2

R - É a existência de um conjunto patrimonial significativo medieval. Outro ponto a notar é que para além da malha urbana medieval aqui tem toda uma questão simbólica, com o castelo, o palácio e a igreja no topo de uma colina. Existe ainda o valor simbólico de Guimarães ter o componente do nascimento de Portugal.

Q. 3

R – Sim, claro. Há um certo cuidado desde os anos 80/90, onde a Câmara tem um papel importante. Contudo, depois da atribuição do título houve um cuidado maior sob ameaça de entrar na lista de sítios em perigo ou mesmo de perder a classificação. Por outro lado todas as intervenções no centro histórico exigem uma série de cuidados, de autorizações, verificações técnicas, o que cria um imobilismo, porque não é possível, ou é muito difícil, transformar, reformar pelo fato de ser patrimônio. Ficou ainda mais rígido o que que por um lado “complica” o dinamismo do sítio histórico.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – Uma das maiores transformações foi que a cidade tornou-se mais visível, quer nacional, quer internacionalmente, já que o título é uma espécie de selo de qualidade. Com relação aos habitantes tem havido uma requalificação de espaços públicos, com espaços mais limpos, mais acessíveis, mais bem cuidados. Passou a ter uma vida social de lazer, com cafés, restaurantes, que atrai as pessoas ao sítio histórico. Como é uma área 90% pedonal torna-se mais seguro passear a pé, passear com crianças. Com relação as habitações penso que não trouxe grande coisa, o que vimos foi um envelhecimento das pessoas que vivem no centro histórico, não consegue atrair novos habitantes, não é atrativo a novos habitantes em relação a outras áreas da cidade, em função da subida dos preços por metro quadrado dos arrendamentos, além de não disponibilizar estacionamento. Há uma atração de investidores imobiliários que compram prédios, recuperam para arrendá-los. Há cada vez mais menos habitantes no sítio histórico. Todos esses fatores, mesmo com a isenção de impostos (IMI) aos residentes do sítio histórico, não compensam, não representa muito, o número de habitantes do centro histórico em Guimarães tem decrescido sempre.

Q. 5

R – Sim.

Q. 6

R – Desenvolvimento integrado não sei. Aqui há uma relação identitária muito forte. A cidade tem pouco mais de 50 mil habitantes e o concelho um total de 160 mil, onde têm um orgulho muito grande de ser patrimônio, uma relação muito forte com o seu lugar. A classificação contribui para o forte vínculo dos residentes com o lugar, contudo se trouxe desenvolvimento integrado já não sei dizer.

Q. 7

R – Sim. Há uma relação forte entre o patrimônio, a classificação e a recuperação com a criação de renda e emprego. Comparando a área classificada de 20 anos para cá, há uma grande diferença. Houve a geração de serviços e de consumo promovidas pelo título, mais restaurantes, unidades de alojamentos, cafés, lojas de artesanato que se fossemos contabilizar apontaria para criação de emprego. Criação de emprego sim. Por outro lado claro que há também um declínio do consumo local (padarias, mercearias) devido ao aumento dos preços. Já a renda não estou seguro que tenha beneficiado diretamente, talvez as pessoas que têm imóveis na parte histórica, podem de repente tirar alguma mais-valia dessa situação.

Q. 8

R – Sim o turismo aumentou nas últimas décadas, nos últimos anos em particular é possível notar pelo aumento no número de unidades de alojamentos. Há um aumento do número de turistas e sobretudo aumentou muito o número de excursionistas, o que sempre gera algum tipo de consumo. Acredito que o turismo aqui em Guimarães podemos classificar como sobretudo o cultural, as pessoas vêm ver a parte histórica, aqui não há praia, mar, sol, os visitantes (turistas/excursionistas) vêm conhecer o castelo, o Paço dos Duques, há um forte vínculo com a classificação.

Q. 9

R – Positivo o aumento dos negócios (restauração e hotelaria) ligados ao setor e negativo a pressão em certas alturas do ano que dificulta a circulação.

Q. 10

R – Por si só não, tem que se fazer alguma coisa para, as pessoas não ficam mais criativas porque a cidade pertence a UNESCO. Mais recentemente, em 2012, o fato de ter sido Capital Europeia da Cultura estimulou as atividades criativas, houve uma tentativa de fazer com que os trabalhadores originários da indústria se transformem de alguma forma em artistas/criativos. Porém é preciso avançar, existem alguns dados preocupantes, pois se for a procura de livrarias, só existe uma, não

existe nenhuma galeria de arte, a última fechou a poucas semanas/meses. O que há é umas quantas de laboratórios, empresas, incubadoras de criativos, mas é uma coisa residual ainda. Apesar de existirem inúmeros espaços culturais, inúmeros auditórios, *black boxes*, é complicado transformar uma cidade com tradição industrial de um dia para outro transformar em criativos, ainda é preciso maior estímulo.

Q. 11

R – Não estou muito seguro, mas de repente estou a lembrar que na área do cinema há um certo impulsionar, alguma produção, agora os produtos tradicionais que se fabricam em Guimarães não sei se tornaram-se mais visíveis. Por exemplo se pensar em indústrias tradicionais como a cutelaria, a questão dos têxteis terem valor acrescentando pela criatividade, pelo título não me parece.

Q. 12

R – Há um conjunto de instituições que penso que têm residências artísticas, agora como estava a dizer a última galeria de arte fechou, não há muitos sítios para expor.

Q. 13

R – O turismo em Guimarães é muito tradicional, as pessoas vêm ver o Paço do Duques, o Castelo, os principais monumentos. Guimarães é um nó de um circuito turístico regional, não um destino por si só, na maioria das vezes são turistas que estão alojados no Porto e visitam Guimarães em um dia. São mais visitantes do que turistas que chegam em busca desse turismo muito tradicional ou se deslocam a cidade para os espetáculos, os concertos, já que a cidade tem uma agenda cultural muito internacional (como por exemplo o festival de jazz). Há muito “turismo” de autocarro. Importa mencionar que a instituição/entidade A Oficina tem desenvolvido, é responsável pela gestão de praticamente todos os espaços culturais da cidade cultural da cidade, o que acaba por secar as iniciativas individuais. Eles são muito profissionais, mas seria interessante que outras concorressem entre si para estimular a diversidade, com mais entidades que fizessem a gestão dos espaços culturais e mais entidades que fizessem a organização de eventos, que houvesse uma competição saudável entre elas, e não uma que é hegemônica. Em Guimarães existem inúmeras associações, como a Sociedade Martins Sarmiento, Academia de Música e o Cineclube.

Q. 14

R – Naquele sentido que falei a pouco, há um grande orgulho pelo título, há um contributo, uma diferenciação das cidades da região. Mas, com relação a cultura é uma questão mais complexa, apesar dos vários movimentos que incentivam, não me parece que tenha se beneficiado tanto assim dessa classificação.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Não sei.

Q. 16

R – Não sei informar.

Q. 17

R – De fato o património foi escolhido como prioridade sim, sobretudo o construído, as pedras. Agora, não existe só o construído, não pode haver a focalização no sítio histórico, quando há aldeias desleixadas. Por causa dessa focalização no centro histórico por vezes passa-se um bocado ao lado de outro tipo de património das vilas, das aldeias. Quanto a articulação penso que existe uma rede a nível nacional e internacional mas não sei avaliar o funcionamento.

Q. 18

R – Festival de jazz, festival de cinema e de arte. Destaco a importância da Sociedade Martins Sarmiento, do Cineclube de Guimarães e da Academia de Música de Guimarães.

Q. 19

R – É saudável quando temos vários atores e instituições a trabalhar em aspectos diferentes na produção cultural não sendo saudável haver uma entidade hegemônica.

Q. 20

R – A área classificada tem que ser uma área vivida, porque se for sendo transformada apenas em área turística, de consumo e de lazer sem articulação com os habitantes locais, deixa de ter vida. Tem atrair gente que viva e trabalhe na área, não sendo apenas uma área de visita e de consumo.

Q. 21

R – O que deve ser combatido é o despovoamento, pois o envelhecimento da população residente, pode gerar daqui 15 ou 20 anos, poucas pessoas a residir no sítio histórico. Podemos ter um sítio histórico economicamente bem sucedido e socialmente mal sucedido.

Q. 22

R – Deve ser estimulado a relação identitária da população local com o centro histórico e a relação de atração de pessoas para residir na área histórica. É preciso ter cuidado com a pressão turística para não criar repulsa dos residentes.

#### ENTREVISTA IV

Nome do entrevistado (a): **Ruí Vítor Costa**

Idade: 50 anos

Formação/grau de instrução: Licenciado em Química e Física

Instituição/Atividade profissional: Muralha – Associação de Guimarães para Defesa do Patrimônio. Presidente.

Data: 13/11/14

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – É a qualidade das construções, aliás isto gera um problema político muito duro e muito importante, pois algumas vezes acham que as estratégias adotadas para preservação são fundamentalistas. Existe aqui um espaço único e muito bem conservado, recuperados com técnicas tradicionais. Acredito que o que levou a UNESCO a classificação foi a qualidade das construções. Destaco ainda o pioneirismo em Portugal na preservação do casario e dos monumentos, com ações desde a década de 1980. O patrimônio sempre foi consensualizado, valorizado pelo poder público. Por outro lado, não é exequível ter filhos e morar no sítio histórico, pois é complicado estacionar o carro, carregar compras, subir escadas com crianças. Enfatizo a qualidade da reconstrução, recuperação do sítio histórico (iniciada desde a década de 1980, quando o sítio era bastante ocupado, mas também bastante degradado) e o caráter identitário. Também tem forte influência o caráter religioso na formação da identidade do patrimônio de Guimarães.

Q. 2

R – Destaco o conjunto arquitetônico da Praça de Santiago e da Praça das Oliveiras e a Praça do Toural.

Q. 3

R – Acho que sim, quem não estava convencido com o título de patrimônio da humanidade passou a acreditar.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – As acessibilidades até ficaram piores, pois as exigências da UNESCO dificultam o acesso, mas temos que fazer assim porque senão pode-se perder a classificação. Por outro lado gerou o turismo que é fundamental, porém não estávamos preparados para o turismo em quantidade elevada de fluxo de pessoas. Outro ponto a destacar é que gera negócios, aos quais nesses pouco mais de 10 anos foi de aprendizagem, fomos nos adaptando. No centro histórico existe hoje uma grande movimentação. Também destaco a aproximação com o Porto, que de lá vêm pessoas visitar Guimarães devido a atuação de agentes turísticos.

Q. 5

R – Estimulou completamente. Inclusivamente as pessoas mesmo em Portugal sempre vinham a Guimarães em passeios da escola e o fato de ser classificado estimula o retorno, cria um circuito interno e atrai pessoas de fora.

Q. 6

R – Eu não acho que exista uma articulação pensada, mas naturalmente as pessoas têm buscado se inserir, cria uma dinâmica económica. É verdade que não há uma articulação com o que já existia, Guimarães é fundamental na história da indústria têxtil que pode ser integrada com a visita a Guimarães. É importante também pensar na indústria têxtil como um elemento a ser explorado e articulado com o setor do turismo. Bem como, julgo importante valorizar o património para integrar as pessoas.

Q. 7

R – Acho que não está quantificado, mas aquilo que fala, do ponto de vista de uma média, é que não aumentaram, somente algumas pessoas que souberam aproveitar usando o título de património da humanidade como arma de interesse económico, como recurso financeiro para estes sim estimulou, gerou dinamismo. É muito bonito falar em indústria criativa, é giro, movimenta algumas pessoas, mas não alimenta uma população, o que alimenta é a indústria têxtil, de calçados entre outras.

Q. 8

R – Sim claramente, ambos cresceram.

Q. 9

R – Nós ainda não temos aspectos negativos, existem muitos turistas, mas ele ainda não está massificado para termos aspectos negativos. Nesse momento o turismo é basicamente aspectos positivos.

Q. 10

R – Claramente. Agora é assim, é necessário termos a noção que as atividades criativas as vezes são consideradas como o milagre das oliveiras, e não é possível basear uma economia local nas indústrias criativas, elas têm um crescimento limitado, não são capazes de sustentar a economia de uma cidade.

Q. 11

R – Aí é que está um ponto difícil a questão cultural, porque é assim não sei se há uma questão estratégica, pois nomeadamente as produções artístico culturais são movidas pela própria Câmara, com espetáculos que não são produzidos aqui. Há uma série de associações importantes como o Cineclub, a Muralha, o Convívio que realizam coisas independentes da Câmara que acabam por não ser tão valorizadas. Como exemplo temos o Cine Clube de Guimarães que possui cerca de 800 sócios, que não aparece tanto, mesmo com toda relevância que tem.

Q. 12

R – Eu diria que a Capital Europeia da Cultura foi ela que realmente abriu as portas, e vão aparecendo alguns artistas convidados, as associações trazem muitos artistas, com destaque para o Centro para os Assuntos da Arte e Arquitectura – CAAA.

Q. 13

R – Eu diria que a mobilização é moderada, ainda estamos a caminhar, ainda temos muito, muito a fazer. Mas já se notam iniciativas, sobretudo, iniciativas da população jovem que buscam abrir negócios no centro histórico.

Q. 14

R – Eleva claramente a autoestima, é muito, muito importante. A identidade e a cultura, não digo que reforça porque já era muitíssimo forte. As pessoas têm orgulho do título.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Acho que sim. Se bem que no centro histórico tem um conjunto de negócios com isenção fiscal.

Q. 16

R – Não sei dizer precisamente, mas o que acho é que não, pois no próprio ano da Capital Europeia da Cultura não houve reabilitação urbana, o dinheiro foi mais para festa, para os espetáculos.

Q. 17

R –Penso que nós tentamos obter rendimentos com a classificação, mas não me parece que se tenha uma política dirigida para essas questões, não chega a ser priorizado. Quanto a articulação existe uma rede de ligação com o Porto bastante forte em função de um operador turístico que traz visitantes a Guimarães.

Q. 18

R – Sim existem. Destaco o Cineclube, a Muralha que para nós são muito importantes as pessoas.

Q. 19

R – Promover maior valorização da população local e a recuperação do património. Também é importante a autonomia das associações.

Q. 20

R – O próprios técnicos da Câmara, esta escola toda que atua desde o início, que nos dá garantia, pois limitam a ação política. Para nós é o património industrial, que de longe, está em maior risco.

Q. 21

R – Falta de articulação e falta de valorização do património industrial.

Q. 22

R – O património da indústria, há empresas belíssimas em completo abandono, onde seria ideal a criação do museu da indústria. Chamo atenção para Escola Industrial e Comercial de Guimarães que teve papel fundamental para a cidade. Também destaco a necessidade de maior preservação das pinturas das igrejas e por fim acredito que é preciso trabalhar em conjunto com Braga, ter uma maior aproximação com a criação de projetos em comum.

## **ENTREVISTA V**

Nome do entrevistado (a): **Isabel Alves**

Idade: 44 anos

Formação/grau de instrução: Licenciatura em Educação/ Pós-graduação em Museologia. Artista Plástica.

Instituição/Atividade profissional: Associação Ó de Casa – Projeto Guimarães Noc Noc. Membro fundador.

Data: 13/11/14

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de património

Q. 1

R – Guimarães é um híbrido, tem todo esse património identitário do fato de ter na muralha escrito aqui nasceu Portugal, mexe com as pessoas, é algo muito forte. Simultaneamente é turístico por todas essas razões mas há um cruzamento, não há separação, há uma boa relação dos turistas com as pessoas, existe um bom convívio. As pessoas são orgulhosas, tem orgulho da sua cidade, são muito sentimentais, muito emocionais.

Q. 2

R – Creio que ainda permanecem muitas camadas do tempo, desde o paleolítico, o castelo, de registros de todos os séculos, ainda bem visíveis na cidade. Também é um espaço marcado por alguma abertura para contemporaneidade. No período da ditadura houve muita destruição do antigo em várias cidades, mas Guimarães preservou bem todas essas camadas do tempo.

Q. 3

R –Sim. Aliás as pessoas passaram a ter mais orgulho ainda das praças Santiago e das Oliveiras. Nesse momento existem regras rígidas de preservação desses espaços.

Os impactos e transformações com o estatuto de património mundial

Q. 4

R – Eu creio que mudou antes da candidatura houve intervenções, melhorou a acessibilidade, melhoraram alguns espaços, foi bom para população. Algumas casas foram recuperadas com apoio

da Câmara, sobretudo as fachadas. Também ocorreram bloqueios do trânsito em algumas ruas, tornando o acesso só para peões. Há sítios em que só andam peões não há carros.

Q. 5

R – Sim traz sempre. Eu creio que houve em termos turísticos um aumento, a cidade vive muito do turismo, sobretudo nos meses de calor, na primavera e no verão, ouve-se nas praças todas as línguas.

Q. 6

R – Sim, favorece. As pessoas vão tendo consciência além de ter o orgulho.

Q. 7

R – Só estimulou a nível turístico. Estimulou com aumento do emprego na restauração, na hotelaria e com a abertura de pequenas lojas de recordações, artesanato. No geral não.

Q. 8

R – Sim aumentou. O cultural tem uma programação cultural em torno do património no Paço dos Duques, no castelo. Há mais investimentos para programação e estímulo ao turismo. Contudo, acredito que o impacto maior foi no ano de 2012 com a Capital Europeia da Cultura, onde foram criados novos equipamentos culturais, com eventos ao longo de todo ano.

Q. 9

R – Positivo: grande abertura das pessoas do lugar pela presença de outras culturas, de pessoas de outros lugares e por estimular a questão económica, traz rendimento para cidade (restauração e hotelaria). Negativos: algumas pessoas locais sentem-se incomodadas com o excesso de visitantes nos meses do verão. Tem certas horas que sei que as praças estão cheias de turistas, então não vou lá, vou em outros sítios.

Q. 10

R – Não, no Ó da casa não sentimos isso. Existe criatividade independente do título, contudo as diretivas antes da candidatura interferiram positivamente.

Q. 11

R – Creio que não. Acredito, sentimos mais, que na Capital Europeia da Cultura sim promoveu maior visibilidade. Contudo, talvez o fato de possuir o título tenha sido decisivo na escolha de Guimarães em 2012 para a Capital Europeia da Cultura. Assim, indiretamente podemos dizer que sim.

Q. 12

R – Sim atrai. Um exemplo é a programação dos equipamentos culturais que tem muitos estrangeiros, a programação melhorou. O Guimarães Noc Noc tem sempre uma sinalética feita por artistas de fora.

Q. 13

R – Acredito que são atentas, participativas e conscientes, são mobilizadas sim. Facilitam e colaboram neste sentido.

Q. 14

R – As pessoas tem muito orgulho da cidade. São atentas, participativas e acima de tudo ativas e conscientes.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Não sei.

Q. 16

R – Creio que sim, aos artistas o dinheiro não chega diretamente, mas indiretamente sim. O fato de ter o título ajuda sempre a captar verba através de projetos, ajuda a obter apoio.

Q. 17

R – Estamos condicionados pelas políticas nacionais que não priorizam o patrimônio. Aliás houve cortes. A nível local isso ressent-se com os cortes na cultura e educação, onde foram maiores as perdas. Creio que não há rede de articulação, se tem, desconheço.

Q. 18

R – Destaco as iniciativas do próprio Noc Noc, nos damos bem com toda gente, colaboram com nosso projeto o Cineclube, o Convívio, o C.A.R – Círculo de Arte e Recreio entre vários outros. Este ano foram 72 espaços com atividades artísticas.

Q. 19

R – Incentivar a abertura dos prédios públicos aos artistas à exemplo do arquivo municipal que abre suas portas para exposições.

Q. 20

R – Lutar para não perder a identidade e pela preservação do que existe dos monumentos. Controlar a poluição industrial e a mesmo tempo valorizar o imenso patrimônio industrial, não centralizar somente na parte histórica.

Q. 21

R – O turismo pode ser uma ameaça, mas até agora creio que é equilibrado. Tem se está atento a preservação

Q. 22

R – Potenciar o conhecimento do valor do patrimônio, realizar estudos e fazer chegar a população. Estimular a abertura dos espaços históricos/públicos para preservação tanto da identidade como dos próprios monumentos. Pois, somente as pessoas conhecendo, sabendo o verdadeiro valor do seu patrimônio é que terão mais vontade de o proteger.

## **ENTREVISTA VI**

Nome do entrevistado (a): **Catarina Pereira**

Idade: 38 anos

Formação/grau de instrução: Graduada em Patrimônio Cultural. Pós Graduada em Patrimônio Cultural Imaterial

Instituição/Atividade profissional: Centro Cultural Vila Flor/Plataforma das Artes. Técnica de Gestão do Patrimônio Cultural.

Data: 13/11/14

Tópicos a abordar

As razões e as características do título de patrimônio

Q. 1

R – Teve que ver com a simbólica atribuída a Guimarães, pois está associada a formação de Portugal, enquanto território, berço da nacionalidade, além do patrimônio edificado do centro histórico, que representa de fato uma evolução da arquitetura do século XV ao XX. Outro ponto de valor é o centro histórico ser intensamente vivido pela sua população e também pela animação do tecido humano que é bastante intensa. É um centro histórico muito preenchido, muito vivido.

Q. 2

R – A nível arquitetônico há uma especificidade que tem a ver com as técnicas construtivas tradicionais. Houve um esforço para revitalizar de acordo com os saberes tradicionais, com as pessoas ainda ativas de maneira a manter esta mais-valia. A paisagem tem as casas habitadas.

Q. 3

R – Já havia cuidado antes da candidatura. Houve as intervenções que foram feitas para chegar a candidatura, para poder haver a distinção, com o trabalho de uma equipa multidisciplinar que conseguiu reunir todas as condições. Permanece esse cuidado, eu acho que Guimarães tem vindo a apostar fortemente nestes últimos anos.

Os impactos e transformações com o estatuto de patrimônio mundial

Q. 4

R – Há muitas coisas que mudaram, em particular a vinda de visitantes aumentou, onde abriram-se muito mais comércio naquelas zonas, incentivando uma maior dinâmica econômica local, tudo feito de maneira conjugada. Desde 2001 com o título sucederam-se ações com uma aposta ainda mais forte, em 2005 é criado o Centro cultural Vila Flor, depois 2012 a Capital Europeia da Cultura estimulou um dinamismo, fazendo com que a população precisasse se adaptar com essa fluência de gente. Destaco que a população tem uma grande abertura, uma boa disposição, é bastante receptiva aos visitantes. O que as vezes causa problema é a dificuldade de circulação de carros o que pode gerar um certo desconforto, mas a cidade é muito acessível a pé.

Q. 5

R – Sim, sim. Aliás é frequente, lembro-me de Guimarães ser muito apontado como uma boa prática na preservação, conservação.

Q. 6

R – É porque foi tudo em cadeia, 2001, 2005 e 2012, ações estratégicas em que o património e a cultura foram tratados como um modo para sustentabilidade do território. Acho que sim está no caminho porque é tudo integrado cultura não é só o património, os espetáculos é também ciência, é tecnologia, é o que é construído individualmente e coletivamente.

Q. 7

R – Da renda sim porque os comerciantes que ficam no percurso do interior do centro histórico aumentaram mais o lucro. E o emprego se destacam os que trabalham com o comércio e com os serviços.

Q. 8

R – Acho que foi os dois níveis. Acho que por um lado beneficiou o turismo de autocarro, sobretudo os que vêm do Porto. E o cultural houve crescimento após a Capital Europeia da Cultura.

Q. 9

R – Positivos é o crescimento do comércio e o negativo é que são mais visitantes do que turistas.

Q. 10

R – Sim, sim. 2001 o título, 2005 o Vila Flor e a Plataforma das Artes e da Criatividade, 2012 Capital Europeia que atrai muitas atividades criativas.

Q. 11

R – Foi uma construção ao longo do tempo que realmente com a Capital Europeia acentuou-se a participação das associações que estimulou a visibilidade. Como exemplo temos o Cine Clube que desde os anos 1980, pós 25 de Abril incentivam a cultura. O movimento associativo é muito forte o que favorece as produções locais e o território é um outro ponto a destacar, pois é uma inspiração para arte e a cultura.

Q. 12

R – Sim desde 2005 à 2012 houve um trabalho muito intenso para chamar artistas em todas áreas da criação contemporânea (dança, música, criação etc.) tanto os de fora como os daqui.

Q. 13

R – É muito intensa, incentivam, chamam a atenção, reivindicam o cuidado com os edifícios e com a presença dos movimentos culturais e de arte.

Q. 14

R – Favoreceu muito, se os Vimeirense já tinham orgulho pela história passaram a carregar no peito. Têm um espírito crítico e autoestima elevada.

A gestão e o ordenamento territorial

Q. 15

R – Não consigo responder, não tenho dados.

Q. 16

R – Há sim através de candidaturas de projetos ao Fundo Europeu, a UNESCO não sei.

Q. 17

R – O maior investimento é em patrimônio e cultura há uma prioridade, uma aposta. Não tenho dados concretos sobre essa questão, mas creio que sim, há uma cooperação entre os sítios classificados.

Q. 18

R – Os edifícios, os equipamentos do centro histórico são sempre vividos. Por exemplo a produção têxtil exposta no centro histórico, os museus que se situam em prédios históricos. Tem também o Cineclubes que no verão exhibe filmes na Praça das Oliveiras.

Q. 19

R – Nesse momento é difícil manter o que já existe devido à crise global.

Q. 20

R – O objetivo deverá manter-se pela ordem o qual foi criado, com a vivência no centro histórico através da articulação da população com o acervo arquitetônico. Manter o cuidado com os edifícios (manutenção/requalificação) e vivências humanas e equilibrar os interesses e necessidades da população.

Q. 21

R – O que ameaça é a falta de condições econômicas para manter os edifícios. É preciso financiar as reformas, as reparações no centro histórico, para assim colaborar para que as pessoas habitem a parte histórica, para que não seja abandonada.

Q. 22

R – Acho que é mesmo estimular o capital criativo quer das pessoas que cá estão, quer das pessoas que podemos chamar para habitar o território, os visitantes sentem que podem usufruir desse capital.